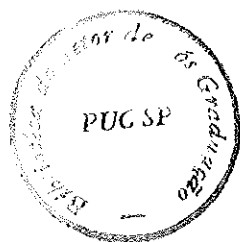


3634
EX 2

ANDRÉ LUIZ FISCHER

IMPACTOS SOCIAIS DO PROÁLCOOL:
UM ESTUDO SOBRE AS RELAÇÕES, O
PROCESSO E AS CONDIÇÕES DE
TRABALHO NA AGROINDÚSTRIA
CANAVIEIRA PAULISTA

Dissertação apresentada como exigência
parcial para obtenção do título de Mestre em
Ciências Sociais à Comissão Examinadora da
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
sob orientação da Profa. Dra. Elide Rugai
Bastos.



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

1992

Biblioteca MA - PUCSP



100004639

RESUMO

Este estudo analisa os impactos decorrentes da implantação do Programa Nacional do Alcool no processo, nas condições e nas Relações do Trabalho da agroindústria canavieira paulista. Com base em pesquisas realizadas em uma região representativa do processo de expansão da lavoura canavieira provocado pelo Proálcool no interior do Estado de São Paulo, busca-se identificar a natureza, a qualidade e o sentido das mudanças que mais afetaram os trabalhadores do setor agrícola destes empreendimentos.

Para atingir este objetivo resgata-se a história das Relações de Trabalho e do progresso técnico deste setor econômico no Estado. Os empresários, os trabalhadores e o Estado configuram-se como principais focos de atenção desta recuperação histórica.

Através de duas pesquisas empíricas com trabalhadores volantes, realizadas em dois períodos distintos (1980 e 1992), procede-se uma análise comparativa que permite avaliar os resultados mais essenciais deste processo de transformação. Nele se ressaltam-se a fragilidade e a incapacidade de autodeterminação de empresários e trabalhadores, fatores fundamentais para que não prevaleçam rupturas mais substanciais nos padrões de Relação de Trabalho. Prevalece assim um modelo perverso e imediatista, onde se moderniza apenas aquilo que intensifica e reproduz uma exploração depredadora e desvalorizadora dos trabalhadores e do trabalho agrícola no interior do empreendimento agroindustrial.

Agradecimentos

Muitos amigos, companheiros de trabalho e da vida, colaboraram no processo de construção deste texto. Hoje estou certo que teria sido impossível produzi-lo sem todas as manifestações de carinho, estímulo e dedicação que tive o privilégio de receber. Devo dizer que esta foi, sem dúvida, a melhor parte da tarefa que me propus realizar: a reafirmação de antigas e a descoberta de novas relações de amizade e de companheirismo.

Por tudo isso gostaria expressar meus agradecimentos absolutamente sinceros e desprovidos de formalismo a todos; embora somente haja espaço aqui para citar alguns. Obrigado, em primeiro lugar, à Elide, pela sua enorme capacidade de acreditar nas pessoas e compreendê-las mas, principalmente, por ter revivido em mim a convicção sobre a importância e a beleza da teoria. O que é fácil de se perder, na estreiteza empobrecedora e banalizadora da nossa prática cotidiana. Obrigado à Rosa Maria, irmã e parceira nas mesmas experiências dúvidas e incertezas retratadas neste trabalho. À Maria Tereza, pelo incentivo permanente à mostrar que poderia ser feito. Obrigado Julio César, com quem pode-se lidar com números com alegria e prazer. Obrigado ao Gonzaga, pelo apoio numa revisão final que não foi pequena. À Gisele e à Cristiane, pela verdadeira aventura na busca e organização dos dados secundários necessários à pesquisa. Finalmente, um agradecimento muito especial àquelas que foram muito além do que poderia se esperar de companheiras de trabalho, à Simone e à Virgínia, que dedicaram suas horas de folga para uma produção gráfica complexa e trabalhosa que este volume exigiu.

Resta ainda dizer que:

*Este trabalho não é meu
Ele é do Tempo.
Do tempo em que para fazê-lo,
não pude estar com quem eu amo:
Reca
Tati, Naná e Deca.*

ÍNDICE

PÁG.

I - INTRODUÇÃO	1
II - METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA	6
III. A REGIÃO ESTUDADA - A HISTÓRIA DO ESPAÇO DE PRODUÇÃO	9
III. 1 - Aspectos Conceituais Envolvendo a Questão da Regionalização	10
III. 2 - As Relações entre a Atividade Empresarial e o Espaço	12
III. 3 - As Relações entre a Agroindústria e o Espaço como Meio de Produção de Matéria-Prima	14
III. 4 - As relações entre a Agroindústria e o Espaço como Meio de Reprodução da Força de Trabalho	16
III. 5 - As Relações Entre a Agroindústria e o Espaço - Outras Características do Meio Social	19
III. 6 - As Relações entre a Agroindústria e o Espaço - Critérios para a Composição de uma Região	23
III. 7 - A Ocupação da Terra pela Lavoura Canavieira no Estado e na Região Estudada	27
III. 8 - O Papel da Agricultura Canavieira na Economia Agrícola Regional	34
III. 9 - A Presença do Trabalhador na Região Estudada	37
III. 10 - A Recomposição da Região de Estudo - A Operacionalização do Modelo para a Definição dos Municípios	41
IV - A AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA E O PROÁLCOOL - A HISTÓRIA DO EMPREENDIMENTO	46
IV. 1 - O Complexo Agroindustrial e Agroindústria Canavieira	47
IV. 2 - A Agroindústria Canavieira Implantação, Desenvolvimento e Consolidação no Estado de São Paulo	55
IV. 3 - O Programa Nacional do Alcool e a Consolidação da Agroindústria Canavieira Moderna em São Paulo	71
V. O TRABALHADOR AGRÍCOLA DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA	96
V. 1 - O Colonato e a Agroindústria Canavieira Paulista	96
V. 2 - Modernização Agrícola e o Trabalhador Volante	110
V. 3 - Características Essenciais do Trabalho Volante	137
V. 4 - O Trabalhador Volante na Agroindústria Canavieira	147

VI. IMPACTOS SOCIAIS DO PROÁLCOOL SOBRE AS RELAÇÕES DE TRABALHO NA AGROINDÚSTRIA PAULISTA	159
VI. 1 - Os Fatores Indutores da Mudança	159
VI. 2 - As Iniciativas Empresariais sua Extensão e seus Limites	176
VI. 3 - A Ação dos Trabalhadores - Resistência e Cooperação	186
VII. IMPACTOS SOCIAIS DO PROÁLCOOL - OS RESULTADOS DE UMA PESQUISA EMPÍRICA	192
VII. 1 - O Perfil do Trabalhador Assalariado Canavieiro	194
VII. 2 - Características das Relações de Trabalho	205
VII. 3 - Características Subjetivas das Relações de Trabalho - As Percepções, Aspirações e Expectativas do Trabalhador Assalariado Canavieiro	222
VII. 4 - Avaliação de Mudanças nas Condições de Trabalho	231
VIII. CONSIDERAÇÕES FINAIS	236

ÍNDICE DE QUADROS, GRÁFICOS E TABELAS

PÁG.

III. A REGIÃO ESTUDADA - A HISTÓRIA DO ESPAÇO DE PRODUÇÃO

QUADRO III. 1 - MUNICÍPIOS, RESPECTIVAS DIRAS E EMPREENDIMENTOS AGROINDUSTRIAIS DA REGIÃO POTENCIAL DE ESTUDO	24
TABELA III. 1 - EVOLUÇÃO COMPARATIVA DA PRODUÇÃO DE AÇÚCAR, DE ALCOOL E DA ÁREA CULTIVADA COM CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DE SÃO PAULO (PERCENTUAIS CALCULADOS SOBRE ANO/SAFRA 1975/76)	27
TABELA III. 2 - EVOLUÇÃO DA ÁREA PLANTADA COM CANA-DE-AÇÚCAR POR DIRA DO ESTADO DE SÃO PAULO	28
TABELA III. 3 - COMPOSIÇÃO DA ÁREA CULTIVADA NO ESTADO PRINCIPAIS PRODUTOS	29
TABELA III. 4 - EVOLUÇÃO DA ÁREA COLHIDA DE CANA-DE-AÇÚCAR PARA FINS INDUSTRIAIS NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO (1950/70/80/90)	30
QUADRO III. 2 - EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA CANA E PRINCIPAIS CULTURAS NA OCUPAÇÃO DA TERRA DA REGIÃO E DO ESTADO (EM MIL HAS.)	32
TABELA III. 5 - PARTICIPAÇÃO DO VALOR DA PRODUÇÃO GERADO PELA CANA-DE-AÇÚCAR NO VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA TOTAL DO MUNICÍPIO (PERCENTUAIS)	34
TABELA III. 6 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA SEGUNDO O SETOR DE ATIVIDADE NOS MUNICÍPIOS	38
TABELA III. 7 - ANÁLISE INTEGRADA DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO - AVALIAÇÃO DA IMPORTÂNCIA RELATIVA DO MUNICÍPIO	42
QUADRO III. 3 - SÍNTESE DA ANÁLISE INTEGRADA DOS FATORES, PEA AGRÍCOLA, VALOR DA PRODUÇÃO, OCUPAÇÃO DE TERRAS, CRESCIMENTO E TAMANHO ENTRE 1970/80	43
TABELA III. 8 - COMPARAÇÃO DAS ÁREAS COM LAVOURAS DE CAFÉ, MILHO E ALGODÃO ALGUNS MUNICÍPIOS (1985)	44

IV - A AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA E O PROÁLCOOL - A HISTÓRIA DO EMPREENDIMENTO

TABELA IV. 1 - PRODUÇÃO DE AÇÚCAR E CAFÉ DE 1842-1843 A 1850-1855 (EM ARROBAS)	57
TABELA IV. 2 - EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO AGRÍCOLA MÉDIO DA CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DE SÃO PAULO POR PERÍODOS DE 5 ANOS DE 1950-54 A 1980-84	68
TABELA IV. 3 - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE ÁLCOOL EM SÃO PAULO E NO BRASIL - 1970/71 E 1975/75 (EM MIL LTS.)	77
TABELA IV. 4 - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE ÁLCOOL (MIL M3) NO ESTADO DE SÃO PAULO E BRASIL ANO SAFRA 1975/76 A 1979/80	82
TABELA IV. 5 - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE ÁLCOOL (MIL M3) BRASIL E ESTADO DE SÃO PAULO SAFRA 1980/81 A 1985/86	85
TABELA IV. 6 - NÚMERO DE ARTIGOS TÉCNICOS PUBLICADOS SOBRE PESQUISA AGRÍCOLA PARA A CANA DE AÇÚCAR SEGUNDO A NATUREZA DA PESQUISA, ESTADO DE SÃO PAULO, 1927/77	88
TABELA IV. 7 - MEDIÇÃO DA TÉCNICA EMPREGADA NA CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR DO ESTADO DE SÃO PAULO 1971/80 (EM PERCENTAGEM DE ÁREA)	91
GRÁFICO IV.1 - USO DE ADUBAÇÃO EM CULTURA SELECIONADA POR ÁREA PLANTADA DO BRASIL 1970/80	91

V. O TRABALHADOR AGRÍCOLA DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA

GRÁFICO V.1 - EVOLUÇÃO DO USO DE TRATORES NA AGRICULTURA - BRASIL DE 1950 A 1985	116
GRÁFICO V.2 - PRODUÇÃO E CONSUMO APARENTE DE NPK BRASIL DE 1960 A 1983 (EM MIL TONELADAS DE NUTRIENTES)	117
GRÁFICO V.3 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA FROTA NACIONAL DE TRATORES - BRASIL 1980	118
TABELA V.1 - DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS ESTRATO DE ÁREA	121
TABELA V.2 - DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA TOTAL POR ESTRATO DE ÁREA	122
TABELA V.3 - RAZÕES PELAS QUAIS OS USINEIROS MUDARAM O REGIME DE TRABALHO NAS USINAS (RESPOSTA A PERGUNTA PORQUE RAZÃO SE DEU PREFERÊNCIA AO SISTEMA DE CAMARADAS FIXOS OU EVENTUAIS, TENDO DEIXADO DE LADO OS SISTEMAS DE COLONOS, PARCEIROS E ARRENDATÁRIO)	149
GRÁFICO V.4 - MEDIÇÃO DA TÉCNICA EMPREGADA NA CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DE SÃO PAULO 1971 (EM PORCENTAGEM DE ÁREA)	153
QUADRO V.1 - AVALIAÇÃO DA MECANIZAÇÃO, USO DE MÃO-DE-OBRA E DEPENDÊNCIA DO TRABALHO HUMANO POR OPERAÇÃO DAS ATIVIDADES DE COLHEITA	155
TABELA V.4 - TRABALHADORES AGRÍCOLAS OCUPADOS NAS TERRAS DAS USINAS PESQUISADAS - 1958 - 1968	157

VI. IMPACTOS SOCIAIS DO PROÁLCOOL SOBRE AS RELAÇÕES DE TRABALHO NA AGROINDÚSTRIA PAULISTA

TABELA VI. 1 - COMPARATIVO DA ÁREA CULTIVADA COM CANA-DE-AÇÚCAR, SÃO PAULO, REGIÃO NORTE/NORDESTE E OUTROS ESTADOS 1975 - 1980 E 1984 (EM MIL HAS.)	159
GRÁFICO VI. 1 - MEDIÇÃO DA TÉCNICA EMPREGADA NA CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DE SÃO PAULO 1980 (EM PORCENTAGEM DE ÁREA)	160
TABELA VI. 2 - COMPARATIVO DE PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR, PRODUÇÃO DE ÁLCOOL, RENDIMENTO AGRÍCOLA E RENDIMENTO INDUSTRIAL SÃO PAULO 1975/85	161

VII. IMPACTOS SOCIAIS DO PROÁLCOOL - OS RESULTADOS DE UMA PESQUISA EMPÍRICA

TABELA VII.1.1 - CARACTERÍSTICAS PESSOAIS DOS ENTREVISTADOS - IDADE	194
GRÁFICO VII.1.1 - CARACTERÍSTICAS PESSOAIS DOS ENTREVISTADOS - SEXO	195
GRÁFICO VII.1.2 - CARACTERÍSTICAS PESSOAIS DOS ENTREVISTADOS - ESCOLARIDADE	196
TABELA VII.1.2 - CARACTERÍSTICAS PESSOAIS DOS ENTREVISTADOS - ESTUDO ATUAL - COMPARATIVO 1980/92	197
TABELA VII.1.3 - ESTRUTURA FAMILIAR DOS ENTREVISTADOS - TAMANHO DE FAMÍLIA	198
GRÁFICO VII.1.3 - CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO E ESCOLARIDADE DAS CRIANÇAS	199
TABELA VII.1.4 - COMPARAÇÃO ENTRE MÉDIAS DE TAMANHO DE FAMÍLIA, NÚMERO DE TRABALHADORES, TRABALHADORES NA LAVOURA E TRABALHADORES NA CANA	200
TABELA VII.1.5 - DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS POR NÚMERO DE PESSOAS QUE TRABALHAM NA FAMÍLIA - COMPARATIVO 1980/1992	200
TABELA VII.1.6 - DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS PELA CIDADE DE NASCIMENTO E LOCALIDADE EM QUE MOROU MAIS TEMPO - COMPARATIVO 1980/1992	201
TABELA VII.1.7 - COMPARAÇÃO ENTRE MÉDIA DE IDADE, TEMPO DE TRABALHO, TEMPO DE TRABALHO NA LAVOURA, TEMPO DE TRABALHO NA CANA	202
TABELA VII.1.8 - DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS POR RELAÇÃO DE TRABALHO ANTERIOR À CANA - 1992	203
TABELA VII.1.9 - DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS POR RELAÇÃO DE TRABALHO ANTERIOR A CANA - 1992	203
GRÁFICO VII.2.1 - DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS POR FREQUÊNCIA DE REGISTRO EM CARTEIRA - COMPARATIVO 1980/1992	205
TABELA VII.2.1 - DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS PELA FORMA DE RECRUTAMENTO NA USINA ATUAL - COMPARATIVO 1980/1992	206
TABELA VII.2.2 - DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS POR MOTIVO DA ESCOLHA DA USINA ATUAL - COMPARATIVO 1980/1992	207
TABELA VII.2.3 - DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS POR MOTIVAÇÃO/EMPREGO - 1992	208
GRÁFICO VII.2.2 - DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS PELO NÚMERO DE VEZES	209

TABELA VII.2.4 - DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS PELA FORMA DE DEMISSÃO E MOTIVO - COMPARATIVO 1980/1992	210
TABELA VII.2.5 - DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS POR ROTATIVIDADE INFORMADA NO ANO/SAFRA ANTERIOR À PESQUISA	211
TABELA VII.2.6 - COMPARAÇÃO ENTRE MÉDIAS DE TEMPO DE TRABALHO NA CANA, NA USINA E COM O EMPREITEIRO	212
TABELA VII.2.7 - DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS POR CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA DE PAGAMENTO- CÁLCULO E PERIODICIDADE	213
TABELA VII.2.8 - COMPARAÇÃO ENTRE MÉDIAS DE GANHO SEMANAL DECLARADO - COMPARATIVO 1980/1992	214
GRÁFICO VII.2.3 - DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS PELA PRODUÇÃO DIÁRIA DECLARADA NO CORTE DE CANA	215
TABELA VII.2.9 - DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS PELA IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELA ADMINISTRAÇÃO DO TRABALHO	217
TABELA VII.2.10 - DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS PELA CONCESSÃO DE ASSISTÊNCIA E BENEFÍCIOS (EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA, DE TRABALHO, ALIMENTAÇÃO, ASSISTÊNCIA MÉDICA E FINANCEIRA - COMPARATIVO 1980/1992	218
TABELA VII.2.11 - DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS QUE RECEBEM BENEFÍCIOS E ASSISTÊNCIA PELA IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA CONCESSÃO (EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA, DE TRABALHO ALIMENTAÇÃO, ASSISTÊNCIA MÉDICA E FINANCEIRA) - COMPARATIVO 1980/19	219
TABELA VII.2.12 - DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS PELA CONCESSÃO DE REIVINDICAÇÕES SINDICAIS - COMPARATIVO 1980/1992	220
TABELA VII.3.1 - DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS PELA IDENTIFICAÇÃO DO PATRÃO - COMPARATIVO 1980/1992	223
TABELA VII.3.2 - DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS PELA ASPIRAÇÃO COM RELAÇÃO AO PATRÃO - COMPARATIVO 1980/1992	223
TABELA VII.3.3 - DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS POR PROPENSÃO A DEIXAR A CANA - COMPARATIVO 1980/1992	225
TABELA VII.3.4 - DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS POR EMPREGO/ATIVIDADE DESEJADA - COMPARATIVO 1980/1992	225
TABELA VII.3.5 - DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS POR EMPREGO/ATIVIDADE DESEJADA PARA O FILHO	226
TABELA VII.3.6 - DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS PELA OPINIÃO SOBRE O FUTURO DOS FILHOS	226
TABELA VII.3.7 - DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS PELA PERCEPÇÃO DA IMAGEM DO COLHEDOR NA CIDADE	227

TABELA VII.3.8 - DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS SOBRE FILIAÇÃO SINDICAL - COMPARATIVO 1980/1992	229
TABELA VII.4.1 - DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS PELO SALÁRIO SEMANAL DECLARADO - COMPARATIVO 1980/1992	231
TABELA VII.4.2 - DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS POR MOTIVO DA AVALIAÇÃO DO GANHO	231
TABELA VII.4.3 - COMPARAÇÃO ENTRE MÉDIAS DE GANHO SEMANAL DECLARADO E DESEJADO - COMPARATIVO 1980/1992	232
TABELA VII.4.4 - DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS PELO NÚMERO DE ACIDENTES DE TRABALHO - COMPARATIVO 1980/1992	233
TABELA VII.4.5 - DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS PELO LOCAL DE ATENDIMENTO DO ÚLTIMO ACIDENTE DE TRABALHO - COMPARATIVO 1980/1992	233
GRÁFICO VII.4.1 - DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS PELA AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO - 1992	234
GRÁFICO VII.4.2 - DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS PELA JUSTIFICATIVA DA AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO	235

I - INTRODUÇÃO

"Quando escolhi o título de "Drama do açúcar" é porque outro qualquer seria inexpressivo, vazio, pois onde existem a dor, o clamor, a miséria, a exploração e as lutas, eu teria de me deixar impressionar pelo aspecto dramático do problema açucareiro. Mas, não somente a economia açucareira com suas crises de preço e de produção, com a restrição às vezes alarmante das safras me feriu a atenção. Em face do fato econômico qual a situação do trabalhador rural, do operário, do fornecedor de cana?(...)". Em 1940 assim Gileno de Cárli descrevia a questão social da lavoura canavieira quando prefaciava seu livro, escrito depois de visitar mais de cinco países produtores de açúcar. Hoje, ainda estamos nos perguntando sobre o caráter desse drama do açúcar. Simples, rústica e poderosa, a cana parece à primeira vista uma planta menor, uma gramínea a qual se amassa, tira-se o suco, cozinha-se, cristaliza-se ou destila-se. Um processo de produção também primário e, de certa maneira, bruto, porém que se reflete em tantas conseqüências para tudo aquilo que gravita ao seu redor. Daí talvez advenha a atração exercida por ela. Da ambiguidade que encerra o seu primitivismo e rusticidade, de um lado, e sua modernidade dinâmica e atual, de outro. De seu poder de superar os tempos, confundindo-se há centenas de anos com a História do país. De sua capacidade de reordenar cenários, recompor a vida e as relações entre os homens que a ela se subordinam. É isto que atrai no mundo dos canaviais. Sua fragilidade poderosa nos instiga a conhecê-lo, a desvendar a sua mágica, entender o seu drama. É daí que tiramos grande parte da motivação que produziu este trabalho. ¹

Este estudo é resultado das dúvidas e inquietações que surgiram no decorrer de seis anos de convivência com o universo das usinas de açúcar do interior de São Paulo. Entre 1980 e 1986, portanto durante a fase em que a lavoura canavieira expandia-se mais aceleradamente no estado, tivemos oportunidade de entrar em contato com uma realidade extremamente dinâmica, intensa e diversificada, do ponto de vista da sua vida social e da sua lógica econômica, produtiva e organizacional. Tudo parecia estar em movimento nas localidades canavieiras por essa época.

(1) Gileno de Cárli, *Drama do Açúcar* (Rio de Janeiro: Pongetti, 1941), introdução.

A finalidade deste texto consiste em encontrar meios de captar uma parte desse movimento. Para nos conduzir a este entendimento elegemos, como eixo principal, a implantação do Programa Nacional do Alcool e suas conseqüências para as condições, o processo e as Relações de Trabalho na agroindústria. Uma tarefa que estará cumprida tanto quanto conseguirmos identificar a natureza, a extensão e a qualidade das mudanças que mais afetaram os trabalhadores agrícolas empregados na produção de cana-de-açúcar nas localidades onde o setor expandiu-se de forma acentuada nestes últimos quinze anos.

Para atingir os objetivos propostos sentimos necessidade de retroceder um pouco mais no tempo. De resgatar a história pregressa dessa agroindústria em São Paulo, compreendendo as origens do seu processo de implantação e desenvolvimento no estado. Somente dessa maneira poderíamos demonstrar como ela vai sofrendo sucessivas alterações nas suas formas de produção e de interação com o espaço em que está inserida, desde o início do século. Assim contextualizadas, as mudanças provocadas pelo Proálcool encontram o seu devido lugar, como parte integrante e influenciadora, mas ao mesmo tempo, dependente e tributária de uma história, mais ampla e duradoura, da lavoura canavieira no país e no Estado de São Paulo.

O foco principal de nossas análises e desse resgate histórico esteve sempre centrado nas três instâncias que caracterizam os agentes privilegiados do processo que se pretende estudar:

1. **Os empresários e os empreendimentos agroindustriais**, responsáveis pela definição e implementação das políticas e práticas organizacionais referentes às Relações de Trabalho, atores com interesses bastante demarcados e específicos, onde predomina a defesa de uma lógica econômico-produtiva que garanta a valorização e a reprodução do capital;
2. **Os trabalhadores assalariados temporários empregados nas operações agrícolas desses empreendimentos** que, no pólo oposto, ao mesmo tempo estabelecem vínculos de cooperação e complementariedade à ação empresarial e empenham-se passiva ou agressivamente em negá-la, em resistir à sua implementação.
3. **O Estado**, o terceiro ator e talvez aquele ao qual menos pudemos nos dedicar nos limites deste estudo. Teoricamente o seu papel é de regulamentador e árbitro das relações entre os principais agentes, mas na vida real, na especificidade do caso brasileiro e mais ainda deste setor econômico acaba intervindo e dando grande parte de seu direcionamento. É representado aqui pelas mudanças de estratégia que vão ocorrendo com o Proálcool e suas conseqüências para trabalhadores e empresários.

Acreditamos ter reunido elementos suficientes para analisar a hipótese de que houve uma evolução significativa na base técnica, econômico-produtiva e organizacional das usinas e destilarias paulistas em função dos estímulos do Proálcool. Estas mudanças induziriam a uma transformação radical nos padrões de Relações de Trabalho estabelecidos entre os atores acima descritos. Entretanto, apesar de intensas, estas transformações se efetivam apenas parcialmente. Elas chegam a diferenciar o trabalhador assalariado canavieiro das demais formas de trabalho utilizadas pela agricultura, mas não conseguem promover rupturas em características essenciais dessa relação. A agroindústria preserva assim práticas conservadoras, que são funcionais para a manutenção das atuais formas de subordinação econômica e ideológica de sua mão-de-obra, mas que terminam por inibir as suas próprias forças de progresso e modernização.

A resistência ao novo e a preservação do tradicional não aparece como um projeto pré-concebido e sistematicamente organizado pelos empresários. Ela também não é unilateral, estando presente no comportamento passivo ou ativo dos trabalhadores rurais. A princípio, manifesta-se a nível da cultura, dos valores e das formas de organização dos agentes sociais envolvidos. Depois invade o mundo da produção, inviabilizando, em alguns casos, a própria evolução técnica dos processos, que seria favorecedora do capital, por dar-lhe maior competitividade, podendo inclusive torná-lo mais autônomo em relação ao Estado.

O fato de não terem ocorrido mudanças fundamentais o suficiente para se tornarem definitivas, substanciais o bastante para alterar o caráter mais essencial das Relações de Trabalho permite que, na crise, os agentes sociais se abriguem no retrocesso aos padrões anteriores. Fecha-se assim o ciclo áureo do Proálcool sem mudança, ou com uma mudança que não altera o que há de estrutural nas relações vigentes.

Esta hipótese central, que procuramos desenvolver neste estudo, pode ser desagregada nas seguintes constatações intermediárias:

- O trabalhador assalariado canavieiro paulista se constituiu em uma categoria social em particular, diferenciando-se da mão-de-obra volante em geral, forma de trabalho tradicionalmente utilizada pela agricultura paulista desde os anos 50.
- O processo de diferenciação, embora em germe desde a absorção deste e de outros regimes de trabalho pela agroindústria, dinamizou-se e consolidou-se somente entre 1975 e 1985, quando encontrou condições especialmente adequadas para isso.

-
- Tais condições estão intrinsecamente relacionadas com o incremento qualitativo e quantitativo vivido pelo setor no período, caracterizado pelo progresso técnico e gerencial, por condições mais concorrenciais do mercado de trabalho, e pela intensificação da integração vertical do complexo agroindustrial.
 - Esse movimento de mudança se concretiza, de um lado, através de iniciativas empresariais, que buscam alcançar maior especialização, centralização e concentração dos processos e das Relações de Trabalho. E, de outro, pela ação passiva ou participativa dos trabalhadores, cujo comportamento oscila entre a indiferença, a cooperação e a resistência.
 - Nas atividades de corte de cana o processo e as Relações de Trabalho mantêm intocadas duas de suas características mais essenciais, o que viabiliza a preservação de práticas tradicionais de gestão do trabalho: **a predominância do trabalho manual sobre o mecânico e a manutenção de um Sistema de Pagamento por tarefa, em detrimento do pagamento por horas de trabalho.**

O texto que se segue realiza esse percurso e, dentro de seus limites, acreditamos que cumpre os objetivos propostos, exceção feita ao que se refere ao papel do Estado, que mereceria uma análise mais aprofundada. Uma abordagem mais apurada do Proálcool enquanto política pública talvez nos permitisse levantar uma nova hipótese, mais geral e abrangente. Uma hipótese que percebe o processo de mudança ocorrido como reflexo de uma lógica social a que este país sempre esteve submetido, onde a modernização acontece de forma localizada e circunstancial, e a evolução é sempre arquitetada prevendo o seu retrocesso. O Estado, enquanto a política e a gestão da coisa pública; os Empresários, enquanto ação empreendedora e força de progresso econômico; os Trabalhadores, enquanto movimento social e proposta de mudança, parecem entrar num jogo de cartas marcadas, cujo resultado final já está previsto no próprio enunciado de suas regras. Mas estas indagações não se explicam no nosso texto e configuram-se como tarefa para uma próxima pesquisa.

A descrição das análises resultantes deste estudo está organizada em sete capítulos. Neste primeiro procedemos a uma declaração de nossas intenções e de suas justificativas. No segundo realizamos uma exposição sobre os procedimentos metodológicos e de pesquisa adotados. O terceiro capítulo também é de cunho metodológico, nele buscamos compor a região que funcionará como ponto de referência para os dados secundários e a pesquisa empírica, onde colhemos as informações necessárias para operacionalizar conceitos e comprovar as hipóteses formuladas. O quarto capítulo é dedicado ao resgate teórico e histórico da agroindústria canavieira no Brasil e, em maior nível de detalhe, no Estado de São Paulo.

O trabalhador rural, as relações e o processo de trabalho na agricultura e na agroindústria canavieira são os focos de análise do capítulo quinto. Nele procede-se a uma reconstituição histórica das Relações de Trabalho da fase agrícola do processo produtivo agroindustrial, do colonato até o advento do trabalho assalariado. Discutem-se as especificidades da modernização técnica na agricultura e suas implicações no uso de diferentes formas de trabalho, mostrando-se que a agroindústria canavieira paulista já se diferenciava, antes mesmo de sua evolução mais recente. No capítulo sexto demonstramos como o Proálcool produzirá um conjunto de fatores indutores de uma mudança especial nas Relações de Trabalho, e como empresários e trabalhadores responderão e serão afetados por ele.

Finalmente, no capítulo sétimo descrevemos e analisamos os resultados de duas pesquisas empíricas, realizadas com trabalhadores assalariados canavieiros na região escolhida para este estudo. Através da comparação dos dados objetivos e subjetivos colhidos junto a esta população vamos construindo o quadro de mudanças e de preservação que se foi consolidando com a agroindústria pós-Proálcool.

Temos certeza que empreendemos o melhor dos nossos esforços do ponto de vista teórico, metodológico e da pesquisa empírica para construir um retrato, o mais fiel e representativo possível, daquilo que nos propusemos a estudar. Mas, ao terminarmos este trabalho, reafirma-se uma outra certeza. A de que a realidade, quando incorporada intensamente através de nossas experiências de vida, quando adquirida através dos sentimentos e das emoções provocadas pelo relacionamento direto com o mundo e com as pessoas, é muito maior do que qualquer teoria, não encontrando, assim, espaço suficiente para se expressar por inteiro nos limites de um trabalho acadêmico.

Por tudo isso, na hora em que terminamos este trabalho prevalece a sensação de que tínhamos uma dívida e não sabemos se a resgatamos satisfatoriamente. Durante seis anos de nossas vidas fomos construindo implícita e silenciosamente um compromisso com aqueles que nos ensinaram a andar pelos canaviais. Com desprendimento, humildade e paciência eles nos contaram tudo sobre as suas vidas e depositaram no nosso trabalho uma enorme esperança. Hoje sabemos que somente a eles cabe dar direção ao seu destino, pois o mundo dos canaviais é deles, não nosso. Cabe a nós apenas reconhecer o aprendizado, a lição de vida e de perseverança, e por ela agradecer. Seria impossível nominar todos eles, aliás na maioria são trabalhadores anônimos, mas podem aqui ser representados pelos seus Hélios, Luíses, Anísios, Totonhas e Toninhos com os quais tivemos o privilégio de conviver. É a eles que agradecemos e a quem ainda nos declaramos em dívida.

II - METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

O escopo deste estudo insere-se no âmbito das análises sobre como se organiza o trabalho, o processo de trabalho e as relações sociais daí decorrentes. Entende-se por Relações de Trabalho as formas específicas de manifestação dos vínculos que se estabelecem entre capital e trabalho, entre trabalhadores e empresários. São vínculos que expressam e ao mesmo tempo escondem uma relação de oposição e de complementaridade, o que dificulta a sua identificação a partir dos comportamentos mais aparentes dos agentes sociais envolvidos.

Como qualquer produto da ação e da interação humana, as Relações de Trabalho somente podem ser entendidas de uma perspectiva histórica. Portanto, não nos interessam neste estudo as ações deste ou daquele empresário, de um trabalhador ou de um movimento de trabalhadores específico. Mas tentaremos apreender aquilo que, originado da iniciativa individual ou coletiva, consciente ou inconsciente, cristalizou-se e generalizou-se, tornando-se prática social efetiva dos grupos que atuam no processo estudado. ¹

O movimento de mudança social que nos propomos a analisar é portanto complexo e multifacetado do ponto de vista de suas causas, conseqüências e da diversidade de atores envolvidos. Esta dupla necessidade, de superar o comportamento e o discurso mais aparente dos agentes e dar conta da diversidade e complexidade dos temas de pesquisa, levou-nos a definir as seguintes estratégias metodológicas:

- **a utilização de procedimentos de pesquisa diversificados, sendo os mais importantes:** a coleta, organização e sistematização de dados secundários; a realização de entrevistas estruturadas com técnicos do setor, gerentes e administradores de usinas, empreiteiros de mão-de-obra e outros informantes privilegiados; a observação roteirizada de processos de trabalho no campo.

(1) Conforme se observa em Lucien Goldmann em *Ciências Humanas e Filosofia*: "De outra parte, não sendo a consciência mais do que um aspecto real, mas parcial da atividade humana, o estudo histórico não tem o direito de limitar-se aos fenômenos conscientes, devendo vincular as intenções conscientes dos agentes da história à significação objetiva do seu comportamento e de suas ações.", Lucien Goldman, *Ciências Humanas e Filosofia* (São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967), pág. 27.

-
- a realização de dois "surveys" com trabalhadores assalariados canavieiros como procedimento básico para formação da principal base de dados para o trabalho. O primeiro foi realizado em 1980 com outros objetivos e seus resultados retabulados e atualizados. O segundo foi colocado em campo em junho de 1992, tendo sido especificamente concebido para as finalidades deste estudo. Como se pode perceber decorre daí uma segunda opção metodológica: a **ênfase na abordagem histórico-comparativa** como estratégia básica para detectar as mudanças ocorridas nestes dois períodos.
 - a **abordagem histórico-comparativa**: consideramos que o uso desta metodologia pode definir, em grande medida, o sucesso em atingirmos os objetivos propostos. Através dela, procura-se estabelecer comparações entre dados sobre uma mesma realidade referentes a diferentes cortes temporais. A análise da evolução destes indicadores deverá permitir a formulação de inferências sobre o sentido geral das mudanças ocorridas.²
 - a **regionalização da área de pesquisa**: visando circunscrever os levantamentos de dados primários e secundários a um conjunto de municípios que se integrassem a critérios de representatividade capazes de garantir a presença dos agentes e dos movimentos de mudança que se pretende estudar. A definição da região, os pressupostos teóricos seguidos para isso e sua operacionalização encontram-se descritos em detalhe, por sua importância, num capítulo específico desta dissertação, exclusivamente dedicado a este tema.

Não nos deteremos mais na especificação de cada uma das metodologias utilizadas neste estudo. Isto é feito a cada capítulo ou segmento quando se usa um instrumento ou procedimento metodológico específico. Merecem destaque apenas os procedimentos de amostragem que definiram o número de entrevistas realizadas com trabalhadores assalariados canavieiros da região selecionada para análise.

(2) Para uma definição da metodologia de monitoramento de impactos sociais e análise de mudanças em diferentes períodos de tempo em uma situação dada vide K. Finstersbusch, C.P. Wolf, *Methodology of Social Impact Assessment* (New York: MacGraw-Hill, 1977).

O levantamento de dados primários junto aos trabalhadores assalariados canavieiros da região foi realizado com base na aplicação de 418 questionários, na primeira pesquisa em 1980, e 260 questionários, na segunda em 1992. A diferença entre as duas amostras se deve ao fato de que, na primeira pesquisa, contávamos com maior disponibilidade de recursos, o que propiciou maior abrangência da população estudada.

Assume-se que ambas sejam representativas da população regional de trabalhadores porque, obedeceram aos princípios estatísticos de casualidade e estratificação. Desde que se presuma que os valores da PEA Agrícola da região sejam compatíveis com a presença nela do trabalhador canavieiro. A amostra foi extraída proporcionalmente aos quinze municípios que formam a região escolhida, conforme os critérios desenvolvidos no capítulo III. Apesar disto ela não nos habilita a realizar constatações a nível local, ou seja, a população de trabalhadores de cada município está estatisticamente representada, mas nossas inferências têm valor somente em termos regionais e não para cada uma das cidades pesquisadas.³

Para definir as duas amostras levou-se em consideração:

- a previsão das dispersões de respostas para questões que se caracterizam como variáveis-chave dos questionários, feita com base em pesquisas anteriores com o mesmo tipo de população (declaração do ganho e da produtividade);
- o tamanho do universo considerado, dimensionado através da somatória da PEA Agrícola dos municípios que compõem a região de análise;

Operacionalizando estes parâmetros foram estabelecidos os números amostrais acima referidos que permitem, no caso da primeira pesquisa um nível de confiança (alfa) de 92% para um erro máximo (beta) de 0,80% e, no caso da segunda, um nível de confiança de 90% para um erro máximo de 1,25% das proporções estimadas.

Os dados coletados foram tabulados nos dois casos através do programa estatístico SPSS - Statical Package for Social Sciences realizando-se procedimentos de análise de frequência, cruzamentos entre variáveis e extraíndo-se medidas de tendência central. Vale ressaltar porém que, apesar dos cuidados estatísticos aqui referidos, não podemos considerar que as variáveis não contínuas, ou fortemente opinativas e de grande dispersão tenham igual representatividade para os dois períodos estudados. O que não acreditamos colocar limites restritivos de grande importância para as conclusões finais deste estudo.

(3) Conforme Waldemir Pereira, et al., *Estatística para as Ciências Sociais* (São Paulo: Editora Saraiva, 1980).

III. A REGIÃO ESTUDADA - A HISTÓRIA DO ESPAÇO DE PRODUÇÃO

Genericamente, para os fins propostos por este estudo, poderia-se considerar como região, um conjunto qualquer de municípios do Estado de São Paulo nos quais tenha ocorrido a expansão ou a instalação de empreendimentos agroindustriais canavieiros em função do Proálcool. A região constitui-se, na verdade, numa unidade de referência para o processo de pesquisa. Uma alternativa metodológica para garantir que a coleta e a agregação dos dados ocorra de forma coerente com os propósitos do trabalho.

Entretanto, o conceito de região se presta a inúmeras controvérsias teóricas e assume importância fundamental no contexto deste projeto. Por estes motivos ele merece uma análise mais apurada, que leve em conta os pressupostos teóricos adotados e as características específicas da realidade que se pretende estudar. O que nos permitirá definir critérios adequados e operacionalizáveis para a delimitação de nosso universo de pesquisa.

Neste capítulo procuramos proceder a esta análise visando:

- justificar a regionalização como alternativa para os objetivos deste estudo;
- estabelecer um conceito de região compatível com a perspectiva metodológica adotada;
- definir critérios operacionalizáveis para sua composição;
- compor a região selecionada a partir da aplicação destes critérios demonstrando seus limites e possibilidades.

III. 1 - ASPECTOS CONCEITUAIS ENVOLVENDO A QUESTÃO DA REGIONALIZAÇÃO

A opção pela regionalização se deve, principalmente, a impossibilidade de abranger o interior do Estado de São Paulo em sua totalidade. A heterogeneidade de situações que resultariam das diferentes formas de interação entre as agroindústrias e as localidades, certamente extrapolaria os limites de um modelo metodológico que associa dados secundários e primários, como aquele utilizado no presente trabalho.

Além disso, nossa perspectiva teórica indica que a estrutura social, econômica e política pré-existente - ou seja a história da região considerada - determina, em grande medida, o caráter do impacto social ocorrido, dando-lhe especificidade. Um estudo de grande abrangência perderia estas especificidades, altamente esclarecedoras do processo de mudança que se pretende investigar.

Atuar sobre um espaço delimitado permite ainda ganhar em profundidade, através de uma multiplicidade de técnicas de investigação que a pesquisa de largo espectro não poderia comportar. Permite obter dados e informações com maior nível de detalhe, realizar levantamentos empíricos, colher depoimentos e interagir diretamente com as localidades e empreendimentos. Tudo isto seria sem dúvida impossível para o conjunto de um estado que conta hoje com mais de 130 usinas e destilarias e no qual a cana-de-açúcar está presente em 287 dos seus 572 municípios.¹

Os argumentos favoráveis ao uso da região como estratégia metodológica não eliminam a necessidade de se adotar critérios cuidadosos para constituí-la. A regionalização não pode se resumir a um simples exercício aleatório de delimitação geográfica. A sua definição deve ser precisa e compatível com o objeto de pesquisa, de forma a garantir o escopo, o foco e a capacidade de generalização do estudo que se pretende realizar.

São estes motivos que nos levam a descartar soluções simples para demarcar o que aqui chamamos de região. Alternativas mais fáceis, como acompanhar exclusivamente o contorno dos canaviais, ou dos municípios sede dos empreendimentos agroindustriais, ou ainda, das divisões político-administrativas nas quais está repartido o mapa do Estado de São Paulo, se adotadas como critérios únicos demonstrariam-se insuficientes.

(1) Dados obtidos na publicação do Conselho Estadual de Energia, *Pesquisa de Mercado do Alcool de Cana Produzido no Estado de São Paulo* (São Paulo, 1987).

Procuraremos então, buscar um "mix" de critérios próprios, advindos da natureza do trabalho de pesquisa proposto e do enquadramento teórico que a ele se quer dar. Para tanto, é preciso lembrar que o conteúdo mais essencial deste estudo está focado na questão das relações sociais e de trabalho. Ou seja, a **produção e os seus principais agentes ocupam papel preponderante em nossas preocupações**. A produção tomada em seu sentido mais amplo, enquanto produção econômica e enquanto produção social.

Desta forma não se trata de demarcar um espaço geográfico exclusivamente, mas de **definir um espaço de produção**. Um espaço onde os elementos vitais do processo produtivo estejam presentes, em movimento e se façam mostrar para a pesquisa, viabilizando seus resultados. Nesta perspectiva, circunscrever nossa região significa reconstruir o espaço onde a produção sucro-alcooleira se realiza, onde ela encontra e reproduz os meios necessários para isso.

Com esta definição tentamos nos aproximar do conceito empregado por Francisco de Oliveira onde:

" uma região seria, em suma, o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital, e, por conseqüência uma forma especial de luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer nos pressupostos de reposição." ²

Esta forma especial de reprodução do capital pode ser traduzida para o nosso caso específico, na maneira pela qual o empreendimento agroindustrial - que é o capital usineiro paulista materializado e em movimento - se relaciona com o espaço geográfico, social, econômico e político ao seu redor. Delimitar este espaço significa delimitar uma região capaz de ser utilizada para os fins últimos de nosso trabalho.

(2) Francisco Oliveira, *Elegia para uma Re(li)gião* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977), pág. 29.

III. 2 - AS RELAÇÕES ENTRE A ATIVIDADE EMPRESARIAL E O ESPAÇO

Todo setor de atividade econômica ou empresa em particular tem interesses a preservar no espaço em que se insere. A escolha e a administração deste espaço é essencial para sua manutenção e sobrevivência, ainda que seu mercado consumidor esteja bastante distante dele. Teóricos dos chamados "Estudos de Localização Industrial" esforçaram-se por desenvolver métodos sofisticados para identificar espaços apropriados para a especialidade de cada empreendimento econômico, buscando formas científicas de resolver o problema da seleção.³

Já o processo de administração dos espaços de inserção ganha formas mais diversificadas e menos objetivas, perenizando-se através do tempo por toda a vida das organizações. Seu exercício tem um caráter predominantemente político, transcendendo a racionalidade produtiva e se efetivando no âmbito público, através da participação do segmento de capital interessado no jogo de influências da localidade ou diretamente nos mecanismos de poder que tomam decisões sobre ela.

Há casos ainda em que localização e administração se confundem na iniciativa empresarial. Neles o capital cria o espaço ao seu redor e se responsabiliza diretamente pela sua administração. Surge assim uma espécie de monopólio sobre as decisões e o controle das relações sociais que acontecem na órbita do empreendimento.⁴

(3) Quanto este tema na teoria das organizações vide: R.A. da Silva, *Contribuições à Teoria da Localização Industrial* (São Paulo: Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas/Universidade de São Paulo, 1965).

(4) Estudos realizados em 1982 para o Banco Mundial sobre impactos do Proálcool a nível nacional demonstravam empreendimentos alcooleiros sendo implantados em regiões pioneiras - cerrado de Goiás, Norte de Mato Grosso e Minas Gerais, que apresentavam na época sérias dificuldades de viabilização por não contarem com um "espaço de produção adequado". Importavam mão-de-obra braçal de regiões distantes, não conseguiam fixar funcionários de maior qualificação e sentiam a distância dos centros de produção e manutenção dos equipamentos instalados. Como pode ser observado em *Impactos Sociais do Proálcool* (Relatório de Pesquisa realizada pelo IA-FEA/USP, 1982), Convênio MIC - Ministério da Indústria e Comércio e Banco Mundial.

É interessante observar como na história da industrialização do Brasil estes casos são comuns. Talvez como resultado de nossa entrada tardia nos vários ciclos industriais são frequentes as situações em que o meio social demonstra-se insuficiente para as necessidades dos empreendimentos, exigindo a ação do capital privado fora dos limites estritamente produtivos. O Projeto Jari, na Amazônia é um exemplo extremo, recente, polêmico e mal sucedido de criação "artificial" de espaços externos para viabilizar uma iniciativa empresarial. Exemplo mais antigo e devidamente incorporado pela história do industrialismo brasileiro, são as vilas operárias construídas pelos Capitães de Indústria da cidade de São Paulo nas décadas de 20 e 30. ⁵

No caso do empreendimento agroindustrial canavieiro estas relações com o espaço adquirem maior importância e essencialidade. Para subsistir este tipo de empreendimento estabelece uma relação íntima com tudo aquilo que está à sua volta. O espaço que forma o mundo dos canaviais é, em vários sentidos e paradoxalmente, ampliado, diminuído, organizado, revolvido, domesticado, agredido e protegido pela agroindústria.

De certo modo, falar do processo produtivo agroindustrial significa falar de um processo de ocupação e utilização dos espaços. Mas, dentre as várias formas de utilização/ocupação duas se destacam pela importância que assumem para a agroindústria e para nosso estudo: **o espaço como meio de produção de matéria prima - a terra e os seus canaviais; e o espaço como meio de reprodução da força de trabalho - a cidade e os trabalhadores rurais.**

(5) Sobre a criação das vilas operárias ver: E.A Blay, *Eu Não Tenho Onde Morar: Vilas Operárias na Cidade de São Paulo* (São Paulo: Nobel, 1985).

III. 3 - AS RELAÇÕES ENTRE A AGROINDÚSTRIA E O ESPAÇO COMO MEIO DE PRODUÇÃO DE MATÉRIA-PRIMA

A agroindústria vai moldando o cenário físico, social e político de acordo com sua lógica produtiva mas, talvez para o observador comum, seja mais marcante e visível sua interferência no ambiente físico-geográfico. As grandes extensões dos canais ampliam-se no horizonte e perdem-se de vista. Gravitam em torno da unidade industrial marcando na paisagem a relação de extrema dependência que ancora a usina à terra.

A cana-de-açúcar é uma matéria prima volumosa, cujo transporte é caro e a administração operacional complexa. Uma vez cortada inicia-se um processo de deterioração que implica perda crescente de açúcar, o que exige um intervalo entre corte e moagem sempre inferior a 36 horas. São características naturais da biologia e da anatomia deste vegetal, as quais a tecnologia hoje disponível não permite alterar.

Subordinada assim à natureza de sua matéria prima a agroindústria busca, permanentemente, encontrar estratégias para aproximar e integrar a produção industrial da agrícola. Tratam-se de dois momentos de um mesmo processo, mas que são singularmente diferentes entre si. Duas destas estratégias são fundamentais para a sobrevivência do empreendimento agroindustrial: estabelecer seus domínios agrícolas concentrados a uma distância rigorosamente calculada da área industrial, de forma que tudo funcione em tempos precisos e controlados durante o processamento e, em segundo lugar, a busca contínua de alternativas de transporte que otimizem o tempo e o custo desta operação.

Neste sentido, não é a terra em geral que se configura como elemento fundamental para a agroindústria, mas a terra fértil e dentro de um determinado limite de proximidade da indústria. Diferentemente de outros tipos de processamento agroindustrial, que transformam produtos menos perecíveis, a agroindústria alcooleira necessita de um maior grau de integração entre a fase agrícola e industrial, o que a torna mais "amarrada" e dependente da terra como elemento vital para a produção de matéria prima. ⁶

(6) Estima-se que, com os meios de transporte atuais e em termos médios para o Estado, a distância média entre o canal e a unidade produtiva seja econômica entre 30 a 40 Km.

Vem daí o adensamento dos canaviais, que parecem querer invadir as cidades e sufocar tudo aquilo que lhe pareça estranho. Vem daí também as alternativas tecnológicas de transporte de cana em quantidades colossais, desenvolvidas pelas usinas em conjunto com a indústria automobilística especializada em transporte de carga. Mas, apesar destes esforços, como a terra é um recurso relativamente não reproduzível e a redução do custo de transporte sempre limitada, **a proximidade física entre lavoura e indústria será sempre uma condição de existência para a agroindústria.**

O uso do espaço como meio de produção pela agroindústria pode portanto ser identificado através de uma mudança do cenário regional, onde a lavoura canavieira passa a ocupar de forma intensiva a terra nas proximidades da destilaria ou usina. O processo daí decorrente já foi bastante analisado pela bibliografia. Ocorre um deslocamento das culturas tradicionais da região e a diminuição das áreas cobertas por matas e pastagens. Há uma redefinição da estrutura fundiária, em prol de uma maior concentração da propriedade e, principalmente, do uso da terra. Um processo acelerado de valorização do preço da terra se instaura, terminando por especializar a região no produto e tornando-a monocultora, caso não haja outro, tão "nobre" quanto, para lhe fazer frente.

Este processo é facilmente identificável pela alteração da composição dos produtos agrícolas dos municípios. Que pode ser analisada do ponto de vista econômico: a **importância relativa do valor da produção gerado**, ou quanto a participação na ocupação das terras: **área plantada ou colhida com cana comparada com demais produtos agrícolas**. Como veremos a seguir, estes dois indicadores deverão ser utilizados na delimitação da região de estudo a ser utilizada nesta pesquisa.

III. 4 - AS RELAÇÕES ENTRE A AGROINDÚSTRIA E O ESPAÇO COMO MEIO DE REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Menos visível, porém tão intimamente ligada a vida produtiva das agroindústrias quanto o cenário geográfico é a ordem social que se instaura nas regiões canavieiras paulistas. A cidade é o espaço privilegiado dos agentes presentes nestas relações e, dentre eles, se destacam, pelo número e importância, os trabalhadores agrícolas.

Não vamos analisar detalhadamente a questão dos trabalhadores agrícolas da agroindústria neste item. Desenvolveremos a este respeito um capítulo específico, uma vez que eles se constituem no nosso principal foco de estudo. Importa assinalar que, como um empreendimento altamente intensivo em mão-de-obra nas suas atividades agrícolas, a agroindústria usa o ambiente urbano como espaço de reprodução desta força de trabalho.

Para que este espaço seja utilizado de forma conveniente é preciso que ele esteja ocupado e organizado de forma a facilitar o processo de captação de mão-de-obra na quantidade e qualidade que a agroindústria necessita. Qualquer desajuste nesta ordem pode provocar riscos para a agroindústria, que, portanto, esforça-se por mantê-lo e administrá-lo. O palco em que estas relações se estabelecem é o mercado de trabalho regional. Sobre ele o empreendimento tentará exercer o máximo controle para não sofrer discontinuidades em seu processo produtivo.

A dinâmica deste processo produtivo, comumente chamada de safra, caracteriza-se por um período de grande intensidade de trabalho. Há um ritmo, determinado pela plena ocupação dos equipamentos industriais, que deve ser seguido rigorosamente, sob pena de perda de lucratividade.

Pesa aqui, novamente sobre a empresa alcooleira, sua dependência frente as condições naturais. Passado determinado período do ano a matéria prima perde suas condições de moagem. O ciclo vegetativo da cana impõe uma redução na quantidade de açúcares que ela armazena inviabilizando economicamente o seu processamento. O uso inadequado do tempo torna-se absolutamente irrecuperável, o que faz com que o tempo da safra seja contado em minutos e segundos.⁷

(7) Esta guerra contra o relógio forma uma verdadeira cultura de safra, que se propaga dentro e fora dos limites da empresa. Tudo se movimenta mais rápido nas cidades nesta época do ano, caracterizando um modo de vida bastante particular e marcante nas regiões canavieiras.

Tudo isto leva a que a dependência "natural" da indústria em relação a agricultura transforme-se em uma dependência de mercado. A agroindústria vê-se tão amarrada ao mercado de trabalho quanto está vinculada à terra e à seqüência das estações do ano. Neste sentido, como também acontece com a terra, e o bom tempo, o que lhe interessa é a abundância. Contar com uma quantidade superavitária de trabalhadores nas cidades circundantes significa estar em condições vantajosas neste mercado. Significa poder dispor de mão-de-obra a baixo custo e em melhores condições de administração.⁸

Nos primeiros tempos do Proálcool em algumas regiões do estado surgiu a questão da escassez de mão-de-obra. Muitas vezes esta questão era colocada como um problema para viabilização dos empreendimentos e, por consequência, do próprio programa.

Como todas as usinas de uma região concorrem pela mão-de-obra numa mesma época, uma vez que a maturação é razoavelmente homogênea pois depende do clima e da qualidade de solo, elementos intrínsecos à região, surgem situações de aparente escassez de trabalhadores em determinadas localidades. A qualificação de aparente deve-se ao fato de que a sazonalidade da demanda torna a escassez um fenômeno absolutamente circunstancial. Ou seja, é possível ocorrer escassez de trabalhadores agrícolas por alguns dias, numa situação de pico de safra, ou coincidência de épocas de colheita com outras culturas. A escassez não pode ser vista como um dado estrutural exceto em circunstâncias bastante específicas. Trata-se na verdade de uma dificuldade administrativa privada, que, por vezes, a ótica da usina prefere transformar em "problema social" evitando equipar-se para enfrentá-la.

Na história paulista do Proálcool houve, sem dúvida, raros momentos em que a balança do mercado pendeu para o lado dos trabalhadores, conferindo-lhes, temporariamente, maior poder de barganha. Porém, como procuraremos demonstrar no decorrer desta pesquisa, estes momentos nunca chegaram a afetar de forma definitiva as características estruturalmente oligopsônicas deste mercado de trabalho.

(8) Embora não tenha a mesma importância da matéria prima, que analisamos no item anterior, a administração operacional das turmas de colheita é também de gerenciamento bastante complexo. Ela deve estar sincronizada com o carregamento e com o próprio transporte, obedecendo sempre o ritmo da moenda e a seqüência dos diferentes níveis de maturação dos talhões. Como as distâncias são grandes, as turmas de corte de determinada cidade devem corresponder em número de trabalhadores à quantidade de cana a ser colhida num determinado raio de atuação, nas proximidades desta cidade. Fica patente que a administração destas dificuldades é mais confortável em situações de abundância de trabalhadores nos mercados locais por ocasião da colheita. Sobre este assunto vide: Vários autores, *Gerência Agrícola de Destilarias de Alcool* (Piracicaba: IAA/Planalsucar, 1984).

Isto se deve, em parte, pela dedicação e cuidado com que a agroindústria preserva o que chamamos aqui de espaço de produção. Os empreendimentos não se limitam a participar do mercado de trabalho mas empenham-se em intervir nele. Estas intervenções acontecem de formas diversas, sendo mais ou menos diretivas, dependendo da região e do tipo de empreendimento considerado. Promovem-se imigrações de levas de trabalhadores, transportando-os com suas famílias das regiões de origem. Estimula-se a fixação através da prestação de serviços de atendimento social e da concessão de benefícios. Buscam-se mecanismos de atração, fazendo gestões junto a órgãos públicos para a implantação de equipamentos sociais nas cidades. A agroindústria empreende enfim uma série de iniciativas que visam adaptar o mercado às suas necessidades, o que quer dizer, como já vimos, torná-lo excedente.

Por todos estes motivos a expansão dos canaviais implica a expansão das populações das cidades circunvizinhas. Nelas, um tipo especial de morador, o trabalhador agrícola volante, passa a prevalecer. Embora ele se dissemine por todas as zonas urbanas da região alguns municípios apresentam maior vocação para abrigá-los, quase que se especializando nesta função dentro da dinâmica regional. Outras cidades são mais seletivas e pela tradição ou qualidade dos serviços urbanos, têm seu espaço reservado para moradores melhores posicionados na hierarquia da sociedade dos canaviais.

Configura-se assim no cenário social construído pela lavoura canvieira este ator privilegiado de nosso trabalho: o assalariado canvieiro. Buscaremos identificar a sua participação relativa na população do município como um dos critérios para a definição de nossa região. Deve-se ressaltar desde já, que sua presença nas informações estatísticas oficiais é bastante limitada. Constatamos que, em si, já traz alguns indícios da imagem desvalorizadora e estigmatizada que lhe é imputada pela sociedade.

III. 5 - AS RELAÇÕES ENTRE A AGROINDÚSTRIA E O ESPAÇO - OUTRAS CARACTERÍSTICAS DO MEIO SOCIAL

Nosso trabalho não pretende analisar em profundidade todo o amálgama de relações e agentes que constituem o espaço social da agricultura canavieira. Utilizamos-nos porém, deste item para abordar mais duas características bastante peculiares destas sociedades, que são aqui tratadas porque derivam e, ao mesmo tempo, interferem na história da expansão do empreendimento agroindustrial moderno no interior paulista. São elas **as referências locais da identidade social do empresariado usineiro regional e a diversificação que ocorre na estrutura das sociedades**, decorrentes da multiplicidade de funções e ocupações que são empregadas ou gravitam em torno dos empreendimentos.

Ao contrário do que acontece em outras zonas canavieiras do Brasil, como no Nordeste por exemplo, no interior do Estado de São Paulo, e particularmente nos municípios que pretendemos estudar, existem fortes vínculos unindo os empreendimentos e seus empresários ao contexto social local.

O capital que forma o complexo agroindustrial tem suas raízes na própria localidade. A origem social do empresariado, por decorrência, também. Além disso, por tradição ou estratégia empresarial, as últimas gerações das famílias proprietárias dos empreendimentos permaneceram residindo na região e à testa de seus negócios. Os atuais dirigentes das empresas tiveram mesmo sua formação educacional cuidadosamente planejada para assumir postos-chave das empresas, suas famílias tornaram-se bastante extensas e mescladas ao tecido social da localidade.

Advém daí duas implicações bastante contraditórias para o empreendedor. Em primeiro lugar ele vê sua identidade social, que está bastante enraizada na história da região e da localidade, ameaçada pela expansão e modernização do próprio empreendimento que dirige. Uma vez que este, como já vimos, transforma-se num vigoroso agente de mudança e de destruição das bases sociais vigentes nas localidades que lhe servem de espaço de produção.

De outro lado, porque o empresário vive a condição de morador, submete-se também, como os demais cidadãos da localidade, aos males e benefícios originados pela expansão dos canaviais. Da qual ele é o principal responsável. O espaço que, se fosse outra a situação, poderia ser visto unicamente como recurso produtivo, se confunde com outros significados. Adquire sentidos que fogem dos limites restritos da lógica racional administrativa para ganhar uma conotação de espaço vital, de ambiente onde a adequação à sobrevivência humana deve ser também levada em consideração.

Não estamos afirmando que o empresário agroindustrial paulista teria uma preocupação mais comunitária que os demais e que isto, de alguma maneira, pudesse estar influenciando a gestão de seus negócios. O que queremos dizer é que os vínculos regionais mantidos por eles terminam por estabelecer uma relação contraditória entre a sua identidade social - fundamentada na localidade - e o seu papel de gestor do processo de desenvolvimento da grande usina paulista - fundamentado na categoria social que representa. É claro que esta contradição se resolve, quase sempre, pelo lado dos interesses de capital e de classe. Aos quais, em última instância, toda a lógica social se subordina. Entretanto, a tensão entre o empreendimento e o empresário, entre criador e criatura que procuramos demonstrar até aqui, confere um caráter de especificidade à região sobre a qual estamos desenvolvendo nosso estudo, tendo implicações significativas em alguns de nossos temas centrais, em particular no que se refere a questão das Relações de Trabalho, devendo ser, portanto, resgatada nas análises que a partir daqui procederemos.

Outro aspecto importante a ser considerado, porque interfere nos objetivos desta pesquisa, refere-se à diversificação social encontrada nas regiões canavieiras modernas do interior paulista. Esta característica advém de três movimentos que analisamos sumariamente a seguir: a demanda das usinas por mão-de-obra qualificada, a dinamização da vida econômica das cidades, e a manutenção de médios e grandes produtores rurais, cuja maioria também mantém-se residente nas localidades da região.

Em função da modernização e complexidade dos processos produtivos atualmente adotados, a agroindústria exige, principalmente no seu setor fabril, a atuação de uma diversificada gama de categorias ocupacionais. Empregam-se nela técnicos de vários níveis, engenheiros e executivos de especializações relativamente raras e diversos tipos de funcionários administrativos.

Uma parcela considerável destes profissionais, particularmente os de primeiro escalão ou altamente especializados, é relativamente bem remunerada. A usina vê-se obrigada a pagar salários competitivos para estas faixas porque concorre por elas no mercado de trabalho em desigualdade de condições frente às empresas urbanas das grandes cidades, que são consideradas geralmente mais atrativas.

Certamente a quantidade destes profissionais pode ser considerada proporcionalmente pequena, quando comparada ao contingente de trabalhadores não-qualificados agrícolas ou mesmo industriais. Mas, é impossível negar que estes segmentos pesam na constituição das sociedades locais. Dando-lhes uma configuração mais heterogênea do que a encontrada em cidades onde predominam atividades agrícolas de produtos não imediatamente industrializados.

Ainda na linha da diversificação social, deve-se registrar uma imensa rede de pequenos e médios prestadores de serviços que atuam na periferia do sistema produtivo da agroindústria. Em que pese a tendência à centralização, que a racionalidade administrativa do empreendimento impõe para não correr riscos de descontinuidades de processo, há sempre um conjunto de atividades que não interessa a empresa realizar diretamente, repassando-as para terceiros. Elas vão desde a construção civil nas dependências da usina, até a manutenção de veículos leves, passando pelo próprio recrutamento, administração e transporte de trabalhadores agrícolas, como teremos oportunidade de analisar posteriormente.

Finalmente, também fazem parte da sociedade dos canaviais os fornecedores de cana e arrendadores de terra. Aqueles que conseguem sobreviver ao inevitável processo concentracionista e permanecer na condição de proprietários, ou mesmo como empresários gerenciadores de parte da produção de matéria-prima fornecida às usinas. Como já foi bastante analisado pela literatura este grupo social subordina-se aos interesses do grande capital usineiro, mas garante um espaço privilegiado na estrutura e na ordem social que prevalece nestas regiões.

Não está dentro dos nossos objetivos analisar ou descrever em detalhes os aspectos acima considerados. Nosso foco de interesse está centrado no trabalhador rural, suas relações com o empreendimento e suas condições de trabalho. Entretanto consideramos importante assinalar que o universo social das agroindústrias é muito mais rico do que os limites que propusemos a este trabalho. Ele compreende um conjunto bastante diversificado de segmentos, relações e interações sociais, que não serão abrangidas aqui, se não de forma tangencial ou subsidiária aos nosso focos principais de análise.

Procuramos destacar dois aspectos que consideramos de grande relevância: a identificação dos empresários com o contexto regional e a constituição desta espécie de "classe média", formada por proprietários de terras, funcionários industriais e administrativos e pequenos prestadores de serviços. Estes segmentos, conferem características particulares a estas localidades, dinamizam suas atividades econômicas, são mais exigentes quanto a demanda por serviços públicos urbanos, e organizam-se política e culturalmente para defender seus interesses, embora de maneira informal. Por tudo isso acreditamos que mereceriam ser alvo de estudos específicos, que colaborassem para ampliar o conhecimento hoje existente sobre esta realidade complexa e rica do ponto de vista de suas formas de sociabilidade. Apontamos a seguir algumas questões que poderiam ser respondidas por estudos desta natureza:

- Como se configura a cultura empresarial deste setor e como ela se comporta frente a inovação tecnológica e o processo de mudança política e social?
- Como as empresas organizam-se para influir nos mecanismo formais de poder político nas localidades ?
- Pode-se dizer que a agroindústria provoca uma "modernização das relações sociais" quando as diversifica e dinamiza conforme procuramos demonstrar ?

III. 6 - AS RELAÇÕES ENTRE A AGROINDÚSTRIA E O ESPAÇO - CRITÉRIOS PARA A COMPOSIÇÃO DE UMA REGIÃO

Estas considerações iniciais, de caráter conceitual e metodológico de um lado e descritivas do espaço de produção da agroindústria canavieira de outro, nos permitem estabelecer critérios operacionalizáveis para formar a região objeto deste trabalho de pesquisa.

Sua unidade mínima será o município, que para integrá-la deverá ser representativo destes 17 anos de experiência do Proálcool no Estado de São Paulo. Isto significa que em suas proximidades deve estar localizado um ou mais empreendimentos ampliados ou instalados com recursos do Programa. O que pode ser constatado a partir dos seguintes critérios:

1. A participação predominante da cana-de-açúcar nas terras ocupadas, tendo, a intensidade desta participação, aumentado, sensivelmente, a partir de 1975;
2. A presença significativa de trabalhadores agrícolas canavieiros na população residente no município;
3. A atividade de exploração agrícola da cana-de-açúcar representar uma das três principais atividades econômicas mais importantes;
4. Estar na condição de município sede de um empreendimento agroindustrial sucro-alcooleiro incentivado pelo Proálcool.

Considera-se a zona canavieira, que passaremos a descrever, como **potencialmente apta** para servir aos objetivos deste estudo. Ela foi delimitada inicialmente considerando-se apenas a distância entre os municípios e os empreendimentos agroindustriais, posteriormente buscou-se apurar, de forma progressiva, os critérios de seleção. Processo que passamos a descrever.

Esta região situa-se no centro do Estado de São Paulo perfazendo um total de 24 municípios tendo, todos eles, seus limites territoriais a menos de 30 km de um empreendimento agroindustrial. Formam uma área contígua, cujas cidades mais conhecidas são: Bauru, Jaú, Barra Bonita, Botucatu, e Avaré.

Nela estão localizados, num raio de aproximadamente 70 km, doze empreendimentos agroindustriais de médio e grande porte, sendo quatro destilarias autônomas e seis usinas com destilarias anexas. Todos eles ampliaram, significativamente, sua capacidade produtiva em função do Proálcool nos últimos quinze anos. Em dois dos maiores empreendimentos dessa região tivemos acesso a informações de caráter interno, eles não serão identificados nominalmente por solicitação de seus dirigentes, mas fazem parte da relação que se encontra no quadro abaixo.

QUADRO III. 1 - MUNICÍPIOS, RESPECTIVAS DIRAS E EMPREENDIMENTOS AGROINDUSTRIAIS DA REGIÃO POTENCIAL DE ESTUDO

A. MUNICÍPIOS POTENCIAIS: TOTAL DE 24 - ASSIM DEFINIDOS POR ESTAREM A PELO MENOS 30 KM DE UM DOS EMPREENDIMENTOS DA REGIÃO

DIRA DE BAURU (22 MUNICÍPIOS)				DIRA DE SOROCABA (2 MUNICÍPIOS)
.Agudos	Arealva	Areiópolis	Avaré	.Botucatu
.Barra Bonita	Bocaina	Boracéia	Baurú	.São Manuel
.Cabrália Pta				
.Dois Córregos	Duartina			
.Igarapu do Tietê				
.Gália	Guarapuá			
.Itaju	Itapuí			
.Jaú				
.Lençóis Paulista				
.Macatuba	Mineiros do Tietê			
.Pederneiras	Piratininga			

B. EMPREENDIMENTOS INSTALADOS

USINAS: (8)

USINA GUARICANGA
USINA SANTA ADELAIDE
USINA CENTRAL PAULISTA
USINA DIAMANTE
USINA DA BARRA
USINA SÃO JOSÉ
USINA BARRA GRANDE
USINA SÃO MANOEL

DESTILARIAS: (4)

DESTILARIA EQUIPAV
DESTILARIA DELLA COLLETA
DESTILARIA TONON
DESTILARIA SANTA MARIA

Fonte: Conselho Estadual de Energia, *Pesquisa de Mercado do Alcool de Cana Produzido no Estado de São Paulo* (São Paulo, 1987).

A grande maioria dos municípios componentes desta região são integrantes da DIRA de Bauru, entretanto, sempre que possível, não se utilizará dados agregados por DIRA, mas sim por município ou para o conjunto de municípios que formam a região de análise.

Isto se deve a dois fatores. Em primeiro lugar, porque, como se verá a seguir, algumas cidades pertencentes a DIRA de Bauru não correspondem aos critérios de composição regional até aqui definidos e outras, que não a integram, são fornecedoras de cana ou mão-de-obra para os empreendimentos estudados, devendo portanto ser incluídas em nossa região.

Em segundo lugar é sabido que a composição das DIRAs do Estado sofreu alterações ao longo do tempo, fazendo com que os dados em séries históricas percam sua consistência e comparabilidade neste nível de agregação. Por estes motivos preferimos optar por colher dados a nível municipal e agregá-los, moldando nossa região de acordo com os critérios previamente especificados, apesar das dificuldades daí decorrentes, particularmente quanto a busca de fontes confiáveis.

Uma vez circunscrita a região objeto deste estudo, hipoteticamente, iniciou-se um processo de validação do seu uso para nossos objetivos. A primeira iniciativa consistiu na realização de consultas junto a informantes privilegiados das comunidades escolhidas. Foram feitos contatos com empreiteiros de mão-de-obra, fornecedores de cana e responsáveis pelas operações agrícolas de usinas e destilarias.

Através deles buscava-se informações que pudessem comprovar os critérios estabelecidos, operacionalizando os requisitos desenvolvidos nos tópicos anteriores que caracterizam o conjunto de municípios como um espaço de produção. Perguntava-se, principalmente, sobre as principais cidades de captação de mão-de-obra dos empreendimentos e sobre os limites das áreas de cultivo de cana-de-açúcar. Posteriormente, de posse destas informações, procedeu-se ao reconhecimento "in-loco" de cada uma das cidades componentes, mapeando assim a função de cada município na lógica produtiva da região.

Uma vez reconhecida a região empiricamente procurou-se levantar dados secundários que comprovassem o acerto da escolha e a compatibilidade com os critérios estabelecidos. Nos próximos itens deste capítulo efetuamos a descrição e análise destes dados visando recompor a região de abrangência da pesquisa. Pelos motivos até aqui expostos três aspectos receberão maior atenção por serem indicadores da intensidade da expansão das agroindústrias e dos impactos que pretendemos estudar: **a ocupação de terras pela lavoura canavieira, o número de pessoas residentes na região empregadas na produção agrícola e o valor da produção da lavoura canavieira em comparação com o valor da produção gerado pelas demais culturas.** Estas informações serão, sempre que possível, descritas a nível municipal e regional, em comparação com o Estado e tendo por referência cortes decenais de 1960 a 1990.

III. 7 - A OCUPAÇÃO DA TERRA PELA LAVOURA CANAVIEIRA NO ESTADO E NA REGIÃO ESTUDADA

Como é sabido o setor canavieiro cresceu substancialmente no período de 1975 a 1985 no Estado de São Paulo, mantendo a participação do Estado na produção total do país e ampliando a área ocupada com cana-de-açúcar. Este incremento, como demonstra a tabela abaixo, deve-se fundamentalmente à produção de álcool estimulada pelo Proálcool, uma vez que a produção de açúcar permaneceu relativamente estável neste período.

TABELA III. 1 - EVOLUÇÃO COMPARATIVA DA PRODUÇÃO DE AÇÚCAR, DE ÁLCOOL E DA ÁREA CULTIVADA COM CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DE SÃO PAULO (PERCENTUAIS CALCULADOS SOBRE ANO/SAFRA 1975/76)

ANO/SAFRA	ÁREA CULTIVADA		PRODUÇÃO AÇÚCAR		PRODUÇÃO ÁLCOOL	
	(1000) (has.)	(%)	(1000) (tons.)	(%)	(1000) (m3)	(%)
1975/76	759,9	00	2869,3	00	356,3	00
1980/81	1217,9	60	3842,3	34	2607,9	632
1984/85	1870,3	146	4105,9	43	6023,4	1591
1989/90	1703,9	124	4600,0	60	8600,0	2314

Fonte: - Boletim VII do IAA (diversos anos)
Informe do SISNIC - Sistema nacional do órgãos Governamentais da Indústria e do Comércio
- Instituto de Economia Agrícola (para os dados referentes à produção do açúcar e do álcool no ano 1990)

A área cultivada com cana-de-açúcar no Estado de São Paulo mais que dobrou nos últimos quinze anos e a produção de álcool cresceu a fantástica proporção de 2314%, ou seja, aumentou mais de vinte vezes em relação ao que se produzia em 1975. Este crescimento não atinge todo o Estado homogeneamente, ele acontece de forma irregular, afetando principalmente as regiões que, quando do surgimento do Proálcool, já tinham tradição canavieira. Embora, como já tivemos oportunidade de assinalar, a composição das DIRAs tenha se alterado neste período, o quadro a seguir pode ser útil para demonstrar como a expansão da cultura acontece de forma desigual adensando as regiões tradicionais.

TABELA III.2 - EVOLUÇÃO DA ÁREA PLANTADA COM CANA-DE-AÇÚCAR POR DIRA DO ESTADO DE SÃO PAULO

	1970		1975		1980		1985		1988		EVOLUÇÃO 70/88	
	HAS.	%EV	HAS.	%EV	HAS.	%EV	HAS.	%EV	HAS.	%EV	HAS.	%EV
SP E VALE DO PARAÍBA	6.676	0	5.500	-17.62	3.450	-37.27	15.000	334.78	NC	-----	-----	-----
SOROCABA	47.190	0	54.400	15.28	50.500	-7.17	91.000	80.20	95.480	4.92	48.290	102.33
CAMPINAS	233.772	0	253.900	31.66	328.800	28.50	448.000	36.25	422.250	-5.75	188.478	80.62
RIBEIRÃO PRETO	237.160	0	300.000	37.41	493.600	42.28	703.000	42.42	731.200	4.01	494.040	208.32
BAURU	125.356	0	104.300	13.00	152.000	45.73	265.000	74.34	291.250	9.91	165.894	132.34
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	21.054	0	28.100	33.47	34.300	22.06	148.000	331.49	162.100	9.53	141.046	669.92
ARAÇATUBA	5.082	0	9.200	81.03	10.300	11.96	93.000	802.91	109.750	18.01	104.668	2059.58
PRESIDENTE PRUDENTE	1.210	0	8.300	585.950	15.500	86.75	72.000	364.52	76.530	6.29	75.320	6224.79
MARÍLIA	NC	0	38.300	-----	65.400	70.76	192.000	193.58	209.440	9.08	-----	-----

Como se pode observar o impacto do Proálcool quanto a ocupação das terras pela lavoura canavieira é sentido inicialmente nas regiões de Campinas, Bauru e Ribeirão Preto, que já em 1970 eram, em conjunto, responsáveis por 87% da área plantada com cana-de-açúcar no Estado. Conforme nos aproximamos da década de 80 algumas áreas "novas" vão sendo incorporadas através da implantação de destilarias autônomas ou da expansão e reativação de unidades produtivas antigas, o que acontece principalmente nas regiões de Marília, São José do Rio Preto e Araçatuba.

Como resultado deste processo expansionista podemos identificar, a partir de 1977, a predominância da cana-de-açúcar frente as demais culturas do Estado quanto a área cultivada como se nota na tabela a seguir.

TABELA III. 3 - COMPOSIÇÃO DA ÁREA CULTIVADA NO ESTADO PRINCIPAIS PRODUTOS

PRODUTOS	75 (%)	76 (%)	77 (%)	80 (%)	85 (%)
ALGODÃO	4	5	6	5	5
AMENDOIM	4	3	3	3	2
ARROZ	11	6	6	5	5
CAFÉ	13	16	16	15	11
CANA	18	19	20	22	30
FEIJÃO	4	7	8	9	6
LARANJA	7	7	8	8	10
MILHO	23	20	16	18	18
SOJA	7	8	9	9	6
TRIGO	3	3	3	2	3
OUTROS	5	5	5	4	4
TOTAL	100	100	100	100	100

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

A descrição da evolução dos principais produtos agrícolas do Estado quanto a área ocupada entre 1975 e 1985 retrata de forma bastante esclarecedora a história da predominância da lavoura canavieira em São Paulo. Esta cultura já em 1975 participava com 18% da área cultivada do Estado. Durante toda a década é a única que mantém um processo permanente de expansão, superando todos os demais produtos em área ocupada a partir de 1977. Em 1985 a cana-de-açúcar consolida sua liderança em área plantada no Estado, alcançando 30% do total, praticamente o triplo das demais culturas, exceto o milho.

Correspondendo ao que acontece a nível do estado, a região estudada já era canavieira em 1970 e, portanto, foi afetada em termos de área cultivada nos primeiros tempos do programa. Embora os dados a nível municipal sejam escassos e difíceis de coletar pudemos construir na tabela que se segue a evolução da cultura para o conjunto dos municípios da região proposta a partir de 1950.

TABELA III. 4 - EVOLUÇÃO DA ÁREA COLHIDA DE CANA-DE-AÇÚCAR PARA FINS INDUSTRIAIS NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO (1950/70/80/90)

MUNICÍPIO	1950		1970		1980		1990 (*)	
	HAS.	%	HAS.	%	HAS.	%	HAS.	%
AGUDOS	83	--	184	180,32	--	--	5000	6844,44
AREALVA	05	--	--	--	21	--	280	1233,33
AREIOPOLIS	--	--	1587	--	3415	117,93	5405	58,27
AVARE	05	--	77	1440,00	553	618,18	(**) 7500	1256,24
BARRA BONITA	1379	--	8974	550,76	9978	11,19	8600	-13,81
BAURU	10	--	82	520,00	177	185,48	300	89,49
BOCAINA	05	--	1358	27060,00	4600	238,73	6000	30,43
BORACEIA	--	--	218	--	2517	1054,59	3500	39,05
BOTUCATU	449	--	1170	180,58	3401	190,08	3500	2,91
CABRALIA PTA	--	--	--	--	06	--	--	--
DOIS CORREGOS	467	--	3877	730,19	9022	132,71	19000	110,60
DUARTINA	--	--	--	--	41	--	--	--
GALIA	--	--	01	--	26	2500,00	--	--
IGARACU DO TIETE	--	--	3853	--	5800	50,53	--	--
ITAJU	--	--	--	--	395	--	8000	37,93
ITAPUI	16	--	4180	25900,00	5182	24,57	--	--
JAU	212	--	16059	7475,00	29909	88,24	6000	15,79
LENCOIS PAULISTA	2102	--	11600	461,85	22385	92,07	36000	20,37
MACATUBA	509	--	9114	1690,57	13500	48,12	45000	101,03
MINEIROS DO TIETE	123	--	3539	2777,24	8520	84,23	13000	-3,70
PEDERNEIRAS	429	--	7258	1591,84	10811	46,20	13000	99,39
PIRATININGA	--	--	299	--	282	-12,37	32000	201,57
SAO MANUEL	1841	--	11857	622,55	19583	85,16	880	235,88
							26807	35,87
TOTAL DA REGIAO	7415	--	85207	1049,12	147804	73,58	239572	61,98
TOTAL ESTADO	132.500	--	580.480	338,00	1.073.120	85,00	1.886.170	55,00

Fontes: 1990 - IEA - Instituto de Economia Agrícola da Secretaria da Agricultura
1950/70 e 80 - FIBGE - Censo Agropecuário
(*) Dados para o Estado de São Paulo em 1990 estimados com base em informações do IEA de 1986/87
(**) Dados referentes a 1985 segundo "Produção Agrícola Municipal" - FIBGE

Em praticamente todos os municípios considerados a cultura de cana-de-açúcar vem ganhando importância nas últimas quatro décadas do ponto de vista da área ocupada (colhida). No caso de algumas cidades, como Lençóis Paulista, Barra Bonita, Botucatu e São Manoel, a presença da cana antecede em muito o Proálcool. Na verdade a história da cultura é bastante remota na região, havendo registros, na historiografia de alguns municípios, de engenhocas de aguardente e rapadura instaladas ainda na época em que ela resumia-se a uma rota de passagem para o transporte do ouro explorado em Goiás.⁹

Mas é a partir de 1940 que as usinas surgem e ganham importância no contexto regional. Elas são instaladas nas estruturas produtivas de antigos engenhos de aguardente tocados por migrantes italianos mais abastados e utilizando as terras antes ocupadas pela lavoura cafeeira, já suficientemente abalada pela crise que remonta o início do século.

Na verdade este processo faz parte de um movimento mais amplo, em curso nesta época, que viria a deslocar o principal centro de produção canavieiro do nordeste para o centro-sul. Este processo será descrito em maior detalhe no capítulo IV deste trabalho. Importa porém destacar que, como parte integrante desta história, a região adotada para nosso estudo também constitui-se como canavieira no mesmo período. A partir de então, esta cultura vem passando por sucessivas expansões, compatíveis ou maiores do que aquelas que ocorrem no estado.

De 1950 a 1970 a área cultivada com cana-de-açúcar na região passa de 7.400 has. para 85.207 has., ou seja, é mais do que decuplicada, aumentado, proporcionalmente, mais do que a média do estado que cresceu, no mesmo período, 338%. A consolidação da hegemonia do Estado de São Paulo na produção canavieira frente aos estados do nordeste, que acontece na década de 50, também reflete-se assim nos dados da região proposta para este estudo. Importa ainda assinalar que este crescimento, particularmente entre 50 e 70, vem a ocorrer sempre em detrimento das demais culturas regionais, principalmente o café, como demonstra o quadro a seguir, para o caso de nossa região de estudo e do Estado de São Paulo.

(9) Vide Alexandre Chitto, "Lençóis Paulista a Boca do Sertão", *O Eco* (São Paulo: Edição Especial de 1980).

QUADRO III. 2 - EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA CANA E PRINCIPAIS CULTURAS NA OCUPAÇÃO DA TERRA DA REGIÃO E DO ESTADO (em mil has.)

ANO	CANHA				CAFÉ				MILHO				ALGODÃO			
	Região has.	%	Estado has.	%	Região has.	%	Estado has.	%	Região has.	%	Estado has.	%	Região has.	%	Estado has.	%
1950	7,40	0	132,50	0	124,20	0	1195,93	0	25,90	0	777,94	0	13,25	0	719,62	0
1970	79,61	975,00	580,49	338,00	56,90	-55,00	650,88	48,00	38,44	48,00	1262,09	62,00	3,44	-74,00	531,10	-26,00
1980	153,23	92,00	1073,12	85,00	51,80	-9,00	821,05	28,00	27,00	-30,00	1008,10	-20,00	1,33	-81,00	238,89	-55,00
1990	232,70	52,00	1836,21	71,00	47,48	-8,00	760,00	-5,00	23,37	-13,00	988,56	-2,00	2,80	110,00	263,01	11,00

Fonte: FIBGE - Censos Agropecuários

Como se observa o café vai cedendo terra para a lavoura canavieira principalmente entre 1950 e 1970. Na região proposta, durante este período, o café perde 67 mil hectares e a cana ganha 72 mil, pode-se perceber que há uma inequívoca troca de posições, com uma cultura cedendo terreno a outra. Já o crescimento que resulta do advento do Proálcool, nas décadas de 70 e 80, acontece em paralelo com a lavoura cafeeira, não implicando em redução significativa de sua área plantada. Talvez resida aí percepção de escassez de mão-de-obra sentida pelos empreendimentos regionais neste segundo período. Enquanto na primeira expansão (50 a 70) acontecia uma liberação de mão-de-obra da lavoura cafeeira, reconhecidamente demandadora de braços, para fazer frente ao trabalho na cana, o mesmo não acontecia por ocasião da fase de implantação do Proálcool (1970/80).

Entre 80 e 90 a expansão continua, porém em ritmo menos acelerado. Na verdade na segunda metade desta década o programa já começa a dar sinais de exaustão e decadência. A crise econômica do país se acirra, a crise do petróleo demonstra-se conjuntural e os preços internacionais da gasolina sofrem forte baixa. Como consequência não só eliminam-se os incentivos à implantação de novas unidades de produção e expansão das antigas, como também coloca-se em prática uma política de desvalorização do preço do álcool, provocando a grita de produtores agrícolas e industriais, que consideram os preços pagos abaixo dos custos de produção.

Ainda assim a lavoura canavieira tem forças para crescer em área ocupada no Estado e na região de estudo entre 1985 e 1990. Mas isso ocorre de forma absolutamente incomparável com os períodos anteriores. Demonstrando a retração econômica geral e a decadência do programa que constituía a sua principal mola propulsora, a agricultura canavieira irá apresentar entre 85 e 90, pela primeira vez desde 1950, taxas de incremento de área inferiores a 20% para um período de 5 anos.

Estas considerações se prestam para demonstrar que existem hoje sérios limites para a expansão da agricultura canavieira na região e no Estado. Os impactos sociais que buscamos estudar estão portanto dados, ou em lenta modificação, acompanhando um possível decréscimo de importância da cultura para as localidades.

A título de síntese deste tópico podemos dizer que, genericamente, a região escolhida pode ser considerada como **representativa da história da agricultura canavieira do Estado no que se refere à ocupação da terra**. Procuramos resgatar as características mais importantes de cada momento desta história e analisar comparativamente a região e o Estado. Os resultados indicam ser possível classificá-la como uma região tradicional, isto é, onde a cultura já existia e tinha importância em função do crescimento ocorrido no período 50/70. O Proálcool integra-se na dinâmica regional como um elemento intensificador deste processo de expansão, entretanto, deve-se ressaltar uma especificidade importante: diferentemente da fase anterior, na época de consolidação do Proálcool a agricultura canavieira amplia-se sem alterar significativamente as áreas plantadas com café, o segundo maior produtor agrícola da região. As duas culturas convivem neste período sem uma grande competição pela terra, o que deve ter acirrado consideravelmente a disputa pela mão-de-obra no mercado de trabalho regional.

Comprovada a representatividade da região quanto a estrutura agrícola e ocupação de terras resta analisá-la do ponto de vista das mudanças econômicas e na população empregada, o que procederemos nos últimos tópicos deste capítulo.

III. 8 - O PAPEL DA AGRICULTURA CANAVIEIRA NA ECONOMIA AGRÍCOLA REGIONAL

A expansão de um produto agrícola do ponto de vista da ocupação de terras, como descrevemos no item anterior, não implica necessariamente em que ele alcance uma posição de destaque quanto ao seu papel econômico. Como tratamos neste trabalho de impactos ao nível local e regional é preciso caracterizar a influência relativa do setor canavieiro também na vida econômica dos municípios e da região. Isto é feito, na tabela abaixo, com base na relação entre o valor da produção agropecuária e o valor de produção da lavoura canavieira entre 1970 e 1980.

TABELA III. 5 - PARTICIPAÇÃO DO VALOR DA PRODUÇÃO GERADO PELA CANA-DE-AÇÚCAR NO VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA TOTAL DO MUNICÍPIO (PERCENTUAIS)

MUNICÍPIO	1 9 7 0 (%)	1 9 8 0 (%)
AGUDOS	4,20	2,32
AREALVA	0,00	0,50
AREIÓPOLIS	40,00	90,50
AVARÉ	---	---
BARRA BONITA	92,00	99,10
BAURU	1,00	3,10
BOCAINA	---	---
BORACÉIA	2,70	59,50
BOTUCATU	9,60	35,50
CABRÁLIA PTA.	0,00	0,50
DOIS Córregos	51,30	69,10
DUARTINA	0,00	1,00
GÁLIA	0,00	0,10
GUARAPUÁ	---	---
IGARAÇU DO TIETÊ	90,50	98,90
ITAJÚ	0,00	3,60
ITAPUÍ	66,90	72,60
JAÚ	66,80	85,20
LENÇÓIS PTA.	75,60	94,80
MACATUBA	72,00	92,90
MINEIROS DO TIETÊ	71,00	88,40
PEDERNEIRAS	69,50	82,30
PIRATININGA	3,50	4,50
SÃO MANUEL	55,90	89,83
MÉDIA REGIONAL	50,70	72,00
MÉDIA DO ESTADO	18,66	28,72

Fonte: FIBGE - Censos Agropecuários.

A participação do valor da produção gerado pela cana no valor da produção agrícola total do município é um indicador da importância relativa da cultura para a economia agrícola local. Não foi possível obter dados relativos a participação da cana no valor de produção agrícola total dos municípios para 1990, limitando nossa série histórica a dez anos. Mas, ainda assim, analisando-a comparativamente com o Estado de São Paulo podemos demonstrar mais uma vez, de forma evidente e marcante, a vocação canavieira do conjunto de municípios escolhido.

A antecedência da presença da cultura em relação ao Proálcool aparece também neste indicador. Já em 1970 a cana-de-açúcar contribuía, em média, com mais de 50% do valor da produção agrícola regional, enquanto a participação média da cana no valor da produção agrícola do Estado não atingia 20%. Entretanto se a região como um todo é economicamente dependente da cana-de-açúcar, isto não acontece de forma homogênea em todos os seus municípios. Os dados da tabela anterior nos permitem classificar os municípios que compõe nossa região potencial em quatro categorias quanto a participação da cana na economia agrícola:

1. Municípios onde a cana-de-açúcar não tinha expressão econômica na época do Proálcool e que não foram, ou foram muito pouco afetados por ela:
Agudos, Arealva, Bauru, Cabrália Paulista, Duartina, Gália, Itajú e Piratininga.
2. Municípios onde a cana-de-açúcar não tinha expressão econômica significativa na época do Proálcool e que foram fortemente afetados por ela:
Boracéia, Botucatu.
3. Municípios onde, em 1970, a cana-de-açúcar tinha participação expressiva, ao lado de outros produtos agrícolas, na economia agrícola local e que se tornaram dependentes desta cultura em função do Proálcool:
Areiópolis, Dois Córregos, Itapuí, Jaú, Lençóis Paulista, Macatuba, Mineiros do Tietê, Pederneiras e São Manuel.
4. Municípios cuja a economia agrícola já era dependente quase que exclusivamente da cana-de-açúcar em 1970 e nos quais, o Proálcool, apenas vem a consolidar esta dependência:
Barra Bonita e Igarapu do Tietê

De qualquer forma, o impacto do Proálcool na economia agrícola regional entre 70 e 80 pode ser demonstrado pelo fato de que, enquanto em 70 apenas os dois municípios acima dependiam totalmente desta cultura, em 1980 nove, das 24 cidades escolhidas, tem mais de 85% do valor de sua produção agrícola realizado pela cana-de-açúcar. Vale ressaltar ainda que em alguns municípios não se identifica uma evolução econômica significativa da cultura. São os casos de Agudos, Arealva, Bauru, Cabralia Paulista, Duartina, Gália, Itajú e Piratininga. Caso não venham a se enquadrar em outros critérios de composição estabelecidos - área ocupada e residência de trabalhadores - estas cidades serão excluídas da região para efeito de coleta de dados sobre os temas deste trabalho.

Infelizmente não se dispõe de dados para períodos mais recentes quanto a importância do setor canavieiro seja em termos de produção ou área ocupada. Tudo indica que ela tenha se estabilizado ou mesmo retraído entre 1988 e 1992. O programa Nacional do Alcool vive um momento de grande indefinição e rediscussão de suas bases. O momento político vivenciado hoje no país e as mudanças no quadro econômico e energético nacional e internacional, bastante radicais quando comparadas ao que ocorria na década de 70, questionam duramente a continuidade do Programa, o que será abordado com maior detalhe nos próximos capítulos.

III. 9 - A PRESENÇA DO TRABALHADOR NA REGIÃO ESTUDADA

Nas publicações estatísticas sobre agricultura o homem ocupa, quase sempre, um espaço secundário e duvidoso. Isto se deve de um lado a uma desconsideração para com o chamado "fator trabalho" no contexto do processo produtivo, que se reproduz na ideologia oficial dos organismos de pesquisa. Mas, de outro lado, devemos reconhecer que não são poucas as dificuldades metodológicas para se pesquisar as diversas formas de utilização do trabalho humano que a produção agrícola ainda utiliza. Sem dúvida o uso da mão-de-obra familiar, residente, em parceria, paga por tarefa, com emprego intermitente; com uma nomenclatura diversificada nas várias regiões mesmo dentro do estado, são elementos que dificultam uma coleta sistematizada de dados confiáveis sobre esta população.

Gostaríamos de ter reunido informações sobre a evolução do número de trabalhadores na cana por município. O que nos permitiria definir os municípios que funcionam como cidades-dormitório, abrigando a força de trabalho e concentrando o mercado de mão-de-obra para facilitar o seu funcionamento. Empiricamente, nas visitas às cidades, elas são identificáveis. Infelizmente estes dados não existem, o que nos restringe à informações sobre a PEA - População Economicamente Ativa. Com todas as restrições que ela apresenta é ainda a única que quantifica pessoas ocupadas por setores de atividade, divididos em: agrícola, indústria, comércio, serviços e outras atividades. São dados do Censo Demográfico (FIBGE) e portanto suas publicações mais recentes referem-se a 1970 e 1980.

TABELA III. 6 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA SEGUNDO O SETOR DE ATIVIDADE NOS MUNICÍPIOS

No. MUNICÍPIO	PEA AGROPEC			PEA INDÚSTRIA			PEA OUTROS			PEA TOTAL		
	No.		%	No.		%	No.		%	No.		%
	1970	1980		1970	1980		1970	1980		1970	1980	
1. AGUDOS	3354	3112	-7,00	1189	2690	126,00	2058	3162	53,00	6601	8964	35,00
2. AREALVA	1678	1589	-5,00	130	246	89,00	261	633	142,00	2069	2468	19,00
3. AREÍÓPOLIS	2036	1933	-5,00	81	416	413,00	164	347	111,00	2281	2696	18,00
4. AVARÉ	4795	4066	-15,00	2482	4569	84,00	6533	10665	63,00	13810	19300	39,00
5. BARRA BONITA	2538	1636	-35,00	1665	3720	123,00	2372	4260	79,00	6575	9616	46,00
6. BAURU	3075	2900	-5,00	9281	20677	122,00	31755	51185	61,00	44111	74762	69,00
7. BOCAINA	1726	1553	-10,00	440	692	57,00	596	1035	73,00	2762	3280	18,00
8. BORACÉIA	802	1087	35,00	43	212	393,00	139	279	100,00	984	1578	60,00
9. BOTUCATU	3952	3568	-9,00	2973	7556	154,00	10527	15476	47,00	17452	26600	52,00
10. CABRÁLIA PTA	765	1069	39,00	68	194	185,00	229	285	24,00	1062	1548	45,00
11. DOIS Córregos	2232	2037	-8,00	764	1747	128,00	1636	2600	58,00	4632	6384	37,00
12. DUARTINA	2311	2671	15,00	617	990	60,00	1315	1539	17,00	4243	5200	22,00
13. GÁLIA	3924	4149	5,70	371	342	-7,00	857	904	5,40	5152	5395	4,70
14. IGARAÇU DO T.	1907	2471	29,00	562	1754	212,00	749	1236	65,00	3218	5461	69,00
15. ITAJÚ	1055	813	-22,00	21	50	138,00	122	224	83,00	1198	1087	-9,00
16. ITAPUÍ	1498	1590	6,10	308	967	213,00	684	893	30,00	2490	3450	38,00
17. JAÚ	5773	5267	-8,00	6205	13276	113,00	9569	14223	48,00	21547	32766	52,00
18. LENÇÓIS PTA.	4134	4554	10,00	1830	5817	217,00	2571	4279	66,00	8535	14650	71,00
19. MACATUBA	1797	2405	33,00	709	1455	105,00	487	976	100,00	2993	4836	61,00
20. MINEIROS DO	1106	1530	38,00	417	685	64,00	409	689	68,00	1932	2904	50,00
21. PEDERNEIRAS	3167	4407	39,00	1038	2772	167,00	2263	4225	86,00	6468	11404	76,00
22. PIRATININGA	2262	2049	-9,00	301	732	143,00	1010	1733	71,00	3573	4514	26,00
23. SÃO MANUEL	5948	4287	-27,00	1353	2936	116,00	3164	4619	45,00	10465	11842	13,00
TOTAL	61835	60743	-1,00	32848	74495	126,00	79470	125467	57,00	174153	260705	49,00

Apesar das limitações deste indicador deve-se ressaltar algumas questões de importância. A análise do quadro acima demonstra que a População Economicamente Ativa ocupada em atividades agrícolas cai no período 70 - 80 na região, enquanto isso a PEA industrial cresce a taxas superiores a cem por cento. Já a PEA envolvida com as atividades dos outros setores econômicos - comércio, turismo, serviços, etc., acompanha o ritmo de crescimento observado para o total da população que é de aproximadamente 50% nestes dez anos.

Na verdade, quando se considera em termos médios, a diminuição da PEA agrícola regional é de somente 1%, ou seja, não há uma alteração significativa à menor para o conjunto da região embora as diferenças ao nível dos municípios sejam grandes. Mas a PEA industrial cresce significativamente: 126% para toda a região e, em algumas localidades chega a percentuais de 400%. Sem dúvida esta constatação vem a confirmar o que nos referimos anteriormente sobre o estímulo à diversificação econômica, sobretudo em pequenas atividades industriais e de serviços, que a lavoura canavieira provoca em sua região de influência. Mas este dinamismo não seria suficiente para explicar a diminuição da PEA agrícola enquanto cresce a área plantada com cana, ou mesmo para justificar este grande incremento da PEA industrial neste período.

Não queremos nos deter nesta questão, na medida que este não é um estudo populacional estrito senso. Uma análise mais aprofundada implicaria se estudar a situação de cada município em particular e as mudanças ocorridas em sua economia. Mas tome-se como exemplo a cidade de Areiópolis, um pequeno município de 6765 habitantes, incrustado no canavial de uma das usinas da região. De tão dependente da usina e da cana poderia ser confundido com uma das colônias que esta empresa ainda conserva na região, ou no máximo considerado uma vila anexa à cidade mais próxima, Lençóis Paulista. Conforme os dados sobre ocupação da terra Areiópolis mais que dobrou sua área de cana entre 70 e 80, crescendo, a área colhida de 1567 para 3415 has. no período. Quanto ao valor da produção, a cana representava 40% do valor total gerado pela atividade agropecuária em 1970, percentual que se transforma em 90.5% em 1980, ou seja a economia agrícola do município torna-se totalmente dependente da lavoura canavieira justamente entre 70 e 80. É absolutamente estranho que nestes mesmos dez anos a PEA agrícola tenha diminuído em 3% e a industrial aumentado 413%, sendo que a cidade não conta com nenhum empreendimento industrial de porte considerável.¹⁰

(10) Em 1970 o número de estabelecimentos industriais em Areiópolis era sete e em 1980, ele se reduz para três de acordo com o Censo Industrial publicado pelo IBGE.

Parece-nos que em Areiópolis, como em outros municípios da região, podem estar ocorrendo duas ordens de problemas que contribuem mais ainda para dificultar a utilização da PEA como indicador para mensurações sobre a mão-de-obra empregada no corte da cana: De um lado as usinas ampliaram seus quadros de trabalhadores industriais e administrativos e passam a contratá-los nas cidades mais próximas da sede, enobrecendo estes municípios, tornando a terra urbana mais valorizada e proibitiva para os trabalhadores rurais. Este é o caso de Lençóis Paulista, de Macatuba, Dois Córregos, Barra Bonita, entre outros. Os trabalhadores vão sendo expulsos para as "franjas" da região. De outro lado, como vimos anteriormente, a cana já estava presente, e em quantidade razoável, nos municípios próximos a sede quando do início do Proálcool. Assim com o advento do programa, e principalmente em sua segunda fase depois de 85, quando surgem as alternativas de transporte em larga escala que viabilizaram regiões mais distantes, a cana se distancia dos municípios sede, distribuindo de forma menos concentrada pela região a necessidade de mão-de-obra para o corte.

Deve-se considerar também que outros setores de atividade, que não guardam nenhuma relação com a agroindústria canavieira, estão presentes na região. Alguns interferem intensamente nas economias municipais, chegando mesmo a predominar sobre a cana. É o caso da indústria em Jaú, do turismo em Barra Bonita e do setor de Comércio e Serviços em Bauru, que emprega 71% da população economicamente ativa total da cidade. No próximo item, que irá configurar definitivamente nossa região de pesquisa, esta predominância de outras atividades econômicas será levada em consideração.

Torna-se portanto, praticamente impossível quantificarmos ou tecermos maiores comentários sobre os trabalhadores rurais canavieiros à nível municipal com base em dados secundários. Desta forma, ganha ainda maior importância o levantamento empírico cujos resultados são descritos no final deste estudo. Podemos, porém utilizar os dados de PEA agrícola **como indicativos genéricos da presença de um maior ou menor contingente de trabalhadores no município**. Desta forma, abstenho-se de qualquer rigor e sofisticação estatística, eles podem se prestar para estabelecermos comparações entre os municípios, não sendo utilizados isoladamente mas no intuito de compor, com os demais dados até aqui apresentados, o modelo que define os municípios para os quais nosso trabalho empírico estará sendo direcionado.

III. 10 - A RECOMPOSIÇÃO DA REGIÃO DE ESTUDO - A OPERACIONALIZAÇÃO DO MODELO PARA A DEFINIÇÃO DOS MUNICÍPIOS

Procuramos, no decorrer deste capítulo, definir os pressupostos que norteiam a escolha da região sobre a qual se realizará esta pesquisa. Três atributos foram considerados de maior relevância nesta seleção: **a ocupação da terra pela cultura da cana-de-açúcar**, o **valor econômico desta lavoura** para o município e a **presença do trabalhador agrícola canavieiro**. Estes indicadores foram analisados cada um isoladamente nos últimos itens deste relatório, buscaremos agora proceder a uma análise integrada, utilizando-os simultaneamente num mesmo modelo. Este procedimento sintetiza tudo aquilo que até aqui analisamos sobre a Região proposta e deverá definir os municípios que comporão a base empírica de nossa pesquisa.

O quadro a seguir descreve de forma detalhada os resultados parciais do processo de seleção dos municípios da região. Os resultados da coluna ponderação são indicativos da importância relativa de cada município quanto ao fator nela considerado. Esta ponderação pode variar sempre de 1 a 23 (número de municípios que compunham da proposta inicial de região), onde 1 revela a menor e 23 a maior importância regional possível quanto ao fator específico.

TABELA III. 7 - ANÁLISE INTEGRADA DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO - AVALIAÇÃO DA IMPORTÂNCIA RELATIVA DO MUNICÍPIO

PONDERAÇÃO DA IMPORTÂNCIA RELATIVA QUANTO A:

NO. MUNICÍPIO	PART. CANA ECONOMIA AGRÍCOLA		CRESCTO. ÁREA CANA		TAMANHO ÁREA CANA		CRESCTO. PEA AGRÍCOLA		TAMANHO PEA AGRÍCOLA	
	Ponde- ração	%	Ponde- ração	%	Ponde- ração	has.	Ponde- ração	%	Ponde- ração	n.º
1. AGUDOS	5	2,32	18	2950,00	12	5000	10	-7	16	3112
2. AREALVA	2	0,50	20	27900,00	6	280	12	-5	6	1589
3. AREIÓPOLIS	19	90,50	8	245,00	13	5405	11	-5	9	1933
4. AVARÉ	10	42,00	7	230,00	1	--	4	-15	18	4066
5. BARRA BONITA	23	99,10	1	11,00	17	8600	1	-35	8	1636
6. BAURU	6	3,10	12	383,00	7	300	13	-5	15	2900
7. BOCAINA	14	74,00	23	600000,00	15	6000	5	-10	5	1553
8. BORACÉIA	11	60,00	15	478,00	10	3500	20	35	3	1087
9. BOTUCATU	9	35,50	6	200,00	11	3500	6	-9	17	3568
10. CABRÁLIA PTA	3	0,50	16	600,00	4	6	23	39	2	1069
11. DOIS CÓRREGOS	12	70,00	13	390,00	20	19000	8	-8	10	2037
12. DUARTINA	4	1,00	19	4000,00	5	41	17	15	14	2671
13. GÁLIA	1	0,10	17	2500,00	3	1	14	5	19	4149
14. IGARAÇU DO TIÊTE	22	99,00	3	107,00	16	8000	18	29	13	2471
15. ITAJÚ	7	3,60	21	39400,00	8	395	3	-22	1	813
16. ITAPUÍ	13	72,60	22	600000,00	14	6000	15	6	7	1590
17. JAÚ	16	85,20	14	440,00	2	--	9	-8	23	5267
18. LENÇÓIS PTA	21	95,00	10	288,00	23	45000	16	10	22	4554
19. MACATUBA	20	93,00	2	43,00	18	13000	19	33	12	2405
20. MINEIROS DO	17	88,40	9	267,00	19	13000	21	38	4	1530
21. PEDERNEIROS	15	82,30	11	341,00	22	32000	22	39	21	4407
22. PIRATININGA	8	4,50	5	194,00	9	880	7	-9	11	2049
23. SÃO MANUEL	18	90,00	4	124,00	21	26607	2	-27	20	4287

Fonte: Produzido a partir de fontes diversas conforme dados das tabelas anteriores sobre os mesmos indicadores.

O caso do município de Barra Bonita pode ser bastante elucidativo para exemplificar o funcionamento do modelo proposto. Trata-se de uma cidade onde a cultura da cana-de-açúcar tem grande importância para a economia agrícola local (99% do valor da produção agrícola total), recebendo, por este motivo, a ponderação máxima para este fator: 23. Já quando analisada do ponto de vista do crescimento da área com cana entre 1970 e 1990 a cidade perde totalmente sua importância relativa no contexto regional, ou seja é o município de menor crescimento, recebendo o menor peso neste aspecto: 1.

A evolução da PEA-AGRÍCOLA é negativa neste período (-35%), a maior taxa negativa da região, conferindo-lhe novamente o menor peso: 1. E a presença do trabalhador agrícola é pequena.

Portanto, quando comparada com os demais municípios através da "mixagem" destes fatores Barra Bonita irá se posicionar em 17º lugar no que se refere a importância assumida pelo setor canavieiro nos últimos vinte anos, como se observa no quadro-síntese abaixo.

QUADRO III. 3 - SÍNTESE DA ANÁLISE INTEGRADA DOS FATORES, PEA AGRÍCOLA, VALOR DA PRODUÇÃO, OCUPAÇÃO DE TERRAS, CRESCIMENTO E TAMANHO ENTRE 1970/80

CLASSIFICAÇÃO	ORDEM	MUNICÍPIO	No. TOTAL DE PONTOS
GRUPO I	1.	LENÇÓIS PTA.	92
	2.	PEDERNEIRAS	91
GRUPO II	3.	IGARAÇU DO TIÊTE	72
	4.	ITAPUI	71
	5.	MACATUBA	71
	6.	MINEIROS DO TIÊTE	70
	7.	SÃO MANUEL	65
	8.	JAÚ	64
	9.	DOIS CÓRREGOS	63
	10.	BOCAINA	62
	11.	AGUDOS	61
	12.	AREIÓPOLIS	60
GRUPO III	13.	DUARTINA	59
	14.	BORACÉIA	59
GRUPO IV	15.	GÁLIA	54
	16.	BAURU	53
	17.	BARRA BONITA	50
	18.	BOTUCATU	49
	19.	CABRÁLIA PTA.	48
	20.	AREALVA	46
GRUPO V	21.	ITAJÚ	40
	22.	AVARÉ	40
	23.	PIRATININGA	40

Utilizou-se portanto, para operacionalizar os critérios de definição dos municípios afetados pela expansão canavieira originada pelo Proálcool, de um processo de classificação com base em múltiplos fatores. Os municípios mais intensamente afetados - ou seja onde a cana ganhou maior expressão econômica, cresceu em ocupação da terra e em absorção da população trabalhadora - são aqueles que receberam maior pontuação na tabela acima. Este procedimento permitiu a formação de cinco agrupamentos de municípios nos quais os impactos do Proálcool apresentam maior semelhança.

A análise desta classificação indica que :

- encabeçam a relação os municípios de Lençóis Paulista e Pederneiras, formando o Grupo I, **incluído na região de pesquisa por ter sido claramente o mais afetados que a média regional;**
- uma faixa de pontuação onde o impacto parece ter sido bastante relevante está entre 72 e 60 pontos formando o grupo II. Nela temos 10 municípios que **certamente devem ser representativos da expansão agroindustrial que pretendemos estudar;**
- Boracéia, Duarteina integram o grupo III, com 59 pontos ficam numa faixa indefinida, neste caso optou-se por incluir Boracéia, que conta com uma extensa área plantada em 1985 e não apresenta uma lavoura concorrente de grande expressão, e excluir Duarteina, face a presença do café nesta cidade que é demonstrada no quadro III. 10, logo abaixo;
- a seguir, em ordem decrescente, há um grupo de seis municípios entre 54 e 41 pontos, o que sugere uma interferência difusa do programa nestas cidades, isto pode ser confirmado com uma análise mais específica destes municípios:
- . Gália, Cabralia Paulista e Arealva, embora em maior ou menor proporção foram atingidas pela expansão da lavoura canavieira, mas são ainda cidades cafeicultoras ou mesmo policultoras como indicam os dados abaixo de 1985.

TABELA III. 8 - COMPARAÇÃO DAS ÁREAS COM LAVOURAS DE CAFÉ, MILHO E ALGODÃO ALGUNS MUNICÍPIOS (1985)

MUNICÍPIO	CANA has.	CAFÉ has.	MILHO has.	ALGODÃO has.
AREALVA	190	4030	1200	461
GÁLIA	7	7355	1100	--
CABRÁLIA PTA.	1039	1358	600	600
DUARTINA	246	3681	1100	--

Fonte: FIBGE - Produção Agrícola Municipal - 1985.

. Bauru, Barra Bonita, e Botucatu, são centros urbanos regionais de grande dinamismo e com algum grau de especialização quanto a sua atividade econômica. Barra Bonita, como já dissemos tem um movimento turístico considerável. Em Botucatu o setor industrial e de serviços é bastante expressivo, e Bauru é a sede regional, onde predominam as atividades do comércio e serviços. Mesmo que os impactos da expansão canavieira recente tenham efetivamente atingido estas cidades dificilmente eles seriam mensuráveis através de dados secundários ou da pesquisa empírica, pois estariam dispersos em meio a esta diversificação econômica.

- o quinto e último grupo é composto por três cidades: Avaré, Piratininga e Itajú, elas alcançaram as menores pontuações do modelo de análise e, portanto, serão **classificadas como não significativamente afetadas pelo programa e excluídas da região sem maiores considerações.**

Como conclusão deste capítulo, com base nos pressupostos nele descritos e operacionalizados, podemos compor definitivamente a região de estudo deste projeto. Ela é integrada pelos municípios abaixo relacionados que, através do modelo de seleção adotado, demonstraram corresponder ao conceito de **espaço de produção** dos empreendimentos agroindustriais incentivados pelo Proálcool ali localizados. São eles:

. Lençóis Paulista	. Jaú
. Pederneiras	. Bocaina
. Itapuí	. Dois Córregos
. Igaraçu do Tietê	. Agudos
. Macatuba	. Areiópolis
. Mineiros do Tietê	. Boracéia
. São Manuel	

IV - A AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA E O PROÁLCOOL - A HISTÓRIA DO EMPREENDIMENTO

Durante toda sua longa história no Brasil a agroindústria canavieira já foi bastante estudada por uma ampla gama de especialistas. Sua presença marcante na vida social e econômica do país desde os primeiros tempos, sua vinculação com o Estado e com as relações comerciais internacionais, a magnitude da interferência que ela sempre exerceu sobre o espaço geográfico e social ao seu redor, são características que justificam e, ao mesmo tempo, incitam a curiosidade científica de diversas origens. A usina, o engenho, a destilaria, a lavoura de cana-de-açúcar e seu mundo foram assim freqüentemente visitados por praticamente todos os mais respeitados teóricos da história, por cientistas da política e das políticas públicas, por sociólogos focalizando os mais diversos temas, e, mais recentemente, por estudiosos da questão energética nacional.¹

Não temos portanto, neste capítulo, a pretensão de nos equiparar a essas análises ou de refazer uma história do complexo agroindustrial canavieiro, mesmo que circunscrita exclusivamente ao Estado de São Paulo. Há obras que se encarregaram dessa tarefa de forma brilhante e definitiva para cada uma de suas fases, inclusive as mais recentes. Nosso objetivo, com esta breve descrição, é apenas situar um campo de trabalho, definindo mais claramente dois agentes importantes das relações que pretendemos analisar: a agroindústria e o Proálcool. Para isso é suficiente reportar os autores que já se dedicaram ao tema, enfatizando os aspectos que dizem respeito mais diretamente ao nosso objeto de estudo. Resgataremos assim estas duas categorias da teoria e da história da agroindústria canavieira; para tanto estaremos realizando: uma definição conceitual do complexo agroindustrial, a identificação das especificidades da agroindústria e o resultado de sua dinâmica mais recente no Estado de São Paulo.

(1) Para análise da agroindústria canavieira no Brasil vide Tamás Szmrecsányi, *O Planejamento da Agroindústria Canavieira do Brasil (1930-1975)* (São Paulo: Hucitec/UNICAMP, 1979); Oriovaldo Queda, *A Intervenção do Estado e a Agroindústria Açucareira Paulista* (Piracicaba: mimeo, 1972); para a região nordeste: Manuel Correa de Andrade, *A Terra e o Homem no Nordeste* (São Paulo: Brasiliense, 1973) e Alberto Passos Guimarães, *Quatro Séculos de Latifúndio* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977); para o Estado de São Paulo no século passado: Maria Thereza Petrone, *A Lavoura Canavieira em São Paulo* (São Paulo: Difel, 1968); para a história mais recente José César Gnaccarini, *Estado, Ideologia e Ação Empresarial na Agroindústria Açucareira no Estado de São Paulo* (São Paulo: FFLCH/USP, 1972) e José Flávio Bertero, *Estado, Agricultura e Agroindústria: Um Estudo da Base Paulista da Economia Canavieira do Brasil entre 1948 e 1990* (São Paulo: FFLCH/USP, 1991).

IV. 1 - O COMPLEXO AGROINDUSTRIAL E AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA

O complexo agroindustrial é resultado de uma etapa avançada do desenvolvimento econômico do capitalismo. Um momento em que a relação entre os dois setores - agricultura e indústria - se estreita dando origem a um todo mais ou menos organizado e integrado, que pode ou não estar concentrado em uma só unidade produtiva.

Na maior parte das vezes esta concentração física, empresarial e organizacional não se realiza, e temos um conjunto relativamente diversificado e disperso de empreendimentos compondo o complexo agroindustrial. São indústrias a jusante e a montante da produção agrícola, como se convencionou conceituar, que a ela se interligam. Uma gerando insumos, máquinas e equipamentos e outras beneficiando o resultado da produção agrícola, ambas vão se tornando cada vez mais essenciais à agricultura quanto mais a sociedade capitalista se desenvolve e industrializa. Este processo, que se inaugura com o próprio capitalismo, já era descrito por Kautsky no final do século passado. Impressiona, na era da biotecnologia, como suas formulações sobre os impactos da industrialização européia sobre a agricultura têm atualidade:

"A transformação da produção agrícola em produção industrial só está no início. Profetas ousados, em particular químicos de imaginação poderosa, já sonham com um tempo em que se fará pão com pedras, ou em que a totalidade dos gêneros alimentícios se elaborará nas fábricas especializadas. Não podemos, aqui, levar em consideração esta música do futuro.

Mas uma coisa é certa: Num grande número de domínios a produção agrícola se transformou em produção industrial. Em muitas outras esferas, essa transformação se avizinha. Nenhuma forma de atividade agrícola está isenta dessa metamorfose. E cada progresso em tal sentido deve necessariamente ter por conseqüência o agravamento do estado crítico em que se encontram os agricultores, o aumento de sua dependência em relação à indústria, a diminuição da estabilidade de sua existência." ²

(2) Karl Kautsky, *A Questão Agrária* (São Paulo: Proposta Editorial, 1980), pág. 317.

Esse movimento geral, ainda em curso, foi descrito e analisado sob diversas óticas por inúmeros teóricos do desenvolvimento do capitalismo no campo no Brasil e fora dele. Genericamente ele se traduz na tendência crescente e permanente de subordinação da agricultura à indústria. Num primeiro momento isto acontece via mecanismos de mercado e, posteriormente, através da industrialização da agricultura, ou seja, a lógica produtiva industrial se instaurando diretamente na produção agrícola.³

Como seria de se esperar num país com a história e a economia marcadas pela agricultura há uma literatura bastante ampla e controvertida a este respeito. Ela toca em questões contundentes e polêmicas como a permanência da pequena produção, o campesinato, a difusão de tecnologia, diferentes formas de trabalho e propriedade da terra, o que tangencia vários dos nossos temas de estudo. Por sua diversidade não descreveremos em detalhe cada um destes temas; eles serão levados em consideração quando da abordagem de aspectos específicos com eles relacionados. Interessa-nos neste momento demonstrar que a agroindústria pertence e é resultado de um contexto mais amplo, definido pelo desenvolvimento evolutivo e contraditório da forma capitalista de produzir, viver e pensar a realidade social e econômica em que estamos inseridos.

Trilhando este mesmo caminho Alberto Passos Guimarães observa que "*O conceito de **complexo agroindustrial** surgiu na década de 1950, exatamente no período de mais intensa industrialização, como resultado dos estudos que, nos Estados Unidos e na Europa, começaram a ser empreendidos sobre a participação das atividades agrícolas nas relações inter-setoriais...*". Através de análises matriciais estes estudos terminavam por concluir, usando conceitos de outra origem teórica, pela subordinação de um setor pelo outro: "*À medida que se industrializava a agricultura passava de um nível inferior para um nível superior de desempenho, mas isto também significava uma perda progressiva de sua autonomia e de sua capacidade de decisão*".⁴

(3) Ver a esse respeito as obras clássicas de Karl Kautsky, *Questão Agrária* (São Paulo: Proposta Editorial, 1980); N. Lênin, *El Desarrollo del Capitalismo em Russia: Proceso de la Formación del Mercado Interior para la Gran Industria* (Moscó: Progreso, 1981); Rosa de Luxemburgo, *A Acumulação do Capital* (São Paulo: Nova Cultura, 1985).

(4) Guimarães, op. cit., pág. 157.

Esta dupla consequência da industrialização explica a contradição que a agricultura está condenada a enfrentar, modernizar significa industrializar-se, consumir-se enquanto agricultura, entregar-se ao mercado e à concorrência, onde só alguns vencem. Porém, como ao engajar-se neste processo ela perde a capacidade de se autodeterminar, de decidir seu próprio destino, esta concorrência torna-se injusta. Vencer está acima de suas forças porque o limite é a dependência da indústria. Novamente é Kautsky quem pode ver este processo com toda pureza histórica que a Europa propicia, demonstrando como o destino do agricultor está selado no momento em que a produção industrial se instaura:

"Não resulta daí que, durante muito tempo ainda, possamos falar em ruína da agricultura. Mas o seu caráter conservador desapareceu para sempre onde quer que o modo de produção moderna tenha tomado pé. O apego obstinado aos antigos métodos conduzirá fatalmente o agricultor à ruína. Ele precisa seguir a evolução da técnica, precisa adaptar constantemente a sua exploração às novas condições. A este respeito é-lhe impossível estacionar no terreno conquistado. O agricultor julga ter vencido um inimigo, mas outro lhe aparece. No campo, de resto, toda a vida econômica, que se movera até agora de maneira tão uniforme e rigorosa, sempre na mesma rotina, caiu no mesmo estado de subversão perpétua que caracteriza o modo de produção capitalista."

Esse constante redemoinho arruína todos os que não possuem uma sorte extraordinária, um extraordinário desejo de vencer por todos os meios, um senso extraordinário de negócios ou recursos financeiros extraordinários." ⁵

Quem quer que tenha participado da vida produtiva de um empreendimento produtor de açúcar, álcool ou sucos cítricos no Brasil neste final de século, que tenha assistido ao ritmo das atividades agrícolas que se sucedem em função do empreendimento, sabe de qual redemoinho Kautsky, antes de inaugurado o século, está falando. Os únicos sinais a indicar que ali se pratica a agricultura são o verde das plantas e o roxo-avermelhado da terra, de resto, a ação dos homens, das máquinas, os apetrechos utilizados, tudo se assemelha a uma fábrica a céu aberto. Mas, vejamos um pouco mais da agroindústria em geral antes de chegar à usina.

(5) Karl Kautsky, op. cit. pág. 34.

Uma outra definição de agroindústria retira significados de sua funcionalidade ao sistema produtivo em que está inserida. Tamás Szmerecsányi considera-a como *"unidades de processamento de produtos agropecuários que são parte do sistema econômico abrangente devido à necessidade de submeter a maioria dos produtos agropecuários a determinadas transformações entre a "colheita" e o consumo final dos mesmos."* Assinala ainda que este tipo de empreendimento *"geralmente desempenha um papel de grande importância nas primeiras etapas de industrialização das economias menos desenvolvidas."*⁶

Assim definida, esta categoria permite que nela se inclua um grupo razoavelmente extenso de atividades de transformação, extração, liofilização, destilação, ou mesmo somente de preparação e embalagem para a comercialização, de diversos produtos agropecuários. Uma atividade econômica que se amplia significativamente com o processo de industrialização da economia e urbanização da população, não só em razão de uma "racionalidade econômica da lógica capitalista", mas também por motivos funcionais facilmente identificáveis. Ampliam-se as distâncias entre os centros produtores e consumidores exigindo, progressivamente, maiores esforços de preparação e adaptação dos produtos agrícolas previamente ao consumo.

É possível portanto abranger neste conceito de agroindústria empreendimentos dos mais diversos matizes. Desde a casa de farinha de mandioca do sertão nordestino, onde o processo de trabalho é predominantemente artesanal e emprega equipamentos toscos, até a grande indústria de óleos vegetais totalmente mecanizada ou mesmo automatizada, encontrada no centro-sul do país. Fábricas de alimentos, bebidas, embaladoras de condimentos, sem dúvida seria bastante numerosa a relação das empresas que podem ser definidas como agroindustriais. Têm em comum, todas elas, a relação, mais ou menos direta, mais ou menos integrada vertical e horizontalmente, entre a produção agrícola e o processamento industrial.⁷

(6) Tamas Szmerecsányi, *O Planejamento da Agroindústria Canavieira no Brasil (1930-1975)* (São Paulo: Hucitec/UNICAMP, 1979), pág. 182.

(7) Bernardo Sorj, analisando o caso da agroindústria de alimentação, observa que esta manteve *"até a década de 60 características de indústria tradicional com baixa composição orgânica do capital, sem chegar a ter impacto importante na própria produção rural"*. Bernardo Sorj, *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira* (São Paulo: Zahar, 1980), pp. 30 e 31.

Na verdade a articulação entre a agricultura e a indústria processadora de seus produtos agrícolas está presente no país desde os primeiros momentos da História, no que se refere a bens exportáveis, como pode muito bem ser ilustrado pelo próprio exemplo do setor canavieiro. O que acontece quando atingimos nossa maturidade industrial, que vem a ocorrer mais especificamente a partir dos anos 50, é a crescente generalização do complexo agroindustrial. Ele cresce e se intensifica onde já existia e, gradativamente, passa a abranger também os produtos de consumo interno.⁸

O mesmo não se pode dizer do braço industrial que produz equipamentos, insumos, fertilizantes e defensivos. Neste caso a integração é bem mais recente, pois depende de mudanças estruturais no padrão industrial estabelecido pela história econômica do país. Isto porque a produção de equipamentos e a transformação de produtos químicos implicam uma indústria qualitativamente diferente daquela que processa matérias-primas e gêneros alimentícios. Trata-se de um ramo industrial altamente capitalizado, dependente de outras indústrias básicas e, principalmente, no caso da indústria química, de uma base tecnológica bem mais avançada. Por estes motivos a integração, neste caso, é mais dependente da evolução da própria indústria e de seus outros setores, do que da própria agricultura.

Pode-se perceber portanto que o caráter da integração e as diversas formas como ela acontece a jusante e a montante da produção agrícola determinam as características mais fundamentais do complexo agroindustrial específico. Portanto, para melhor situar a agroindústria canavieira vale a pena investigar estes aspectos com maior riqueza de detalhe.

Enquanto processadora de matérias-primas agrícolas a indústria pode integrar-se de várias formas à agricultura. Pode invadir diretamente o campo produtivo gerando ela mesma o insumo de que precisa, ou pode preservar a sua autonomia relativa, estabelecendo vínculos contratuais com parceiros agricultores. Quando nos referimos portanto à integração estamos falando de diferentes níveis de verticalização da produção. Sobre isso já se referiu Bernardo Sorj:

(8) Sobre a definição do Complexo Industrial ver também: Geraldo Muller, *O Complexo Agroindustrial Brasileiro* (São Paulo: FGV, mimeo, 1981), cap. I.1 e II.3.

"Dessa forma a indústria pode ter nos produtos usados como matéria-prima um de seus campos diretos de inversão, ter relações mais complexas de semi-integração por intermédio de contratos de fornecimento de insumos e compra de produtos ou até uma relação indefinida de compra de produtos sem chegar realmente a revolucionar os processos de produção agrícola." ⁹

Estamos de acordo com este autor quando ele classifica as relações entre a agroindústria e a agricultura em dois tipos: integradas e semi-integradas. As integradas seriam aquelas *"onde os processos de produção agropecuária, processamento industrial e comercialização se encontram num mesmo estabelecimento. Nas semi-integradas a produção agropecuária, se bem que realizada por produtores em estabelecimentos próprios, está totalmente controlada pela agroindústria. A produção de açúcar estaria incluída na primeira categoria, juntamente com os setores avícola, hortifruticultural, pecuário e de papel e celulose"*. ¹⁰

As razões deste maior ou menor nível de integração estão relacionadas com a necessidade dos empreendimentos industriais garantirem um abastecimento contínuo e seguro de matéria-prima. No caso de algumas delas, como a agroindústria canavieira e citrícola, muito mais do que a produção física da matéria-prima, estão em jogo a qualidade do produto, e a sincronização da sua entrega em ritmos planejados. Na medida que cresce a concorrência e a preocupação com a eficiência global do sistema agroindustrial estes elementos começam a ocupar sua verdadeira dimensão como determinantes do rendimento industrial, induzindo as empresas a um esforço cada vez maior de integração vertical.

As usinas e destilarias constituem-se num tipo particular de agroindústria e talvez sua marca mais característica, principalmente em São Paulo, seja a verticalização da produção. Ela aconteceu com bastante intensidade nos últimos anos e congrega um número grande e diversificado de atividades que gravitam em torno de duas mais importantes e mais estreitamente integradas: a produção da cana-de-açúcar e a sua transformação em açúcar, álcool e demais subprodutos. ¹¹

(9) Sorj, op. cit., pág. 45.

(10) Sorj, op. cit., pág. 46. Na verdade o autor identifica quatro categorias de classificação: integradas, semi-integradas, pequena produção capitalizada autônoma e produção agropecuária de baixa capitalização; utilizamos apenas as duas primeiras por se adequarem mais às condições da agroindústria canavieira paulista.

(11) A. Manoel, citado por José Flávio Bertero constata este movimento: "A vinculação e interdependência com a indústria é notável, caracterizando-se, portanto, como um complexo agroindustrial. Para trás tem toda a estrutura produtiva de equipamentos e insumos típicos da agricultura tecnificada. Para a frente está atrelada às grandes usinas de açúcar e álcool, sendo que grande parte da cana-de-açúcar constitui-se em um dos produtos da própria usina, evidenciando uma integração vertical muito forte, que não é comum na produção agrícola". A. Manoel, *Política Agrícola*,

Este tipo de agroindústria que, naturalmente, chama a atenção pelo seu porte, quando verticalizada multiplica o seu tamanho. O que significa tornar-se ainda mais intensiva quanto a utilização de capital, mão-de-obra e terra. Mais recentemente dois outros fatores vêm-se tornando também essenciais: tecnologia mecânica, para equipamentos agrícolas e de transportes, e tecnologia de automação, aplicada aos controles de processos no setor industrial. Outras características, muito bem descritas por Gnaccarini no texto abaixo, são também importantes para demonstrar as peculiaridades deste setor:

"A produção açucareira é um ramo que exige pesados investimentos em capital fixo, representado por máquinas e equipamentos de produção industrial. A rotatividade do capital de giro é relativamente lenta devido às necessidades de longa estocagem durante cada safra. Finalmente, a depreciação do capital fixo industrial é comparativamente muito alta devido ao intenso desgaste provocado pela utilização intensiva das máquinas e equipamentos em curtos períodos sazonais."

O setor industrial deste tipo de empreendimento é, em vários sentidos, pesado. São equipamentos de grande porte, de uso contínuo no decorrer da safra por onde transita e é transformada a matéria-prima, praticamente sem nenhum contato com o trabalho humano até a geração do produto final. Nele reside a maior parte do investimento do empreendimento, e sua otimização é o principal objetivo da administração global do complexo agroindustrial.

Mas, mesmo dentro do que genericamente se denomina agroindústria canavieira há diferenças importantes. Usinas e destilarias caracterizam os empreendimentos de acordo com o produto final gerado: açúcar ou álcool. A localização regional no país pode significar diferenciais de tecnologia e de aperfeiçoamento organizacional, facilmente identificáveis quando se compara os empreendimentos das regiões norte-nordeste, com os do centro-sul.

A maior ou menor verticalização integrada depende em muito da história mais antiga do setor, do regime de fornecimento que foi se estabelecendo no decorrer do tempo e da importância relativa que as categorias sociais envolvidas vão ganhando no cenário político regional, nacional e setorial. Histórias diferentes definiram papéis diferentes para o agricultor canavieiro fornecedor das usinas em São Paulo e no nordeste e, mesmo dentro do estado, os agricultores organizados e tecnificados da região de Ribeirão Preto, nada têm a ver com aqueles da região de Bauru e Barra Bonita por exemplo, o que determina um tipo de verticalização bastante diverso nos dois casos.

Essas diferenças quanto aos tipos de empreendimentos, sua regionalidade e o processo de integração assumido na história mais recente, recomendam que focalizemos um pouco mais de perto o tipo de agroindústria canavieira que se constitui na preocupação básica deste trabalho. Motivo pelo qual procedemos a seguir a uma breve retrospectiva da sua história.

IV. 2 - A AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA: IMPLANTAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO

A Antiga Agroindústria Paulista - "O Quadrilátero do Açúcar" (1765 - 1850)

A agroindústria canavieira moderna desenvolve-se em São Paulo a partir da década de 40 em função de um conjunto de fatores que iriam provocar, até 50, a mudança do eixo econômico açucareiro do nordeste para o centro-sul. Mas a presença da lavoura canavieira no estado, apesar de não ser tão antiga como no Nordeste, é bem anterior, remontando ao século passado.

O primeiro ciclo do açúcar identificado na história da economia agrícola do Estado de São Paulo entremeia o ciclo da mineração e o advento da lavoura cafeeira. Neste período, que vai de 1765 a 1850, o estado assiste à expansão da agroindústria canavieira e o seu declínio em prol da lavoura cafeeira, que viria a predominar no transpor do século. Este surto de crescimento, pouco conhecido e pesquisado pela literatura, teria ocorrido para atender aos mercados constituídos pelas minas de Goiás e a exportação, via portos de Santos e Rio de Janeiro. Este segundo mercado funcionaria como um forte elemento estimulador da expansão do setor, particularmente depois da abertura dos portos em 1808.

São poucos os autores que se dedicaram a estudar o ciclo mais antigo do açúcar paulista. Destaca-se pelo esforço de recuperação histórica o trabalho de Petrone (1968). A importância da lavoura canavieira neste período é analisada pela autora por diversos ângulos, entre os quais o volume da produção e o resultado econômico gerado para a Capitania; que à época vivia a margem dos centros de desenvolvimento do país.

"Em 1813 a produção de açúcar da capitania foi de 122.933 arrobas e a da aguardente 2521 pipas. O açúcar tinha grande importância na economia paulista (...) constituía, sem dúvida o esteio econômico da Capitania. Grande parte da população tinha suas atividades ligadas à produção e ao comércio açucareiros. A recuperação econômica de São Paulo se deve, em grande parte, ao açúcar; a prova é o valor que tinha sua exportação. Em 1807 o valor dessa exportação era de 248:095\$100 réis.... Quanto ao valor, o açúcar correspondia à metade de todas as exportações paulistas." ¹²

(12) Maria Thereza S. Petrone, *A Lavoura Canavieira em São Paulo* (São Paulo: Difel, 1968), pág. 155.

Ressalta ainda a autora as relações entre este fluxo expansionista e o que a ele se seguiria, o do café, que marcaria definitivamente a economia do Estado. O rápido advento da lavoura cafeeira teria sido facilitado ao se erigir sobre as bases criadas pela lavoura canavieira do final do século XVIII e início do XIX.

"Sugere-nos o exposto a importância assumida pela cultura da cana-de-açúcar na história de São Paulo. Foi ela responsável pela modificação completa do panorama econômico e social da região, criando uma infra-estrutura necessária ao desenvolvimento do comércio exterior e tornando possível, mais tarde, o rápido crescimento dos cafezais no hinterland de Santos. Com sua expansão geográfica e com o acúmulo de capitais dela derivado, preparou-se São Paulo para desenvolver outro ramo de riqueza." ¹³

Constituída por grandes extensões de terra circundantes ao engenho, movimentada por mão-de-obra escrava e um processo de trabalho primário que usava como força propulsora a tração animal e humana, a agroindústria açucareira antiga do estado ocupava três áreas principais. O litoral, principalmente norte em Ubatuba e São Sebastião; a região que se estendia ao longo do caminho para o Rio de Janeiro e o chamado "quadrilátero do açúcar", composto pelas cidades de Sorocaba, Piracicaba, Mogi Guaçu e Jundiaí e tendo como epicentros Itu e Campinas. Esta última cidade tendo sido, inclusive, criada em função desta cultura. ¹⁴

As áreas do Quadrilátero do Açúcar de longe alcançariam maior importância frente às demais, sendo mesmo consideradas por Petrone as verdadeiras responsáveis por este ciclo do açúcar no estado. Mas a concorrência com o café, nestas mesmas áreas, já começa a aparecer a partir de 1840. Como ilustra o quadro a seguir, a partir desse ano o ciclo antigo do açúcar em São Paulo entra em uma tendência declinante irreversível, que se intensifica de 1846-47 em diante. Na safra de 1850-51 as exportações de cana são definitivamente superadas pelas de café e em 1854: *"O destino da lavoura canavieira já está decidido... O "quadrilátero do açúcar" deixou de sê-lo para se dedicar, com verdadeira obsessão, à cultura do café."* ¹⁵

(13) Petrone, op. cit., pág. 134.

(14) "A cidade de Campinas deve sua origem ao fabrico do açúcar. Durante muito tempo acreditava-se que as terras pretas dos arredores de Itu eram as únicas, de toda esta parte da Província, apropriadas à cultura da cana-de-açúcar; entretanto, apesar deste preconceito, algumas pessoas ensaiaram em 1770 plantar esta gramínea nas terras vermelho-escuras do atual termo de Campinas. Completo êxito coroou este ensaio, e o exemplo foi logo seguido por grande número de agricultores" Augusto Hilaire Saint, *Viagem a Província de São Paulo*, pág. 148 (citado em Petrone - 1968).

(15) Petrone, op. cit., pág. 162.

TABELA VI.1- PRODUÇÃO DE AÇÚCAR E CAFÉ DE 1842-1843 A 1850-1855 (em arrobas)

ANO	AÇÚCAR	CAFÉ
1842-1843	194509	51633
1846-1847	597551	236737
1847-1848	414230	246893
1848-1849	278823	223588
1849-1850	269389	130681
1850-1851	344904	470054
1854-1855	184049	773892

Fonte: Petrone 1968.

Impressionam a rápida derrocada do açúcar neste seu primeiro ciclo como também a velocidade da expansão do seu sucedâneo. Pela distância no tempo e pela clareza dos dados, a tabela acima parece já enunciar a potência e a fragilidade que caracterizam o setor canavieiro desde sua época mais remota no Estado de São Paulo. A alternância de situações de expansão, predomínio, decadência e crise parece ser sua marca registrada.

As Bases Para Uma Nova Agroindústria Canavieira em São Paulo - A Supremacia no Cenário Nacional (1900 - 1950)

Uma série de fatores de caráter nacional e internacional viriam a conspirar para que o setor açucareiro no Brasil e em São Paulo permanecesse em declínio durante todo o final do século passado e início deste. Mas as dificuldades para a estrutura produtiva nacional acompanhar o progresso técnico que se processava em outras regiões produtoras, muitas das quais produzindo açúcar a partir de outras matérias-primas que não a cana, parecem ter maior relevância:

"O açúcar brasileiro é progressivamente excluído dos mercados mundiais onde o substituem produtos concorrentes, melhor aparelhados ou mais avantajados por outras circunstâncias favoráveis. Assim mesmo, em termos absolutos, a exportação do país crescerá (40.000 tons. média anual do decênio 1821-30; 200.000 tons. média no decênio 1881-90), mas insuficientemente para dar as velhas regiões produtoras uma real prosperidade." ¹⁶

(16) Caio Prado Júnior, *História Econômica do Brasil* (São Paulo: Brasiliense, 1976), pág. 244.

Caio Prado Júnior observa que há um aumento na quantidade absoluta de açúcar exportado, se comparados o início e o fim do século. Mas há também uma diminuição do valor relativo dos preços internacionais *"caindo um para o outro dos períodos assinalados na média por tonelada de 24,5 libras-ouro para 10,8"*. E arremata ressaltando um problema que viria também a acompanhar a agroindústria nacional para o restante dos seus tempos, a questão da produtividade, da competitividade e da eficiência: *"Para os solos exaustos e a indústria mal aparelhada das principais regiões produtoras do país, estes preços não eram compensadores."*¹⁷

A estrutura produtiva, o processo de trabalho e as formas de exploração da terra adotados pelos engenhos não eram compatíveis com o movimento geral de industrialização que ocorria a nível internacional. O engenho tornava-se obsoleto e em nada competitivo com outras regiões produtoras, principalmente Cuba e Antilhas, mais próximas dos centros consumidores e protegidas por acordos tarifários; acresça-se a isso o açúcar de beterraba na Europa, que também era mantido através de barreiras alfandegárias.

Como esta tendência se acentua, os primeiros trinta anos do século são anos de crise do mercado externo de açúcar brasileiro. Caem brutalmente as exportações do produto: de 133.000 tons. médias no decênio 1891-1900 para somente 40.000 tons. médias no decênio 1931-1940.

Por tudo isso, o mercado interno passa a ganhar prioridade como elemento de sustentação do setor. Como o açúcar é um produto de consumo básico sua demanda está estreitamente vinculada ao nível sócio-econômico da população. Neste sentido, assumem importância os estados do centro-sul como mercados consumidores nacionais, onde a essa época já acontece um significativo processo de desenvolvimento e urbanização, pela expansão cafeeira e pela primeira fase industrialista, que neles se instaura.

São fatores que começam a determinar que a partir de 1920-30 já se percebia uma reversão do que havia acontecido no final do ciclo anterior, a cana-de-açúcar começa a substituir o café em função da crise deste segundo produto. O Estado de São Paulo começa a reaparecer como importante região produtora por deter melhores condições quanto ao capital, solo e mercado: "Como consumidor que era, sua vantagem sobre outras regiões produtoras que tinham que exportar quase toda a sua produção era considerável" (Prado Jr. 1976).

(17) Prado Jr., op. cit., pág. 244.

Analisando este período Gnaccarini identifica uma considerável expansão da cultura e já percebe suas causas no processo de urbanização e industrialização do Estado:

"... pode-se verificar que a expansão açucareira se fez precisamente nos anos que se seguem às crises do café, logo depois das grandes crises de 1913 e 1921. Muitos dos fazendeiros e sitiantes de café substituíram-no, então, pelo açúcar, fazendo dobrar a produção entre 1910 e 1921. Este crescimento está ligado, ainda, à ampliação do mercado interno que o crescimento da economia cafeeira, com a imigração e a urbanização e o esforço de industrialização, propiciou. Quase todos os grandes grupos usineiros desse período tiveram origem na produção de café." ¹⁸

Mas, somada a produção nordestina com a dos estados do centro-sul e mantendo-se a retração do mercado internacional a situação do setor a nível nacional tornava-se conforme Caio Prado Jr. "catastrófica". Foi este sentimento de catástrofe que levou o governo a tomar medidas visando regulamentar o setor, de onde surge a iniciativa pela criação do Instituto do Açúcar e do Alcool em 1933. O IAA deveria se encarregar de "*promover o reerguimento da indústria açucareira e de dar solução ao problema do álcool-combustível*", que já nessa época estava na pauta de intenções do governo.

"Foi portanto com o IAA que realmente teve início o processo de planejamento na agroindústria canavieira do Brasil." ¹⁹ Um organismo eminentemente técnico viria a gerar, de imediato, um conjunto de medidas de intervenção no mercado sucro alcooleiro. A principal delas foi o estabelecimento do regime de quotas de fornecimento que passaram a ser estipuladas pelo Instituto de acordo com as produções obtidas em períodos anteriores pelos empreendimentos. É evidente que apesar de "eminente técnico" o órgão viria a ser um palco privilegiado para as disputas políticas entre os vários segmentos de capital envolvidos com o setor. Neles estariam expressos, inclusive, os interesses dos capitais usineiros regionais na disputa por critérios mais favoráveis para determinação das quotas de fornecimento. O conflito regional nordeste-sudeste também seria outra característica a se perpetuar na história do setor açucareiro do Brasil.

(18) José César Gnaccarini, *Estado, Ideologia e Ação Empresarial na Agroindústria Açucareira no Estado de São Paulo* (São Paulo: FFLCH/USP, 1972), pág. 66.

(19) Tamas Szmrecsanyi, *O Planejamento da Agroindústria Canavieira do Brasil (1930-1975)* (São Paulo: Hucitec/UNICAMP), 19790, pág. 113

Com o esgotamento da economia cafeeira capitais e terras tornam-se disponíveis para a cana-de-açúcar no sudeste, apenas o sistema de quotas e a predominância política nordestina nas decisões de governo poderiam funcionar como entrave ao desenvolvimento da lavoura no Estado. Esta disputa política acirrada e seus desfechos na década de 40 refletem-se no texto abaixo:"

"Durante a realização do I Congresso Açucareiro Nacional, em setembro de 1949, um áspero debate travou-se entre usineiros do nordeste e do sul, em torno do problema do contingenciamento. A posição dominante, no entretanto, foi no sentido de se redistribuírem os aumentos de produção exigidos pela maior expansão da demanda, atribuindo a cada estado um limite igual à maior safra verificada no período de liberação total (1944/48). Levada a questão à Comissão Executiva do IAA, os interesses do sul acabariam prevalecendo, porque se ajustavam melhor aos novos desígnios governamentais de modernização. ²⁰

O regime de quotas iria sofrer mudanças e regulamentações sucessivas que acabariam por ceder a um movimento geral da economia nacional: a predominância dos empreendimentos mais modernos da região centro-sul. Eles surgiam mais tecnificados e capitalizados nos anos 40 e aumentariam progressivamente em número até "dar um salto qualitativo e quantitativo na safra 1947/48". ²¹

Será neste período (1940 a 1950), quando a agroindústria está plenamente subordinada ao planejamento do Instituto, que se dará a mudança definitiva do pólo hegemônico canavieiro do norte-nordeste para o centro-sul. Contribui significativamente para isso o fato de, durante a Segunda Guerra Mundial, ter sido interrompida a navegação de cabotagem, da qual o Brasil, e em particular o comércio de açúcar do nordeste para o sul, era altamente dependente. Isto provocou uma situação insólita, com superprodução nos estados nordestinos e escassez no centro-sul. A demanda reprimida estimulou mais ainda os produtores que contavam com condições favoráveis para a instalação ou expansão de seus empreendimentos nestas regiões. Tamás Szmerecsányi descreve esta mudança fundamental para a história da agroindústria canavieira do país da seguinte forma:

(20) Gnaccarini, 1972, op. cit. pág. 88.

(21) O. Queda, *A Intervenção do Estado e a Agroindústria açucareira Paulista* (Piracicaba, mimeo, 1972), pág. 71.

"A demanda insatisfeita nos principais centros consumidores do país acabou determinando a expansão do parque açucareiro e da lavoura canavieira em áreas que antes da II Guerra Mundial importavam a maior parte do açúcar que consumiam. A consequência principal e mais duradoura deste processo foi a transferência do eixo da agroindústria canavieira do Brasil, da região nordeste para o centro-sul. Esta transferência, que só seria completada no início da década de 1950, já se tornou visível antes do término das hostilidades".

A hegemonia do Estado de São Paulo na produção canavieira frente aos estados do nordeste consolida-se na verdade na década de 50. Conforme os principais analistas deste período são três os fatores principais que concorrem para que assim aconteça:

- uma ampliação do consumo interno de açúcar advinda do crescimento da população, da urbanização e industrialização do país (inclusive indústrias de alimentos usuárias do produto), principalmente no centro-sul;
- a normatização do IAA (Decreto lei no. 9827 de 1946) que determinava, a partir de então, a estipulação de quotas de produção com base no consumo de cada região, favorecendo os estados mais demandadores do produto;
- as vantagens competitivas dos estados do sul quanto à qualidade das terras, condições sócio-econômicas e tecnologia industrial, que tornavam os custos de produção mais baixos em relação aos do nordeste;

Na safra 1951/52 o Estado de São Paulo já produzia mais açúcar do que o necessário para seu consumo, dominava os mercados dos estados do sul e superava Pernambuco que sempre fora o maior produtor do país. Estariam dadas a partir de então as bases para o desenvolvimento no Estado de São Paulo de um setor moderno no complexo agroindustrial canavieiro brasileiro, que iria crescer acompanhando os processos de urbanização e industrialização do país e estimulado pela ação regularizadora e fomentadora do governo através do IAA. Este desenvolvimento, que viria acontecer progressivamente a partir do final da década de 50, não estaria imune, nos vinte anos subseqüentes, dos traumas e crises de mercado característicos do setor, mas se tornaria uma tendência irreversível e permanente até este final de século. ²²

(22) Támas Szmrecsányi, 1979, op. cit., pág. 219.

O Período Imediatamente Anterior ao Proálcool - Desenvolvendo a Agroindústria "Moderna" (1950-1975)

O conceito de modernidade é por si só bastante polêmico pelos significados que carrega. Utilizá-lo, quando se trata da agricultura, de uma cultura ou setor econômico específico, torna-se ainda mais difícil. Entretanto, acreditamos ser possível dizer que um produto agrícola ou setor que, por circunstâncias sociais e econômicas específicas, demonstra-se em determinada época mais sensível às alterações tecnológicas, absorvendo-as e transformando-as em mudanças efetivas em seu processo produtivo, possa ser chamado de moderno. É aquilo que, acreditamos, acontecer com a lavoura canavieira neste período.

A concepção de modernização que utilizamos aqui deve ser tomada como um atributo relativo e historicamente determinado. Está sempre referenciada ao outro, o seu oposto tradicional. Além disso, como qualquer significado humano, o moderno resulta das representações de sua época, que é também, em última instância, o que elege aquilo que deve ou não ser premiado com o progresso tecnológico num determinado espaço e tempo social. Isto nos leva a repetir, embora já tenha se tornado exaustivo pelo número de estudos sobre a agricultura que assim o fazem, que o progresso no capitalismo é o progresso que leva à valorização do capital. Neste sentido, dentre as diversas formas de modernização possíveis, dentre os diversos setores que podem ou não serem escolhidos para receber o impacto da inovação tecnológica disponível, são aqueles que melhor se integram à lógica do lucro que serão os escolhidos. Este é um dos pressupostos básicos do nosso trabalho; isto porém não quer dizer que concordemos plenamente com o que se descreve abaixo:

"O progresso da ciência no capitalismo deve ser analisado como o desenvolvimento das técnicas que permitem fortalecer a dominação do capital sobre o processo de trabalho. Não cabe neste contexto nenhum julgamento moral do tipo "a técnica é boa, o seu uso é que é impróprio". A tecnologia não é adequada senão aos desígnios do capital, enquanto relação social; e o seu uso determinado pela divisão do trabalho própria da sociedade capitalista." ²³

(23) Panzieri, 1972 citado por José Graziano Silva, *Progresso Técnico e Relações do Trabalho na Agricultura* (São Paulo: Hucitec/UNICAMP, 1981), pág. 25.

O enunciado em si é correto, porém há mediações que devem ser levadas em conta sob pena de estarmos sempre justificando o movimento mais específico e subliminar da sociedade por sua generalidade mais aparente. O jogo de forças que se estabelece entre classes, grupos e segmentos sociais leva a resultados menos lineares e previsíveis do que se pode depreender pelo parágrafo acima. Mesmo num país onde o "capitalismo selvagem" faz mais do que jus a esta denominação, como o Brasil, podemos observar que nem tudo pode ser explicado exclusivamente pela chamada "lógica do capital". Grupos organizados são hoje reconhecidos como elementos de pressão seja na política formal ou informal. Diferentes bandeiras unem pessoas em torno da ecologia, do problema da posse da terra. Polemiza-se sobre a questão energética nacional, enfim, no momento em que a cidadania começa a ser exercida, o que sem dúvida é uma novidade para este país, a prevalência desta lógica econômica inexorável se relativiza. Na verdade a modernidade é um valor socialmente determinado, e os significados fazem parte do terreno da política e da cultura, que embora fortemente dependentes, não se resumem a um espelho da ordem econômica, o que permite que, por vezes, se concretizem resultados mais "morais" frente aos exclusivamente "econômicos".

O que queremos dizer, no que se refere ao conceito de modernização sem pretensões de polemizá-lo, é que as decisões sociais sobre progresso das técnicas, embora determinadas predominantemente pela lógica do lucro e da exploração do trabalho alheio, podem assumir uma autonomia relativa, dependendo dos momentos sociais específicos que estejam sendo analisados. Lançarmos mão de uma pretensa "sobredeterminação" do econômico frente às demais dimensões da vida social, significa fugir de uma criteriosa análise das características mais fundamentais destes momentos sociais específicos. E esta é, na nossa compreensão, a única forma de efetivamente captá-los, em toda a sua essência.

É por isso que nos aproximamos muito mais de outra formulação sobre a questão da modernização, retirada deste mesmo texto de Graziano, obra que por sua importância, profundidade e clareza, marcou definitivamente o debate sobre as relações entre técnica e agricultura no Brasil:

"O que se deseja salientar é que a aplicação do progresso técnico não é dirigida "contra os trabalhadores" ou "contra a Natureza", como fazem crer certas "análises ecológicas" muito em voga nos nossos dias. A tecnologia é, isto sim, a "favor do capital", ou seja, o seu sentido último é o de elevar a taxa de lucro, seja do capitalista que a emprega, considerado individualmente, seja do sistema econômico como um todo." ²⁴

(24) J. Graziano Silva, *Progresso Técnico e Relações na Agricultura* (São Paulo: Hucitec/UNICAMP, 1981), pág. 27.

Seja porque se insere em um novo patamar na estrutura econômica nacional, seja porque ganha uma nova dimensão dentro da própria agricultura, a agroindústria canavieira apresentará condições para movimentar seu avanço tecnológico "a favor do capital" no período aqui analisado. Em que pese as descontinuidades e irregularidades, é possível se identificar, entre 1950- 1975, um movimento evolutivo de modernização, tornando o setor mais capitalizado e com padrões de lucratividade comparáveis aos empreendimentos tipicamente industriais.

Sem precedentes na sua história anterior em termos de intensidade e velocidade, esta modernização atingiu praticamente todos os ramos da agroindústria e, mais do que isso, potencializou-os através da intensificação da integração vertical do setor, o que se consolidaria com o advento do Proálcool nas décadas posteriores.²⁵

Vários fatores viriam a contribuir para isso. Tocaremos apenas em alguns deles para não fugirmos aos limites deste trabalho. Em primeiro lugar devemos considerar que o final dos anos cinquenta e início dos anos sessenta, pelo menos até o meio da década, foram anos de modernidade para todo país, e, em particular para o Estado de São Paulo. Este desenvolvimento econômico mais geral com uma industrialização fortemente concentrada em São Paulo, alimenta o processo de expansão e aperfeiçoamento do setor canavieiro não só pelo lado da demanda, mas também oferecendo condições estruturais que não poderiam ter ocorrido anteriormente.

Há uma indústria automobilística que já se instalou com sucesso e ensaia os primeiros passos da produção em massa de veículos de transporte de carga e passageiros. Tem início a fabricação nacional de tratores, viabilizada pelo Plano Nacional da Indústria de Tratores, que já em 1962 coloca mais de 33.000 máquinas no mercado nacional. Outros setores industriais, como o de Bens de Produção sofrem também um considerável avanço, o que viria criar condições básicas para a implantação de um pólo regional produtor de equipamentos industriais para usinas e destilarias. Estas indústrias viriam alcançar níveis tecnológicos de alta competitividade, tornando-se na década de 80, já sob a égide do Proálcool, reconhecidas inclusive em termos internacionais.

(25) "A década de 60 assinala a transformação radical da maneira de produzir da agricultura canavieira de São Paulo. O seu primeiro quinquênio, juntamente com os derradeiros anos da década de 50, constituem a fase de transição entre a forma primitiva - predominante nos anos quarenta e na maior parte dos cinquenta, que tinha por base a terra e a mão-de-obra, e a forma moderna, tecnificada, que se esboça nos anos que vão de 1948 a 1957, e se expande a partir de 1963, generalizando-se em meados dos anos sessenta quando se implanta definitivamente" (Bertero, 1991), pág. 421.

Referindo-se a estes fatores de evolução e ao papel da indústria de bens de produção afirma Bertero:

"(...) assim como a integração da produção agrícola aos departamentos de bens de produção e de bens de consumo, do que resulta uma nova síntese, superior, entre agricultura, as usinas e destilarias processadoras de matéria-prima fornecida pela agricultura, e a indústria produtora de meios de produção para aquelas atividades, síntese que dá um novo sentido ao que se convencionou chamar de complexo canavieiro.(...) Trata-se de indústria , em parte, recentemente instalada - tratores, máquinas, equipamentos e insumos para a agricultura - e, em parte, relativamente antiga - máquinas, equipamentos para usinas e destilarias, toda ela, porém razoavelmente desenvolvida em termos tecnológicos." ²⁶

Deve-se ressaltar também que, do ponto de vista da agricultura, estas alterações não são privilégio da cana-de-açúcar, pertencendo a um movimento mais amplo que atinge toda a economia agrícola nacional. Fruto de um processo crescente de urbanização e industrialização o setor agrícola brasileiro está em mudança, ocasião em que, coerentemente com a economia abrangente definirá quais serão os produtos eleitos como modernos. A modernização da agricultura neste período será analisada mais detalhadamente em outro capítulo, por hora vale a pena destacar que:

"A característica principal da agricultura brasileira no período 1960-80 foi a generalização da sua modernização, fundamentando-se na maior aplicação de insumos químicos e da força mecânica, além da melhoria dos insumos biológicos (...) no Brasil a modernização agrícola processou-se de forma desigual, em dois sentidos: regionalmente, beneficiando os estados do centro-sul, particularmente São Paulo; e dentro de cada estado, atingindo preferencialmente os médios e grandes produtores e os produtos exportáveis e demandados pelas agroindústrias." ²⁷

(26) Bertero, op. cit., pág. 429.

(27) Angela Kageyama, "Alguns Efeitos Sociais da Modernização Agrícola em São Paulo", in George Martine, *Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola*, (São Paulo: Caetés, 1987), págs. 99 e 101.

Observa Kageyama que a desigualdade seria a marca principal deste processo de modernização. A desigualdade quanto ao tamanho da propriedade, quanto ao destino do produto e principalmente quanto às suas ligações com a economia industrial. É este processo diferenciador que leva os produtos ditos "modernos" a ocupar o espaço dos tradicionais e de transição na pauta da produção agrícola do estado.²⁸

A lavoura canavieira não poderia deixar de entrar neste ciclo de modernização, que atinge de forma mais definitiva a agricultura paulista a partir de 60. Algumas circunstâncias, gestadas nas décadas imediatamente anteriores, contribuem significativamente para isso, quais sejam:

- um intenso processo de integração vertical, que vinculou a agricultura canavieira de forma mais racional e estreita com a indústria processadora de seu produto;
- um mercado interno em relativa expansão e um mercado externo com oscilações, mas também tendencialmente crescente em termos de demanda durante o período, pelo menos até 1974;
- uma representação cada vez mais efetiva e atuante dos interesses das empresas paulistas em todas as instâncias políticas do setor e da política nacional;
- o grau de organização do setor em todos os seus níveis e ramos, no que se refere às suas estruturas centrais de produção, de comercialização e de geração de tecnologia.

Contribuem também, para diferenciar a agricultura canavieira, os investimentos realizados pelo Estado em programas de melhoramento e na ampliação de instituições de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. No final da década de 60 e início de 70 viabilizou-se uma ação modernizadora de grande vulto no setor, através de sucessivos planos de fomento, racionalização e difusão tecnológica.

(28) O IEA - Instituto de Economia Agrícola considera modernos: a batata, laranja, tomate, cana, soja e algodão, produtos tradicionais: o arroz, feijão e mamona e em transição: a banana, cebola, milho amendoim, mandioca, café e chá. Conforme Kageyama, 1987, op. cit., pág. 100.

A materialização deste esforço culmina com a criação do Planalsucar em 1971. Sua produção científica ampliaria a distância entre a pesquisa agrônômica da cana-de-açúcar e aquela praticada para as demais culturas.²⁹

Os analistas da história da agroindústria referem-se a esta fase (1969-1974) como aquela em que predominaria uma preocupação com a modernização dos processos agrícolas. Isto teria ocorrido porque o setor, abalado pelas crises de superprodução ocorridas em 1965-66, percebe a necessidade de ganhar competitividade no mercado internacional, o que somente poderia acontecer através do aperfeiçoamento de sua tecnologia agrícola. Assim se refere ao período Szmrecsányi:

"Não havia necessidade de agrônomos para aumentar a produção, já que se tendia a apresentar excedentes crônicos. Tampouco se precisava deles para reduzir custos ou elevar os rendimentos da lavoura canavieira, pois toda a produção da mesma acabava encontrando colocação a preços compensadores (para os usineiros) - seja no mercado interno, seja nos mercados externos (por meio de subsídios). (...) para todos os efeitos o Brasil não competia no mercado internacional do produto, e nem sentia muita necessidade disso.

Foi só na segunda metade da década de 1960 - dados o vulto da superprodução brasileira e a conjuntura desfavorável nos mercados internos e externos - que essa situação se alterou substancialmente. Se a agroindústria quisesse continuar a crescer, ela teria que aumentar suas exportações, e, para isso, teria que torná-las mais competitivas no que se refere a custos e rendimentos."³⁰

Consideramos porém que os efeitos realmente significativos deste processo de modernização serão sentidos, mais expressivamente, numa fase posterior: entre 1975 e 1985, quando já o Proálcool se adiantava em sua implantação.

(29) Támas Szmrecsányi, 1979, op. cit., pp. 293/300.

(30) Támas Szmrecsányi, 1979, op. cit., pág. 291.

A modernização pré-Proálcool se deveu muito mais à mecanização de algumas etapas do processo produtivo agrícola, principalmente o preparo do solo, plantio, carregamento e transporte. Além de um possível aumento na frequência do uso de fertilizantes e defensivos químicos, que precisaríamos de mais dados para comprovar sua magnitude. Os efeitos das pesquisas genéticas viriam a se fazer sentir com certeza bem mais tarde, quando não só o Planalsucar, mas o IAC - Instituto Agrônomo de Campinas, a Copersucar e as áreas de pesquisa das próprias usinas encarregavam-se do desenvolvimento e adoção de novas variedades. Este retardo se deve às características intrínsecas a este tipo de pesquisa, cujos resultados são bastante demorados e de difícil adoção pelo empreendimento por vários motivos, inclusive as mudanças que implicam na estrutura produtiva.

O quadro abaixo permite demonstrar que é a partir de 1975 que começam a ocorrer os grandes saltos qualitativos da agroindústria canavieira. Analisando-se exclusivamente os rendimentos agrícolas, em termos médios quinquenais para evitar vieses provocados pelas interferências climáticas de cada safra, percebe-se que há, sem dúvida, um aumento progressivo desde 1950. Mas a produtividade agrícola cresce nos quinquênios 75-79 e 80-84 de uma forma incomparavelmente superior ao que acontecia até então.

TABELA VI.2 - EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO AGRÍCOLA MÉDIO DA CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DE SÃO PAULO POR PERÍODOS DE 5 ANOS DE 1950-54 A 1980-84

PERÍODO	RENDIMENTO (KG./HA)	ÍNDICE (per.anterior)	ÍNDICE (base 100 1950-54)
1950-54	43 782	00	100
1955-59	45 983	5,0	105
1960-64	48 652	5,8	111
1965-69	52 740	8,4	120
1970-74	51 968	-1,4	119
1975-79	61 416	18,2	140
1980-84	73 583	19,8	168
1985-88	62 180	-15,5	142

Fonte: Informações Econômicas IEA, (citado por Bertero, 1991, op. cit. pág. 309)
Para 85/88 dados do IEA.

Na verdade durante os cinco anos que separam 1980 e 84 o rendimento agrícola da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo aumentou quase 20%, ou seja, mais do que a somatória dos vinte e cinco primeiros anos do período considerado. Esta constatação já permite introduzir a importância do Proálcool para a consolidação deste processo de modernização. Na verdade somente após o seu advento a agroindústria canavieira irá catalisar, com maior efetividade, todos os esforços que vinham sendo realizados na busca de alternativas para sua modernização.

De qualquer forma, via mecanização, quimificação, e melhor controle de pragas e doenças é inegável que mesmo entre 50-75 ocorrem alterações profundas na produção agrícola de cana-de-açúcar do estado. Embora isto não se reflita diretamente em indicadores da produtividade do uso da terra a base tecnológica se altera, modificando-se a forma de produzir, decorrendo daí transformações significativas na organização no processo e nos padrões de relações do trabalho vigentes no setor.

Algumas etapas do processo produtivo foram mais atingidas que outras na substituição do trabalho manual pelo mecânico ou químico. A generalização do uso do trator mecaniza em primeiro lugar o preparo do solo e o plantio, depois o carregamento e o transporte. Mais recentemente, a utilização de produtos químicos "mecaniza" a carpa diminuindo a necessidade de trabalhadores em determinados períodos do ano.

Em contrapartida, algumas tarefas não são substituídas pela máquina. É o caso da colheita, cuja alternativa tecnológica de mecanização não é viável para todos os solos, relevos e variedades de cana e sua utilização, além disso, implica num alto investimento em capital fixo. Este desequilíbrio provocará a conhecida sazonalidade do uso de mão-de-obra e, conseqüentemente, o desinteresse pela manutenção de Relações de Trabalho que pressuponham vínculos mais estáveis e permanentes com os trabalhadores, como aqueles que prevaleciam nesta cultura até os idos de 1950.

Estes aspectos deverão ser melhor considerados no capítulo específico sobre o trabalho e o trabalhador rural canavieiro. Mas vale frisar desde já que a modernização da agricultura canavieira ocorrida nas décadas de 60 e 70 pressupõe um novo padrão de Relações de Trabalho, cuja principal característica é a superação das antigas formas, não ou semi-assalariadas, que predominavam na agricultura paulista ainda nos anos 40 e 50. Como aponta Bertero:

"Diante disso, não é arbitrário afirmar que, com a extensão ao campo do progresso técnico e científico, os remanescentes das antigas formas de trabalho - colonato, parceria, pequeno arrendamento, empreita etc, - que já vinham perdendo terreno, têm consumado o seu desaparecimento, cedendo lugar a novas formas, das quais às mais expressivas é indubitavelmente o operariado rural..."³¹

Procuramos demonstrar até aqui que o empreendimento agroindustrial que fechará os primeiros cinco anos da década de 70 em tudo se diferencia da velha usina dos anos 50. É moderno porque tecnificado, porque industrializado, porque usa insumos modernos, porque estabelece relações com sua mão-de-obra que podem ser consideradas modernas dentro do setor em que está inserido.

Mas a agroindústria canavieira padece de ambiguidades e contradições estruturais das quais a modernização ocorrida entre 50 e 75 não lhe poderia lhe livrar. Falaremos sobre isto posteriormente, mas dentro dos limites deste capítulo vale dizer que, ao usar insumos e maquinário modernos a agroindústria torna-se dependente do setor que os produz; ao lidar com seus produtos no mercado ainda necessita da intermediação e da proteção do Estado, o mesmo acontecendo no que se refere à geração de tecnologia e, finalmente, ao relacionar-se com o trabalhador agrícola ainda estabelece vínculos incompatíveis com seu estágio de desenvolvimento tecnológico, adotando uma Relação de Trabalho atrasada e conservadora para os padrões da indústria em geral.

Talvez possamos dizer que, analisada por uma outra ótica, a usina moderna não chega mesmo a constituir-se enquanto tal. O progresso se realiza para dentro dela mesmo e em comparação com o setor em que ela está inserida. Como afirmávamos no início deste item a modernização só existe quando referenciada ao seu oposto. No caso da agricultura canavieira o oposto, que lhe dá significação, é a agricultura em geral ou o seu próprio passado, um oposto excessivamente conservador. Assim comparada pode-se perceber um diferencial de modernidade, porém quando esta referência extrapola o setor ela não consegue se exteriorizar. O que prevalece é um caráter de preservação, de estabilidade e de conservadorismo. No decorrer deste trabalho estaremos permanentemente nos referindo e tentando demonstrar as formas de manifestação desta ambiguidade. Procuraremos identificar como ela aparece na prática dos atores sociais envolvidos, determinando um rumo específico para a história mais recente da agroindústria canavieira na qual o Proálcool é sua principal forma de expressão.

(31) José Flávio Bertero, 1991, op. cit., pág. 412.

IV.3 - O PROGRAMA NACIONAL DO ÁLCOOL E A CONSOLIDAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA MODERNA EM SÃO PAULO

O Álcool Antes do Proálcool

Uma nova intervenção estatal viria alterar o cenário da agroindústria canavieira na década de 70: o Programa Nacional do Álcool. Mas esta iniciativa apresentava diferenças significativas em relação a todas as anteriores. Ao contrário das ações governamentais até então implementadas, o Proálcool não se constituiria unicamente por incentivos de mercado, subsídios a pesquisa, absorção tecnológica ou regulamentações de qualquer espécie. Tratava-se de uma política pública de mais amplo espectro, um conjunto de medidas integradas que englobava a experiência anterior do Estado do ponto de vista institucional, normativo e de fomento e pesquisa.

Mas havia uma diferença fundamental de tudo aquilo que havia se praticado até então para planejar, organizar e estimular a agroindústria canavieira. Nesta nova política estariam envolvidos outros importantes setores da economia nacional, destacando-se entre eles a indústria automobilística.

O complexo agroindustrial canavieiro tomaria um rumo, a partir de então, inusitado na sua história, daqui e de outros países. Integrar-se-ia a indústria urbana via insumo energético, material combustível para veículos automotores em geral e, mais especificamente, para o transporte individual de passageiros. Seria incluído a uma lógica de industrialização que havia sido inaugurada há quase vinte anos atrás, a lógica da indústria de bens de consumo duráveis voltados para uma parcela bastante reduzida e privilegiada da população. A agroindústria canavieira insere-se numa ordem econômica que, a um só tempo, é nova para ela, e velha para o país. Isto porque o modelo econômico brasileiro, mantido pelo "milagre" do final da década de 60, já dava mais do que sinais de exaustão à época da instituição do Proálcool.

Embora somente tenha logrado efetivo êxito e generalização a partir de 1975/80, a idéia e a prática de utilização do álcool como combustível é bastante antiga na história da agroindústria canavieira do Brasil. Ela sempre surgiu e foi mesmo aplicada, como alternativa de sustentação da agroindústria nas crises de mercado, como solução para problemas contingenciais de abastecimento de petróleo, ou como opção energética poupadora de divisas, e portanto mais interessante para o país, em comparação ao combustível importado. Entretanto, como veremos no breve histórico que se segue, apenas na década de 70 serão dadas as condições para que esta idéia se torne realidade.

Até 1930 o álcool era considerado um subproduto da fabricação de açúcar, sua produção se fazia exclusivamente a partir do mel residual, que muitas vezes os produtores preferiam até mesmo *"despejar os respectivos melaços nos rios, vales e canais próximos"* a utilizar para o fabrico de álcool. Sua produção era portanto bastante limitada e voltada para um mercado interno insignificante. A partir desta época, em função da forte crise que atinge o setor açucareiro, começam a surgir propostas defendendo mais enfaticamente o uso do álcool em substituição ao combustível importado através de sua adição na gasolina. ³²

De subproduto, o álcool passaria a ser visto como um fator de equilíbrio da balança comercial brasileira e de recuperação do setor agroindustrial, que nos anos 30 passava por intensa crise de superprodução. Estes mesmos argumentos justificariam, quase cinquenta anos mais tarde a implantação do Proálcool. Já naquele momento o papel do Estado aparece como fundamental para viabilizar esta iniciativa. O padrão industrial preexistente não era adequado para a produção de álcool em larga escala; caberia ao Estado através de regulamentações e incentivos promover a sua alteração. Como de resto sempre ocorreu na história da agroindústria, que nunca foi capaz de andar exclusivamente "com as próprias pernas", tanto nos momentos de crise como nos de expansão.

O álcool surgia assim como parte da política de "defesa" do açúcar, consumindo o excesso não absorvido pelo mercado internacional e como uma política de produção que criaria para a agroindústria canavieira uma alternativa de mercado exclusivamente nacional. Gnaccarini refere-se à maneira como o álcool carburante aparece no discurso oficial dos dirigentes do setor em 1934 da seguinte forma:

"Os dirigentes do intervencionismo açucareiro, entretanto, continuavam presas da "miragem do álcool-motor". O carburante-nacional, na expressão de Leonardo Truda, devia ser visto como a "solução definitiva"; a da transformação do excesso, que não encontra aplicação nem escoadouro". No entanto, acrescentava Truda, como as modernas destilarias, as grandes fábricas de álcool-motor, não poderiam se instalar e se multiplicar com a mesma rapidez em que se expandia a produção de açúcar, sob o estímulo da política de defesa; seria necessário apelar....". ³³

(32) Tamas Szmrecsányi, 1979, op. cit., págs. 47 e 171.

(33) José César Gnaccarini, 1972, op. cit., pág. 67.

Em 1931, surgem as primeiras medidas governamentais relacionadas com a introdução e estímulo ao álcool-combustível no país. Elas consistiam na dispensa de impostos e taxas de importação para a aquisição de equipamentos necessários à instalação ou aperfeiçoamento de destilarias para a fabricação e destilação de álcool anidro; *"no pagamento dos direitos de importação de gasolina"*, que somente poderia ser efetuado depois de *"feita a prova de haver o importador adquirido, para adicionar à mesma, álcool de procedência nacional à proporção de 5% sobre a quantidade gasolina que pretendesse despachar, calculada em álcool a 100°"*; e, finalmente, na obrigatoriedade de que os automóveis de uso do serviço público consumissem exclusivamente *"carburante que contivesse, pelo menos, álcool na proporção de 10%"*.

Nesse mesmo ano é criada a Comissão de Estudos sobre o Álcool-Motor e estabelecem-se *"normas técnicas para a produção de álcool anidro, instituindo no contexto do Ministério da Agricultura um Serviço de Fiscalização Técnica"*. Estas medidas não chegaram a surtir resultados efetivos, em função da estrutura produtiva bastante precária das agroindústrias e porque os incentivos não eram realmente atrativos para os produtores.³⁴

Em 1933, frente aos insucessos das iniciativas anteriores para contornar as crises de superprodução via limitação ou via fabricação de álcool, o governo resolve criar um instrumento de intervenção mais definitivo, surgindo desta decisão o IAA - Instituto de Açúcar e do Álcool. O álcool motor está presente na exposição de motivos que justifica a constituição do novo órgão governamental.

Segundo Szmrecsányi "Os principais objetivos que presidiam a criação do IAA estão consubstanciados nas duas primeiras alíneas do artigo 4o. do Decreto 22.789:

- (a) Assegurar o equilíbrio interno entre as safras anuais da cana e o consumo de açúcar, mediante a aplicação obrigatória de uma quantidade de matéria-prima, a determinar, ao fabrico do álcool;
- (b) Fomentar a fabricação de álcool anidro, mediante a instalação de destilarias centrais nos pontos mais aconselháveis, ou auxiliando... as cooperativas, sindicatos de usineiros que, para tal fim, se organizarem, ou os usineiros individualmente, a instalar destilarias ou melhorar suas instalações atuais."³⁵

(34) Támas Szmrecsányi, 1979, op. cit., pág. 171.

(35) Támas Szmrecsányi, 1979, op. cit., págs. 180 e 181.

Este mesmo autor ressalta ainda que o Regulamento do IAA, que conferia mais detalhadamente as atribuições do Instituto, previa uma atuação mais intensa no que se refere ao álcool do que no campo açucareiro, como instalar e operar grandes destilarias centrais, manter o monopólio da comercialização do álcool anidro no país, realizar diretamente a comercialização de álcool-motor nas bombas, entre outras.

Mas as medidas práticas para a produção de álcool anidro viriam a partir de 1934, quando se institui um programa para a instalação de três destilarias centrais junto aos principais centros de distribuição de gasolina do país. Igualmente ao que viria a ser feito muitos anos depois, em maior escala com o Proálcool, o governo, através do IAA, oferecia empréstimos aos produtores, que deveriam responsabilizar-se por parte do encargo financeiro e pela administração dos empreendimentos; além disso, destilarias anexas eram também incentivadas, agora de forma mais atrativa aos empresários.

É assim que a produção de álcool anidro cresce consideravelmente entre 1930 e 40, o que se deve aos incentivos acima citados administrados pelo IAA e ao Decreto - lei No. 737 de 1938 que tornou obrigatória a adição de álcool à gasolina produzida no País.

"Em 1939, já se achavam funcionando no País 31 destilarias com instalações para produzir álcool anidro, com uma capacidade global de 437 mil litros/dia, e uma produção efetiva de mais de 38 milhões de litros. Em 1941 o número de destilarias já somava 44, com uma capacidade global de 638 mil litros/dia, e uma produção efetiva de cerca de 76.6 milhões de litros (ou seja, mais que o dobro do nível alcançado em 1939)." ³⁶

O parque alcooleiro viria a ganhar importância também com o colapso das relações comerciais internacionais ocorrido durante a II Guerra Mundial. Em função das dificuldades para importação de petróleo o governo eleva a mistura de álcool a gasolina para 20%, e, em 1942, termina por declarar o setor de "interesse nacional", adotando uma série de medidas de estímulo à produção de álcool. Este decreto-lei estabeleceu pelo prazo de quatro anos, a partir da safra 1943/44, *"garantias de preços mínimos para o álcool e para as matérias-primas destinadas a sua fabricação."* ³⁷

(36) Ibid., pág. 205.

(37) O decreto referia-se também a outras matérias-primas que não somente a cana. Ibid., pág. 207.

Mas somente na safra 1948/49, depois de várias outras intervenções governamentais, os esforços do Instituto para ampliar a produção alcooleira irão lograr êxito efetivo. Neste ano se atingiria a produção recorde de 167,3 milhões de litros, superando todas as safras anteriores desde a vigência do IAA, inclusive aquelas ocorridas durante o "esforço de guerra".

Como podemos observar, excetuando-se o período da II Guerra Mundial, o estímulo à produção de álcool era uma das principais preocupações dos planejadores do setor, mas em função do açúcar. Ou seja, o álcool era visto como um mecanismo de "defesa", principalmente e, em segundo lugar, como uma nova opção de mercado. As questões relacionadas com a importação de combustíveis e com o déficit da balança comercial não se configuravam ainda como um "problema nacional", e portanto não movimentavam os esforços do governo voltados para a produção do álcool. Neste sentido, pode-se dizer que até 1950 e nos vinte e cinco anos subseqüentes, em que pesem as reais intenções de estimular o álcool, ele estaria sempre dependente do desempenho do produto principal e mais lucrativo para o complexo agroindustrial: o açúcar.

Esta é a razão pela qual as intervenções levadas a efeito para incrementar a produção de álcool durante a guerra não alcançariam sucesso. Como reconhece Szmrecsányi: *"Todas essas medidas (tomadas durante a II Guerra), entretanto, não surtiram os efeitos esperados. A produção de álcool, especialmente álcool anidro para fins carburantes, ao invés de aumentar, foi diminuindo progressivamente a partir da safra 1943/44, só voltando a recuperar-se na de 1946/47 - ou seja, depois do término da guerra, quando a necessidade do produto não era tão premente."* O álcool anidro sofre uma retração em sua produção pela falta do Benzol, necessário à sua fabricação e que não era produzido no Brasil. Mas esta retração será sentida também quanto ao álcool hidratado, que dispensa o Benzol na sua produção. Isto demonstra que as contingências do mercado de açúcar, que nesta época passa a ser demandador do produto, principalmente no centro-sul, ainda interferem de forma muito mais decisiva na variação da produção de álcool, do que as iniciativas regulamentadoras e fomentadoras do governo.

É por este motivo que de 1950 até 1975 não se formará um mercado realmente significativo para o álcool no país. O produto sofre momentos de expansão da demanda, principalmente o hidratado, para consumo industrial, no início deste período, mas nunca esta demanda será suficiente para que ele capitaneie o setor como um todo. A direção, as decisões mais importantes e privilegiadas, serão sempre tomadas tendo em vista o açúcar. Referindo-se ao período anterior a 1975 José Flávio Bertero afirma:

"Até então, o álcool não se firmara, nem como insumo industrial, nem como insumo energético. Exceto em condições esporádicas, em geral críticas, seja em decorrência das variações de preço do açúcar no mercado externo, seja em decorrência de restrições impostas à importação dos derivados do petróleo,...". ³⁸

Portanto, se de 1900 a 1940 o álcool era um subproduto, de 40 a 70 ele é um produto totalmente dependente da economia açucareira. Somente o Proálcool viria a propiciar-lhe condições de autonomia em relação ao açúcar. Através do novo programa ele ganharia forças próprias e dinâmicas, isto porque se integra a uma economia externa a agroindústria canavieira e externa a lógica da agricultura. Pela primeira vez estaria se propondo a produção do álcool não em substituição ao açúcar em crise, não como a salvação da lavoura, mas como fator de sustentação de uma indústria urbana moderna: a indústria automobilística nacional.

Porém, no final da década de 60 e nos primeiros anos da década de 70, era ainda o mercado internacional do açúcar que determinava exclusivamente o comportamento do segmento agroindustrial no Brasil. Uma conjugação de fatores estruturais e conjunturais determinaria um progressivo aumento de demanda, e preço deste produto neste período - situação que perdurará até 1974. É mais uma vez Szmrecsányi quem os enumera:

"(1) o esgotamento, na maioria dos países produtores da capacidade ociosa gerada pelos grandes investimentos efetuados por ocasião do ciclo de escassez nas safras 1961/62 e 1963/64. (2) o reajustamento do nível de produção de numerosos países exportadores em função das quotas estabelecidas pelo Acordo Internacional de 1968. Quanto aos fatores conjunturais, o principal, mais uma vez, era o brusco declínio da produção cubana, (...) que coincidiu com uma sensível redução das colheitas de beterraba dos países da Europa Oriental durante a safra 1971/72." ³⁹

Época áurea para o açúcar, desinteresse pela produção do álcool. Esta sempre foi a regra do complexo agroindustrial que não iria deixar de prevalecer mais uma vez. Como se observa no quadro a seguir, a variação da produção de álcool nas cinco primeiras safras da década de 70 em São Paulo e no Brasil é bastante pequena e tende a diminuir quanto mais nos aproximamos de 1975.

(38) José Flávio Bertero, 1991, op. cit., pág. 236.

(39) Támas Szmrecsányi, 1979, op. cit., pág. 302.



TABELA IV. 3 - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE ÁLCOOL EM SÃO PAULO E NO BRASIL - 1970/71 E 1975/75 (em mil lts.) (1970/71 - base 100)

ANO/SAFRA	S. PAULO		BRASIL	
	LTS.	EVOLUÇÃO(%)	LTS.	EVOLUÇÃO(%)
1970/71	436	100	637	100
1971/72	453	104	613	096
1972/73	500	115	680	107
1973/74	455	104	665	104
1974/75	408	091	624	098

Fonte: Instituto do Açúcar e Alcool - MIC.

Esta situação favorável do mercado de açúcar iria se reverter já ao final do quinquênio, quando os preços cairiam, mais uma vez, de forma abrupta. Mas, como era grande a relação de dependência do álcool frente ao açúcar este último produto consumia toda a atenção, os recursos e a matéria-prima do setor, gerando nas destilarias uma significativa capacidade ociosa de produção. Como veremos adiante, esta capacidade ociosa contribuirá sobremaneira para a rápida viabilização do Programa Nacional do Alcool ao final desse cinco anos.

A Instituição do Proálcool (1975 - 1980)

A história da consolidação do álcool-combustível no país começaria efetivamente a partir de outubro de 1973 com o chamado "primeiro choque do petróleo". Este produto agrícola, que até então não havia se integrado definitivamente ao mundo urbano industrial de forma autônoma, mas sim via açúcar, passaria a fazê-lo de outra forma, atrelado agora ao distante mercado internacional do petróleo.

Fruto da atuação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo, cartel formado pelos países produtores principalmente do Oriente Médio, o preço do petróleo para o Brasil quadruplicou no curto espaço de tempo de 5 meses - de US\$ 3 por barril em setembro de 1973 para US\$ 12 por barril em janeiro de 1974. O "segundo choque" viria cinco anos mais tarde, em 1979, com uma nova escalada de preços que culminaria, em 1981, com o país pagando US\$ 34 por barril de petróleo no mercado internacional.

Entre 1973/74 já aparece na pauta de intenções do governo a possibilidade do uso do álcool para enfrentar esta conjuntura crítica. Algumas medidas são tomadas visando proteger o mercado interno de álcool e garantir paridade de preços em relação ao açúcar, o que, em tese, deveria aumentar sua oferta interna. Seus efeitos, porém, não alcançariam sucesso, o que pode ser constatado pelo fato de a produção nacional ter diminuído de 665 milhões de litros na safra 1973/74, para 555 milhões de litros na safra 1975/76.

Respaldado pelas principais instituições envolvidas, mas sob forte polêmica e controvérsia quanto aos interesses políticos envolvidos, o Programa Nacional do Álcool somente seria implantado em novembro de 1975. Seus principais objetivos são descritos por Szmrecsányi, reproduzindo a exposição de motivos que justificava o programa:

- "1. **Economizar divisas**, através da substituição de importações de combustíveis matérias-primas derivadas do petróleo;
2. **Reduzir disparidades regionais de renda**, visto que praticamente todas as áreas do País, inclusive as de baixa renda, dispõem das condições mínimas necessárias para a produção de matérias-primas para o álcool em volume adequado, sobretudo em se tratando da mandioca;
3. **Reduzir as disparidades individuais de renda** através do apoio ao setor agrícola e, dentro deste, a produtos altamente intensivos quanto ao uso de mão-de-obra;
4. **Aumentar a renda interna**, pelo emprego de fatores de produção ora ociosos, ou em desemprego disfarçado (terra e mão-de-obra principalmente) "considerando que se pode orientar a localização das culturas para onde haja disponibilidades";
5. **Expandir a produção de bens de capital** através da crescente colocação de encomendas de equipamentos com alto índice de nacionalização, destinados à ampliação, modernização e implantação de destilarias." ⁴⁰

(40) Támas Szmrecsányi, 1979, op. cit., pág. 437.

Nesta exposição de motivos o álcool aparece como a melhor solução para fazer frente a uma ameaça que pesava, ao mesmo tempo, sobre o balanço de pagamentos, a indústria química e a livre circulação de pessoas e mercadorias dentro do país. Não faltou quem levantasse, na época, argumentos relacionados com a manutenção da integridade do país para justificar o programa, reeditando a já bastante gasta "questão de segurança nacional".

Na verdade, o álcool surgiria como uma alternativa funcional e adequada para combater a crise energética que se inaugurava, porque sua adoção era, em vários aspectos, coerente com o modelo de desenvolvimento econômico implantado a partir de 1950, e que foi levado às últimas consequências durante os governos militares. Este modelo sempre teve por pressuposto uma estrutura de transportes baseada na modalidade rodoviária, ou seja, uma estrutura onde a indústria automobilística e o veículo individual de passageiros são privilegiados e, junto com eles, o petróleo como insumo energético fundamental. Como observa Homem de Mello, a implantação do programa tem em vista preservar a integridade desta estrutura, sobre a qual pesava a maior ameaça da crise:

"(...) já em fins de 1973 inicia-se a crise energética mundial deflagrada pelo aumento dos preços do petróleo no mercado internacional determinado pela OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo. A nova configuração energética mundial haveria de produzir um impacto profundo na economia brasileira altamente dependente do petróleo importado, conferindo à crise que se iniciava uma gravidade que dificilmente poderia ser expressa em números, na medida em que afeta, acima de tudo, as expectativas em relação ao futuro econômico da nação. Ela atinge o projeto desenvolvimentista no seu pressuposto central(...). A alteração brusca e permanente no preço relativo do insumo energético em torno do qual organizou-se toda uma estrutura produtiva, inclusive o sistema de transportes, resultado de um esforço de quase três décadas de acumulação industrial, colocava em questão a própria viabilidade futura desta estrutura produtiva, para não mencionarmos sua expansão indefinida." ⁴¹

(41) Fernando Homem de Mello, E. G. da Fonseca, *Proálcool, Energia e Transportes* (São Paulo: Pioneira, 1981), pp. 126 e 127.

O que estava em jogo com a crise não era exclusivamente a questão energética, mas uma opção de desenvolvimento. Esta é a verdadeira razão do status que o álcool irá assumir, a partir de então, no contexto produtivo do país. Com a instituição do Proálcool o álcool é chamado a contribuir para a manutenção de um modelo econômico baseado na indústria de bens de consumo duráveis, da qual a indústria automobilística voltada para o transporte individual de passageiros sempre foi sua maior expressão.

Outra questão importante, a ser analisada na exposição de motivos do programa, é que, nela, além dos objetivos mais específicos voltados para o estímulo da produção do combustível constam, com o mesmo peso e valor, outros reforçando o seu caráter distributivo e social. Isto demonstra que, os autores do projeto, planejavam o Proálcool como uma política pública abrangente e cujos impactos extrapolariam o setor beneficiado.

A inclusão de motivações sociais para o programa deve-se a duas circunstâncias básicas: De um lado o modelo econômico e, com ele, o chamado "milagre" do final da década de 60 já está em franco declínio quando da instituição do Proálcool, portanto, tornava-se necessário demonstrar que ele teria consequências positivas para uma retomada do crescimento, ou no mínimo, para com o reequilíbrio da economia. De outro lado, embora o programa seja, no fundamental, fruto de um estado autoritário e tecnocrático, os ventos da abertura democrática já se faziam sentir na vida política do País, o que exigia que ele fosse justificável socialmente.

Nasce assim uma política pública dirigida especificamente a um setor, mas que influenciaria várias dimensões da vida social, econômica e política do País. Para alguns ela seria "capaz de diminuir os efeitos danosos que a importação e os elevados preços do petróleo impunham à economia nacional, mediante a evasão de divisas que agravava o desequilíbrio de sua balança comercial" e para outros não teria economicidade porque "para preços do açúcar acima de US\$ 125 por tonelada o País teria maior receita cambial através da exportação de açúcar, que da gasolina substituída pelo álcool." ⁴²

O debate sobre a eficácia do Proálcool quanto aos seus objetivos no equilíbrio do balanço de pagamentos do País foge em muito aos limites deste trabalho. Consideramos importante porém situá-lo, porque demonstra que as decisões tomadas na época não eram as únicas possíveis e talvez não tenham sido nem mesmo as mais "econômicas" para enfrentar a crise energética.

(42) José Flávio Bertero, 1991, op. cit., pág. 354 e Homem de Melo, 1981, op. cit., pág. 19.

Na verdade, como resultado de seu contexto político, o Proálcool ilustra uma maneira de se administrar o Estado brasileiro e gerir suas políticas públicas característica da nossa História, mas particularmente presente na última fase do regime militar. Nela, estas políticas eram gestadas e aplicadas em função de dois fatores fundamentais: a legitimidade da tecnocracia envolvida e a capacidade de influência dos grupos econômicos interessados. O debate político, a presença da sociedade civil, a transparência pública das decisões, eram e, em parte, ainda têm sido, apenas ocorrências circunstanciais que fugiam ao padrão político predominante.

Seria interessante estudar quanto o corpo tecnocrático do Estado foi influenciado nesta época pelo "clima de milagre" dos anos imediatamente anteriores. Parece que se acreditava que a situação de euforia econômica gerada de 1968 a 1973 teria sido mesmo resultado dos planos e políticas arquitetadas nos laboratórios dos técnicos de governo, mais do que isso, havia esperanças de recuperar este estado de coisas através de novas alquimias, reestabelecendo o clima de "milagre", através da gestão de políticas públicas para isso orientadas.

Desta forma, a presença do Estado subvencionando e estimulando um setor ou uma determinada atividade através do incentivo à ação empresarial, que era comum, como vimos, na história da agroindústria canavieira, também aconteceria em outros setores e atividades bastante diversificadas. Como exemplo surgiram nesta mesma época e dentro deste espírito, intervenções do Estado para o atendimento e desenvolvimento profissional do trabalhador como a lei 6297/75 de Incentivo à Formação Profissional, o PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador, que transferiam recursos do setor público para o privado visando atingir metas de desenvolvimento da mão-de-obra através da iniciativa empresarial subsidiada.⁴³

Estes subsídios aconteceriam mais freqüentemente através da liberação ou abatimento de impostos. Porém, no caso do Proálcool o mecanismo básico de incentivo era o crédito subsidiado, meio bem mais direto, e neste sentido, atraente ao empresário. Dinheiro arrecadado da sociedade pelo Estado, que seria repassado às empresas a um custo irrisoriamente barato para ser utilizado na instalação ou ampliação de unidades produtoras (destilarias autônomas e anexas). As condições de financiamento entre 1975/79 eram extremamente favoráveis aos empreendedores:

(43) Sobre a avaliação da eficácia deste tipo de programa de incentivo ver A. L. Fischer e M. T. Fleury, *Avaliação da Lei 6297 de Formação Profissional* (São Paulo: Secretaria de Mão-de-Obra do Ministério do Trabalho-IA/USP, mimeo 1990) e A. C. Campino et alii, *Programa de alimentação do Trabalhador: uma avaliação* (São Paulo: IPE/USP, 1983).

"a) para fins agrícolas, 100% de financiamento a taxas de juros de 13-15% (dependendo do tamanho do empréstimo) e reembolso de um (capital circulante) a doze anos (investimentos fixos);

b) para fins industriais (destilarias), 80 a 90% de financiamento(dependendo da região), 15-17% de juros e 3-12 anos para pagamento." 44

Em sua primeira fase, para ganhar a rapidez de expansão desejada, o programa privilegiava as destilarias anexas. Beneficiou assim, como sempre ocorreria em sua continuidade, mais diretamente os grupos usineiros tradicionalmente vinculados ao setor. Estes, puderam ampliar sua capacidade produtiva, via investimento subsidiado a juros negativos - sem correção monetária em época de inflação ascendente - ou utilizando-se da capacidade ociosa das unidades industriais existentes.

Crédito subsidiado, capacidade de produção não utilizada, segurança de mercado na colocação do produto, são facilidades que farão com que o Programa decole com uma agilidade inusitada. As respostas se dariam prontamente. Já na safra 1977/78 a Comissão Nacional do Alcool, organismo encarregado da administração do programa, aprova 163 projetos para a instalação ou expansão de destilarias. Predominam, como nos referimos acima, as destilarias anexas: 88, e estas são as que primeiramente efetivam a sua instalação. Predominam também, entre os projetos aprovados, aqueles que propõe localização no centro-sul em número de 108 nessa data..

A entrada em regime de operação destes empreendimentos iria se refletir na quantidade de álcool produzido já a partir da safra 1977/78, como se observa nos dados descritos a seguir:

TABELA IV. 4 - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE ÁLCOOL (MIL M³) NO ESTADO DE SÃO PAULO E BRASIL ANO SAFRA 1975/76 A 1979/80

ANO SAFRA	SÃO PAULO (A) m ³	BRASIL (B) m ³	(A/B) %
1975/76	362,3	555,6	65
1976/77	457,7	664,0	69
1977/78	1 095,2	1 470,4	74
1978/79	1.812,4	2.490,6	73
1979/80	2.460,2	3.396,4	72

Fonte: Boletim VIII do IAA (diversos anos).

(44) Homen de Mello, 1981, op. cit., pág. 12.

A safra 1977/78 constitui-se num marco histórico para a produção de álcool-combustível no Brasil, nela a produção mais do que dobra, passando de 664 milhões de litros para praticamente um bilhão e meio. Neste ano a participação do Estado de São Paulo torna-se responsável por 74% da produção total do país, participação que não mais alcançaria nos anos subseqüentes, mas que permaneceria sempre em torno de 65% a 70% até a atualidade.

A Grande Expansão (1985 -1990)

O programa continuaria sua escalada expansionista, superando inclusive a meta de três bilhões de litros prevista para 1980; entretanto, junto às entidades envolvidas era grande o debate sobre a sua viabilidade e pertinência. Mas, dois episódios do contexto político internacional ocorridos entre 1978 e 1979 (o início da Guerra Irã/Iraque e o "segundo choque do petróleo", que fixa preços US\$ 18 o barril) varreriam as dúvidas sobre a manutenção e a ampliação do programa.

"O governo reagiu a isso (o segundo choque) prontamente, concedendo, no mês de junho de 1979, prioridade máxima à política energética e declarando, por meio de seu chefe, general João Batista Figueiredo, estarmos em regime de "economia de guerra". O Ministro da Indústria e Comércio, João Camilo Pena, determinou a elaboração a toque de caixa de estudos para a reformulação do Proálcool(...)". ⁴⁵

Nesta segunda fase o Proálcool se intensificaria, propondo-se a cumprir uma meta de 14,0 bilhões de litros (222 mil barris-equivalentes de petróleo até 1987); previa-se, como objetivo intermediário, 10,7 bilhões de litros em 1985. Parte desta produção seria destinada a um novo e ambicioso projeto de automóveis movidos exclusivamente a álcool.

É importante ressaltar que somente nesta fase a indústria automobilística se engaja de forma efetiva ao programa. Isto porque, neste momento ele já havia se comprovado eficiente quanto a sua capacidade de resposta aos investimentos realizados. Em outras palavras a agroindústria canavieira não tinha ainda sido considerada confiável por sua parceira urbana que, até aquele momento ensaiava passos tímidos e vacilantes rumo a integração que o programa propunha.

(45) José Flávio Bertero, 1991, op. cit., pág. 436.

Na verdade, os riscos desta demonstração de confiabilidade que a agroindústria teve que apresentar já tinham sido bancados, na sua totalidade pelo Estado. Contribuem também para convencer a indústria automobilística a integrar-se ao programa as dificuldades de mercado vividas por ela em função da crise externa - energética - e interna - econômica - que então se acumulavam. A opção por motores a álcool poderia se tornar numa alternativa para driblar os problemas do mercado interno que se faziam sentir, com particular intensidade, na segunda metade dos anos 70 como demonstra Homem de Mello:

"O fato que chama a atenção na comparação do desempenho da indústria de material de transporte, e de produção de automóveis de passageiros, nos períodos 1968-73 e 1974-79 é a pronunciada oscilação das taxas anuais de crescimento que passam a se verificar neste último período(...) o período 1974-79 é marcado por bruscas oscilações nas taxas anuais de crescimento que chegam, até mesmo, a serem negativas em 1977 (...)"⁴⁶

Para cumprir suas metas de expansão e alimentar a frota do novo veículo movido a álcool o setor canavieiro não poderia limitar-se às destilarias anexas. Os efeitos da monocultura já se faziam sentir nas regiões produtoras e eram condenados pelos críticos do programa; além disso, as áreas de expansão contíguas aos canaviais pré-existentes já estavam se esgotando, ou confrontando com culturas competitivas como a laranja na região de Ribeirão Preto e a soja no norte do Paraná, por exemplo.

Por estes motivos, a outra novidade desta segunda fase do Proálcool seria a presença crescente das destilarias autônomas em detrimento das anexas. Desta forma, em 1981 a CENAL havia aprovado e enquadrado 383 projetos para ampliação e instalação de empreendimentos, sendo agora uma relação inversa ao que se viu na fase anterior: 175 anexas e, a maioria, 208 autônomas.

Embora as justificativas, os esforços e a vontade política fossem redobrados nesta segunda fase do Proálcool, eram maiores também os obstáculos para a realização dos seus objetivos. Prevvia-se que a expansão com base em destilarias autônomas mostraria-se mais demorada em função de inúmeros fatores, dentre os quais destacamos os mais evidentes:

- era preciso implantar o empreendimento, que é sempre mais difícil do que expandir onde há ganhos de escala, equipamentos em ociosidade, competência profissional instalada, entre outras facilidades;

(46) Homem de Mello, 1981, op. cit., pág. 126.

- começavam a ser exploradas áreas novas, nas quais se desconhecia a vocação natural para a lavoura canavieira;

- além disso, e talvez principalmente, parte dos tomadores de crédito para instalação de destilarias era formada por empresários sem experiência no setor, no caso de São Paulo grande número de pecuaristas. A história recente do Proálcool fazia crer que se conseguiria lucro rápido e certo com o programa, numa fase em que isso já não era tão fácil, o que atraiu empreendedores de outros setores para o programa.

Assim, pelo lado da produção, temia-se por volta de 1980 que o retorno dos novos empreendimentos não se mostrassem tão sensível aos investimentos realizados. Mas havia dúvidas também pelo lado da demanda de álcool. Até esta época a indústria automobilística não tinha desenvolvido ainda uma tecnologia de motores a álcool capaz de conferir-lhes um desempenho comparável aos seus similares à gasolina. Estes dois conjuntos de fatores de incerteza quanto a performance do programa provocarão; no início de sua nova fase, um breve momento de arrefecimento. Isto é visível nos dados sobre 1981, quando o aumento de produção é bastante baixo em relação ao ano anterior. Esta situação, porém, seria rapidamente superada nos anos subseqüentes conforme se observa no quadro abaixo.

**TABELA IV. 5 - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE ÁLCOOL (MIL M³)
BRASIL E ESTADO DE SÃO PAULO SAFRA 1980/81 A 1985/86**

ANO SAFRA	SÃO PAULO m ³	EVOLUÇÃO (%)	BRASIL m ³	EVOLUÇÃO (%)
1980/81	2.607,9	100	3.706,4	100
1981/82	2.833,6	108	4.240,0	114
1982/83	3.814,7	146	5.822,1	157
1983/84	5.397,9	207	7.866,6	212
1984/85	6.023,4	231	9.237,5	249
1985/86	7.623,7	292	11.818,7	318

Fonte: Boletim VIII do IAA (diversos anos).

Como demonstram os dados de produção de álcool no decorrer do quinquênio 1980/85 neste período intensifica-se a produção de álcool brasileira muito mais do que havia ocorrido na primeira fase do Proálcool. Isto acontece ainda em decorrência dos incentivos ao crédito, que embora tenham sofrido modificações restritivas, continuaram atrativos e viabilizavam largamente a expansão do programa. Assim, em 1985 o Brasil pode contar com 355 destilarias instaladas e em produção, sendo 165 anexas e 195 autônomas; deste total, mais de 40% estavam instaladas no Estado de São Paulo.

A partir de 1983 também a indústria automobilística cumpriria mais adequadamente *o seu papel*. Seriam introduzidos no mercado novos modelos de automóveis com motores a álcool de melhor desempenho. O produto ganharia rapidamente maior aceitação no mercado e, como resultado, já em maio de 1983 85% dos veículos vendidos no país eram movimentados com este combustível.

Colaborava ainda com a expansão do Proálcool o mercado internacional de açúcar, que manteve-se relativamente estagnado neste período, fazendo com que não houvesse interesse por parte das agroindústrias em fabricá-lo. Este desinteresse era compartilhado pelo Estado, que despendia recursos financeiros para subsidiar a exportação do produto como demonstra abaixo Bertero:

"As baixas cotações do açúcar no mercado internacional perduraram até 1987/88, obrigando o governo a subsidiar sua exportação ao longo destes anos (...) em 1984/85 o preço do açúcar no mercado externo era de US\$ 123,0 por tonelada, ao passo que seu custo de produção era de US\$ 275,0 por tonelada, números que evidenciam um subsídio de 50% aproximadamente." ⁴⁷

Será portanto uma fase extremamente favorável para o programa ganhar sua maior expressão. O que efetivamente acontecerá durante estes cinco anos culminado com os resultados da safra 1985/86. Nela, a produção de álcool superaria a meta estabelecida (10,7 bilhões de litros) atingindo quase 12 bilhões de litros, ou seja, em cinco safras o país triplicou a sua produção de álcool.

É o crescimento ocorrido nesta fase do Proálcool, verdadeiramente vertiginoso, que viria a trazer as conseqüências mais importantes para uma mudança no cenário do interior paulista, na qual se inclui a questão das Relações do Trabalho, motivo principal deste estudo. A área plantada com cana-de-açúcar no estado é praticamente dobrada da safra 1978/79 até a safra 1985/86, passando de 1,05 milhões de has para 2,03 milhões de has. neste período. Com isso São Paulo passa a contar com 48% da área plantada com cana-de-açúcar no país, tornando-se responsável por 65% da produção total de álcool e 44% da produção de açúcar.

(47) José Flávio Bertero, 1991, op. cit., pp. 501 e 502.

Resultados Quanto à Modernização da Agroindústria Paulista

O Processo de expansão provocado pelo Proálcool não se resumiria a mudanças exclusivamente quantitativas de abrangência de área e volume de produção de cana-de-açúcar. Avanços qualitativos consideráveis ocorrem neste mesmo período, principalmente do Estado de São Paulo em função do Programa.

Embora os dados específicos e absolutos sobre o desempenho da agroindústria canavieira sejam divergentes entre as fontes e analistas, todos coincidem em apontar uma tendência de melhoria nos indicadores de rendimento. Pode-se discordar da intensidade e da velocidade, mas não da direção desta tendência, que demonstra, inequivocamente, um processo de aperfeiçoamento do setor.

Deve-se ressaltar novamente que este aprimoramento no desempenho do setor deve-se, em grande parte, aos programas de fomento que vinham sendo realizados antes da instituição do Proálcool. Desde a década de 60, mas em particular no início dos anos 70, programas como o de Racionalização da Agroindústria Canavieira, e, principalmente, o próprio Planalsucar (1971), empenhavam-se na realização de pesquisas e assistência aos produtores. Isto veio contribuir significativamente para uma evolução positiva da produtividade agrícola canavieira na década seguinte, uma vez que a pesquisa genética e varietal, principal foco destes programas na época, é sempre de longa maturação, e lenta absorção de resultados por parte dos produtores.

O quadro seguinte demonstra como a década de 70 é rica em pesquisa agrícola voltada para a cana-de-açúcar. No período 1972/1977 foram produzidos mais artigos técnicos sobre a cultura do que a somatória do que se produziu em todos os anos anteriores desde 1927. Observe-se também como esta produção se volta para o estudo de pragas e doenças, pesquisa biológica básica e genética e melhoramentos, pesquisas em geral mais caras e demoradas, porém com um retorno importante para se alcançar ganhos de produtividade no uso terra e para se minimizar riscos de descontinuidade por infestação, bastante característicos da agricultura.

TABELA IV. 6 - NÚMERO DE ARTIGOS TÉCNICOS PUBLICADOS SOBRE PESQUISA AGRÍCOLA PARA A CANA DE AÇÚCAR SEGUNDO A NATUREZA DA PESQUISA, ESTADO DE SÃO PAULO, 1927/77

PERÍODO	1927/ 31	1932/ 36	1937/ 41	1942/ 46	1947/ 51	1952/ 56	1957/ 61	1962/ 66	1967/ 71	1972/ 76	1977	TOTAL
<i>Cana-de-Açúcar</i>												
. Nutrição e Adubação	0	4	1	2	1	2	10	13	2	8	9	52
. Solos	0	0	0	0	0	0	1	1	2	1	7	12
. Pragas e Doenças	7	3	4	3	5	4	1	7	0	24	13	71
. Pesq. Biológicas Básicas	1	6	0	0	1	1	2	5	1	15	9	41
. Genética e Melhoramento	2	7	0	2	0	2	5	3	4	14	5	44
. Práticas Culturais	2	2	1	0	1	0	2	1	2	4	0	15
. Clima	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	2
. Irrigação	1	0	0	0	0	0	0	0	1	2	0	4
. Mecanização Agrícola	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
TOTAL	13	22	6	7	8	9	21	31	12	69	44	242

Fonte: MARTIN, N.B. et al. (s.d.) citado em Zuleima A. Pires de Souza Santos, *Adoção Tecnológica na Agricultura Paulista* (São Paulo: IPE/USP, 1984).

O bom aproveitamento da terra viria através da adoção de novas variedades e do melhor controle de pragas e doenças. Mas, talvez não seja este o indicador mais importante dos avanços de modernização ocorridos por esta época na produção agrícola do complexo agroindustrial. Isto porque, como fizemos questão de frisar desde o início deste capítulo, na lógica do complexo agroindustrial predomina a indústria sobre a agricultura. Por este motivo a modernização acontece nos momentos, espaços e operações agrícolas que interessam à fase industrial do processo agroindustrial, que não correspondem, necessariamente, às necessidades de modernização de sua fase agrícola.

Esta é uma contradição que, quando não bem esclarecida, limita a compreensão do sentido e a interpretação dos indicadores de modernização tecnológica da agroindústria integrada. Ela está relacionada com questões teóricas de grande complexidade, como aquelas que se referem à renda da terra, aos limites impostos ao desenvolvimento da agricultura e aos processos de decisão sobre a modernização tecnológica. Qualquer tentativa de abordar estas questões nos limites deste estudo redundaria em simplificação; apesar disso, julgamos importante correr este risco e tecer algumas rápidas considerações a respeito, a título de exemplo.

Deve-se dizer, de início, que a área de produção agrícola não é vista pelo complexo agroindustrial como um negócio em si. A Usina produz açúcar, ou álcool, não cana. A indústria vê a área agrícola como um grande fornecedor que ela foi obrigada a incorporar para garantir seu abastecimento dentro de padrões de eficiência estabelecidos, tornando-se, por força destas circunstâncias, sua administradora. O que interessa à indústria não é a propriedade da terra ou o seu uso, mas a capacidade de gerar uma boa matéria-prima, no momento adequado e ao menor preço possível. Em outras palavras, para a área industrial da usina o que importa é receber cana na maturidade apropriada (alto teor de açúcar) e em ritmo constante, ou seja, no ritmo dos equipamentos industriais a plena força, tudo isto ao menor custo possível, é claro. Qualquer irregularidade quanto a um destes aspectos significa perda de eficiência industrial, que é aquela que mais aparece no resultado final do empreendimento.

O complexo agroindustrial irá selecionar seus focos de modernização das práticas agrícolas segundo esta lógica. Ele adota as tecnologias disponíveis para evitar as descontinuidades de processo, ou aumentar a velocidade de um ciclo produtivo, ou ainda para otimizar um recurso ou equipamento, estabelecendo assim uma hierarquia de prioridades. A elevação da produtividade agrícola, do rendimento físico da cultura por unidade de terra, que é o objetivo final da modernização agrícola quando tomada isoladamente, deve se encaixar nesta hierarquia e pode não ser a prioridade mais imediata para o complexo agroindustrial como um todo. Acreditamos mesmo que, em momentos de intensa expansão da produção, como o que acontece no período 1980/85 do Proálcool, o rendimento ocupa papel secundário, dando-se preferência a intervenções que viabilizam o aumento de escala, a rapidez de fluxos e a minimização de riscos de descontinuidades.

Portanto, enquanto o custo de utilização da terra for menor do que o custo de transporte, por exemplo, ou for um fator menos restritivo para a expansão desejada pelo empreendimento, importa ao complexo agroindustrial investir no aperfeiçoamento do transporte, deixando de lado a produtividade da terra.

Outro exemplo esclarecedor refere-se ao carregamento da matéria-prima do canavial para os caminhões de transporte. Esta operação foi quase que totalmente mecanizada a partir da década de 60, e demonstra como a modernização das operações agrícolas significa, na prática, estender a indústria até o campo no sentido mais literal possível. Com o carregamento mecânico pode-se, por exemplo, cortar cana durante o dia e carregá-la à noite, o que é impossível com o carregamento manual; ele não implica absolutamente nada no rendimento da terra, mas revoluciona as operações de colheita ganhando em eficiência e racionalização do processo como um todo. Com as carregadeiras não só se reduz a quantidade de trabalho humano empregada, porque elimina-se uma operação manual, como também se modifica o próprio processo de trabalho utilizado em todas as etapas da colheita, tornando-a muito mais eficiente para o ciclo agroindustrial na sua totalidade.

O que queremos dizer é que produtividade agrícola, produtividade da terra, produtividade industrial, produtividade do trabalho, são conceitos e indicadores que devem sempre ser tomados com reserva e nunca considerados isoladamente para se avaliar o estado de modernização de um setor agroindustrial. E que, quanto mais integrada for a agroindústria em questão, maiores serão as dificuldades para mensurar a modernidade agrícola em si mesma. No caso da agroindústria canavieira existem, inclusive, contradições facilmente identificáveis entre estas produtividades, ou seja, alcançar bons resultados em uma delas provoca efeitos negativos na outra. É assim que uma determinada variedade de cana-de-açúcar pode ser mais pesada do que as demais, representando ótima produtividade agrícola, porém conter baixos teores de sacarose, portanto pequeno rendimento industrial e baixa economia, porque implica em transporte de volume e peso, para dela se extrair pouco açúcar. Uma variedade encorpada e que contenha muito açúcar, parece ser ideal, mas certamente ela irá implicar uma baixíssima produtividade do trabalho durante o corte, pois seu peso e tamanho dificultarão as operações executadas pelo colhedor.

Sem a pretensão de sermos conclusivos, uma vez que esta discussão pertence ao campo da agronomia, da engenharia e da economia agrícola, queremos apenas ressaltar que o conceito de produtividade para as atividades agrícolas da agroindústria é, a um só tempo, complexo e multideterminado e além disso, abstrato, circunstancial e dependente. Abstrato porque somente se concretiza quando se traduz em lucro, a médio e longo prazos. Circunstancial porque depende das contingências específicas vividas pelo empreendimento em um dado momento de seu desenvolvimento. Dependente porque não pode autodeterminar-se, estando sempre submetido às necessidades da produção industrial. Isto trará implicações importantes para a forma como o trabalhador se insere neste processo de modernização, e portanto será melhor detalhado nos capítulos posteriores.

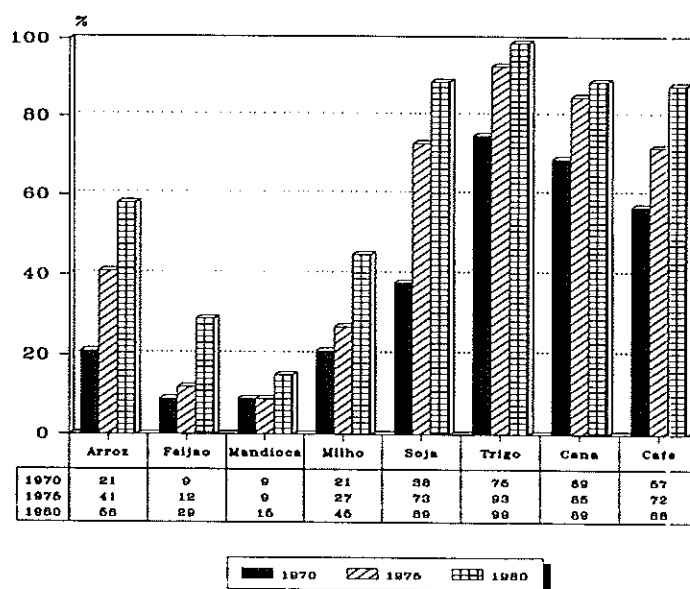
De qualquer maneira, embora seja difícil se organizar indicadores definitivos sobre isso, no período 1970/80, a modernização das atividades agrícolas da agroindústria canavieira é um dado de realidade. Ela pode ser detectada através de índices genéricos e comparativos com outras culturas como demonstram a tabela e o gráfico que se segue.

TABELA IV. 7 - MEDIÇÃO DA TÉCNICA EMPREGADA NA CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR DO ESTADO DE SÃO PAULO 1971/80 (em percentagem de área)

ANO TÉCNICA	1971	1972	1975	1976	1980
. Adubação com Animal	6	6	4	5	3
. Aração com Trator	94	94	96	95	97
. Plantio com Equipamento	22	31	40	33	27
. Capina com Animal	24	21	20	17	7
. Capina com Trator	35	35	38	43	50
. Colheita com Equipamento	8	11	9	16	21
. Adubação	85	98	99	100	100

Fonte: Levantamentos de Previsão e Estimativas de Safras Agrícolas no Estado de São Paulo, IEA/SSA.

GRÁFICO IV. 1 - USO DE ADUBAÇÃO EM CULTURAS SELECIONADAS POR ÁREA PLANTADA, BRASIL, 1970-80



Fonte: IBGE, Censos Agropecuários, vários anos. Retirado de: George Martine et al.; *Impactos Sociais da Modernização Agrícola* (São Paulo: Caetés, 1987), pág. 31.

As operações de preparo do solo já vinham sendo, desde a década anterior, totalmente mecanizadas; o plantio, e os tratos culturais também apresentavam uma tendência maior a utilizar equipamentos e química. A colheita porém sempre encontrou impeditivos mais sérios para a sua mecanização. A tabela nº IV.7 demonstra que o principal avanço da mecanização na década de 70 acontece nas operações de colheita. Em que pesem os obstáculos ocorre um considerável aumento da área de cana-de-açúcar colhida com máquinas, mais que dobrando a participação da máquina nesta operação de 1971 a 1980.

O uso de adubação química por área cultivada cresceria também, assumindo uma proporção semelhante às chamadas culturas de exportação. Em 1980, 89% da área cultivada com cana-de-açúcar receberia adubação química, quando isto acontecia com apenas 69% em 1970.

Deve-se mencionar ainda, como um outro importante elemento propulsor do processo de modernização da agricultura canavieira, a implantação do PCTS - Pagamento de Cana por Teor de Sacarose. Com particular influência nas regiões com forte presença de fornecedores a nova forma de remuneração impunha uma visão de qualidade aos agricultores, substituindo o critério peso pelo critério açúcar. Estabelecia-se assim um novo tipo de compromisso entre indústria e agricultura, regido pela produtividade industrial, resultado final de todo o complexo produtivo da agroindústria.

"Quanto aos resultados obtidos com a aplicação deste sistema(o PCTS) parece não haver dúvidas de que ele induz ao uso de tecnologias, tanto ao nível agrícola como industrial, erigindo-se assim, em impulsor do avanço das forças produtivas, imprescindível à elevação da produtividade. Tanto isso é certo que, logo no seu primeiro ano de funcionamento em São Paulo, o incremento do rendimento industrial foi da ordem de 7,0% (...)." ⁴⁸

Os anos que se seguiriam de 1985 até os nossos dias seriam bastante diferentes para a agroindústria canavieira daquilo que relatamos sobre a fase 1975-1985. A partir de então, o Proálcool entrará em declínio em função do comportamento de mercado do novo produto do qual o álcool se tornará dependente: o petróleo. Ao mesmo tempo que aumentava a extração nacional

(48) José Flávio Bertero, 1991, op. cit., pág. 557.

deste produto diminuía os seus custos internos de produção. Além disso, desmentindo as previsões pessimistas da década de 70, ao nível internacional novas áreas de exploração seriam detectadas e a utilização de tecnologias inovadoras, como a de águas profundas, tornariam viáveis formas de prospecção antes desconhecidas. De tudo isso se originará maior produção interna e externa do petróleo e uma baixa nos preços do produto durante todo o final da década de 80, o que questionará seriamente a validade do Proálcool. Um relatório do Conselho Estadual do Governo do Estado de São Paulo, de 1987, descreve esta mudança de perspectiva:

"Recorde-se que durante a segunda metade dos anos 70 a produção nacional de petróleo cobria apenas 20% das necessidades totais do país, enquanto que, na época do segundo choque, os preços internacionais do produto superaram a marca de US\$ 30/barril, ao mesmo tempo que a gasolina ultrapassava a cifra de US\$ 40/barril. Como consequência, (...) esse quadro econômico e energético se encontra hoje radicalmente modificado, a começar pelo preço internacional do petróleo. Até recentemente o preço do óleo bruto se encontra ao redor de US\$ 15/barril. Simultaneamente, a produção interna de petróleo já atingiu a marca de 600 mil barris/dia - cerca de 60% do consumo total do país." ⁴⁹

Ou seja, não está mais presente o pânico da escassez, ou mesmo esgotamento do petróleo mundial, preconizado em 70 por diversos estudiosos da questão energética. Ele também não é mais o principal vilão de nossa balança comercial e, além disso, o custo de produção de álcool, segundo o mesmo estudo, nas melhores estimativas se tornaria competitivo com seu equivalente em gasolina somente em 1995. O relatório, que foi elaborado com o objetivo de traçar diretrizes para a administração do setor canavieiro no Estado, prossegue apontando algumas consequências nefastas da expansão deste setor:

"Numa outra ordem de considerações, deve-se ter presente que a vertiginosa expansão do mercado de álcool carburante trouxe graves consequências, dentre as quais cabe destacar:

- geração de excedentes de gasolina, cujas exportações atingiram 4,5 bilhões de litros em 1985;

(49) Estado de São Paulo, Conselho Estadual de Energia do Governo do Estado de São Paulo, Pesquisa de Mercado do Álcool de Cana Produzido no Estado de São Paulo (São Paulo, 1987), pp. 30 e 32.

-
- pesados ônus sobre as finanças governamentais e,
 - rigidez nos preços internos de gasolina, com a fixação de pisos muito superiores aos preços internacionais do produto.⁵⁰

Conclui recomendando uma completa revisão na posição relativa do álcool na matriz energética do país e desaconselhando, a ampliação do setor principalmente a partir de subsídios governamentais. Recomendação sem dúvida procedente uma vez que preconiza estimular a eficiência e não simplesmente a escala de produção como aconteceu anteriormente.

"A partir destas considerações pode-se propor, a curto prazo, que novos investimentos no setor alcooleiro de São Paulo sejam voltados para o aumento da produtividade e redução de custos, ao invés da ampliação da capacidade instalada." ⁵¹

Além destas questões técnicas e econômicas deve-se considerar como elementos inibidores do Proálcool também a crise econômica, política e de Estado que o país atravessa. O discurso político predominante, nos dias de hoje, tem um forte conteúdo neo-liberal, embora não se perceba claramente sua implementação prática ele aparece na fala dos homens públicos e ganhou espaço e legitimidade junto a sociedade. O que de certa forma pode ser identificado nos resultados eleitorais mais recentes, principalmente nas eleições presidenciais de 1990.

Tudo indica que a nível das políticas públicas predomina uma privatista, tendo se reduzido substancialmente o espaço dos subsídios públicos a iniciativas empresariais. Isto torna mais incerto o futuro do setor canavieiro que, ao longo de sua existência, sempre foi dependente de políticas governamentais de incentivo para sua sobrevivência.

Este período de retração significou até aqui uma desaceleração no processo de aperfeiçoamento do setor mas não chega a se configurar, do ponto de vista da tecnologia, como um retrocesso. De qualquer forma, não se pode negar que ao findar a década de 80 ainda predomina como fruto do Proálcool um novo tipo de empreendimento agroindustrial no interior de São Paulo. Como procuramos demonstrar no decorrer deste capítulo, com o programa concretiza-se uma nova

(50) Ibid., pág. 32.

(51) Ibid., pág. 98.

articulação entre a agricultura e a produção urbano industrial. A lavoura canavieira, a agroindústria e suas integrações internas e externas atingem um novo patamar, uma nova síntese qualitativamente diversa de tudo aquilo que ocorreu na sua história.

Vale ressaltar que este processo de modernização não é linear. Ele apresenta contradições internas bastante profundas que não são analisadas aqui em todas as suas conseqüências, mas derivam de características estruturais da própria agroindústria e do desenvolvimento no Brasil. Suas principais conseqüências para o processo de mudança aqui analisado indicam que ele nunca ocorre enquanto ruptura, como transformação radical, mas sempre de uma forma parcial e controlada.

É assim que a nova agroindústria canavieira, que no fundamental difere em muito daquela anterior ao Proálcool, pode ser chamada de uma empresa capitalista no seu sentido mais clássico e, de certa forma, moderno. Um setor econômico integrado a vários ramos da economia nacional e internacional por diversas vias. Uma indústria automatizada, racionalizada e, mesmo, informatizada. Mas um empreendimento que, em sua modernidade, ainda carrega um caráter ambíguo, um modo de ser e de decidir seus caminhos tão permanente, sólido e conservador como a terra e a agricultura nas quais ele está definitivamente ancorado.

V. O TRABALHADOR AGRÍCOLA DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA

A HISTÓRIA DOS HOMENS

V. 1 - O COLONATO E A AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA PAULISTA

Como procuramos demonstrar no capítulo anterior, o período de instalação e gestação da agroindústria canavieira moderna em São Paulo inicia-se por volta de 1940, e seu predomínio no cenário nacional acontece na virada dos anos 50. Nesta sua primeira fase ela herda o regime de trabalho característico da cultura que lhe antecedeu, o colonato da lavoura cafeeira. Mas, por uma série de circunstâncias que passaremos a relatar neste tópico, esta herança não se dará de forma mecânica e direta.

A agroindústria não reproduz simplesmente o colonato cafeeiro; vai introduzindo-o em sua lógica produtiva de forma a dar-lhe a sua feição. Transformando-o, gradativamente, em uma nova Relação de Trabalho mais instável porém, paradoxalmente, mais moderna, que estaria em germe nesta época, mas que terminaria por predominar nos canaviais paulistas a partir da década de 60: o trabalho volante.

O colonato é um regime de trabalho tipicamente cafeeiro que se disseminou em terras paulistas a partir da segunda metade do século passado. Não se trata de uma forma de trabalho "natural", tendo sido pensada e programada pelas elites da futura aristocracia cafeeira paulista e viabilizada através de uma iniciativa conjunta e bem orquestrada dela com os responsáveis pela administração da província na época. Estes aspectos são ressaltados por Caio Prado Jr. em sua *História Econômica do Brasil*.¹

(1) É bastante extensa a obra sobre o colonato no Brasil; ela encontra-se nos clássicos da História Econômica, Agrária, Social e Política do país como Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães, como também na literatura específica sobre a agricultura em São Paulo. Neste particular é de grande importância o livro de Paula Beiguelman. *A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro - Aspectos Políticos* (São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1978), Brasília Sallum Junior, *Capitalismo e Cafeicultura no Oeste Paulista 1888 - 1930*, Warren Dean, *Rio Claro Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura 1820 - 1920* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977).

"O imigrante (o italiano sobretudo) será trazido com todo auxílio e amparo oficiais, desde o seu domicílio na mais recôndita aldeia dos Apeninos ou de outra região qualquer, até a fazenda de café, através de uma organização que vai da propaganda do Brasil na Europa à distribuição perfeitamente regularizada da distribuição dos trabalhadores entre as diferentes propriedades do Estado. Para este complexo e dispendioso serviço, que será a mola mestra da prosperidade paulista, a administração de São Paulo destinará sempre o melhor dos seus esforços e rendas." ²

Trata-se de um sistema híbrido, onde estão presente o salário, a cessão de terras para plantio, principalmente de gêneros de subsistência, e o regime de prestação de serviços ao proprietário da lavoura principal. Sua existência pressupõe o latifúndio, o regime de "plantation" e a moradia do trabalhador nas terras do proprietário, o que já demonstra uma notável adequação à lavoura cafeeira que predominou em São Paulo no final do século passado e início deste. Caio Prado Jr. também caracteriza o colonato como uma forma avançada de exploração do trabalho em relação às práticas escravistas anteriormente predominantes na agricultura brasileira, formas estas que ainda eram empregadas nas zonas velhas de café em São Paulo, o chamado norte paulista (Vale do Paraíba).

"O único progresso sensível e de vulto na agricultura desta fase que nos ocupa será ainda a introdução geral do trabalho livre, e particularmente do imigrante europeu, o que melhorará consideravelmente as condições da exploração agrária em confronto com o que se dava antes, com o emprego do escravo." ³

(2) Caio Prado Júnior, *História Econômica do Brasil* (São Paulo: Brasiliense, 1976), pág. 226.

(3) *Ibid*, pág. 226.

Importa assinalar que o conceito de colono não tem aqui a sua conotação mais comum, daquele que se fixa e toma posse de uma parcela de terra para nela exercer a produção agrícola, como aconteceu em algumas regiões do sul do país. Muito diferente disto, trata-se de uma Relação de Trabalho especificamente moldada para uma época, uma cultura e uma forma de se praticar a agricultura no Estado de São Paulo. "*Um meio de fazer economias de dispêndio de capital variável*", como quer Gnaccarini, ou ainda, uma relação que, ao mesmo tempo, garantia a fixação do trabalhador à propriedade e a manutenção desta força de trabalho através de salários menores do que seu custo de reprodução, uma vez que desenvolvia uma agricultura responsável por suprir parte de sua subsistência, como aponta Caldeira Brandt. Ainda segundo este último autor, uma forma de trabalho funcional para a lavoura cafeeira porque compatibilizava-se com "*um processo de produção descontínuo e somente remunerava o trabalho efetivamente produtivo nela empregado*". ⁴

As características básicas do colonato cafeeiro sofreram modificações no decorrer do período em que este vigorou - 1840 a 1940 aproximadamente. Apresentaram também algumas diferenças regionais, porém não muito significativas. Para definir seus aspectos mais essenciais nos limites deste trabalho pode-se adotar a descrição de Caio Prado Júnior:

"Na generalidade da lavoura cafeeira, em São Paulo em particular, adotar-se-á nas relações de trabalho um sistema que combina o salariado (um salário fixo anual, mais uma quota por ocasião da colheita e variável na proporção desta última), com o direito concedido ao trabalhador de utilização de certas áreas de terra em proveito próprio. Haverá ao lado deste tipo de trabalhador (o colono, como se chama), mas geralmente em número muito menor, o assalariado puro que será simples jornaleiro. Para todos a fazenda fornecerá residência mas não os instrumentos de trabalho. Estes aliás são muito simples, pois não passam de enxada; na cultura do café que é planta permanente e cuja colheita é manual, não se emprega maquinaria." ⁵

(4) Vinícius Caldeira Brandt, "De Colono a Bóia-Fria: Transformações na Agricultura e Contribuição com o Mercado na Alta Sorocabana de Assis", *Estudos Cebrap* nº 19, pp. 50/52

(5) Caio Prado Júnior, 1976, op. cit., pág. 226.

Gnaccarini demonstra que houve três tipos de colonos na formação do trabalhador agrícola brasileiro oriunda da "Grande Imigração" ocorrida no final do século passado, mais precisamente a partir de 1891. O **colono proprietário** de pequenas áreas de terra, "figura que ficou restrita ao extremo sul". O **colono-parceiro** e o **colono-empregado**, que, diferentemente dos primeiros, são na verdade trabalhadores agrícolas assalariados, embora parte dos seus salários não venha a se concretizar monetariamente. ⁶

Estas duas últimas modalidades foram as que mais se disseminaram nas fazendas de café de São Paulo e, posteriormente, foram adotadas também pela lavoura canavieira. O colono empregado contratava o seu trabalho, o de sua família e, eventualmente, de camaradas assalariados, para a execução de um conjunto de tarefas na propriedade, pelo que recebia ou em dinheiro ou em espécie, geralmente ao final da safra. O colono parceiro pode ser caracterizado mais propriamente pela definição de Caio Prado Jr. Dedicava a maior parte do seu tempo de trabalho à lavoura principal e também plantava, de forma intercalar ou solteira, produtos de subsistência para seu consumo, chegando mesmo a comercializar excedentes, quando estes aconteciam.

Uma característica do colonato, que por vezes se perde nas análises especializadas, refere-se à maneira como se dava a organização e a administração do processo de trabalho. Ela é de extrema importância para nosso estudo porque condiciona as formas de trabalho que lhe sucederão. Como fica patente nas descrições acima, além de trabalhador, o colono é o responsável pela sua turma de trabalho, cujo núcleo mínimo é constituído pela sua própria família.

"(...) o trabalho de transformação do cafezal era efetuado não por indivíduos isolados e completamente despojados de meios de produção, mas por indivíduos de antemão organizados em famílias e proprietários da maioria dos instrumentos de trabalho utilizados na produção agrícola." ⁷

(6) Gnaccarini, *Latifúndio e Proletariado no Brasil* (São Paulo: Editora Polis, 1980), pág. 72 e 73.

(7) Brasília Sallum Junior, *Capitalismo e Cafeicultura no Oeste Paulista 1889-1930* (São Paulo, mimeo, 1979), pág. 196.

As responsabilidades pela administração, o exercício da disciplina, o controle da qualidade e da produtividade do trabalho, são funções exercidas pelo patriarca. A lógica das colônias confunde as relações familiares com as relações de trabalho. A administração do trabalho e a garantia de que ele acontecerá segundo os padrões pré-determinados, está implícita no contrato entre fazendeiro e colono. Trata-se de uma atividade suplementar realizada pelo chefe da família, da qual o fazendeiro se apropria e que não é paga. Como veremos posteriormente, para se entender o funcionamento das turmas de trabalhadores volantes, sua estrutura, constituição e relações internas é imprescindível recuperar esta dimensão familiar e de autoridade característica do trabalho agrícola e presente no colonato.

As conseqüências do trabalho para as relações familiares na fábrica e no campo são diversas. Diferentemente da indústria, onde o trabalho aparece como um momento de separação e, por vezes, como um passaporte para a autonomia dos indivíduos em relação à família, no trabalho agrícola o espaço familiar é geralmente preservado.

Nas colônias, como depois nas turmas de volantes, os membros da família trabalham juntos. Em alguns casos o próprio processo de trabalho é moldado de forma que cada um, de acordo com sua estatura e força física, realize uma tarefa específica. Assim, nas colheitas de frutas do passado, segundo relatos obtidos junto ao povo mais antigo da região de Bebedouro em São Paulo, os homens responsabilizavam-se pelas frutas dos galhos mais altos, os mais jovens colhiam nas partes baixas e as mulheres, velhos e crianças ocupavam-se com o encaixotamento ao pé da árvore. O ritmo era dado pela transferência dos equipamentos: escadas, caixotes, sacolas, que acontecia quando os homens adultos terminavam sua tarefa. Todos os demais tinham que segui-los, o que determinava o ritmo da turma como um todo. São comuns também nestes casos os relatos de cantorias que estabeleciam compassos para o ritmo de trabalho mas, com ou sem música, a ordem de trabalho era determinada pelos homens adultos, onde repousava a autoridade patriarcal da família, utilizada como elemento integrante da organização do trabalho.

O exercício do controle, seja ele pessoal, familiar ou empresarial do trabalho agrícola intensifica-se quanto mais nos afastamos na história da agricultura. Isto acontece porque quanto menor a mecanização do trabalho maior o grau de independência do indivíduo em relação a ele, ou mais preponderante é a subjetividade humana na definição de seu resultado, conforme descreve Marx quando discute a passagem da subsunção formal à subsunção real do trabalho ao capital.⁸

No que se refere ao uso do poder familiar no controle do trabalho do colonato a análise de Gnaccarini é bastante elucidativa:

"Mas a existência deste sistema está também e essencialmente ligada à preponderância do fator subjetivo do trabalho no processo de trabalho predominante na agricultura. Na medida em que a capacidade humana de trabalhar (fator subjetivo) prepondera amplamente, impõe-se a necessidade de deixar para o trabalhador (...) a tarefa de coordenar o trabalho coletivo e prover a disciplina indispensável de cada força de trabalho individual - e nada melhor para isso, nas condições apontadas, do que o trabalho familiar de pequenos produtores semi-independentes."⁹

Quando o desenvolvimento técnico não alcança um nível suficiente para que o ritmo e o movimento da máquina predomine sobre o ritmo e o movimento do trabalhador se faz necessário que alguém realize este papel. Na agricultura não ou semi-mecanizada é preciso coordenar o caráter subjetivo do trabalho, dar-lhe conteúdo, ritmo e direção, uma vez que a máquina não pode exercer este papel. No caso do colonato, embora existissem as figuras do fiscal e do administrador de fazenda, a autoridade da família era a principal responsável por isso; na grande usina moderna outros meios de maior eficácia serão utilizados, mas ainda hoje a família joga um papel importante.

(8) Marx denominou *subsunção formal do trabalho* ao capital a fase da exploração capitalista da força de trabalho em que prevalece o conteúdo técnico de formas pré-capitalistas de exploração do trabalho. Nesta forma, *em que o capital subordina um processo de trabalho pré-existente sem modificá-lo fundamentalmente*, prevalece a extração extensiva do sobre trabalho, a cooperação simples e a necessidade maior da ação de coordenação e direção do processo: "Todo trabalho diretamente social ou coletivo, executando em grande escala, exige com mais ou menos intensidade uma direção que harmonize as atividades individuais e preencha as funções gerais ligadas ao movimento de todo organismo produtivo, que difere de seus órgãos isolados. Um violino isolado comanda a si mesmo, uma orquestra exige um maestro. Essa função de dirigir, superintender e mediar, assume-a o capital, logo que o trabalho a ele subordinado se torna cooperativo." K. Marx, *O Capital*, Livro I, (São Paulo: Civilização Brasileira, 1970), pág. 376.

(9) J. C. Gnaccarini, 1980, op. cit., pág. 95

Como enfatizamos no capítulo IV deste estudo, a lavoura canavieira instala-se novamente em território paulista a partir da derrocada do café, nas terras antes ocupadas por esta cultura. Lá encontra um colonato que já vem se desagregando, seja em função da decadência do tipo de lavoura que o criou, seja pelas contradições internas ao próprio regime de trabalho, ou, seja ainda, pelo lento processo de formação de uma economia nacional mais integrada, mais mercantilizada e urbanizada. Apesar disto, incorpora o essencial deste regime de trabalho. Como afirma Oriovaldo Queda, adotar o colonato era "uma imposição do próprio estágio de desenvolvimento da lavoura canavieira paulista. Num período onde a mecanização era muito incipiente", o que implicava em manter um número relativamente grande de trabalhadores na propriedade durante todo o ano.¹⁰

Guardadas algumas diferenças pode-se dizer que até 1942 o sistema de colonato da lavoura canavieira assemelhava-se bastante ao empregado pelo café. Gnaccarini, citando Gileno De Cárli, descreve da seguinte forma esse sistema:

"(...) o colono de canas parece caracterizado como uma família trabalhadora que recebe um salário por área trabalhada ou produção realizada. Essa família recebia adiantamentos sobre o salário anual, seja em épocas certas, seja pelo desenvolvimento dos trabalhos. Parte desse salário era passada a outros trabalhadores que a família tinha de contratar para suprir a sua própria capacidade de trabalho. Os instrumentos de trabalho, assim como as mudas e os adubos, corriam por conta da família trabalhadora, mas era comum que as usinas entrassem com parte desse capital, seja sob forma de adiantamentos do salário anual, seja sob forma de capital próprio. Em muitos casos, a família trabalhadora também se incumbia do transporte das canas, utilizando-se de grandes carretas puxadas a animais de sua propriedade. Era comum que as usinas empregassem um sistema de fiscalização do plantio, das capinas, da adubação, mantendo fiscais para correrem as lavouras (...)." ¹¹

(10) Oriovaldo Queda, *"A Intervenção do Estado e a Agroindústria Açucareira Paulista"*, (Piracicaba: ESALQ, Tese de Doutorado, mimeo, 1972), pág. 69.

(11) J. C. Gnaccarini, 1980, op. cit., pág. 97.

Apesar de manter as características mais fundamentais do colonato cafeeiro no que se refere à cessão de terras para plantio, residência do trabalhador na fazenda e pagamento por colheita, no caso da cana o caráter agroindustrial da cultura imprime marcas diferenciadoras no sistema e nas Relações de Trabalho adotadas. Pode-se perceber pela descrição acima, referente à década de 40, pelo menos dois fatores diferenciadores. Em primeiro lugar a responsabilidade pelo transporte da cana para a usina, que ficava por conta do colono implicando, irremediavelmente, que ele dispusesse de algum capital para adquirir e manter os meios para a sua realização. Em segundo lugar a presença mais intensa de elementos estranhos ao regime colonial no controle das atividades. Há uma fiscalização direta da Usina que controla e coordena o trabalho, o que demonstra que era necessário garantir padrões mínimos de ritmo, produtividade e qualidade da matéria-prima, visando uma integração entre o processamento agrícola e o industrial. Certamente esta necessidade não se fazia sentir na lavoura cafeeira, que, como vimos, era mais centralizada nas relações familiares.

São constatações que nos levam a crer que o regime de colônias na lavoura canavieira paulista pode ser considerado **semelhante, mas não igual àquele praticado na cultura cafeeira**. Isto em função do momento histórico em que ele se estabelece. Quando o colonato já dava sinais de esgotamento enquanto Relação de Trabalho predominante, mas, principalmente porque, ao contrário do café, a cana-de-açúcar já se incorpora a um complexo agroindustrial que, como veremos adiante, para crescer e se modernizar, precisa sempre intensificar a integração vertical de seus processos produtivos.

Como enfatiza Gnaccarini, é o **colono parceiro** que irá predominar na constituição do colonato canavieiro. É interessante observar como plantadores de cana ainda hoje conseguem fazer esta distinção entre o colono do café e da cana quando recuperam o passado da cultura. Em pesquisa realizada para a Secretaria da Economia e Planejamento do Estado de São Paulo, sobre trabalhadores volantes, depoimentos colhidos junto a fornecedores mais antigos indicam claramente que o colonato dos dois produtos não pode ser confundido.

"Nas regiões tradicionalmente dedicadas ao cultivo da cana (Campinas e Ribeirão Preto), houve um período de regime de colonato que antecedeu ao trabalho assalariado. Só que o colono da cana não tinha as mesmas características do colono do café, mesmo porque são culturas de características bem distintas quanto ao ciclo produtivo. *"A usina, em vez de ter diarista ou mensalista, ela tinha colonos, a quem ela dava terra e recebia a cana por determinado preço. Ela fazia o preço de acordo com a época"*. A diferença entre o colono de café era de que ele *"é assalariado e o colono que eles chamam aqui (da cana) era parceiro da usina"*, segundo depoimento de membro da Cooperativa de Plantadores de Cana em Campinas." ¹²

As análises históricas do colonato permitem que se perceba vários indícios de que a fase de introdução e expansão das usinas em São Paulo corresponde a uma fase de desestruturação das colônias, tal qual elas haviam servido ao café nas décadas anteriores. Um deles é o esgarçamento dos vínculos entre o trabalhador e o fazendeiro como patrão; e entre o trabalhador e a propriedade como espaço, quase que cativo, de trabalho e de moradia. Estes vínculos eram bastante demarcados no colonato tradicional, e se estendiam à região em que a fazenda estava localizada. Pode-se mesmo dizer que a região, devido ao precário sistema de comunicações da época, funcionava como um limite geográfico. Como um horizonte da mobilidade possível para o trabalhador.

Esta relação mais duradoura e estável pressuposta pelo colonato cafeeiro, que fixa o trabalhador à propriedade e à região de trabalho, começa também a se afrouxar quanto mais nos aproximamos da década de 50, época de predomínio da cana-de-açúcar.

(12) Vários Autores, 'Trabalho Volante na Agricultura Paulista', (Governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Economia e Planejamento, 1978), *Série Estudos e Pesquisas* nº. 25.

Como que a prenciar o seu sucedâneo, o trabalhador volante, o colono do café passa a apresentar a **partir de então uma mobilidade, suficientemente intensa para atemorizar seus empregadores**. Migrava pelo interior do estado em busca de melhores condições de trabalho, dos maiores valores de empreita, buscava enfim áreas em que a situação do mercado de trabalho lhe era mais favorável. De um certo ponto de vista, essa migração era funcional para a expansão da lavoura cafeeira, pois articulava um mercado itinerante de trabalho que a acompanhava em suas expansões. O fazendeiro das zonas novas tinha duas opções: captar mão-de-obra diretamente nos organismos de migração; ou atraí-la das regiões mais antigas; é evidente que lançava mão da alternativa de menor custo.

Mas a migração interna configurava-se também como um grande estorvo para o fazendeiro, principalmente para os das zonas velhas. Isto porque desfigurava o caráter cativo da força de trabalho, um dos alicerces do colonato. Pode-se dizer mesmo que fundava-se um embrionário mercado de trabalho, ao qual o proprietário recusava-se a se submeter. O texto de Pierre Dennis sobre essa época, reproduzido por Sérgio Silva, é bastante significativo pelo enfoque que adota e por sua perplexidade quanto à possibilidade dos trabalhadores tomarem a iniciativa de buscar melhores condições de existência.

"O final da colheita resultava em um deslocamento geral dos trabalhadores agrícolas. Os colonos (isto é, os trabalhadores imigrantes) são deveras nômades. Todos os fazendeiros vivem com a inquietude perpétua de ver seu pessoal abandoná-los no mês de setembro... Não exageramos ao dizer que um terço das famílias empregadas na cultura do café desloca-se de ano em ano... Imagine-se o obstáculo que representa para a indústria do café esta instabilidade da mão-de-obra." ¹³

(13) Pierre Dennis, *Le Brésil au XXeme Siecle*, (Paris: Armand Colin, 1909) pp. 143 e 144 - citado por Sérgio Silva em *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil* (São Paulo: Alfa Omega, 1976), pág. 54.

Como viria sempre a acontecer no futuro, a iniciativa pela mudança, quando vinda do trabalhador, é muito mal vista. A ideologia dominante traduz a escassez e a movimentação da mão-de-obra como uma situação atípica, não natural, que deve ser combatida a qualquer custo. As condições naturais de mercado seriam sempre de abundância, de excesso de força de trabalho disponível para compra no mercado. O mercado de trabalho não é percebido como algo regido por leis próprias. Como um espaço onde se entabulam negociações e se desenvolvem relações entre as partes, resultando mais ou menos favoravelmente a uma ou outra delas dependendo das circunstâncias.

O mercado é visto como administrável e os empresários clamam sempre pela presença do Estado como agente de "equilíbrio" das relações que nele se estabelecem. Isto porque "imaginem-se o obstáculo que representa para a indústria do café esta instabilidade da mão-de-obra". Desde essa época, portanto, o mercado de mão-de-obra agrícola é visto como algo artificialmente criado, gerado pelo Estado para servir aos interesses de quem compra a força de trabalho, o que coloca este comprador, quase sempre, numa situação vantajosa de partida. Mas seria inexorável a formação de um mercado de trabalho integrado, nesta época ainda em germe. Sua constituição se daria porém muitos anos mais tarde, já na década de 60, quando as condições de urbanização e industrialização do país assim permitiriam.

Outro importante sinal de esmorecimento do colonato é a crescente monetarização das Relações de Trabalho. Gradativamente, o dinheiro vai ocupando o espaço do salário em espécie ou, como era costume, do salário transformado em tempo de trabalho e cessão de terras para plantio de alimentos. Sérgio Silva demonstra que, ainda nos primeiros vinte anos deste século, os fazendeiros começaram a proibir o plantio intercalar. Mais frequente durante a fase de formação do cafezal, esta prática vai sendo abolida por dois motivos: para se intensificar o uso da terra e da mão-de-obra com a cultura cafeeira; ou porque as expansões e novos plantios tornam-se bem mais raros em função das crises de superprodução que se sucedem. ¹⁴

O colono tradicional vê-se assim obrigado cada vez mais a recorrer ao mercado para suprir a sua subsistência. Mais do que isso, vê-se tolhido na "autonomia relativa" de que dispunha para organizar o seu tempo quando alternava a dedicação à lavoura do patrão e à sua lavoura.

(14) Sérgio Silva, *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil* (São Paulo: Alfa Omega, 1976), pág. 34

A desagregação paulatina do regime de colônias não aconteceria sem a reação dos atores sociais envolvidos. Referindo-se aos movimentos sociais da época, Paula Beiguelman relata as sublevações de colonos na região de Ribeirão Preto em virtude das proibições de plantação de alimentos por parte dos fazendeiros em 1913, demonstrando a resistência dos colonos contra a tendência de monetarização de sua remuneração.

Um terceiro aspecto marcava também o esgotamento histórico dessa Relação de Trabalho. A vinculação do ganho dos trabalhadores ao ciclo anual da safra, outra característica importante, ia também perdendo espaço para o salário mensal. Um artigo ainda de 1913 do jornal *Correio Paulistano*, extraído também do livro de Beiguelman e reproduzido abaixo, ilustra bem o processo de transição a que nos referimos.

"De resto as coisas vão se encaminhando para uma organização de tal natureza, que mesmo o perigo do colono não ser pago no fim do ano desaparecerá definitivamente. Vai se generalizando o hábito de pagar o colono mensalmente. Agora já são poucas as fazendas onde os pagamentos efetuam-se por trimestre. Oitenta por cento pelo menos dos fazendeiros pagam de mês em mês e quando muito de dois em dois meses.

O Patronato Agrícola, por sua vez, concorre ativamente para generalizar este costume, para torná-lo uma lei. E quando esse costume estiver generalizado, não haverá mais nenhum perigo, pois, sem esperar a colheita, o colono receberá mensalmente o seu **salário.**"¹⁵ *(grifo nosso)*

(15) Paula Beiguelman, 1978, op. cit., pp. 98 e 99.

Outro elemento de pressão à ordem colonial e ao antigo colono residente surge do norte, e chega através da ferrovia, que por esta época passa a interligar praticamente todos os estados do sudeste. Com a ferrovia inaugura-se o fluxo migratório interno norte-sul, trazendo para São Paulo um razoável contingente de mão-de-obra sobrando principalmente dos estados de Minas Gerais e Bahia. Trabalhadores que virão a concorrer com os colonos estrangeiros já instalados nas fazendas. Sérgio Silva constata que os migrantes internos, que praticamente inexistiam no final do século passado, crescem de 5,5% do total entre 1908-1917, para 23,4% do total dos que ingressaram em São Paulo entre 1918-1927. Com isso aumenta consideravelmente o poder de barganha dos proprietários, o que permitirá *"aos fazendeiros baixar os salários nas plantações"*.¹⁶

Retornando à lavoura canavieira pode-se dizer que, por todos os motivos até aqui referidos, ela, ao mesmo tempo, se submete e é mola impulsionadora de um processo de transição das Relações de Trabalho que vinha ocorrendo na agricultura paulista entre 1920 e 1950. Uma transição em direção ao salário como forma de remuneração, ao mercado como espaço de negociação e à cidade como local de moradia. É assim que, seguindo a recuperação histórica de Gnaccarini, em 1935 observa-se que diminui o número de colonos nas usinas, mas a produção aumenta através do uso de camaradas, ou seja incrementa-se o trabalho externo em detrimento do interno.

Os relatos indicam famílias de colonos com até quarenta "camaradas" a lhes prestar serviço. Em 1942 *"a permissão contratual para a posse de lavouras de subsistência começa a rarear e a ser substituída algumas vezes por expressa proibição de culturas consorciadas à cana, sem que ocorresse cessão de área solteira para o mesmo fim."*¹⁷

(16) Sérgio Silva, 1976, op. cit., pág. 53.

(17) J. C. Gnaccarini, 1980, op. cit., pág 96.

Ainda segundo Gnaccarini, por volta de 1957 as usinas passam a combinar o colonato-parceria com o assalariamento direto, agora sem contar com os colonos de empreita intermediando a contratação do trabalhador. Este novo passo em direção ao trabalho assalariado aparece com mais intensidade na lavoura canavieira mas acompanha uma tendência que está acontecendo com toda a agricultura comercial da época. Um processo que combina concentração de terras e capital com a mecanização das operações agrícolas, no caso da agroindústria principalmente as operações de preparo de solo e plantio. Tudo isto facilitado pela intervenção do Estado, que começa a investir no incremento à importação e revenda de maquinaria agrícola, incentivando os compradores através de favorecimentos cambiais.¹⁸

São descrições e análises demonstrando que, por diversos meios, está em curso um processo de monetarização e de mercantilização das Relações de Trabalho na agricultura em geral quando a lavoura canavieira se expande em São Paulo. Mas, embora esta transformação possa ser notada desde a década de 20 e se intensifique nos anos 40, embora a lavoura canavieira tenha sofrido uma alteração significativa na sua base técnica de produção nesse período, não seria ainda o momento de mudanças radicais nos padrões coloniais de Relações de Trabalho. Essas rupturas viriam a ocorrer muito mais tarde, somente na virada dos anos 60, quando, definitivamente, o colono seria eliminado da agricultura canavieira paulista, dando origem ao seu sucedâneo: o trabalhador volante. Para que isso aconteça, duas condições teriam que estar dadas, a **modernização técnica da agricultura** que liberaria o trabalhador da terra e a **integração cada vez maior dos processos produtivos agroindustriais**, aspectos que passamos a analisar a seguir.

(18) J. C. Gnaccarini, 1980, op. cit., pág. 100.

V. 2 - MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E O TRABALHADOR VOLANTE

As origens do trabalho volante na agricultura brasileira já estimularam bastante polêmica tendo gerado um grande número de análises sob diferentes óticas. Todos estão de acordo sobre a época em que essa modalidade trabalho passa a predominar no Brasil e particularmente no interior paulista, o que teria acontecido entre 1960 e 1970. Parece haver concordância também quanto aos motivos mais gerais do seu surgimento: seria uma forma de trabalho mais adequada para a reprodução do capital agrícola ou agroindustrial nas circunstâncias históricas desta fase de desenvolvimento do capitalismo no país. Porém suas razões mais específicas, e portanto mais explicativas da lógica interna dessa Relação de Trabalho, não são assim tão consensuais, gerando ainda alguma controvérsia. Sem pretensões de alcançar um grande aprofundamento teórico vale reservar algum espaço para análise dessa questão, definindo melhor as origens do principal protagonista das questões desenvolvidas neste estudo.

Modernização da agricultura via mecanização e quimificação dos seus processos produtivos, a formação dos complexos agroindustriais integrados, a concentração dos capitais e da propriedade da terra, além das mudanças na legislação que regula o trabalho rural são tidos como os principais fatores causadores do trabalho volante, segundo a maioria dos autores. É claro que são fatores distintos, embora correlacionados, e portanto devem ser tratados de acordo com a sua especificidade, extraindo-se daí o tipo e qualidade da influência que podem exercer sobre o processo a que estamos nos referindo.

Ao processo de modernização da agricultura no Brasil e de São Paulo, em particular, deve-se dedicar maior atenção. O restante decorre daí. Isto não significa que nos engajamos em uma opção mecanicista, onde a ordem econômico-produtiva determina automaticamente as demais esferas da vida social. Mas implica reconhecer que, quando se analisa um movimento de grande amplitude e larga dimensão histórica como esse deve-se buscar na lógica produtiva o caráter predominante do processo de mudança social considerado. Somente desta forma torna-se possível entender suas razões.

As Razões e o Contexto da Modernização Agrícola no Brasil

As transformações mais significativas ocorridas na história recente da agricultura têm suas origens na década de 50, mas receberam impulso substancial a partir dos anos 60. *"Neste momento iniciou-se a implementação da ideologia de modernização conservadora do governo militar via internacionalização e, conseqüentemente, aceleração do processo de industrialização".* ¹⁹

Data de 60 também a implantação efetiva no país da chamada "Revolução Verde", pacote tecnológico produzido e disseminado através de mecanismos de cooperação internacional com os Estados Unidos. Sua proposta era de uma melhoria de desempenho do setor agrícola através de um choque tecnológico que teria como foco central o uso de sementes melhoradas. Com elas viriam novas técnicas de plantio e tratos culturais, o uso intensivo de máquinas, adubos e defensivos.

Assim se refere George Martine sobre a funcionalidade desse programa com o momento econômico e político do país e sobre sua sinergia com os processo de expansão e internacionalização da economia industrial brasileira dessa época.

"(...) dadas as exigências técnicas deste pacote em termos de máquinas agrícolas, fertilizantes, herbicidas, fungicidas e outros defensivos, a internacionalização das grandes empresas de máquinas e insumos agrícolas foi fundamental na extensão do novo modelo agrícola. Nesse sentido, a expansão e internacionalização do parque industrial brasileiro ocorreu num momento decisivo para a adoção do novo pacote tecnológico. Posteriormente, a integração funcional entre a pesquisa agrícola, as indústria de insumos e o crédito agrícola lhe dariam força maior." ²⁰

(19) George Martine, et al., *Impactos Sociais da Modernização Agrícola* (São Paulo: Caetés, 1987), pág. 19.

(20) Ibid, pág. 21.

Tratava-se de um projeto que, em termos de articulação internacional, reafirmava a ideologia que preconiza a "vocação agrícola do Brasil", com todas as suas implicações do ponto de vista da subordinação econômica do país.

Estamos longe de considerar essa política, isoladamente, um elemento preponderante no processo de modernização da agricultura dos anos 60, mas deve-se reconhecer que ela teve inegável influência na elevação da produtividade em particular para determinadas culturas. Estes ganhos de rendimento ocorreram principalmente pelo desenvolvimento de pesquisas direcionadas para realidades bastante específicas das condições edafoclimáticas brasileiras, o que até então se fazia em escala bastante reduzida no país. Porém, seus resultados mais gerais para a estrutura de produção agrícola e para as condições sociais em que a agricultura se realizava, são aqueles que sempre marcariam o processo de modernização da agricultura no Brasil, resumidos por Alberto Passos Guimarães da seguinte forma:

"De um modo geral, a "revolução verde" no mundo capitalista subdesenvolvido serviu para elevar a produtividade agrícola dos estabelecimentos e das regiões em que as rendas já eram elevadas; mas nada p de fazer para melhorar a situação dos pobres do campo. Por isso tornou mais profundo o fosso entre as classes rurais de altas rendas e as de baixa renda, contribuindo para agravar ainda mais as contradições da agricultura capitalista. (...) Ao contribuir para exacerbar os males inerentes à agricultura capitalista, ao acelerar a concentração da propriedade territorial, ao provocar uma ainda mais rápida valorização das terras e do preços dos arrendamentos, ao dilatar o fosso entre minoria de agricultores de altas rendas e a maioria dos de baixas rendas, ao depender de aplicação indispensável de pesada carga de insumos modernos de elevados custos, a "revolução verde", em vez de saída veio a constituir-se em um problema a mais, dentre os muitos criados pela crise agrária em geral." ²¹

(21) Guimarães, 1982, op. cit, pp. 225/257.

Para se explicar a modernização agrícola ocorrida nesse período deve-se somar à ação do Estado e às iniciativas internacionais pelo incremento da produção, as condições extremamente favoráveis do mercado internacional, que nessa época era fortemente demandante de produtos agrícolas que o Brasil produzia, ou podia estruturar-se para produzir em larga escala. Além disso, a internacionalização da economia industrial pressupunha moedas de troca; formas de intercâmbio. A agricultura seria chamada a cumprir este papel, como geradora de produtos exportáveis que equilibrassem estas formas de intercâmbio. Para isso era preciso mostrar-se competitiva a nível internacional, aumentando a escala e o rendimento de seus processos produtivos. Tudo isso redundaria num movimento de substituição de culturas, alargamento de fronteiras e de reestruturação das dimensões técnicas e sociais da produção.

Forças dinâmicas da economia interna também favoreceriam a modernização da agricultura do país. Era uma fase em que se consolidava a chamada "industrialização pesada", iniciada na década de 50, o que traria reflexos para a agricultura por duas vias: de um lado ampliaria a demanda de matérias-primas e produtos de subsistência para as indústrias e para uma força de trabalho que se urbanizava progressivamente, de outro lado expandiria a oferta de máquinas, implementos e insumos agrícolas em função da implantação de indústrias de bens de produção, que disponibilizavam a base técnica necessária para que a modernização se efetivasse. Tudo isso pode ser traduzido como uma fase extremamente propícia a nível nacional e internacional para o processo de formação dos CAIs, Complexos Agroindustriais Integrados. Graziano retrata da seguinte forma esse processo:

"É por força do processo de industrialização do país, que a agricultura deixa de ser um setor "isolado" (no sentido de quase auto-suficiente) da economia para se tornar parte integrante de um conjunto maior de atividades inter-relacionadas. Portanto pode-se dizer que é fundamentalmente a partir do período de industrialização pesada(1956/61) que se acelera o processo de industrialização da agricultura brasileira, embora São Paulo já houvesse iniciado sua modernização antes. (...) Os anos 1950/60 representam um período de crescimento acelerado do PIB a taxas de quase 8% ao ano, sob as diretrizes do Programa de Metas do governo Kubitschek. E se é verdade que a indústria se expandiu muito rapidamente, a agricultura não deixou de fazê-lo: enquanto aquela apresentou uma taxa média de crescimento ao redor de 9% a.a., a da agricultura atingiu cerca de metade disto ." 22

(22) José Graziano da Silva, *Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura* (São Paulo: Hucitec/UNICAMP, 1981), pág. 68.

Os CAIS configuram-se, ao mesmo tempo, como um momento superior da agricultura e um estágio em que ela perde a sua capacidade de autodeterminação, submetendo-se aos ramos industrial e financeiro do capital. As condições técnicas, econômicas e sociais para que este processo se efetivasse em determinadas regiões e culturas brasileiras estariam dadas apenas a partir dos anos 60 e 70. É certo que antes disso ocorreram mudanças substanciais na base técnica da agricultura, mas esta modernização era dependente da capacidade do país de importar os equipamentos de que necessitava e da capacidade da agricultura de exportar para poder gerar condições de expansão. **Ou seja, até então, o próprio capital industrial não tinha ainda engendrado condições para exercer a sua autonomia, o que não permitia o seu predomínio sobre a agricultura.**

Seria possível ir além, detalhando ainda mais os fatores que sinergicamente atuaram no sentido da modernização agrícola nas últimas três décadas e, mais intensamente, entre 1960 e 1980. Poderia-se referir o papel do sistema financeiro, também bastante incrementado pelo modelo econômico adotado; do crédito rural subsidiado; dos programas governamentais de fomento e desenvolvimento; da ação mais centralizada e efetiva dos órgãos de assistência técnica e extensão rural e da infra-estrutura de transportes e comunicação, tornada bem mais eficiente na época em função da ideologia governamental baseada no trinômio segurança, integração e desenvolvimento, e que facilitaria a expansão da fronteira agrícola e o escoamento da produção em zonas antes inacessíveis. Entretanto, vários autores já realizaram essa tarefa com grande propriedade. Para os limites deste trabalho importa assinalar que, como afirma José de Souza Martins "*a modernização não é uma ficção*", ela é real, compatível com aquilo que acontece com a economia nacional e com o processo de desenvolvimento urbano-industrial experimentado pelo país nesse mesmo período tendo, portanto, inevitáveis consequências para com a mão-de-obra empregada nas atividades agrícolas das culturas que se modernizavam.²³

(23) José de Souza Martins, *Capitalismo e Tradicionalismo* (São Paulo: Editora Pioneira de Ciências Sociais, 1975), pág. 39.

As Consequências da Modernização Agrícola no Brasil

Muito além da "ficção", a transformação da base técnica da agricultura brasileira e as vinculações com a indústria daí decorrentes podem ser percebidas através de vários indicadores bastante concretos. Para efeito de exemplificação agrupamos e analisamos neste tópico alguns números genéricos, mas que ilustram com clareza a intensidade e a direção do processo de mudança que estamos relatando.

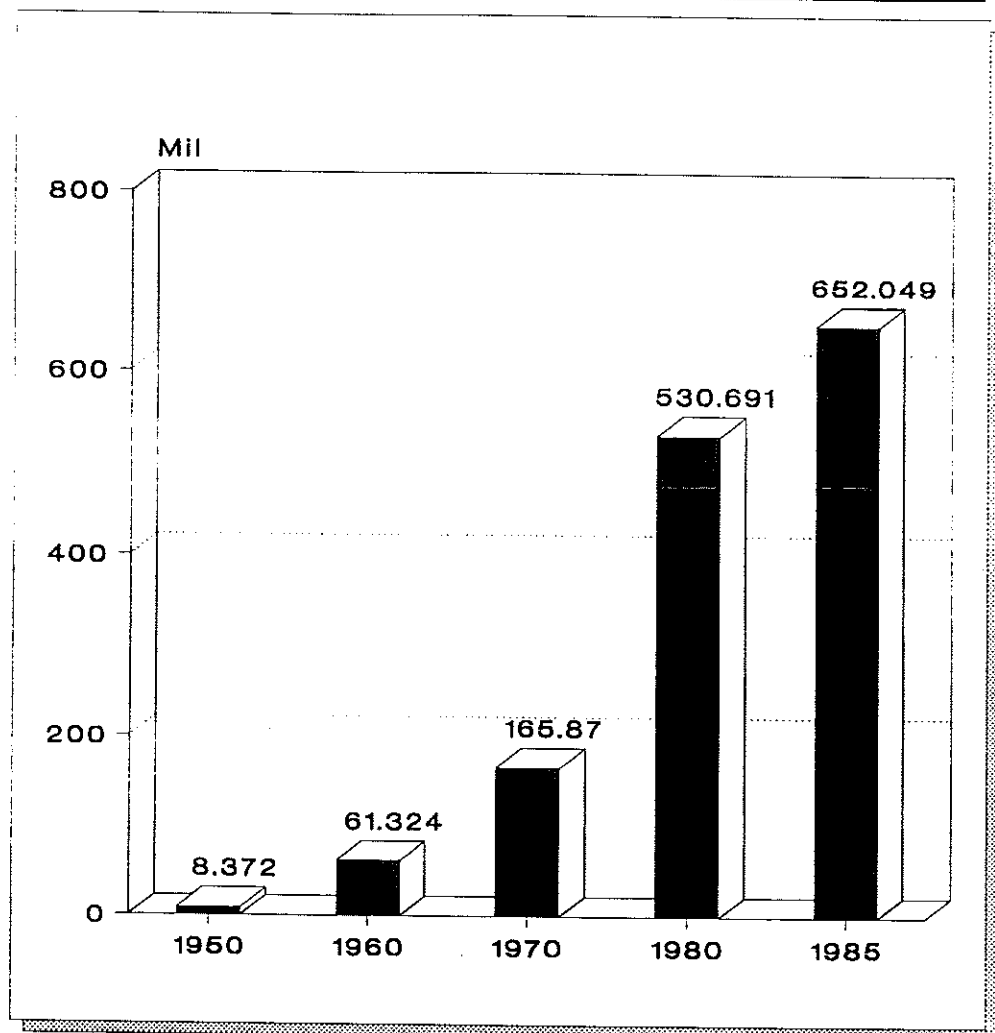
Desde a década de 50 existe um mercado de máquinas agrícolas razoavelmente desenvolvido no Brasil; isto se deve principalmente às lavouras de grãos nos estados do sul e à lavoura canavieira em São Paulo, que já utilizavam tratores em algumas fases de seus processos produtivos. Entretanto, o grande salto quantitativo da frota nacional de tratores acontecerá na década de 60, fruto do Plano Nacional de Tratores e, posteriormente, da implantação de uma indústria fabricante no país. Até então, toda a demanda era suprida pela produção externa, demanda aliás que, no final dos anos 50, já não era tão pequena. Como ressalta Kageyama, em 1958 já existiam no país 50 mil tratores, todos eles importados.²⁴

A análise da série histórica descrita pelo gráfico V.1 demonstra esta evolução. Impressiona o excepcional avanço do uso de tratores no curto espaço de tempo de 20 anos que separa 1950 de 1970. Em 1950 estavam em utilização no Brasil 8.732 tratores, em 1960 eles serão 61.324 e em 1970 atingiriam a 165.870. Como demonstra George Martine, a partir da implantação de uma Indústria Nacional de Tratores no país, em 1960 *"a intensificação da produção nacional, a redução do preço nominal dos tratores e a relação favorável de preços relativos dos produtos agrícolas comparados com o preço dos tratores favoreceram uma rápida intensificação da mecanização agrícola"*.²⁵

(24) Angela Kageyama, et al., *O Novo Padrão Agrícola Brasileiro: Do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais* (mimeo, 1987), pp. 41 e 42.

(25) George Martine, 1987, op. cit, pág. 23.

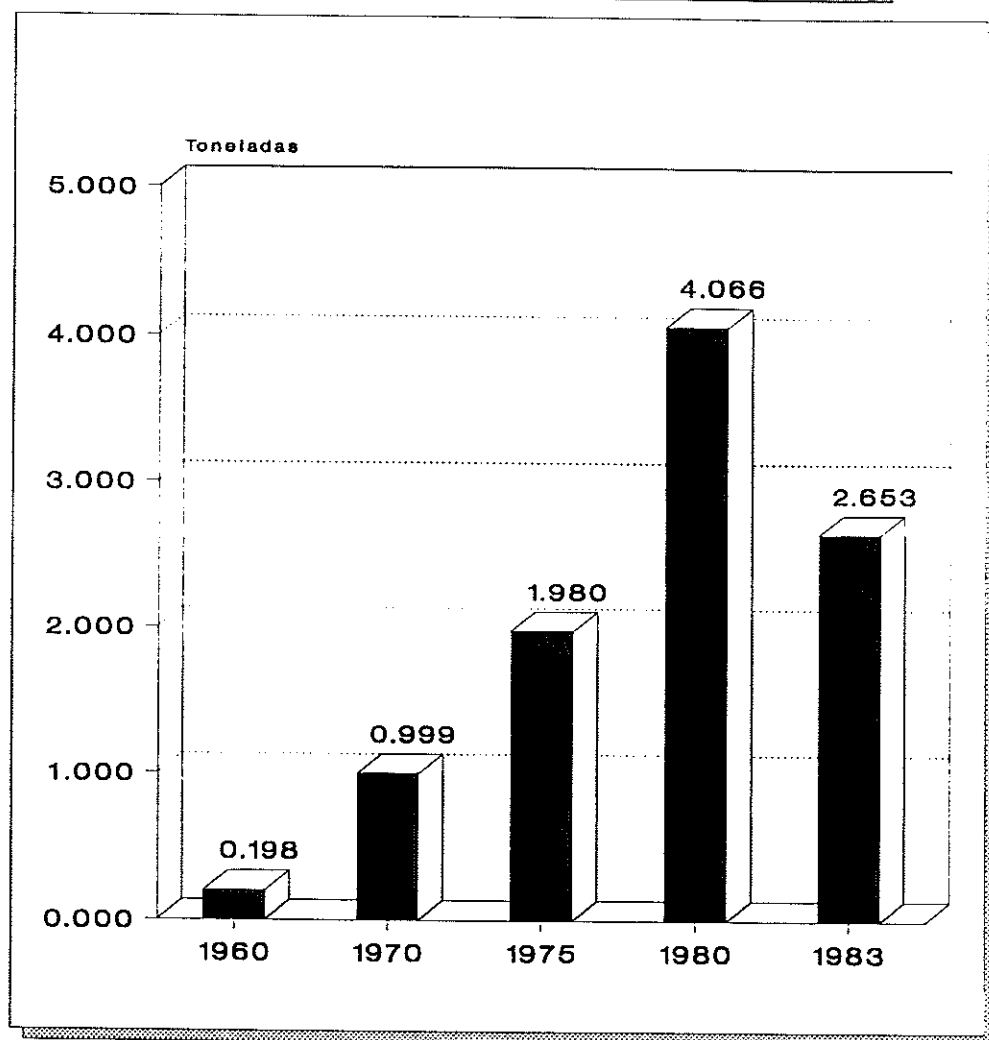
**GRÁFICO V.1 - EVOLUÇÃO DO USO DE TRATORES NA AGRICULTURA
- BRASIL DE 1950 A 1985**



FONTE: FIBGE - 1950 a 1980 Censos Agropecuários, 1985 Anuário Estatístico

O consumo de produtos químicos, fertilizantes e defensivos, também apresentaria forte elevação. Mas isso aconteceria um pouco mais tarde em relação ao ocorrido com os veículos de motomecanização. Acompanhando a tendência de remodelação da estrutura produtiva da agricultura e do estreitamento dos seus vínculos com a indústria, o consumo de fertilizantes nitrogenados e fosfatados apresentaria uma expansão significativa somente na década de 80, como demonstra o gráfico seguinte.

GRÁFICO V.2 - PRODUÇÃO E CONSUMO APARENTE DE NPK BRASIL DE 1960 A 1983 (EM MIL TONELADAS DE NUTRIENTES)



FONTE: Guilherme Delgado, Capital Financeiro e Agricultura no Brasil.

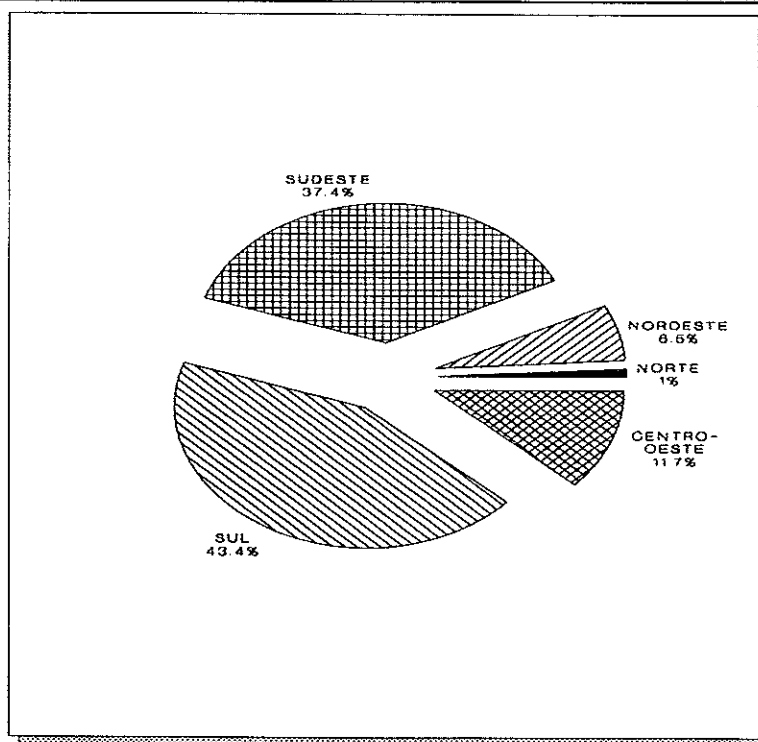
A fabricação de fertilizantes químicos no Brasil iniciou-se na década de 40, mas a sua expansão ocorre entre 1967 e 1973, quando foram instaladas várias fábricas no país incentivadas por políticas governamentais que subsidiavam a fabricação e o consumo do produto. Os dados sobre o consumo aparente de adubos químicos acompanham esta evolução demonstrando a disseminação do seu uso no período 70/80. Embora a tendência seja crescente desde 1960, alcança-se o pico de consumo em 1980 com 4 milhões de toneladas. A partir de então há um retrocesso que se deve de um lado a crise econômica que atinge o país e, de outro, às restrições ao crédito agrícola subsidiado, que a partir de então passaram a vigorar.

Outro insumo químico característico da agricultura moderna, os defensivos, também apresentaria comportamento semelhante ao dos fertilizantes. Mesmo tratando-se de uma indústria mais sofisticada e de um produto mais caro, sendo portanto de uso mais seletivo pelo agricultor, a produção nacional aumentou de 9.798 toneladas em 1970 para 48.477 toneladas em 1980. O consumo, por seu lado, que era de 27.728 toneladas em 1970 passou a mais de 80 mil toneladas em 1980.

A reestruturação da base técnica da agricultura brasileira é portanto bastante real e pode ser demonstrada, através de indicadores quantitativos inquestionáveis. Mas, ela não aconteceria de maneira uniforme no se refere as regiões, culturas e tipos de empreendimentos. O caráter doloroso e desigual desta modernização já foi bastante enfatizado pela literatura especializada, mas vale a pena retomá-lo ainda que superficialmente, pela sua importância na formação da Relação de Trabalho volante em São Paulo e no Brasil.

O processo modernizador privilegiaria a região sudeste, em particular o Estado de São Paulo, os grandes estabelecimentos mais capitalizados e as culturas voltadas para a exportação ou para a produção agroindustrial. Um exemplo das disparidades regionais pode ser demonstrado quando se observa a distribuição da frota nacional de tratores em 1980.

GRÁFICO V.3 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA FROTA NACIONAL DE TRATORES - BRASIL 1980



FONTE: IBGE, Censos Agropecuários.

Dos 530 mil tratores existentes em 1980, 80% ou 430 mil localizavam-se nas regiões sul e sudeste. Um retrato simplificado, mas verdadeiro da concentração regional de equipamentos, de capital e de tecnologia, que se instaura no país nesse período. Ele revela a forma excludente e seletiva que concretizou a modernização da agricultura no Brasil. A mesma desigualdade aparece quando se relaciona o número de tratores empregados com o tamanho dos empreendimentos agrícolas tratorizados. As conclusões de George Martine são bastante significativas a esse respeito:

"Quando se analisa a utilização de tratores por tamanho de estabelecimento agrícola constata-se um aumento monotônico, progressivo e significativo na disponibilidade de tratores à medida que aumenta o tamanho do estabelecimento. Com o tempo, os diferenciais vêm se acentuando cada vez mais. O mesmo tipo de situação pode se verificar com relação ao uso de outras máquinas e implementos agrícolas.²⁶

Na verdade o processo de mecanização de lavouras é bastante seletivo. Ele pressupõe algum capital próprio de agricultor para investimento; pressupõe confiança ao agricultor nos resultados de sua lavoura, e o seu acesso ao crédito rural com garantias fiduciárias para utilizá-lo: quase sempre terras valorizadas. São critérios que vão afunilando a passagem que leva à aquisição da máquina, propiciando-a apenas para os grandes proprietários capitalizados. Por tudo isto pode-se dizer que *"a parcela dos estabelecimentos afetados pela modernização é relativamente pequena. Basta ver que, em 1980, 72% de todos os estabelecimentos não dispunham sequer de um arado, seja de tração mecânica ou animal. Entre os 2,6 milhões de estabelecimentos com 10 has. ou menos, somente 13% tinham tal implemento"*.²⁷

(26) George Martine, 1987, op. cit., pág. 28.

(24) Ibid., pág. 32.

A situação também não é muito diferente no que se refere à utilização de fertilizantes e defensivos. Embora a concentração do uso de defensivos nas grandes propriedades não seja tão intensa, como a observada com os tratores, é inegável que sua aplicação cresce na medida que aumenta o tamanho da propriedade considerada. Dados de 1980 indicam que 45% dos estabelecimentos de 0 a 10 hectares e 74% dos de 10 a 100 has. usavam defensivos, contra 90% que assim o faziam entre as propriedades entre 1000 a 10.000 has. de tamanho.

Mas é o uso da adubação química que demonstra de maneira exemplar como a adoção da técnica acontece de forma desigual entre diferentes culturas. Em 1980 o adubo era utilizado em 99% da área ocupada com trigo e em 88% a 89% das áreas ocupadas com café, cana-de-açúcar e soja; portanto quase a totalidade dos plantios destas culturas eram adubados quimicamente. Neste mesmo ano o feijão apresenta uma área adubada de apenas 29%, o arroz 58% e o milho 45%; caso especial é o da mandioca, produto de consumo alimentar nacional por excelência, cuja área adubada não ultrapassava 15% do total nesse mesmo ano.²⁸

O principal mecanismo propulsor do processo de modernização é o crédito agrícola subsidiado e, secundariamente, outras políticas públicas voltadas para a agricultura como as de preços mínimos e de armazenamento. Os dados sobre a distribuição do crédito agrícola demonstram mais nitidamente a sua atuação como mecanismo de seletividade da modernização da agricultura. Não queremos nos alongar neste aspecto, mas cumpre reproduzir mais uma vez análise de Martine, sobre o crédito rural:

"A proporção dos estabelecimentos agrícolas que têm acesso ao crédito vem crescendo de forma significativa em todos os estratos de tamanho (...) Entretanto, a participação no valor total dos financiamentos concedidos favorece sobretudo as médias e grandes propriedades. Assim, por exemplo, os estabelecimentos de 100 a 1.000 has., que incluíam apenas 9,5% dos estabelecimentos em 1980, receberam 42,5% do valor total dos estabelecimentos concedidos; enquanto isso, os de 1.000 a 10.000 has., com 0,9% dos estabelecimentos receberam 20,3% do valor total."²⁹

(25) Ibid.

(26) Ibid., pág. 28.

Os dados analisados permitem ainda constatar que apenas 10% dos estabelecimentos entre 0 a 10 has. de tamanho obtiveram financiamento em 1980. Já entre as propriedades de 10 a 99 e de 100 a 1000 has. 32% e 35% delas, respectivamente, tiveram acesso a ele. Segundo o mesmo autor isto ocorre devido à própria lógica do empréstimo bancário - que exige a titulação da terra e uma série de trâmites burocráticos e tem uma preferência inerente pelas operações de maior vulto porque implicam menor custo administrativo. **Assim os valores destinados ao financiamento da agricultura, que foram fortemente subsidiados principalmente na década de 70, terminaram por ser altamente concentrados no sudeste e no sul e, nestas regiões, nas culturas de cana, soja, café e trigo.** ³⁰

Ao concentrar tecnologia e capital e acesso ao crédito, ao selecionar culturas específicas e ir vinculando cada vez mais à agricultura a indústria, esse processo modernizador provocaria conseqüências inevitáveis também na estrutura de posse e uso da terra do país.

TABELA V.1 - DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS ESTRATO DE ÁREA

Estratos de Área			Estabelecimentos						
			1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
0	-	10 ha.		34,4	34,4	44,8	51,3	52,1	50,4
10	-	20 ha.	71,6	16,6	16,7	16,4	15,6	14,7	14,9
20	-	50 ha.		23,9	23,6	20,2	16,7	16,3	16,5
50	-	100 ha.		10,7	10,6	8,2	6,9	7,1	7,6
100	-	1000 ha.	24,4	12,8	13,0	9,4	8,4	8,9	9,5
1000	ha. e +		4,1	1,5	1,6	1,0	0,7	0,9	0,9
Total (*) (N=100%)			648	1.905	2.065	3.338	4.924	4.993	5.168
(*) Inclui sem declaração									

FONTE: IBGE, Censos Agropecuários.

(27) Ibid., pág. 24.

TABELA V.2 - DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA TOTAL POR ESTRATO DE ÁREA

Estratos de Área		1920	1940	Área 1950	1960	1970	1975	1980
0	- 10 ha.		1,5	1,3	2,4	3,1	2,8	2,4
10	- 20 ha.	9,0	2,3	2,1	3,1	3,6	3,2	2,9
20	- 50 ha.		7,2	6,6	8,3	8,6	7,8	7,1
50	- 100 ha.		7,2	6,6	7,6	8,1	7,6	7,4
100	- 1000 ha.	27,6	33,5	32,5	34,4	37,0	35,8	34,3
1000	ha. e +	64,3	48,3	50,9	44,1	39,5	42,8	45,8
TOTAL (*) (N=100%)		175.105	197.105	232.211	249.862	294.145	323.896	369.588

(*) Inclui sem declaração.

Como demonstra a tabela acima, de 1920 a 1970 vinha acontecendo uma lenta tendência de diminuição do tamanho das propriedades agrícolas. Cresce o número de estabelecimentos entre 0 e 10 has. e cresce também a participação da área por eles ocupada. Também entre 1920 e 1970 diminui o número de estabelecimentos e a área ocupada das faixas superiores de tamanho: aqueles entre 100 e 1000 has. e com mais de 1000 has. O ano de 1970, quando o processo de modernização já está em curso, marca uma reversão nesta tendência. Em 1975 crescerá ainda o número de minifúndios (0 a 10 has.), mas diminuirá sua participação na área total e, em 1980, os dois valores deste estrato diminuirão, o número de estabelecimentos e a área ocupada. As propriedades maiores, por seu lado, não crescerão significativamente em número, mas irão recuperando sua participação em área, perdida nos anos anteriores a 1970.

Sabemos que a questão dos movimentos ocorridos na estrutura fundiária do país e, em particular, no Estado de São Paulo, é bem mais complexa do que as análises anteriores são capazes de demonstrar. Questões como as expansões e retrações das fronteiras agrícolas, a manutenção de terras improdutivas como reserva de valor, a expulsão de posseiros e arrendatários, inter-relacionam-se, contra-indicando conclusões apressadas. Mas, nosso objetivo resume-se em apontar, dentro dos limites deste trabalho, que pelo menos três forças oriundas do processo modernizador que atingiu a agricultura entre 1960 e 1980 atuaram no sentido da concentração da posse da terra: a **própria tecnificação do processo produtivo, porque torna a agricultura mais dependente de capital dinheiro para ser realizada; a necessidade de escala para a aquisição, ou mesmo propiciar a operação de determinadas máquinas e equipamentos, o que também em última análise quer dizer disponibilidade de capital; e o processo acelerado de valorização do preço da terra, que iria expulsar os pequenos proprietários e arrendatários para as franjas, ou para muito longe, dependendo do caso, dos estados em que essa modernização se manifestou de forma mais intensa.**

Implicações da Modernização para o Trabalho Agrícola

Como vimos no tópico anterior, o processo de modernização das lavouras acontece por três vias: quimificação, mecanização e aumento da escala de produção. Todas elas provocam e ao mesmo tempo são resultado de um estreitamento dos vínculos da agricultura com a indústria a jusante e a montante da produção agrícola. O trabalhador agrícola volante será, antes de tudo, uma das conseqüências sociais mais marcantes desse processo.

De um certo ponto de vista essa Relação de Trabalho pode ser definida como mais uma imposição da indústria à agricultura. O modo de produzir industrial instala-se na agricultura junto com a máquina e com o produto químico, desfigurando as práticas exclusivamente agrícolas para torná-las mais próximas do padrão industrial. Entretanto não se trata de uma simples justaposição, de uma troca pura e simples de posições, de práticas e procedimentos. Como todo produto da evolução social do homem, será um movimento contraditório, desigual e pleno de ambigüidades. Algumas delas procuraremos analisar neste tópico.

A compreensão do trabalho volante na agricultura já passou por diversas formulações, a maioria delas pouco conflitantes entre si. Os estudos pioneiros devem-se a Pombo e Brunelli (1966) , sobre a região canavieira de Piracicaba e Vassimon, S. (1969) e Santos, H.J. (1972) abordando as proximidades da cidade de Votuporanga. Além de detectar as características específicas de manifestação desta forma de trabalho nas regiões de estudo estes pesquisadores procuravam cunhar a categoria em termos conceituais.

O tema veio porém ganhar maior relevância na década de 70, justificado pela preocupação da sociedade com o *"crescente e rápido aumento de tal categoria profissional - uma categoria sui-generis"*, como classificaria o promotor público de Botucatu em 1977 ou uma "massa de párias que passava a habitar a periferia das cidades do interior de São Paulo", como publicaria uma revista semanal de São Paulo em 1973. Assim, entidades associativas ligadas à agricultura, intelectuais, a universidade, a igreja deram-se conta de que o povo que movimentava a agricultura, que como vimos há muito existia nas fazendas com o colonato, havia mudado de endereço, estava agora nas cidades.³¹

Como reflexo desse impacto foram realizados, de 1975 a 1980, uma série de encontros anuais especificamente voltados para a discussão do problema da mão-de-obra volante. Inicialmente patrocinados pela ABRA - Associação Brasileira de Reforma Agrária, e contando com a presença de políticos, sindicalistas, intelectuais e representantes dos órgãos públicos municipais e estaduais, esses encontros produziram mais de noventa estudos específicos sobre inúmeros aspectos relacionados com a produção agrícola e o trabalho nela empregado. É interessante observar que, quando nos aproximamos da década de 80, nas últimas reuniões portanto, a temática do trabalhador volante já não é mais exclusiva, dando lugar a aspectos relacionados com a posse da terra, áreas de fronteira e estrutura fundiária, que sem dúvida guardam relação com o tema básico, porém de forma indireta. Aparentemente a sociedade e os intelectuais vão se acostumando a conviver com o trabalhador agrícola volante.

(31) Anais da III Reunião Anual sobre Mão-de-obra Volante na Agricultura - participação de Gilberto Passos de Freitas (Botucatu: UNESP, 1977), pág. 337.

Dentre os inúmeros artigos, livros e monografias produzidos entre 1975 e 80 sobre esta mão-de-obra na agricultura três sobressaem-se como marcos teóricos definitivos. O primeiro refere-se a pesquisa realizada por Conceição D'Incao, publicada em 1975. Nela, baseando-se em pressupostos da Teoria da Acumulação em Marx e Rosa de Luxemburgo, e utilizando-se do instrumental da investigação empírica, a autora focaliza o universo da Alta Sorocabana, obtendo resultados de alto poder de generalização. O trabalhador volante é visto como "uma manifestação histórica da contradição básica do Sistema Capitalista de Produção na Agricultura, que se caracteriza pela forte concentração fundiária, pela substituição da remuneração "in-natura" pela monetária, acompanhadas por uma não absorção de excedente de força de trabalho por outros setores produtivos". Estes fatores, conjugados, seriam responsáveis pelo surgimento deste tipo específico de exploração da mão-de-obra onde: *"Substituindo ora a máquina, ora o trabalhador assalariado, disfarçado ou não na figura do arrendatário e do parceiro, o "bóia-fria" aparece sempre como solução menos onerosa para o empresário rural e, conseqüentemente, como uma variável bastante representativa no processo de acumulação do capital."*³²

A segunda referência teórica de especial relevância é o clássico trabalho de Otávio Ianni sobre Sertãozinho de 1975. Ianni vê, nessa localidade e nessa época, o trabalhador volante como uma "classe operária invadindo o campo". Ele resultaria de um movimento de mecanização da produção agrícola canavieira, que intensifica a exploração do trabalho pelo lado do incremento técnico e do uso mais intenso da mão-de-obra.

"Em Sertãozinho, da mesma maneira que em outras áreas do Estado de São Paulo, tem crescido o coeficiente de capital investido em máquinas e equipamentos; ao mesmo tempo que se reduz relativamente a esse o capital destinado à compra de força de trabalho. Nas usinas e nos canaviais o processo produtivo tem provocado a expulsão dos trabalhadores, bem como a redefinição das condições de trabalho dos trabalhadores que continuam a ser necessários."³³

Ianni considerará ainda este trabalhador como um *"produto combinado de vários movimentos do capital agroindustrial"*, entre eles o autor destaca os dois movimentos principais:

(32) Maria da Conceição D'Incao, *O Bóia Fria, Acumulação e Miséria* (São Paulo: Vozes, 1979), pág. 124.

(33) Otávio Ianni, *A Classe Operária Vai ao Campo*, Cadernos CEBRAP nº 24 (1976), pág. 33.

"Em primeiro lugar tem havido uma crescente mecanização dos processos de trabalho nas usinas e nos canaviais. O preparo de terras para plantio, adubação, o plantio, o trato dos canaviais, a aplicação de defensivos, são várias as atividades que têm incorporado processos mecânicos. Tudo isso reduz e redefine os usos da força de trabalho nos canaviais (...) Muda a composição técnica e orgânica do capital, crescendo bastante o capital constante, ou imobilizado em terras, máquinas, equipamentos, instalações etc... E decresce o montante do capital investido na compra de força de trabalho." ³⁴

Mas será em 1980 que José Graziano da Silva analisará com clareza, riqueza de detalhes e notável refinamento teórico a questão das vinculações entre o "Progresso Técnico e as Relações de Trabalho na Agricultura". Sem dúvida trata-se da obra mais importante e completa para se entender a dinâmica da chamada agricultura moderna no país e seus reflexos para com o uso do trabalho. Ela se destaca por vários motivos, mas principalmente porque não procura ver no avanço da agricultura e no surgimento do novo trabalhador agrícola uma simples reprodução das etapas de desenvolvimento que acontecem na indústria. Conferindo, portanto, especificidade e importância à agricultura enquanto tal e a maneira como ela se insere no modelo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Esse modelo de desenvolvimento compreende vários aspectos que terminam por produzir o trabalhador temporário. Do ponto de vista do movimento econômico mais geral as razões para a disseminação desta forma de trabalho devem ser buscadas numa industrialização tardia, que já se implanta com uma tecnologia poupadora o que já era percebido por Conceição D'Incao. Dessa forma, **quando a modernização agrícola acontece, a liberação de braços daí derivada não é acompanhada de uma absorção correspondente pela indústria, formando um exército de reserva maior do que o que foi característico nos modelos clássicos da história da industrialização.** Este exército de subempregados e desempregados seria ainda mais ampliado pelo próprio desenvolvimento da agricultura, que também acontece aos saltos, se aproveitando das tecnologias igualmente poupadoras de mão-de-obra já produzidas nos países ditos modernos.

(31) Ibid, pp. 44 e 45.

(32) Ibid, 1981, op.cit, pág. 119.

Portanto, ainda que, como veremos adiante, seja preciso buscar as origens do trabalhador volante nas especificidades da agricultura e de sua expansão mais recente no país, deve-se deixar claro de início que seu surgimento somente pode ser corretamente compreendido quando contextualizado neste quadro mais amplo de referências, definido pela própria formação da economia industrial do país. Somente ele permite entender a criação de um mercado de trabalho integrado, onde o rural e o urbano, o agrícola e o industrial se fundem. E, neste mercado, uma predominância estrutural dos compradores em relação aos vendedores de força de trabalho. Este contingente permanente de trabalhadores excedentes permite que se lance mão do mercado a qualquer momento, inibe a criação de vínculos mais estáveis de emprego e, ao mesmo tempo, funciona como um fator de restrição ao aperfeiçoamento tecnológico, na medida que está sempre a oferecer trabalho que poderia ser realizado por máquinas a um baixo custo e sem nenhum investimento.

Esse é, inclusive, um dos motivos pelos quais a modernização na agricultura não revoluciona totalmente suas formas de trabalho. No decorrer deste tópico trataremos de outros, mas a **existência de mão-de-obra farta e disponível coloca sempre o empresário diante da opção mais fácil e rentável de utilizá-la, ao invés de reorganizar as práticas produtivas** que ele tradicionalmente acostumou a utilizar. É por isto que o desenvolvimento das forças capitalistas na agricultura, como quer Graziano, é frágil e insuficiente, tão instável como o próprio trabalho temporário por ele criado.

"(...) Daí ser mais correto afirmar que, além do assalariado temporário ser um produto do desenvolvimento das forças capitalistas na agricultura (enquanto embrião da formação do proletariado rural) ele é, ao mesmo tempo, resultado da insuficiência e da fraqueza desse desenvolvimento: da insuficiência do capital em submeter as forças da natureza, do ponto de vista técnico; da fraqueza de generalizar essa subordinação, não apenas do ponto de vista formal, mas sobretudo de uma maneira real e ampla, revolucionando a produção agrícola em todas as suas fases." ³⁵

(33) Ibid, pp. 28 e 29.

Como dissemos, Graziano busca entender as razões da mão-de-obra volante numa maneira específica da indústria produzir inovações agrícolas e numa forma também específica da agricultura absorvê-las. Ele insiste em que o progresso técnico funciona como viabilizador da "capitalização" da agricultura, **como forma de subordinar não só a agricultura, mas, através dela, a natureza ao capital.**

O processo modernizador constitui-se assim sempre num processo de libertação da produção agrícola das regras naturais que a aprisionam. O que de resto, vale dizer, também acontece com a evolução da indústria, onde a força hidráulica libera a produção fabril da força humana; a máquina a vapor liberta a fábrica da força da correnteza dos rios; e o motor a combustão liberta a carruagem da tração animal. **Entretanto, buscar o controle das forças da natureza num mundo totalmente artificial como o da indústria nada tem a ver com a mesma empreitada na agricultura.** É aqui que se faz necessário reconhecer esta característica intrínseca e talvez, como quer Marx, "irremovível" da agricultura. Sobre as limitações e diferenças do progresso técnico na agricultura e na indústria Graziano afirmará:

"Diferentemente do que ocorre na maioria dos ramos industriais, dificilmente se consegue isolar por completo a ação das forças da Natureza na agricultura, limitando-se o capital a discipliná-las ou simplesmente a ajustá-las de acordo com seus interesses. É verdade que, em alguns ramos da atividade agropecuária (...) chega-se mesmo a prescindir do próprio solo,(..) Todavia, essas são exceções que apenas confirmam uma regra geral: as forças da Natureza, até nossos dias afetam profundamente o desempenho da produção agrícola, mesmo nos países capitalistas mais desenvolvidos." ³⁶

O autor salienta ainda que os fatores de ordem natural que explicam o *"relativo atraso do desenvolvimento das forças produtivas na agricultura"* somente ganham sentido quando referenciados social e historicamente. Ou seja, esta "naturalidade" mais rebelde da agricultura estaria determinada não tanto por características de resistência a ela intrínsecas, mas por forças sociais gestadas na sociedade em que ela está incluída. Para comprovar esta hipótese ele retoma Marx afirmando: *"O próprio Marx deixou sempre muito claro que o modo capitalista de produção só se apodera no início das terras que no conjunto possam proporcionar renda diferencial, em virtude de sua fertilidade e/ou localização específica"*; procura com isso demonstrar que não há "interesse" do capital se apropriar, ou submeter, a produção agrícola diretamente em alguns casos, deixando-a à margem do progresso, sendo este um dos fatores de atraso derivado das relações sociais abrangentes.³⁷

Compartilhamos da posição de Graziano, segundo a qual forças sociais e forças naturais agem de forma interdependente ao provocar avanços ou manter atrasos na agricultura, mas talvez não seja correto privilegiar uma delas. Quando o capital elege de forma seletiva a terra da qual irá se apropriar ele o faz porque a agricultura tem a particularidade de ser fortemente dependente das diferentes fertilidades do solo. O capital, ou a tecnologia por ele desenvolvida, se curvam frente a esta realidade "natural". Na verdade, o que é o diferencial de fertilidade senão uma influência definitiva da natureza sobre a capacidade produtiva do solo, meio fundamental para a realização da agricultura? Pode-se potencializar a fertilidade natural do solo. É possível criar artificialmente mais terra, através do uso de adubos fertilizantes, biotecnologia, ou mesmo métodos de plantio que prescindam dela, mas apesar disto, devemos admitir que, independentemente das relações sociais que se estabeleçam, a capacidade de controle do homem sobre todas as condições naturais que interferem na prática agrícola será sempre, infinitas vezes menor, do que aquela que é possível na indústria. Reino por excelência do mundo artificial.

(34) Ibid, pp. 33 e 34.

Outra barreira ao desenvolvimento do capital e do progresso técnico na agricultura argumentada com precisão por Graziano, é a diferença entre tempo de trabalho e tempo de produção, que seria maior na agricultura do que na indústria. Novamente teríamos na agricultura um setor "menos interessante" ao capital porque nela, em função desta diferença, o tempo de valorização do capital seria maior. Há portanto de um lado uma "força social" agindo no sentido dos capitais não migrarem para a agricultura, porque lá o tempo de rotação do capital é maior e, de outro, uma "força natural" que, previamente, estabelece a "amplitude" deste tempo de produção.

A questão das diferenças entre tempo de trabalho e tempo de produção na agricultura torna-se de fundamental importância para se entender as relações sociais que nela se constituem. Ela está estreitamente ligada à forma como as inovações mecânicas, físico-químicas e biológicas impactam o processo produtivo agrícola, provocando ou acentuando as desigualdades de demanda de trabalho humano entre as diferentes etapas do ciclo produtivo das culturas. Assim, quanto mais tecnificado o processo produtivo maior sazonalidade de demanda e portanto maior propensão ao uso de uma mão-de-obra instável, o que fundamenta a generalização do trabalho volante na agricultura moderna. Quanto a estes aspectos ressalta Graziano:

"Em resumo, a mecanização da agricultura, ao contrário do que ocorre na indústria, não modifica necessariamente o tempo de produção de uma dada mercadoria; e como reduz o tempo de trabalho, **acaba por aumentar o tempo de não-trabalho.**

(...) O mesmo ocorre com a utilização de defensivos químicos, isto é, com os pesticidas, os inseticidas e os herbicidas. Estes não apenas reduzem o tempo de trabalho, mas também aumentam a sua produtividade (...) pela redução das "perdas naturais" do processo produtivo (...). ³⁸ *(grifo nosso)*

(35) Ibid, pág. 33.

Esta é, sem dúvida, a regra geral da agricultura. A ação da técnica é poupadora de braços no geral e, mais intensamente em algumas etapas do processo, acentuando o não-trabalho, a sazonalidade, que já é uma característica da agricultura em si. No colonato cafeeiro o tempo de não-trabalho era dedicado à culturas de subsistência, rebaixando o custo da força de trabalho; nas Relações de Trabalho da agricultura moderna ele recairá sobre o trabalhador, transformado em desemprego sazonal.

Os reflexos da modernização agrícola nas Relações de Trabalho se submetem a outras regras no caso da agroindústria canavieira em função da interação entre processo agrícola e processo industrial, veremos isto mais adiante. Vale a pena analisarmos com mais detalhe agora, o papel da máquina no processo produtivo para a agricultura tomada isoladamente.

Para examinarmos essa questão vamos nos referir mais detidamente ao processo de mecanização. O mesmo raciocínio é válido também para o uso de produtos químicos no trabalho agrícola, mas a mecanização oferece melhores condições de exemplificação porque sua ação é mais comparável com a indústria.

É sabido que no desenvolvimento clássico da indústria a máquina vai ganhando um papel muito mais amplo do que a simples aceleração da produtividade física do trabalho. O Sistema de Máquinas conjuga inúmeras possibilidades coerentes com as necessidades de reprodução ampliada do capital. Ele inaugura a subsunção real do trabalho ao capital, tema por demais extenso para ser tratado aqui, mas que se configura no momento em que o capital cria, implanta, organiza e comanda diretamente a organização e o processo de trabalho que lhes são mais adequados. Será na configuração deste processo de trabalho que estarão expressos todos os papéis conferidos à máquina na produção capitalista.

Estes papéis serão amplos e diversificados. A máquina irá integrar vários trabalhos em um só; irá exercer a função de vigilância e controle do trabalho; de determinadora dos ritmos e dos tempos em que a tarefa será executada e, por último, mas não menos importante, irá assegurar que o tempo de trabalho seja idêntico ao tempo de produção. Em síntese, a máquina passará a predominar sobre o trabalho humano tornando-o coletivo, sincrônico e, principalmente, expropriado de qualquer subjetividade.

Na linha de produção todo o esforço de planejamento do trabalho e de engenharia de máquinas e processos irá centrar-se na eliminação das "porosidades": os momentos de não-trabalho que persistem no processo produtivo. Quando há uma necessidade de repouso da matéria-prima em processamento, em função de uma ação biológica ou química natural a ser respeitada, ou devido a uma descontinuidade qualquer intrínseca ao processo produtivo, o planejamento trata de minimizá-la, realocando a mão-de-obra empregada daquela para outra tarefa. A pesquisa vai dedicar-se também a buscar alternativas para o aceleração destes estágios improdutivos, o que pode ser obtido através da utilização de enzimas, aditivos, aparelhos de secagem rápida, etc. **Entretanto estes momentos de não trabalho são sempre encarados como exceções à regra, que é de um processo produtivo industrial mecanizado, contínuo e que, por estes motivos, pode ter suas atividades rigorosamente prescritas.**

É esta predominância do Sistema de Máquinas sobre o trabalho do homem, ditando os ritmos e os padrões com que este deve acontecer que, em última instância, viabiliza as Relações de Trabalho que podemos chamar de "tipicamente capitalistas", cuja característica mais essencial é o trabalho assalariado. Ao compatibilizar o tempo de trabalho com o tempo de produção, ao condicionar o ritmo e o padrão da ação do homem à máquina, torna-se possível remunerar o homem pelo tempo, desvinculando totalmente o salário do produto final do trabalho. **Somente com a presença do Sistema de Máquinas é possível ao capitalista comprar do trabalhador seu tempo, a máquina se encarregará de transformar este tempo em tempo produtivo.** Caberá aos administradores apenas cuidar para que tudo aconteça conforme o previsto ou, dito de outra forma, a função do administrador será a de absorver as eventualidades e as irregularidades do processo, uma vez que, para a fábrica, o processo natural é o processo mecanizado.

A mecanização da agricultura assume caminhos completamente diferentes daqueles que descrevemos acima para a indústria urbana. A natureza recebe a máquina como um ser estranho que a ela deve se amoldar. Isto modifica tanto os resultados produzidos pela introdução da mecanização, como o papel que a máquina irá exercer no processo produtivo provocando, evidentemente, uma inserção também diferente do trabalho humano neste processo.

Vejamos em primeiro lugar o impacto da máquina na agricultura quanto aos **seus resultados**, depois quanto **ao seu papel** para o processo de trabalho.

Quando aplicada intensivamente na agricultura a mecanização não traz, necessariamente, uma maior regularidade para o processo de trabalho podendo, ao contrário, implicar irregularidades. Ela pode incidir, como na maioria das vezes incide, sobre uma das fases do ciclo produtivo e não em outras. Pode acelerar o ritmo de uma atividade mantendo, ou mesmo prejudicando, o de outras. Tome-se como exemplo uma inovação na mecânica de plantio de um determinado produto, uma máquina que viabilize um novo espaçamento que seria impossível com o trabalho manual. Ela estará economizando braços para aquela atividade específica e, além disso, aumentará a demanda de trabalho para outras etapas do ciclo produtivo, como a colheita, que certamente será maior e mais adensada em função do novo equipamento.

É exatamente isso que acontece com o uso intensivo de defensivos, herbicidas e mesmo adubação. Ele elimina trabalho numa fase do ciclo produtivo que já não é altamente demandante de mão-de-obra, torna-se desnecessário carpir ou abrir covas para plantar. Mas, ao cumprir com mais eficiência a tarefa de eliminar pragas, evitar doenças e a competição com o mato, gerando maior produtividade agrícola, se provocará também maior necessidade de trabalho humano na colheita, atividade já em si mais demandadora de trabalho e, reconhecidamente, menos suscetível à mecanização. É forçoso, portanto, admitir que a **modernização mecânica e química da agricultura não resulta em uma linearização e regularidade do processo produtivo** como na indústria, não se trata de uma máquina, ou várias máquinas integradas, mas de um conjunto razoavelmente disperso e independente de tarefas onde atuam diferentes equipamentos. Tais tarefas são ainda comandadas mais pelos ciclos vegetativos das plantas e pela sucessão das estações do ano, do que pela ação "organizadora" da mecânica.

Em segundo lugar, quanto ao papel da máquina, também podemos constatar diferenças fundamentais comparando sua introdução na indústria e na agricultura. A mecanização agrícola não cumprirá **o papel de estruturar o trabalho coletivo**, ao contrário pode, desarticular a coletividade já existente. O trator é por sua natureza um instrumento mecanizado de trabalho individual, quando muito agrega duas ou três pessoas nas operações de apoio, ou para lidar com os implementos a ele conectados. Quando introduzido no processo produtivo ele substitui o trabalho em turma, que significava a coletividade nas atividades rurais. Assim, o caráter social do trabalho - no sentido de atividade realizada socialmente - se perde e não se intensifica, como no caso da mecanização industrial.

Também é possível sustentar que na agricultura a máquina não pode cumprir tão bem o papel de controladora do ritmo de trabalho. Ela sem dúvida oferece - torna disponível - um ritmo de trabalho mais veloz, mas não é tão eficaz em impor este ritmo ao trabalho humano nela alocado. Basta verificar que o trator é dirigido, não dirige a produção, ele não se conecta num conjunto de atividades diversas dando a elas ritmo sincrônico e padronizado, orquestrando o processo produtivo como acontece na produção industrial, ao contrário atua isoladamente e pode, muitas vezes, vir até a se submeter ao ritmo de outras atividades exercidas manualmente. Enfim, o que queremos dizer é que a máquina, embora seja introduzida na agricultura com objetivos semelhantes ao que acontece na indústria, surtirá resultados e cumprirá papéis bastante diversos. Isto porque ela, bem como as inovações físico-químicas e biológicas, **não consegue prevalecer totalmente sobre o trabalho da natureza e sobre o trabalho humano, terminando por manter com eles uma relação de interação e adaptação.**

Como bem observa Graziano no *"Modo de Produção das cidades: a indústria, há uma ruptura que faz coincidir o tempo de trabalho com o tempo de produção"*. Esta ruptura é fundamental para que aconteça uma liberação do trabalho de suas "naturalidades", seja aquela imposta pela natureza em si, seja aquela imposta pela natureza do homem. Nas palavras de Graziano:

" A separação cidade/campo representou apenas a forma aparente do desmembramento dessas atividades acessórias da agricultura. Foi essa separação que permitiu ao capital, através da cooperação, da divisão do trabalho e, finalmente da maquinaria, romper as determinações naturais (tanto do ponto de vista do homem como das forças da natureza) que condicionavam o processo de trabalho. Esse rompimento tornou possível ao progresso técnico fazer coincidir, na indústria, o tempo de produção com o tempo de trabalho, de modo que ao reduzir um deles, automaticamente, se diminui também o outro. Assim, por exemplo, o período de produção pode ser decomposto em várias tarefas independentes, o que tornou viável executá-las simultaneamente. E não apenas tarefas independentes entre si, mas, antes de tudo, *tarefas independentes das limitações impostas pelas condições dadas pela Natureza e da habilidade humana para serem executadas.*" ³⁹

(36) Ibid, pp.48 e 49.

É esta liberação que acontece sempre parcialmente na agricultura obrigando-a a usar formas de trabalho "aparentemente" atrasadas como a mão-de-obra temporária. Aparentemente, porque elas não são efetivamente atrasadas, **são agrícolas**. Somente podem ser consideradas atrasadas quando referenciadas a um padrão dado por um mundo que não lhes é compatível: o mundo da indústria.

Não estamos com isso querendo dizer que a agricultura pode, em seu processo de modernização, preservar uma espécie de independência frente à indústria. Reafirmamos que, a agricultura, ao se modernizar, está se industrializando. Ou seja, passa a ocupar uma posição passiva, subordinada, e portanto a forma de trabalho daí derivada será também passiva e subordinada. **Mas, insistimos, até porque será uma forma de trabalho passiva ela nunca poderá ser idêntica à utilizada pela indústria.** Isto porque, como não poderia deixar de ser, as mudanças acontecem de forma a preservar as características mais fundamentais da produção agrícola. O fato de a agricultura perder a sua autonomia, de perder a capacidade de "se autodeterminar", não quer dizer, enfim, que ela deixe de existir enquanto tal.

Talvez as descobertas futuras, principalmente da biotecnologia, venham a desmentir esta afirmativa, mas, dentro do que o desenvolvimento tecnológico alcançado até aqui permite prever em termos de seus desdobramentos, podemos dizer que: enquanto houver terra, ciclos vegetativos e interferência climática na produção agrícola, ou seja, enquanto houver fatores naturais não plenamente controlados, haverá certamente um tipo de produção que, por suas características intrínsecas, poderá ser chamada de agrícola e suas formas de trabalho correspondentes. Talvez seja desnecessário repetir o exemplo, mas as economias mais industrializadas do mundo, com agriculturas altamente mecanizadas, fazem uso de trabalhadores intermitentes em algumas de suas produções agrícolas; é o caso dos colhedores de frutas "giornaleiros" na Sicília, ou dos mexicanos que migram para o sul dos Estados Unidos na época da colheita de laranja, entre muitos outros exemplos que poderiam ser citados.

Por tudo isso acreditamos que apenas entendendo as especificidades da modernização agrícola, e dentre elas os aspectos que procuramos analisar acima, pode-se compreender as formas de trabalho adotadas pela agricultura durante seu processo de desenvolvimento. No colonato o tempo de não-trabalho era funcionalmente utilizado para reduzir o custo de reprodução da força de trabalho, uma vez que era dedicado ao plantio de produtos de subsistência pelo colono. Na agricultura moderna, que não comporta mais o trabalhador confinado, que pressupõe um mercado de produtos agrícolas razoavelmente desenvolvido ao qual o trabalhador tem que recorrer para sua subsistência. Que pressupõe a existência de um mercado de trabalho integrado onde trabalhador agrícola e industrial se encontram integrando o mesmo Exército Industrial de Reserva. Que pressupõe ainda o uso intensivo de insumos poupadores de mão-de-obra em determinados ciclos do processo produtivo acentuando a sazonalidade de demanda de trabalho. Nesta agricultura modernizada e excludente, quem arca com os custos deste tempo de não-trabalho acaba sendo o próprio trabalhador, transformado em volante.

V. 3 - CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS DO TRABALHO VOLANTE

Originadas do processo analisado no tópico anterior as características mais essenciais do trabalho volante empregado na agricultura paulista já foram descritas por inúmeros autores com grande riqueza de detalhes. A título de referência para as considerações futuras deste estudo, ressaltamos aqui apenas seus componentes básicos: o vínculo empregatício, a intermediação, o trabalho em turma, o sistema de pagamento.⁴⁰

O Vínculo Precário de Emprego

O trabalho volante pressupõe a instabilidade e a incerteza. Para o trabalhador isto significa precariedade de emprego, para o empregador imprevisibilidade quanto à mão-de-obra disponível no mercado em um momento futuro. Em contrapartida, ao trabalhador é dada a liberdade da escolha do emprego de melhor remuneração nos momentos de pico de safra, ao empregador é facultado desempregar, sem maiores ônus, quando não mais houver demanda de trabalho. Uma relação pautada pela incerteza.

Quando termina a tarefa, termina o contrato, seja ele verbal ou escrito, oficializado ou não na carteira de trabalho. Portanto, a característica mais forte desta relação, que determinará as demais, é que ela está toda estruturada para que haja uma absoluta ausência de compromissos entre as partes. Está moldada para que entre empregador e empregado se crie um vínculo frágil, circunstancial e distante.

(40) O conceito de mão-de-obra volante abrange um sem-número de formas de trabalho que passaram a predominar na agricultura a partir da década de 60. Nele podemos incluir o colhedor de cana para indústria, analisado neste estudo, mas podemos incluir também o trabalhador do tomate do Vale do Paraíba, que vive com sua família em barracas de lona plástica migrando pelas terras de pequenos proprietários tomateiros com os quais assume integralmente os riscos da produção, que não são poucos. Pode-se incluir ainda os serradores de pinho de Itapeva, contratados na derrubada de árvores em áreas de reflorestamento, ou ainda os peões de trecho das regiões de fronteira agrícola que trabalham no desmatamento e destoca para a implantação de empreendimentos agrícolas.

Seria desnecessário demonstrar aqui que quem mais perde com a precariedade é o trabalhador. Isto é recorrente na bibliografia desde a mais clássica até monografias mais recentes, todos puderam constatar com sucesso como esta modalidade de emprego é capaz de provocar, com particular eficiência a "Acumulação e a Miséria". Trata-se portanto de uma relação entre desiguais, e isto damos por pressuposto já devidamente comprovado e sabido, ao que não voltaremos. ⁴¹

O que não consideramos suficientemente estudado são as implicações da precariedade do contrato para com o outro agente da relação: o empregador, seja ele o pequeno produtor de tomates de Apiaí, o reflorestador de Itapeva ou o grande usineiro capitalista de Ribeirão Preto. Todos eles ao assumirem a mão-de-obra volante assumem também as regras da precariedade do trabalho. Algo que, como veremos, não é exatamente compatível com um empreendimento tipicamente empresarial, ou se quisermos, tipicamente capitalista.

Ao assumir a precariedade do trabalho o empregador abre mão de grande parte dos mecanismos de controle que a organização de caráter empresarial deve exercer sobre o trabalho e o trabalhador. Deixa-o ao sabor do mercado, submetido a ingerências de terceiros, e com razoável grau de liberdade de decisão sobre seu futuro. É claro que esse risco é calculado, e o maior dos mecanismos disciplinadores e de pressão termina sendo o próprio mercado, geralmente abarrotado de oferta a limitar o poder de autodeterminação dos trabalhadores. Aliás, como já vimos, só é possível existir mão-de-obra volante numa situação de capitalismo tardio, onde predomina o atraso e a modernização acontece de forma localizada e pontual com um tipo determinado de tecnologia. Estes fatores garantem a reprodução da pobreza e de um imenso exército industrial de reserva. Celeiros de mão-de-obra que construíram Brasília, Itaipus, Transamazônicas e que também ajudaram a viabilizar Fábricas de Alcool.

(41) Vide Maria da Conceição D'Incao, op. cit., ou para análises mais recentes com esse mesmo objetivo: Vílma Barban, *O Trabalhador Rural da Agroindústria Canavieira Empresarial do Estado de São Paulo* (São Paulo: FFLCH/USP, 1989).

Mas, o que importa aqui assinalar é que, em momentos de surto modernizante e expansionista não acompanhados de um correspondente afluxo ou excesso estrutural de mão-de-obra, nestes momentos a empresa é levada a repensar as formas como lida com aquilo que passa a ser para ela um problema: o trabalhador e a Relação de Trabalho. Isto, como tentaremos demonstrar no decorrer deste capítulo, foi o que aconteceu com o advento do Proálcool, a Relação de Trabalho era o volante ou temporário, herdada da agricultura em geral e da agroindústria anterior ao Proálcool, e o problema a precariedade do vínculo empregatício.

A Presença de Intermediários na Relação Empregado e Empregador

Para concretizar a distância entre as partes e, ao mesmo tempo, viabilizar a relação que entre elas se estabelece é preciso uma figura intermediária. Meio patrão, meio trabalhador, um pouco de feitor, um pouco de padrinho e protetor, o empreiteiro assume o papel de elo de ligação entre empregados e empregadores reais.⁴²

O gato, agenciador, turmeiro, ou simplesmente empreiteiro irá assumir os compromissos inevitáveis da administração do trabalho e do trabalhador. No trabalho volante tradicional ele é o verdadeiro gestor das Relações de Trabalho. Ele recruta, transporta, cuida da disciplina, fiscaliza o trabalho, realiza o pagamento, fornece pequenos e grandes benefícios e atendimentos dos mais diversos. Sua atuação extrapola o trabalho em si para avançar sobre a vida privada e comunitária do trabalhador, depende disto manter o seu poder de influência e a sua sobrevivência. Vem daí que ele é conselheiro nos problemas conjugais, arruma moradia, algumas vezes é proprietário das casas onde moram os trabalhadores e, muitas vezes, é o fiador do imóvel alugado.

(42) Eram comuns os relatos de empresários queixando-se da situação de escassez e de má qualidade da mão-de-obra entre 1980-85 na região de análise deste estudo. Depoimentos semelhantes já foram colhidos pela pesquisa da Secretaria de Planejamento do Estado de São Paulo em 1978 para as regiões de Ribeirão Preto e São José do Rio Preto e Marília: *'A questão da mão-de-obra aqui é o que há de pior. Os antigos colonos, que eram bons trabalhadores, foram morrendo; os jovens, que eram bons, foram trabalhar nas indústrias de São Paulo. Então, o que foi ficando, foi a nata do pior'*, Governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Economia e Planejamento do Governo do Estado. *'Trabalho Volante na Agricultura Paulista'*. *Série Estudos e Pesquisas*, nº. (1978), pág. 407.

Em determinadas regiões do interior paulista, na década de 70 e início de 80, chegaram a predominar firmas empreiteiras. Algumas eram relativamente grandes e empregavam centenas de turmas, mas, mesmo nelas, o núcleo básico de contato com o trabalhador era personalizado pelo empreiteiro tradicional. Morador antigo de um bairro periférico, proprietário ou locatário de um caminhão que leva e traz a turma para seu trabalho, confere o serviço diário e é procurado pelo trabalhador na busca de emprego, na necessidade de um "vale", ou durante a madrugada no parto da esposa. Como dizia um velho empreiteiro de Igarapu do Tietê em 1982: *"o caminhão serve para tudo, doutor: leva as compras da semana no sábado, carrega a mudança de quem precisa, desloca turmas inteiras de trabalhadores de municípios distantes e serve também de ambulância durante a noite na hora da emergência com o menino, o velho ou a mulher"*.

Poderíamos nos alongar bastante falando sobre essa figura que o trabalho volante criou na agricultura paulista, mas não é o caso, nos limites deste estudo. Queremos utilizá-la para mais uma vez enfatizar que trata-se de uma expressão humana, social e funcional do caráter contraditório desta Relação de Trabalho. Ele é o "gato ladrão" que rouba no pagamento e o padrinho a quem se recorre na hora da dificuldade, do ponto de vista do trabalhador. Na perspectiva da usina pode ser um obstáculo intransponível entre ela e o trabalhador. Um incitador de greves e movimentos reivindicatórios, com os quais visa auferir lucros para si próprio. Ou pode ser visto como um precioso ponto de apoio a ser preservado: *"nosso posto avançado e representante nas várias cidades da região, sem eles como poderíamos estar presentes em todas elas atendendo a nossa mão-de-obra em suas necessidades"*, conforme o depoimento de um usineiro da região de Ribeirão Preto colhido em 1982.

O Trabalho Organizado em Turmas

Como já vimos anteriormente o trabalho em turmas certamente não é uma novidade para a agricultura. A turma, seja ela constituída pela família ou por um agrupamento mais amplo, sempre foi utilizada, na agricultura como forma de assegurar ganhos de produtividade, ritmo e escala de supervisão. Através da ação coletiva, é possível interligar as tarefas, integrá-las e organizá-las em determinado espaço de trabalho. Trata-se de uma estratégia de produção bastante antiga e que aparece também adaptada ao colonato, conforme a descrição de Sallum Júnior sobre o processo de trabalho empregado na agricultura cafeeira.⁴³

(43) Vide Brasília Sallum Júnior, *Capitalismo e Cafeicultura no Oeste Paulista (1888-1930)*, (São Paulo, tese de doutoramento: FFLCH/USP, 1979) pp. 267-280.

O trabalho em equipe, coletivo mas com todos realizando a mesma tarefa, sem parcelamento, ressalta mais uma vez a fragilidade da base técnica do processo produtivo. Como aconteceu em outros tempos e ainda acontece na Agricultura ele viabiliza a produção capitalista porém aos moldes do que Marx chamava de cooperação simples. O que acontece pela ausência da máquina e da integração de atividades parceladas. ⁴⁴

A diferença no caso do trabalho volante fica por conta das diferentes funções e papéis que a turma irá desempenhar na organização do trabalho de corte e na produção agroindustrial em geral. Ela será uma unidade de trabalho, como nas situações anteriores, mas será também uma unidade de transporte, uma unidade de fiscalização e, para a agroindústria empresarial moderna, será também e principalmente uma unidade de planejamento da produção. Para uma turma de colheita corresponde um número "x" de caminhões de transporte, de carregadeiras, de tempo e volume de trabalho. O Plano de corte e de processamento industrial tem na turma e seus trabalhadores, que, como vimos, é administrada por um elemento externo, sua unidade básica de planejamento.

O trabalho em turma da mão-de-obra volante irá exercer outras influências mais sutis e menos pragmáticas nas Relações de Trabalho da agricultura. A turma expõe mais claramente ao trabalhador o caráter não só coletivo, mas também social mais explicitamente. Em outras palavras, a exploração transparece como social de forma mais explícita. Por ser uma instância na qual se confunde o local de trabalho com o local de moradia, por transportar uma parcela do bairro para o trabalho, a turma está sempre a demonstrar ao trabalhador que ele faz parte de uma categoria social em si. Todos trabalham da mesma forma e na mesma atividade, portanto moram e vivem juntos, nas mesmas condições e, juntos também, não conseguem se libertar das mesmas dificuldades. As pessoas se vêem como semelhantes ao incorporar a turma de trabalho.

(44) Conforme Marx, *Se pedreiros, por exemplo, formam uma fila para levar tijolos de pé, ao alto do andaime, cada um deles faz a mesma coisa, mais seus atos individuais constituem parte integrante de uma operação conjunta, fases especiais que cada tijolo tem que percorrer no processo de trabalho (...)* É que o trabalhador coletivo tem olhos e mãos em todas as direções e possui, dentro de certo limites, o dom da ambigüidade, K. Marx, op. cit., pág. 376.

É por isso que a turma e o bairro terão fundamental importância nas greves dos assalariados canavieiros. Os problemas do bairro: a água mais cara, a infraestrutura e a SABESP; se confundem com os problemas do trabalho: a mudança da sistemática de corte, criando condições sobrepostas para que emergisse, na época de Guariba, a consciência da exploração e sua contrapartida em termos de ação: a mobilização para o conflito. Na turma se discute os problemas do bairro. Nos muros que separam as casas dos conjuntos habitacionais se conversa sobre as dificuldades do trabalho. Mudam apenas os cenários, permanecem os atores e a história, que também é a mesma num e noutro local.

A turma ajuda a greve. Os trabalhadores se iniciaram no lidar com o conflito apreendendo isto. Para parar o trabalho bastava parar os caminhões de turma. No campo isto seria impossível. Centenas, talvez milhares de caminhões espalhados pelos canaviais inviabilizavam o movimento grevista até que se percebeu a cidade como ponto de encontro. Os piquetes se formavam nas saídas da cidade, a caminho do trabalho, ainda no espaço urbano e público se produzia a greve.

A turma é portanto resultado da fraqueza da agricultura, que não consegue transformar cada trabalhador em si numa unidade de produção - como acontece com a indústria mecanizada ou mesmo com a própria agricultura tratorizada - e da sua força e modernização, porque consegue tirar do trabalho mais proveito do que conseguiria com trabalhadores individuais. Para o empregador é um meio eficiente de colocar e dispor da mão-de-obra e organizá-la produtivamente; para o empregado pode tornar-se num mecanismo de consciência e, mesmo, de resistência.

A Relação Tarefa - Emprego

Na Relação de Trabalho Volante mais tradicional, o que une empregador e empregado, além do intermediário, é a realização da tarefa, nada mais. Aqui está a coerência com o vínculo precário acima descrito. Terminada a tarefa desfaz-se a relação, rompe-se o vínculo. As duas partes estão interessadas em que a tarefa termine o mais rapidamente possível; o empregado, para receber seu salário e buscar novo trabalho; o empregador, para terminar sua safra e dispor de seu produto. **Portanto ambos estão interessados em que o vínculo de trabalho dure o menor período de tempo possível.** Esta é outra contradição que terão também que carregar.

Como não só o trabalho mas também o emprego se resume à tarefa, aparentemente terminada a tarefa termina o emprego. É como se toda a Relação de Trabalho deixasse de existir a partir daquele momento. O trabalhador tornar-se-ia livre, e o empregador descompromissado. Certamente o vínculo continua existindo, porque o trabalhador continua cumprindo seu papel social de empregado e o fazendeiro de empregador e na próxima safra irão se reencontrar. Porém esta aparente ruptura, esta imagem de que o fim da tarefa é o fim do emprego, tem efeitos importantes para o imaginário de uns e de outros.

Para o trabalhador, o término da tarefa como término do emprego abre espaço para que dois tipos de ilusão prevaleçam. A percepção de que o final da safra inaugura um período de liberdade, onde ele poderia dispor como quisesse de sua vida. E a compreensão de sua situação de trabalho e de vida como algo transitório, terminada a tarefa, e o emprego, ele encontraria um novo destino, melhor do que a vida de volante vivida até aqui. Ele não se percebe, portanto, como um trabalhador da laranja, da cana ou da banana, é um temporário. Finda a empreita contratada, o futuro tratará de encontrar novos e melhores caminhos para a sua vida.

De certa forma esse mecanismo tinha a mesma função do trabalho "por conta" que realizavam os colonos imigrantes na época do café. Suas plantações, a criação de animais próprios, a venda de algum excedente, faziam com que se percebessem livres, autônomos durante uma parte do ano. Estas atividades poderiam permitir que um dia viessem a "fazer a América". Era em busca desta sensação de liberdade e de perspectiva de futuro que vinham de tão longe, não em busca de salário. Com nossos trabalhadores volantes essas ilusões irão se realimentar a cada safra e, como veremos nas pesquisas empíricas, permanecem até hoje entre os colhedores de cana das usinas empresariais modernas. É certo que em menores dimensões, pela frequência com que as expectativas foram sendo frustradas, pelo avanço do sistema de assalariamento, pela própria luta operária que sedimenta a consciência de classe ou, meramente, pelo suceder de gerações de volantes.

O Sistema de Pagamento por Tarefa

O pagamento por tarefa merece ainda algumas considerações complementares. O Sistema de Pagamento se constitui no núcleo de qualquer Relação de Trabalho, configurando grande parte de seu caráter mais essencial. Pode-se mesmo dizer que é impossível transformar radicalmente uma Relação de Trabalho sem alterar o Sistema de Pagamento por ela adotado. Portanto esse aspecto ganha especial relevância para os objetivos que nos propomos nesse estudo.

Alguns autores afirmam que não há diferença substancial no caso do volante entre o trabalho assalariado e o pagamento por tarefa. A tarefa poderia ser considerada um assalariamento disfarçado:

"Parece, também, que o valor do salário no trabalho por tarefa não se determina como no salário por tempo tendo em vista as horas trabalhadas, mas pela capacidade de rendimento do trabalhador. A diferença quanto à forma de determinação entre salário por tempo e salário por tarefa não alteram em nada a natureza da Relação de Trabalho assalariado. Em ambas as formas o salário representa, sempre, um pagamento de parte da força de trabalho dispendida, seja esta parte medida em horas de trabalho, ou em quantidade de tarefas executadas." ⁴⁵

A rigor estamos de acordo com esta formulação. O trabalhador volante é, em sua essência, um trabalhador assalariado. Mas não se trata de um assalariado qualquer, seu salário não tem as características do salário da indústria capitalista clássica onde predomina **o tempo sobre o produto**. O volante recebe o seu salário por tarefa e é obrigatório que assim o seja nas condições em que a agricultura gera esta Relação de Trabalho. A tarefa não é uma mera abstração, "uma superficialidade do fenômeno", ela é justificada pela situação histórica e econômica específica em que se dá a produção agrícola. Novamente, é a fragilidade da produção agrícola, sua não mecanização ou mecanização parcial, que obriga o salário temporário e vinculado à produção, como foi a fragilidade da produção agrícola, neste mesmo sentido, que transformou o salário em tempo e terra disponível para o trabalho no colonato. Por isso não podemos concordar que:

"A diferença que existe radica em que, no salário por tempo, o trabalho é medido por sua duração direta, enquanto no salário por tarefa, o trabalho é medido pela quantidade de produtos que materializa durante um determinado tempo. **Deste modo, tanto faz que o salário seja medido pela duração do trabalho ou por seu produto.**" ⁴⁶ *(grifo nosso)*

(45) Elbio N. Gonzales, Maria Bastos, 'O Trabalho Volante na Agricultura Brasileira' in *Capital e Trabalho no Campo*, organizado por Jaime Pinsky (São Paulo: Hucitec/UNICAMP, 1979), pág. 31.

(46) Ibid, pág. 31.

A diferença que existe está relacionada novamente com a maneira como a máquina se insere no processo produtivo agrícola, a qual já tivemos oportunidade de analisar e demonstrar: na agricultura seu papel de orientadora geral da produção é bem mais limitado do que na indústria. A diferença deve ser buscada ainda na completa ausência da máquina, o que faz preponderar o caráter subjetivo do trabalho no resultado final da produção. Assim, o Sistema de Pagamento por tarefa é um elemento de pressão importante, ele compensa todos os "descompromissos" do empregador em relação ao empregado pressupostos pelo regime volante. Além disso, o processo e organização do trabalho estarão sempre estruturados de forma a seguir e utilizar a lógica da tarefa, o que será fundamental para todo o sistema produtivo funcionar adequadamente. Esses mesmos autores irão reconhecer isso linhas depois, onde se diz:

"(...) a fiscalização do trabalho no regime de tarefa por empreitada torna-se bastante reduzida e, conseqüentemente, os custos de produção diminuem. A empresa fiscaliza, diretamente, a qualidade do trabalho que deve alcançar um grau médio para que se pague. A qualidade e intensidade do trabalho são controlados pela própria forma de salário." ⁴⁷

Seria muito difícil pensar o trabalho volante sem o pagamento por tarefa. Ele viabiliza a própria Relação de Trabalho ao dar autonomia à turma como uma unidade de produção, ao permitir que se faça uma previsão daquilo que será produzido numa jornada de trabalho, ou ao transparecer para o trabalhador como um sistema que lhe permite ganhar conforme seu esforço, coisas que são absolutamente dispensáveis nos processos produtivos totalmente mecanizados.

(47) Ibid, pp. 31 e 32.

De qualquer forma não há dúvidas de que o volante recebe salário. Não é um salário puro aos moldes do salário industrial, mas o empregador pensa o pagamento enquanto massa salarial despendida para a realização de determinadas tarefas. Isto é definido a priori; portanto está fixado previamente quanto no máximo cada trabalhador poderá receber pela realização de uma empreita; como a legislação prevê um salário mínimo, nos casos em que ele é respeitado também está determinado o piso, o valor mínimo que um trabalhador pode receber naquela tarefa. Neste sentido trata-se de salário. A competição entre os trabalhadores se dará pelos pontos intermediários destes dois limites e a tarefa será seu elemento motor. Nesse outro sentido, na percepção do empregado, o sistema de pagamento não fixa previamente um quantum a receber, portanto ele acontece por produção.

Procuramos analisar até aqui os componentes básicos da Relação de Trabalho volante. Um ou outro deles pode apresentar diferenças quando se focaliza uma cultura específica ou uma região em particular. Mas, no essencial, esta modalidade de trabalho pode ser descrita a partir destes cinco elementos. O trabalhador canavieiro do início da década de 70 estava submetido a essas mesmas regras, uma vez que as transformações modernizadoras das Relações de Trabalho ocorreriam entre 60 e 70 de forma mais intensa nessa cultura como demonstramos no tópico seguinte.

V. 4 - O TRABALHADOR VOLANTE NA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA

Pode-se relacionar de várias maneiras o trabalho volante na agricultura com a cana-de-açúcar. Um primeiro indício bastante significativo é a coincidência de datas. No final da década de 50 e início de 1960, exatamente quando a agroindústria canavieira paulista passa a predominar em termos nacionais, superando a presença nordestina no setor, começa surgir e a se propagar no estado o trabalhador temporário. É bem verdade que a partir de então, esta viria a ser uma Relação de Trabalho generalizada em toda a agricultura paulista, sendo notada em praticamente todas as culturas já na década de 70 mas, não é menos verdade, que ela seria extremamente bem apropriada a uma agroindústria canavieira moderna que, a partir de então, também estaria em gestação no estado.

Sem dúvida o trabalhador volante está longe de se constituir numa exclusividade da cana-de-açúcar, mas, ao nosso ver, esta cultura apresentaria uma série de peculiaridades que viriam a facilitar e estimular sua reprodução por todo o interior do estado. Infelizmente os dados existentes sobre mão-de-obra agrícola no Brasil são escassos e pouco confiáveis. Se dispuséssemos de informações sobre número de trabalhadores por regime de trabalho e por cultura numa série histórica de trinta anos passados, por exemplo, certamente poderíamos comprovar o papel da cana-de-açúcar relativamente às demais culturas, na disseminação da mão-de-obra temporária. Mas, como isso é impossível, precisamos buscar nas características da cultura, na sua história mais recente e no uso do trabalho em seus processos produtivos as explicações para comprovar uma maior afinidade dela, com este tipo de mão-de-obra.

Como procuramos demonstrar no início deste capítulo, a agroindústria canavieira paulista, em seus primeiros tempos, se apropria de um colonato em desagregação. Molda-o a sua feição utilizando suas duas formas de manifestação: o colono parceiro e o colono empreiteiro, posteriormente predomina o colono parceiro, para depois, na fase de maior capitalização e desenvolvimento do setor verticalizar totalmente a produção agrícola, comandando-a diretamente através de trabalhadores assalariados.

São vários os fatores que determinaram o fim do regime de colônias na lavoura canavieira paulista. A maioria deles corresponde ao processo de modernização que atingia a todas as demais culturas e que já foi analisado anteriormente. O que buscamos ressaltar neste capítulo é que, no caso da agroindústria, **esta modernização ganhou maior velocidade**, por uma série de motivos que passaremos a expor.

O aperfeiçoamento técnico como uma das principais causas da transformação dos colonos em assalariados nas usinas paulistas já era reportado por Gnaccarini referindo-se à década de 1960. A incompatibilidade entre as novas tecnologias de produção e as formas de trabalho até então adotadas e os problemas de ordem jurídico-legais advindos da instituição do E.T.R. são assim ressaltados em sua análise.

"Se o regime de colonato permitia uma altíssima taxa de exploração absoluta do trabalho, também é verdade que era tecnicamente imperfeito. A contínua utilização das mesmas terras estava produzindo uma exaustão dos elementos nutrientes e corretivos do solo que só práticas culturais especiais poderiam suplantar. Mas o uso destas requeria a aplicação de insumos de origem industrial relativamente custosos. Adubos e corretivos químicos, curvas de nível (...) sementes, "rouguing", defensivos químicos, nem sempre estavam ao alcance dos colonos e até mesmo era difícil fazê-los observar todas as prescrições técnicas. (...) Outro fator associado deve-se à aprovação da legislação trabalhista para o campo (Lei No.4214, de 1963) e a crescente pressão sindical pelos direitos dos trabalhadores agrícolas das usinas." 48

As questões técnicas, apontadas pelo autor, são na verdade impeditivos à aplicação da técnica. Na verdade, o problema era de falta de capitalização do colono, de um lado, para que este pudesse dispor da tecnologia necessária para as condições sociais de produção da época. De outro lado, era preciso intensificar os mecanismos de controle da produção, para garantir que a técnica fosse corretamente utilizada, o que era impossível num regime de autonomia relativa do trabalho como o colonato. Ou se capitalizava o colono, criando um sistema baseado em múltiplos fornecedores, ou se optava pelo assalariamento generalizado. A agroindústria do Estado de São Paulo, ao se modernizar adotou a segunda opção.

(48) Gnaccarini, 1972, op. cit., pág. 196.

Uma agricultura capaz de competir com as usinas nordestinas com vantagens e a elas se sobrepor pressupunha um novo patamar técnico. Este, por sua vez, não apresentava compatibilidade com uma Relação de Trabalho fortemente descentralizada como a do colonato. Cabia ao capital usineiro e à administração industrial assumir a produção agrícola, concentrando-a e intensificando o capital nela empregado. Esta era a única forma de liberar as forças do progresso na lavoura canavieira, resolvendo o dilema técnico que estava em jogo por essa época. Gnaccarini comprova suas afirmativas com dados de pesquisa empírica realizada com proprietários de usinas no final da década de 60, os quais reproduzimos abaixo por serem bastante elucidativos deste momento de transição.

TABELA V.3 - RAZÕES PELAS QUAIS OS USINEIROS MUDARAM O REGIME DE TRABALHO NAS USINAS *(resposta a pergunta: Porque razão se deu preferência ao sistema de camaradas fixos ou eventuais, tendo deixado de lado os sistemas de colonos, parceiros e arrendatários?)*

RAZÕES	GRUPOS USINEIROS			TOTAL
	GRANDES (%)	MÉDIOS (%)	PEQUENOS (%)	
Técnico Econômicas	36	33	0	24
Legislação Trabalhista	43	45	90	58
Ambas	14	22	0	12
Outra	07	0	10	06
TOTAL	100	100	100	100

FONTE: Gnaccarini - 1972.

É interessante observar as diferenças de opinião sobre a mudança de regime de trabalho entre usineiros dos diferentes estratos de tamanho. Os usineiros considerados pequenos, que na época ainda existiam, viam-se mais pressionados pela legislação trabalhista, porque provavelmente eram menos capitalizados. Os encargos trabalhistas apareciam para eles como mais uma forma de descapitalização, gravando o lucro destes empresários. A desatenção com a questão técnica também não é fortuita, tendo a mesma origem. Não se trata de uma questão puramente tecnológica, mas sim de domínio do capital aplicado tecnicamente. Impedidos de investir tão pesadamente em tecnologia como os grandes e, portanto, impedidos de concentrar mais o processo produtivo, talvez os pequenos empresários preferissem mesmo optar por manter as antigas formas de trabalho se não fosse instituído o E.T.R. O sistema de colônias lhes era mais funcional pela economia de capital, principalmente capital fixo, que proporcionava.

O mesmo não acontecia com os usineiros maiores. Estes sem dúvida percebem a legislação como um problema mas, acima dela, predomina uma consciência da necessidade de racionalização. O progresso se impõe independentemente da ordem legal, porque será através deste progresso técnico que surgirá uma agroindústria altamente intensiva, centralizadora e concentradora de capital. Um movimento inexorável face ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro e seus mecanismos de integração agricultura-indústria, que terminarão por fortalecer os grandes e eliminar definitivamente os pequenos do setor.

Essa predominância das razões técnico-produtivas nas decisões empresariais dos grandes e médios usineiros pode ser percebida somando-se, para estes estratos, o percentual de **questões técnico-administrativas** com o percentual de **ambas**; como resultado tem-se sempre um valor maior do que o indicado em **legislação trabalhista**. Vale dizer que alguns destes grandes e médios usineiros seriam os futuros responsáveis pela criação do complexo agroindustrial moderno que viabilizará o Proálcool na década de 70, uma vez que o processo de concentração de capitais que ocorreria com o setor já não daria lugar para os pequenos quando da implantação do programa.

À falência do colono parceiro e dos pequenos fornecedores corresponde portanto, o sucesso da usina "moderna" em São Paulo, ou seja, ela somente poderia ser moderna e superar suas concorrentes a nível nacional com o advento do trabalho assalariado. Evidentemente este processo não acontece de forma tão linear e direta. Ele é gradativo e nele estão envolvidos diferentes atores que se submetem a circunstâncias diversas. Fornecedores, colonos, camaradas, estão submetidos a um jogo de mercado, à atuação regulamentadora do Estado, à industrialização geral da economia e ao movimento de formação dos CAIs, como vimos anteriormente. Tudo isso conspira no sentido de uma progressiva transformação que vai resultando na formação da sociedade das usinas em determinadas localidades do interior paulista.

O que queremos enfatizar é que, a nível dos processos produtivos, uma marca característica desse movimento de transformação **será a usina procurando assumir cada vez mais o comando direto da produção de sua matéria-prima**. Esta tendência, direcionada para a centralização e verticalização da produção agrícola, viria a se consolidar nas décadas posteriores. Um primeiro reflexo disto seria a total subversão das regras do regime de fornecimento de canas, que o reduz hoje, quase que exclusivamente, aos grandes produtores capitalizados ou às terras próprias das usinas. A contrapartida para com o regime de trabalho seria a intensificação de formas mais "avançadas" de exploração de mão-de-obra, dando início a um processo de formação de uma mão-de-obra mais "especializada" na cultura canavieira.

A verticalização da produção não é um pressuposto comum a todas as agroindústrias. Para algumas é possível, e até mesmo mais rentável, não se envolver diretamente com a produção agrícola, deixando-a a cargo de produtores autônomos. Isto não quer dizer que a indústria processadora, nestes casos, não domine a produção no sentido de determinar como ela será realizada e no sentido da apropriação do lucro dela resultante. Ela o faz, mas não diretamente. Para a cana-de-açúcar isto não é possível porque o processo produtivo do açúcar e do álcool deve ser necessariamente integrado, isto é, nele o processamento agrícola e industrial estão imediatamente interligados; e pode se ganhar em lucratividade intensificando esta interligação. Como já tivemos oportunidade de observar neste estudo, quanto mais a relação entre os ciclos produtivos agrícolas e industriais for racional e produtiva, da ótica do capital e da indústria processadora, maior eficiência terá o complexo agroindustrial como um todo. ⁴⁹

(49) Esta necessidade de estreitar os vínculos que unem os vários ciclos da produção fabril com as diversas etapas da produção agrícola, e a possibilidade de ganhar em eficiência com isso, está presente em toda a história da agroindústria canavieira. Não sendo exagero dizer que se trata mesmo de uma história de sucessivos movimentos de integração vertical. Desde os tempos coloniais, quando aqui se produzia o açúcar bruto para refino na Europa, desenvolver a agroindústria significava alcançar um maior grau de integração, aproximando e colocando sob a mesma administração e sob o mesmo capital novas fases do ciclo produtivo. Um avanço significativo, por exemplo, foi justamente trazer a refinação para o país e depois para junto da usina. Outros momentos descritos por diferentes estudiosos da história das usinas exemplificam este processo, é o caso da implantação dos engenhos centrais ou ainda do movimento de "fagocitose" descrito por Gebara analisando a progressiva reestruturação da estrutura de propriedade da terra dos fornecedores de cana de São Paulo.

Esse é um dos motivos pelos quais a cultura de cana-de-açúcar estará em São Paulo à frente das demais no processo de modernização das técnicas de produção e de transformação das Relações de Trabalho na agricultura. A fase agrícola de seu ciclo produtivo precisa incorporar um regime de trabalho, técnico e social, compatível com as necessidades da fase industrial. Referimo-nos momentos atrás ao papel da máquina no processo produtivo agrícola; dissemos que ela não pode controlar e impor seus ritmos à produção como acontece na indústria. Na agroindústria canavieira integrada, porém, as máquinas do sistema fabril irão exigir este controle, tentando impor uma fábrica ao campo. Embora isto não seja totalmente possível em função das restrições "naturais" à tecnificação também citadas páginas atrás, este tipo de agroindústria irá sempre privilegiar e estimular uma Relação de Trabalho no campo que melhor lhe permita adotar processos produtivos compatíveis com o regime de fábrica. Ianni já identificava a importância da integração entre indústria e agricultura para se entender a formação do proletariado rural, em seu estudo sobre Sertãozinho. A respeito do mundo dos canaviais e seus trabalhadores ele afirmava:

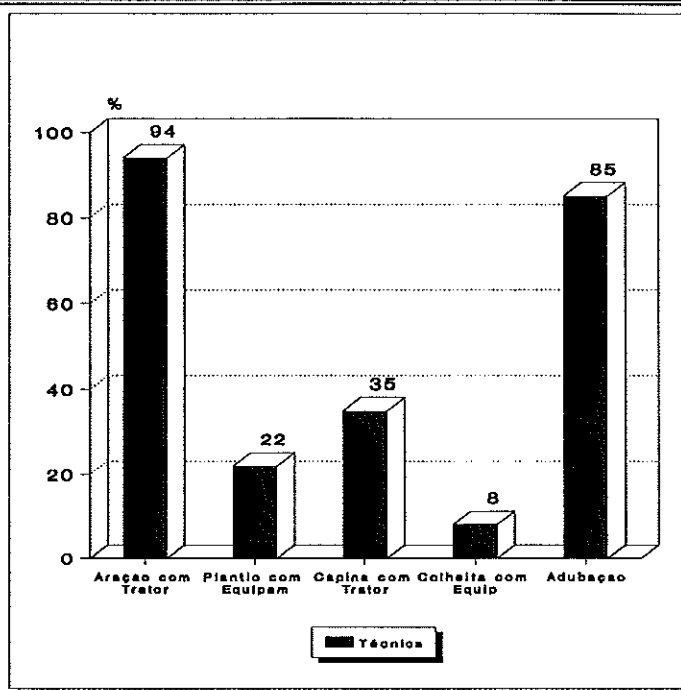
"Nesse mundo social (econômico, político e cultural) bastante complexo, assinalado pelos perfis e dinamismos peculiares de entressafra (janeiro-maio) e safra (junho-dezembro) destacam-se vários característicos básicos; característicos esses que precisam ser compreendidos de forma integrada. (...) Não há, praticamente descontinuidade entre a cidade e o campo, a indústria e a agricultura, a fábrica e o canavial. Em segundo lugar a força de trabalho é, ao mesmo tempo, agrícola e industrial. É verdade que o cortador de cana se distingue do operário da usina. Trabalham em condições sociais e técnicas distintas. Reproduzem-se de forma diversa, se pensarmos na organização social e técnica das relações de produção. Mas estão relacionados, ligados por duas formas. Estão ligados na continuidade de um mesmo processo produtivo que ata o corte de cana, à moagem e ao açúcar. Um segue e realiza o outro, enquanto processo social de produção, enquanto realização de valor, enquanto utilização de força de trabalho".⁵⁰

(50) Otávio Ianni, 1976, op. cit., pág. 41.

A modernização via intensificação da integração vertical e compatibilização dos ritmos da indústria com os da agricultura será um dos fatores preponderantes na determinação do trabalhador assalariado na agroindústria. A indústria exigirá da lavoura respostas mais rápidas e eficientes, o que acontecerá através da tecnificação das operações para as quais se dispunha de soluções tecnológicas, mecanizando o trabalho e nele empregando tratoristas, motoristas e operadores de máquinas. Naquelas em que isso não acontecia, o trabalho assalariado também passaria a ser adotado, porque permitia uma administração mais racional das tarefas realizadas pelo homem, integrando-o mais adequadamente ao processo produtivo. Portanto, todo o processo de modernização da agricultura em si, que ocorreu no Estado de São Paulo entre 1960 e 1975, conforme analisamos no tópico anterior e que, por si mesmo, vinha trazendo implicações profundas para as Relações de Trabalho pré-existent, atingiria com muito mais vigor a lavoura canavieira por essa época do que as demais culturas.

A base técnica da agricultura canavieira modificou-se substancialmente nesse período. O quadro abaixo, embora se refira exclusivamente ao ano de 1971 e não seja suficientemente detalhado quanto às técnicas aplicadas, permite uma visualização parcial da tecnificação dessa cultura.

GRÁFICO V.4 - MEDIÇÃO DA TÉCNICA EMPREGADA NA CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DE SÃO PAULO 1971 (EM PORCENTAGEM DE ÁREA)



FONTE: Adoção Tecnológica na Agricultura Paulista - Zuleima A. Pires de Souza Santos - IPE-USP - 1984 (gráfico sintetizado).

Observa-se assim que, já no início da década de 70, o preparo do solo prescindia quase que totalmente do trabalho manual, a capina se realizava com trator em 35% da área canavieira de São Paulo e o plantio com equipamentos atingia mais de 20% dela. O uso de adubação era generalizado e a colheita, atividade menos sensível a procedimentos mecanizados atingia 8% da área plantada.

Estes números podem servir como referenciais básicos mas, se houvesse uma mensuração mais detalhada, certamente chegaríamos a índices de mecanização ainda mais expressivos já para a década de 70. Uma análise mais pormenorizada destas operações e da forma como a mecanização está nelas aplicada extrapolaria os limites deste trabalho, mas poderia demonstrar como a presença da máquina é antiga na cultura e como os indicadores de medição podem escondê-la.

Analisemos mais detidamente o plantio. Ele compreende diversas tarefas, cada uma delas apresentando um grau de mecanização diferente da outra. Assim, a abertura no início do processo, e o fechamento, ao final, dos sulcos com a aplicação de adubação já são procedimentos há muito tempo tratorizados, exigindo apenas um repasse manual complementar quando termina o trabalho da máquina. A derrubada das mudas do caminhão ou carreta, a distribuição dos colmos pelos sulcos e seu corte em toletes, o núcleo da atividade portanto, somente pode ser feito pelo trabalho manual. Entretanto, este trabalho é realizado em turmas com uma especialização bastante bem definida de tarefas. Há os trabalhadores que ficam sobre o caminhão carregado de mudas e jogam-nas para o solo, atrás dos caminhões virá um grupo que encarrega-se de depositá-las cuidadosamente nos sulcos e, um terceiro grupo virá logo depois cortando-as de acordo com as especificações. A máquina finaliza o serviço fechando o sulco e acrescentando fertilizantes.

O processo de trabalho aplicado ao plantio é bastante interessante porque difere completamente do que acontece na colheita e daquilo que já falamos aqui sobre a relação homem máquina na agricultura. Como se percebe na descrição acima, no plantio da cana-de-açúcar a máquina, por iniciar e terminar o ciclo da tarefa, consegue determinar o ritmo geral do trabalho. Ela provoca uma espécie de efeito "sanduíche" que acaba subordinando de maneira praticamente direta o trabalho do homem.

Também quando se analisa a mecanização da colheita percebe-se que os dados acima não são suficientes para refletir o que acontece na realidade. A colheita também inclui mais de uma operação, e em cada uma delas o nível de mecanização também é diverso. No quadro abaixo procuramos descrever estas operações analisando três aspectos: seus níveis de mecanização, a intensidade no uso de mão-de-obra e a dependência do trabalho humano, isto é feito de forma absolutamente estimada tendo por referência os níveis de tecnologia médios do final da década de 70.

QUADRO V.1 - AVALIAÇÃO DA MECANIZAÇÃO, USO DE MÃO-DE-OBRA E DEPENDÊNCIA DO TRABALHO HUMANO POR OPERAÇÃO DAS ATIVIDADES DE COLHEITA

Operação	Mecanização	Uso de MDO	Dependência Trab. Humano
. Abertura de Aceiros e Queima	Nenhuma	Pouca	Total
. Corte e Amontoamento	Pouca (8%)	Intensa	Total
. Carregamento	Intensa (70%)	Pouca	Parcial
. Transporte	Intensa (90%)	Pouca	Parcial
. "Bituca"(*)	Nenhuma	Pouca	Total

(*) A operação dos bituqueiros corresponde ao repasse do trabalho das carregadeiras; eles recolhem a cana que as carregadeiras não alcançaram ou que caíram dos caminhões durante o carregamento

Como se observa, a colheita pode ser dividida em cinco operações interdependentes sendo o corte a principal e a mais intensiva em mão-de-obra. Destas as que mais se mecanizaram entre 60 e 70 foram o carregamento e o transporte, ou seja, operações que realizam a conexão entre a fábrica e o campo viabilizando e agilizando a integração vertical da qual falamos acima. O carregamento era realizado manualmente e o transporte através da tração animal na década de 50; já em 1975 a motomecanização destas operações seria praticamente total nas usinas e grandes fornecedores.

Quanto ao corte da cana não se pode dizer a mesma coisa. Embora tenha-se notícia da utilização de colhedeiras desde o início dos anos 70, o corte somente terá alternativas mecânicas mais viáveis a partir de 1976, quando novos tipos de colhedeiras chegam ao mercado. Mesmo assim ainda persistem restrições de caráter técnico e econômico que não permitem que se possa prever uma completa mecanização desta operação no curto prazo. Sem dúvida são dificuldades que vêm sendo superadas, mas muito lentamente, o que determina, até hoje, um índice de mecanização bem abaixo da média de outras culturas e daquilo que vem se efetivando em outras fases do ciclo da própria cana. Esta mecanização parcial de uma atividade, isto é, que incide sobre algumas operações e não em outras, trará implicações diferenciadoras do regime de trabalho na cana-de-açúcar em relação a outras culturas. Como veremos adiante, esta será uma das peculiaridades que denotam o seu caráter mais moderno, aproximando-o mais do padrão industrial do que do padrão agrícola.

Neste sentido, o que ocorre com a cana-de-açúcar entre 1960 e 1975, e que é comum a todas as culturas que se transformaram em modernas nesta época, é a manifestação desigual dos resultados do desenvolvimento técnico entre os ciclos produtivos. Conforme já foi demonstrado por Graziano.

"Os fertilizantes (adubos e corretivos), à medida que aumentam a produção por unidade de área, aumentam as exigências de mão-de-obra por ocasião da colheita, cujo tempo se reduz em função da utilização de amadurecedores químicos, de variedades precoces e da mecanização parcial das atividades de carregamento, transporte e beneficiamento da produção. Os defensivos, além de reduzirem drasticamente a exigência de mão-de-obra empregada nos tratos culturais aumentam a descontinuidade de absorção de trabalhadores nessas atividades. Finalmente a mecanização - à medida que atinge principalmente a preparação do solo na fase do plantio e das atividades relacionadas com os tratos culturais mas não as de colheita - acentua a variação das exigências de mão-de-obra própria da atividade agrícola." ⁵¹

(51) Graziano, 1981, op. cit., pág. 108.

Os dados organizados por Gnaccarini demonstram como se acentua a diferença entre o número de trabalhadores empregados na safra e na entre-safra nas usinas paulistas quando se compara este diferencial entre os anos de 1958 e 1968.

TABELA V.4 - TRABALHADORES AGRÍCOLAS OCUPADOS NAS TERRAS DAS USINAS PESQUISADAS - 1958 - 1968

Ano e Período	No. Trabalhadores	Relação a:b
<u>1958</u>		
a) ante-safra	10.505	
b) safra	15.735	1 : 1,497
<u>1968</u>		
a) ante-safra	17.618	
b) safra	31.225	1 : 1,773

Fica patente que em dez anos houve uma economia expressiva de trabalho humano nas atividades de entressafra da lavoura canavieira, o que aumentou sensivelmente a descontinuidade do trabalho e a sazonalidade de demanda. Enquanto a diferença safra entressafra era de 50% em 58, em 68 ela passa a ser de 77%.

Analisando estes dados afirma Gnaccarini:

"Se tomássemos os dados referentes ao ano de 1946, que são muito incompletos e precários pelo que foi dado a observar durante a sua coleta, veríamos que a diferença se acentua. As diferenças poderiam ser explicadas pelo fato de os usineiros terem mecanizado as atividades de plantio e tratos culturais da cana, deixando a atividade de corte no modelo anterior de utilização intensiva de trabalho humano, embora a atividade, suplementar à colheita, de carregamento de cana nos veículos de transporte, pareça ter-se mecanizado invisivelmente, a julgar pelo número de carregadeiras mecânicas que todas as usinas possuem." ⁵²

(52) Gnaccarini, 1980, op. cit.

Na década de 70 quando do advento do Próalcool, estaria consolidado esse movimento de transformação das Relações de Trabalho na lavoura canavieira. Por essa época ela passaria a contar totalmente com trabalhadores assalariados temporários, a maioria deles residindo fora da propriedade das usinas. Como procuramos demonstrar, esse regime de trabalho era praticamente igual ao adotado pelas demais culturas no Estado de São Paulo, por ser fruto do mesmo processo de desenvolvimento que nessa fase foi homogeneizador. A dinâmica ocorrida na década de 80 com o Próalcool tomará outros rumos, intervindo no sentido de diferenciar o trabalhador canavieiro dos demais, como procuraremos demonstrar a seguir.

Nossa hipótese é que a partir de 1975 e, principalmente na década de 80, o movimento de expansão da agricultura canavieira em São Paulo, provocado pelo Próalcool, traria uma série de circunstâncias capazes de alterar estas Relações de Trabalho. Isto de fato viria a ocorrer, porém dentro de determinados limites. Não causando uma ruptura total e definitiva com os padrões anteriores, mas imprimindo uma marca diferenciadora nas formas de exploração de mão-de-obra adotadas pela agroindústria, o que iria gradativamente a distanciá-las daquelas praticadas pela agricultura em geral. Este processo desembocaria na definição de uma nova categoria social bastante específica de determinadas regiões do interior paulista: o trabalhador canavieiro das usinas empresariais modernas. Os fatores causadores dessa mudança, sua trajetória e limite serão abordados nos próximos capítulos.

VI. IMPACTOS SOCIAIS DO PROÁLCOOL SOBRE AS RELAÇÕES DE TRABALHO NA AGROINDÚSTRIA PAULISTA

Procuramos desenvolver no capítulo anterior um sintético resgate histórico do desenvolvimento das Relações de Trabalho na agricultura e, em particular, na agroindústria canavieira paulista até meados da década de 70. Através dele buscamos demonstrar que esta agroindústria se apropria das formas de trabalho predominantes na agricultura em geral, comumente chamada de volante ou temporária, intensificando-a ou nela promovendo algumas alterações pouco substantivas. Passaremos agora a analisar o período posterior, quando o empreendimento agroindustrial, a mão-de-obra por ele ocupada e as localidades onde ele está instalado passam a sofrer os efeitos do Programa Nacional do Alcool.

VI. 1 - OS FATORES INDUTORES DA MUDANÇA

Como pudemos analisar no capítulo IV, a agroindústria canavieira paulista passou por um movimento expansionista sem precedentes entre 1975 e 1985. Impulsionada pelo Programa Nacional do Alcool ela não só se tornaria um dos principais sustentáculos da agricultura do estado, como também a principal responsável pela própria viabilização do programa. A tabela abaixo reitera mais uma vez o crescimento da lavoura canavieira desta época, demonstrando como o estado vai aumentando progressivamente a sua importância a nível nacional, conforme o Proálcool se consolida enquanto alternativa de produção de combustíveis líquidos para o transporte de passageiros no país.

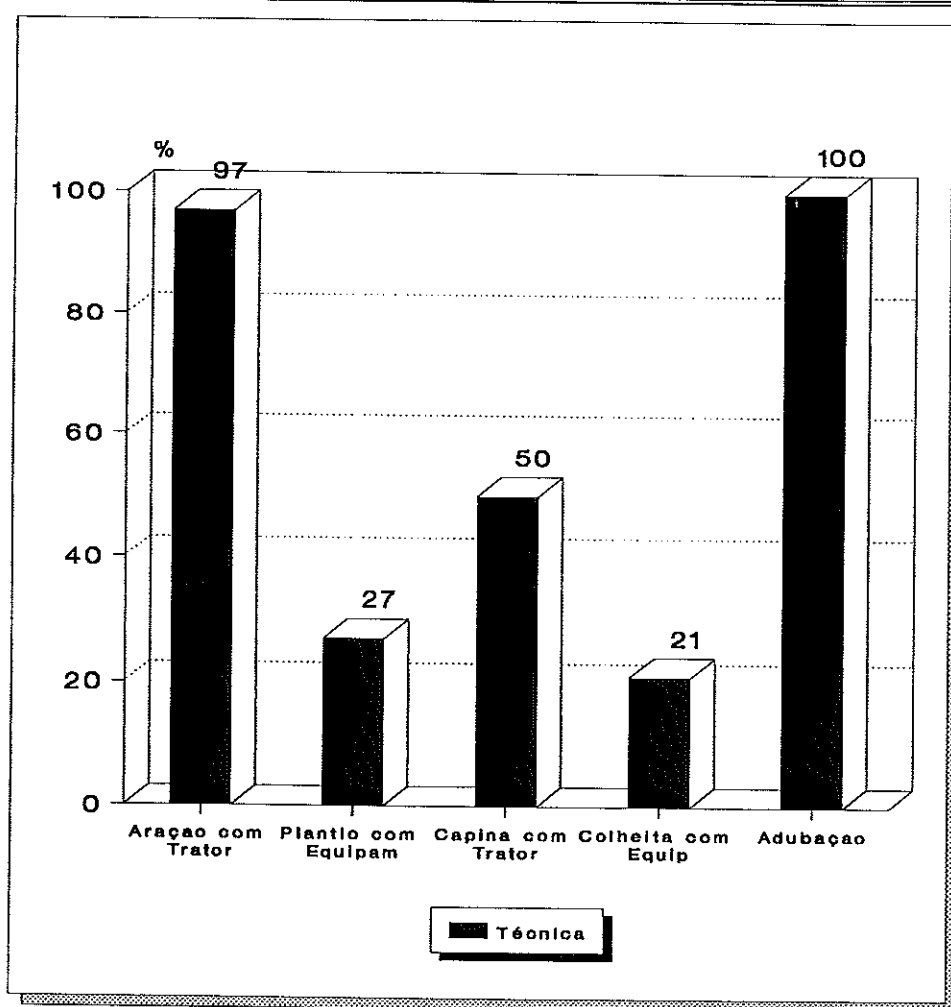
TABELA VI. 1 - COMPARATIVO DA ÁREA CULTIVADA COM CANA-DE-AÇÚCAR, SÃO PAULO, REGIÃO NORTE/NORDESTE E OUTROS ESTADOS 1975 - 1980 E 1984 (em mil has.)

Região/ estado	1975		1980		1984	
	has.	%	has.	%	has.	%
São Paulo	759,8	39,3	1.217,9	45,6	1.870,3	48,4
Norte/NE	810,6	41,9	963,9	36,0	1.234,0	31,9
Outros	362,2	18,7	494,0	18,4	763,2	19,7
Brasil	1.932,6	100,0	2.675,8	100,0	3.867,2	100,0

FONTE: IAA/IEA Prognóstico 1985/86 p. 117 - in Bertero - 1991 pág.517.

Como demonstra a tabela anterior será uma fase de grande expansão do setor no Estado de São Paulo. Ele que supera em área plantada toda a região norte/nordeste em 1980, manteria esta predominância em 1984, quando passa a representar quase a metade da área com cana-de-açúcar de todo o país. Isto ocorre porque o Proálcool encontra em São Paulo condições excepcionais para a sua viabilização, dentre as quais se destaca uma agroindústria já suficientemente moderna para responder aos desafios de rápida ampliação colocados pelo programa. Os dados referentes a 1980 demonstram o alto índice de tecnificação das práticas agrícolas utilizadas pelos empreendimentos paulistas.

GRÁFICO VI. 1 - MEDIÇÃO DA TÉCNICA EMPREGADA NA CULTURA DE CANA-DE-AÇÚCAR NO ESTADO DE SÃO PAULO 1980 (em porcentagem de área)



FONTE: Adoção Tecnológica na Agricultura Paulista - Zuleima A. Pires de Souza Santos - IPE-USP - 1984
(tabela sintetizada)

Se, como vimos anteriormente, em 1975 as operações de preparo do solo, adubação e abertura de sulcos, carregamento e transporte já eram totalmente mecanizadas em todas as grandes usinas de São Paulo, em 1980 o uso de herbicidas se dissemina e a colheita realizada com máquinas começa a ganhar espaço. O que caracteriza a produção canavieira da década de 80 no Estado de São Paulo é, sem dúvida, um elevado padrão técnico, uma produção em larguíssima escala - dado que a concentração fundiária também ocorreu de forma mais intensa aqui do que em outras regiões do país - e a intensa integração entre o processamento agrícola e o ciclo industrial que, vale dizer, também vinha se aperfeiçoando tecnicamente de forma bastante acelerada.

TABELA VI.2 - COMPARATIVO DE PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR, PRODUÇÃO DE ÁLCOOL, RENDIMENTO AGRÍCOLA E RENDIMENTO INDUSTRIAL SÃO PAULO 1975/85

	1975 (a)	1985 (b)	Variação (b/a)
Produção de Cana (1000 tons.)	30.399,1	121.681,8	300,2%
Produção de Álcool (1000 m ³ .)	362,3	7.623,7	2.004,2%
Rendimento Agrícola (tons./ha.)	57,3	75,4	31,5%
Rendimento Industrial (lts/ton.)	71,5	77,4	08,2%

FONTE: Pesquisa de Mercado do Álcool de Cana Produzido no Estado de São Paulo - Conselho Estadual de Energia Governo de São Paulo - Fev.1987 (Para o rendimento industrial do álcool em 1975 os dados referem-se à safra 77/78).

Como podemos observar nos dados acima entre 1975 e 1985 a lavoura canavieira paulista expandiu-se quantitativa e qualitativamente. Não foi apenas a área plantada com cana e a produção de álcool que aumentou em proporções superiores a 1.000%, já tivemos oportunidade de demonstrar que também os indicadores de eficiência sofreram avanços significativos no período. Embora a velocidade e a intensidade dos avanços de qualidade sejam sempre mais difíceis de se constatar do que as expansões quantitativas e, ainda que não exista concordância de opiniões a este respeito entre os analistas do setor, acreditamos que há evidências suficientes para comprovar um considerável progresso.

A produtividade agrícola cresceu mais de 30% nestes dez anos, o que significa 300 toneladas a mais em cada 1.000 colhidas. O rendimento industrial, embora não tenha apresentado um crescimento tão significativo, aumentou em 8% no período. Há estudos comprovando que a maior conquista do setor se deve à plena utilização da sua capacidade instalada quanto aos equipamentos industriais, o que teria propiciado ganhos que não se refletem nos indicadores acima.

Há ainda outros avanços produtivos e tecnológicos que não são mensuráveis de forma tão direta e imediata, mas que têm grandes implicações para o trabalho agrícola empregado na lavoura canavieira. A agroindústria aprimorou significativamente a sua capacidade e rapidez de transporte de matéria-prima. Trata-se de um salto importante porque torna áreas mais distantes da unidade industrial viáveis economicamente, aumentando a escala de produção do empreendimento. Estendeu-se também o período de safra através do uso de novas variedades e práticas de plantio diferenciadas. Com uma maturação mais equilibrada e melhor distribuída no tempo, obteve-se uma utilização mais racional e eficiente dos equipamentos industriais. Estes por sua vez sofreram adaptações que garantiram uma produção mais acelerada, e um tempo maior de operação sem exigências de manutenção.

A própria manutenção industrial - realizada durante a entressafra, quando os equipamentos são desmontados inteiramente peça a peça - passou por um processo de reestudo e replanejamento, tendo se diminuído o tempo necessário para sua realização. São inovações tecnológicas que não incidem diretamente sobre a relação terra/cana/álcool. Não alteram substancialmente os índices tradicionais de rendimento mas otimizam os equipamentos industriais ampliando a sua utilização ao longo do tempo.

Talvez seja mesmo possível afirmar que não era o rendimento e a produtividade o que mais interessava às usinas paulistas por essa época. **Mas sim a ampliação de escala, rapidez de instalação, a intensificação dos mecanismos de integração entre produção agrícola e processamento industrial**, além da super-utilização dos equipamentos industriais.

Garantir escala de produção significava conseguir viabilizar expansões mais rápidas e para isso voltavam-se os interesses das empresas agroindustriais. Objetivo principal era, por todos os meios possíveis, atingir terras mais baratas e, com isso, ter acesso a novos créditos para proceder a novas expansões. A concorrência entre os grupos empresariais se dava em meio a uma luta contra o tempo na disputa pelo crédito oficial, que só era concedido àqueles que implantavam a capacidade produtiva com a qual haviam se comprometido anteriormente.

A ampliação qualitativa da agroindústria canavieira com o Proálcool estava assim direcionada. Concentrava-se na rapidez de implantação e na garantia de operação em larga escala. Além da concorrência pelo crédito, a rapidez de implantação tinha também por objetivo atender às expectativas da opinião pública, eliminar as desconfianças dos consumidores e dos outros setores empresariais que deviam se agregar ao Proálcool, principalmente a indústria automobilística.

Assim, a rapidez de expansão tinha objetivos econômicos mas também respondia a imperativos políticos. Era preciso aproveitar o sentimento predominante da sociedade naquele momento. Vendia-se uma imagem de que o álcool combustível seria a grande salvação. Ele salvaria a lavoura e a agroindústria canavieira, que acabava de sair de uma crise bastante grave no período imediatamente anterior ao programa. Mas salvaria a indústria automobilística nacional e as finanças externas do país. Seria um instrumento de contenção da pobreza e distribuição de riquezas. Amplamente justificada, a expansão canavieira parecia não ter limites e todas as atenções e esforços estavam voltados para que ela se concretizasse. Afinal, o petróleo estava em vias de se esgotar e uma energia renovável, antipolvente e de produção nacional aparecia como uma solução extremamente eficaz para substituí-lo.

Consolidar rapidamente a grande destilaria produtora de álcool significava, para os industriais de São Paulo, corresponder a essas expectativas, fator importante para a continuidade do Programa.

Reinava um clima de euforia no interior de São Paulo, que se corporificava num movimento expansionista verdadeiramente desenfreado. O resultado concreto deste movimento está expresso nos dados da tabela VI. 2 anteriormente descrita, onde se observa que a produção total de cana-de-açúcar no estado cresce entre 1975 e 1985 cerca de 300%. Se considerarmos que, como indica o gráfico VI. 1 a mecanização da colheita se intensificou apenas 15% neste mesmo período - e este percentual talvez seja mesmo superestimado para determinadas regiões - concluiremos que **grande parte desta expansão se dará quase exclusivamente com base na utilização intensiva de mão-de-obra** para as operações de corte de cana. Aqui aparece um fator importante de diferenciação desta etapa de expansão das anteriores: seu impacto sobre o mercado de trabalho.

Tratava-se de um período em que a crise econômica ainda não havia afetado a geração de empregos como na atualidade, e que o fluxo migratório dirigia-se ainda predominantemente para os grandes centros urbanos e regiões metropolitanas, esvaziando os municípios mais economicamente dependentes da agricultura. Neste contexto a expansão canavieira intensificava, em dez anos, a demanda de trabalho no interior paulista em algo em torno de 250 a 300%. Por tudo isso pode-se depreender que o impacto do Proálcool em termos de demanda de trabalho, principalmente nos primeiros anos da década de 80, não foi pequeno.

A conjugação destes fatores, e a emergência de outros aos quais ainda nos referiremos, faria com que as conseqüências do desenvolvimento da agroindústria para o trabalho agrícola, nesta fase, fossem outras. Não se reproduziria o quadro da década anterior, que apenas acelerava na lavoura canavieira as mudanças que ocorriam na agricultura em geral. Neste período se acentuariam os elementos diferenciadores do regime de trabalho na cana daquele empregado nas outras culturas. As mudanças quantitativas e qualitativas da produção provocadas pelo Proálcool seriam diferenciadoras das Relações de Trabalho e não homogeneizadoras. Elas engendrariam as condições necessárias - mas como veremos não suficientes - para que se processasse uma mudança mais radical, chegando, em alguns momentos, a se incompatibilizar com o próprio caráter temporário do trabalho. Cada um destes fatores de mudança é analisado em detalhe nos tópicos seguintes.

Um Mercado de Trabalho Mais Concorrencial

O processo de expansão da ocupação de terras pela cana em São Paulo, incentivado pelo Proálcool entre 1975 e 1985, não foi acompanhado do declínio correspondente em área de uma cultura demandante de trabalho humano, como havia ocorrido com o café nos períodos anteriores, o que provocou forte concorrência por mão-de-obra agrícola em praticamente todas as regiões produtoras, principalmente entre 1980 a 1985. Os dados apresentados no capítulo III deste relatório exemplificam bem a diferença entre os períodos 50 a 70 e 70 a 90 no que se refere a ocupação do solo. Ele demonstra que entre 1950 e 1970 a cana quadruplica a sua área ocupada no estado. A área plantada aumenta de 132,50 mil hectares para 580,49 mil hectares, enquanto a área com café diminui pela metade, caindo de 1.195,93 mil has. para 650 mil hectares. Ou seja, a área com cana amplia-se numa proporção semelhante à diminuição do café no mesmo período.

Já a expansão da cana entre 1970 e 1990 acontece de forma bem diferente. Neste período a cana aumenta sua área ocupada de forma mais intensa ainda, passando de 580,49 mil has. para 1836,21 mil has., enquanto a área com café mantém-se estável, ou chega mesmo a crescer um pouco. Em 1970 tínhamos 650,88 mil has. ocupados pelo café e em 1990 teríamos 780 mil has.

A ampliação dos canaviais em função do Proálcool pressionou significativamente o mercado de trabalho destas regiões. Esta demanda deve ter sido suprida em grande parte pela migração, uma vez que não há uma liberação de mão-de-obra compatível por parte de outra cultura no estado.

Deve-se notar também que nos últimos vinte anos cresceu substancialmente em área ocupada pelo menos um produto também absorvedor de mão-de-obra na colheita e que compartilha das mesmas regiões onde se localiza a cana: a laranja. Assim, é lícito supor que, entre 1970 e 1990 a competição por mão-de-obra tenha se acirrado bastante nas regiões canavieiras, o que não acontecia nos vinte anos anteriores.

Uma consequência desse processo é a intensificação do fluxo de migrantes sazonais, que afluem para as regiões produtoras na época da safra e depois retornam para seus estados de origem. Esta prática é bastante característica das áreas canavieiras de Ribeirão Preto e estaria no centro dos movimentos grevistas ocorridos em 1984. No caso de nossa região de estudo, ela não é muito comum, sendo mais freqüente o deslocamento de famílias inteiras, que geralmente se fixam nas cidades e não trabalhadores individuais como é o caso dos "mineiros" de Ribeirão.

De qualquer forma, a partir de 1980 as estratégias de "administração do mercado de trabalho regional", por parte das empresas, se intensificarão, o que revela uma preocupação em não permanecerem em condições desvantajosas neste mercado. Como veremos adiante, a escassez, gerando maior concorrência por mão-de-obra será também um dos motivos pelos quais os empresários vêem-se premidos a adotar instrumentos mais sofisticados de administração das Relações de Trabalho, o que implica mudar algumas de suas características básicas.¹

(1) Sobre esta questão ver R.M. Fischer, *A Política e as Políticas das Relações de Trabalho* (São Paulo: FFLCH/USP, mimeo, 1983), pp. 286/296.

Um Aumento de Escala de Produção em Monocultura

O incremento ainda maior da escala de produção da cana-de-açúcar geraria verdadeiros mega-empresendimentos altamente capitalizados e terminaria por tornar praticamente monocultoras determinadas regiões do estado. Como consequência teríamos uma concentração inusitada de trabalhadores em determinadas localidades, seguida de uma crescente especialização desta mão-de-obra na lavoura canavieira.

Esse processo praticamente varreu o pequeno proprietário fornecedor de cana às usinas do Estado de São Paulo e fez, mesmo os grandes produtores, perderem muito de sua autonomia na administração da produção, repassando-a para a agroindústria. Decorreriam daí duas implicações fundamentais para a mão-de-obra agrícola.

A primeira delas seria a **concentração** da mão-de-obra. Isto é, grandes aglomerados de trabalhadores canavieiros passariam a residir em localidades (regiões, cidades, e bairros) próximas das usinas. Algumas cidades se especializariam, tornado-se verdadeiras cidades-dormitório, como é o caso de Barrinha e Guariba entre outras em Ribeirão Preto e Igaraçu do Tietê, Mineiros do Tietê e Macatuba na Região que estudamos.

Ressalte-se que não seriam aglomerados de trabalhadores agrícolas volantes, mas de trabalhadores volantes **canavieiros**. Em nossa pesquisa de 1980, percorrendo as cidades cujos arredores eram tomados pela cana, visitando os conjuntos habitacionais, as casas de cômodos, os alojamentos de "mineiros", as casas alugadas pelos turmeiros, encontrávamos trabalhadores que esporadicamente se dedicavam a outras culturas, mas eram predominantemente e, na maioria das vezes exclusivamente, colhedores de cana. De onde podemos inferir a segunda e, em nossa avaliação, a mais importante consequência da expansão canavieira pós Proálcool: a **especialização da mão-de-obra agrícola**.

Os trabalhadores agrícolas tornaram-se especialistas em cana-de-açúcar, transitando, apenas circunstancialmente e por um período de tempo muito curto, para outras atividades ou outras culturas nos momentos de não-trabalho na cana.

O aumento da escala de produção das agroindústrias não foi o único fator responsável por esta especialização . Outros aspectos que continuaremos a analisar neste tópico também contribuíram para isso. Porém, o adensamento dos canaviais, o predomínio da monocultura e o gigantesco tamanho dos empreendimentos seriam fatores decisivos para que ela ocorresse . De um lado eliminava-se outras oportunidades de trabalho, que não a própria cana, de outro lado concentrava-se em algumas poucas empresas a administração das operações produtivas, notadamente da colheita. Durante a safra ia se tornando cada vez mais rara a descontinuidade de emprego porque interessava aos empreendimentos manterem os trabalhadores empregados por mais tempo. Mas, mesmo se quisessem os trabalhadores não encontrariam outro emprego por absoluta ausência de patrões, que não as grandes agroindústrias.

Essa concentração do comando do trabalho permitia à agroindústria planejar suas atividades de colheita de forma a deslocar as turmas contratadas de uma área para outra, mantendo-as empregadas durante toda a safra atuando em grandes extensões de terra. Ou seja, ao contrário do que acontecia anteriormente, quando respeitavam-se as regras do regime de fornecimento e cada produtor administrava sua colheita, contratando e demitindo trabalhadores, agora ela se realizava sob a coordenação direta da agroindústria.

Nessas condições passa a não interessar às usinas uma grande rotatividade de trabalhadores no decorrer da safra. Ela é prejudicial ao planejamento agrícola que precisa prever exatamente o potencial de corte com o qual poderá contar. Numa agroindústria integrada como a canavieira o planejamento de corte é o próprio planejamento industrial; nele são contabilizados os dias, as horas e os minutos que se ganha ou se perde do altíssimo capital constante investido nos equipamentos industriais. Assim, um decréscimo não previsto de colhedores por abandono do trabalho, absenteísmo ou qualquer outro motivo penalizará diretamente um processamento industrial altamente capitalizado e tecnificado. É em benefício dele que a agroindústria começa a assumir compromissos mais estáveis com seus trabalhadores, especializando-os na cultura e concentrando-os em determinadas localidades sob seu controle.

A Maior Integração entre Processo Agrícola e Industrial

A intensificação dos esforços para integrar indústria e lavoura, visando super-utilizar a capacidade de produção industrial, gera maior estabilidade na demanda e maiores exigências quanto à qualidade do trabalho de colheita. Já vimos que o esforço de otimização das máquinas industriais trouxe conseqüências importantes para o emprego da mão-de-obra agrícola ao estender o período da safra que passa, nas grandes usinas, de 180 para 200 e, em alguns casos 240 dias.

A partir da década de 80 para fazer face a esta mudança percebe-se uma tendência em se manter os trabalhadores canavieiros empregados por mais tempo durante o ano, proporcionando-lhes maior estabilidade em relação às demais culturas. A precariedade do vínculo, vai se tornando um elemento de incerteza cada vez mais indesejável para a agroindústria, em função de suas repercussões para a eficiência industrial. Não nos alongaremos mais quanto a estes aspectos, importa acrescentar que a busca dessa maior eficiência depende não só da estabilidade mas também da qualidade do trabalho agrícola.

A colheita manual de cana é uma atividade aparentemente simples e rudimentar. São gestos bruscos e equipamentos relativamente primitivos a demonstrar um sistema de trabalho primário. Mas, na verdade, ela se constitui numa tarefa simples na ótica da agricultura, quando se considera exclusivamente a cana enquanto tal, como vegetal, não como matéria-prima para processamento industrial. Na perspectiva da indústria, a colheita se transforma numa atividade complexa e cheia de implicações.

Para a indústria colhe-se açúcar e álcool, não cana-de-açúcar; interessa a ela a quantidade de sólidos solúveis, o teor de sacarose, levado para a usina. O restante é fibra, bagaço para se por fogo. Neste sentido o ato de colher ganha outra dimensão, torna-se enobrecido. Pode-se colher mais ou menos açúcar da mesma cana no mesmo canavial, o que dependerá unicamente do procedimento de corte adotado. É assim que, quando a agroindústria domina o trabalho agrícola, comandando-o diretamente, ela não está só interessada no volume de produção e no seu planejamento e regularidade, mas também na sua qualidade.

Segundo documentos de uma das usinas da região focalizada por este estudo a qualidade de corte é composta dos seguintes critérios, que devem ser respeitados pelo colhedor e zelados pelos fiscais e empreiteiros:

-
- . **Corte rente ao chão**, de forma a não se deixar "tocos" no canavial; a parte mais baixa da cana é a que concentra maior quantidade de açúcar, deixar toco significa deixar açúcar no campo. Além disso o "toco" exposto torna-se uma região mais sensível ao ataque de pragas e doenças durante a germinação da nova soqueira ;
 - . **Desponte também rente ao palmito**, pelos mesmos motivos acima, embora sem tantas implicações quanto ao rendimento; o importante neste caso é que resíduos do palmito não sejam transportados para a indústria porque trarão complicações para o processo de fermentação; ²
 - . **Amontoamento uniforme e limpo** (alto e não espalhado), para não prejudicar o trabalho das carregadeiras; com o monte "esparramado" a carregadeira não conseguirá apanhar tudo deixando mais cana no eito, além disso depositará no caminhão maior quantidade de detritos, principalmente terra, o que também dificultará o processamento industrial;
 - . **Limpeza das leiras**, neste caso trata-se de uma implicação para as próprias atividades agrícolas que se seguem à colheita. As leiras devem ficar limpas da folhagem da cana para facilitar a adubação e recobrimento das soqueiras pelos equipamentos tratorizados que virão realizar esta tarefa posteriormente.

Uma usina de bom porte, como a usina (X), localizada em nossa região de análise, operava na safra de 1983 com mais de quatro mil colhedores dispersos, todos os dias, por 51 mil hectares de canavial. Pode-se imaginar o ganho possível de se obter com o cumprimento destes requisitos por todos ou por boa parte dos cortadores e, pode-se imaginar também, as perdas em caso contrário.

Caberia portanto às agroindústrias pós-Proálcool empreender um processo de disciplinamento de sua mão-de-obra. O que era uma iniciativa de expropriação e organização do saber operário e de assimilação, desenvolvimento e imposição de uma ordem técnico-gerencial desconhecida até então pelo trabalho manual agrícola. Ou seja, tratava-se de levar ao campo algumas práticas e instrumentos característicos da indústria mecanizada sem a correspondente introdução da máquina.

Um estudo de 1989, analisando a questão, constata este movimento normativo e disciplinador na região de Ribeirão Preto.

(2) Mais problemático no caso da produção de açúcar do que álcool.

"As normas poderiam sugerir um regulamento que rege o processo de trabalho e a vida no interior da empresa, cujos pressupostos básicos são a produtividade e a segurança. (...) No entanto, na sua efetivação elas o extravasam, traduzindo uma lógica cujos efeitos são (...) a individualização e a sensação de solidão e impotência para os trabalhadores no interior das turmas. Do ponto de vista da empresa as normas sustentam uma racionalidade que possibilita a coesão necessária ao processo produtivo. Para os trabalhadores elas reproduzem constantemente a insegurança e o medo. (...)." ³

Contraditoriamente, esse processo promovido pelas usinas visando impor uma ordem industrial no trabalho agrícola não poderia acontecer sem conferir um novo status a esse trabalhador. O próprio fato de tornar-se foco de atenções regulamentadoras já conferia ao corte de cana uma dimensão diferente no interior da organização. Como dissemos, conscientemente ou não, implicava o reconhecimento da sua importância relativa no contexto agroindustrial, um "enobrecimento" deste trabalho em relação ao que ocorria até então.

Como acontece com todo e qualquer processo de mudança organizacional, essa visão mais qualificada das atividades tipicamente agrícolas, para vingar e gerar resultados, tinha que se disseminar ideologicamente no interior do empreendimento e, às vezes, até mesmo extravasá-lo. Sem promover uma profunda mudança na percepção estereotipada de um trabalhador de segunda categoria - predominante entre quadros técnicos e gerenciais dos empreendimentos, inclusive aqueles que geriam esta mão-de-obra - seria impossível tornar o corte de cana algo suficientemente digno de preocupações com eficiência. Portanto, para expropriar o trabalhador de sua autonomia e saber, prescrevendo-lhe normas e procedimentos de trabalho, paradoxalmente, a agroindústria deveria resgatar-lhe a dignidade perdida. Devolver um pouco da identidade de trabalho que lhe foi destituída, em grande parte, quando da sua transformação em volante.

(3) Vilma Barban, *O Trabalhador Rural da Agroindústria Canavieira Empresarial do Estado de São Paulo* (São Paulo, tese de mestrado: FFLCH/USP, 1989), pp. 32 e 33.

A Mecanização da Colheita

O desenvolvimento de tecnologias mecânicas de colheita mais apropriadas às condições de solo e relevo das terras produtoras e a maior disseminação do seu uso principalmente a partir de 1984, contribuiu para diminuir as diferenças de demanda de trabalho safra/entressafra. As questões e os dados referentes à mecanização da colheita são mais controversos do que os aspectos até aqui discutidos. Sabe-se que antes de 1976 a colheita de cana-de-açúcar era pouco ou quase nada mecanizada. Graziano cita um estudo da Coopersucar que indicava apenas 5% da cana do Estado cortada através de equipamentos nesse ano. Alguns autores afirmavam que as máquinas funcionavam mais simbolicamente, como um mecanismo de chantagem na negociação com os trabalhadores, do que efetivamente para atuar na produção.⁴

Os impeditivos de ordem técnica para a generalização das colhedeiras são grandes e, maiores ainda, os de ordem cultural e de investimento de capital. Implantar a colheita mecânica significa optar por altos investimentos não só na compra do equipamento como também na remodelação dos talhões do canavial. Mas, acima disto, optar pela colheita mecânica significa adotar uma perspectiva decisiva de mecanização da produção agrícola de um empreendimento; o corte de cana é o calcanhar de Aquiles deste processo, superá-lo seria alcançar a completa modernidade da cultura. A tecnologia não está preparada para isso mas, acreditamos, o setor, principalmente a ideologia e a prática empresarial predominante do setor, também não estão.

Por tudo isso a evolução das colhedeiras será muito lenta, alcançando alguma expressão somente na década de 80 em função de dois fatores externos à agroindústria: a relativa escassez de mão-de-obra sentida pelos empreendimentos, devido à situação de mercado tratada há pouco; e a eclosão dos movimentos grevistas que ocorreriam a partir de 1984.

Um estudo bastante recente do IEA da Secretaria de Agricultura de São Paulo, realizado com grande apuro técnico através de questionários enviados a todos os empreendimentos agroindustriais de São Paulo, indica que 43,9% da área plantada com cana no estado é passível de mecanização. Entretanto, apenas 18,7% desta área (mecanizável), ou 96,5 mil has., realmente o são. Percebe-se, a partir das constatações dos pesquisadores, que a colheita mecânica não é uma decisão pautada por critérios tecnológicos, mas sim de uma reação ao movimento dos trabalhadores e às contingências do mercado:

(4) Graziano, op. cit., pág. 72.

" A colheita mecânica no Estado, segundo as informações levantadas, é realizada atualmente por uma frota constituída de 316 máquinas, sendo que 61,4% do total considerado foram adquiridos no período de 1986 a 1991. Como nesse período destaca-se o excelente desempenho econômico e conseqüente crescimento da citricultura, tal fato remete à hipótese do acirramento da disputa por mão-de-obra ter induzido o aumento da procura de colheitadeiras (...)." 5

Certamente não só a concorrência com a laranja, mas também o "efeito Guariba", veio provocar essa maior atenção das agroindústria para o mercado de colheitadeiras. Outros estudos, sobre os quais não tivemos acesso à metodologia, apontam para uma mecanização de 20% da área plantada já em 1980. De qualquer forma todos estão de acordo que entre 1975, quando da instituição do Proálcool, e 1985, no início do seu declínio, ocorreram avanços significativos na colheita mecânica. Todos estão de acordo também em que, mesmo atualmente, esta mecanização está muito longe de se tornar generalizada, como acontece com outras fases da produção agrícola. 6

Quanto ao impacto dessa tecnologia nas Relações de Trabalho pode-se dizer que ela não seria utilizada unicamente como meio de pressão. Relatos de empresários e gerentes técnicos obtidos na região em que concentramos nossa pesquisa em 1984 indicam sua adoção como estratégia para equilibrar a demanda de mão-de-obra na relação safra/entressafra, visando uma maior estabilidade das turmas empregadas ao longo do ano. Não acreditamos que esta venha sendo uma opção consciente de outros empreendimentos. Porém, vale registrar que, como as demais etapas do ciclo produtivo da cana-de-açúcar já estavam quase que totalmente mecanizadas ou quimificadas na década de 70, a ação sobre a colheita tornou-se um caminho natural de desenvolvimento técnico. E, ao incidir sobre a colheita o desenvolvimento técnico dos anos 80 só poderia atuar no sentido de diminuir as disparidades de demanda de mão-de-obra entre os ciclos produtivos da cana-de-açúcar e não aumentá-las, como necessariamente acontecia período anterior.

(5) Paulo Edgard Toledo, et alli, "Avaliação do Potencial de Uso de Colheitadeiras de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo", *Informações Econômicas*, V. 21 nº 06 (junho 1991), pág. 17.

(6) Os dados sobre custo, eficácia e intensidade de uso de colheitadeiras de cana-de-açúcar como a maioria das informações sobre eficiência empresarial e de equipamentos no Brasil são bastante controvertidos. Matéria publicada recentemente (16/6/92) na Folha de São Paulo afirma que na safra deste ano a região de Ribeirão Preto estaria passando de 10% para 20% o seu índice de mecanização da colheita, e que "o custo da colheita mecanizada é cerca de 30% mais baixo que a colheita manual" Certamente estas afirmações são duvidosas, porque, caso esta relação de custos fosse verdadeira não haveria como explicar o uso tão reduzido de colheitadeiras e tão disseminado do corte manual em São Paulo.

A Gestão Empresarial do Complexo Agroindustrial

Deve-se também ressaltar o desenvolvimento de uma mentalidade mais empresarial por parte de uma parcela dos dirigentes usineiros. Movidos pela maior integração com outros setores produtivos mais modernos, pela necessidade de lidar com técnicas mais sofisticadas, ou mesmo, pela própria capitalização do setor, velhos e novos empresários passaram a tomar consciência da necessidade de se aperfeiçoar os mecanismos de gestão empresarial adotados até então. Arejava-se a mentalidade empreendedora média dos usineiros paulistas. Estes viriam a gerir os seus negócios e apoiar suas decisões em argumentos mais técnicos e mais profissionalmente orientados.

É verdade que esse espírito empreendedor não viria questionar a fundo o papel protetor do Estado para com o setor ou tornar a gestão dos empreendimentos racional e profissional como uma empresa capitalista moderna. Não seria uma transformação assim tão radical. Ela avançava o suficiente para romper com pressupostos bastante arraigados da administração usineira tradicional e formar uma imagem mais positiva junto ao seu público externo. Mas, a densa história da agroindústria canavieira paulista não permitiria porém que ela se tornasse completamente desvinculada de um estilo de gestão tradicional, familiar e marcado por relações de poder caracteristicamente patriarcais.

Entretanto, é inegável que alguns aspectos importantes mudaram. Adotaram-se novas práticas menos burocratizadas e centralizadas de decisão e administração, implantaram-se sistemas computadorizados em todas as áreas produtivas, inclusive na área agrícola. O saber técnico ganhou espaço no interior da empresa em oposição ao conhecimento empírico baseado no passado e na tradição. Colaborou muito para este processo de desenvolvimento administrativo e organizacional o surgimento de uma nova geração de dirigentes constituída geralmente por netos e bisnetos dos fundadores. Formados em grandes universidades do Brasil e do exterior, eles assumem a direção dos negócios por essa época, evidentemente mais "metropolizados", flexíveis e abertos a práticas inovadoras do que seus antecessores.

Deve-se ressaltar que, para parte dessa nova liderança empresarial, a modernidade administrativa significava uma opção sincera pela racionalização, pela renovação técnica e pela busca da competitividade. Para outros tratava-se apenas de adotar uma "fachada de modernidade" que servia para mostrar-se em linha com os novos tempos, encenar uma imagem "up to date", como forma de justificar perante a opinião pública, os incentivos recebidos do Estado através do Proálcool.

Esse surto de modernização do gerenciamento da agroindústria atinge também as práticas produtivas agrícolas e a administração da mão-de-obra nelas empregada. Pode-se perceber o quanto a precariedade do vínculo de trabalho, a relação distante e descompromissada mantida com os trabalhadores agrícolas volantes entraria em contradição com esta perspectiva gerencial mais moderna e racional.

Vale dizer também que a maior exposição do setor à opinião pública também interferia, por si própria, na problemática das Relações de Trabalho. Com o Proálcool, e a abertura democrática que se processava no país, os incentivos financeiros destinados ao setor tornavam-se muito mais visíveis e vulneráveis do que todos os que ela havia recebido anteriormente. À agroindústria interessava a continuidade do programa e a manutenção dos subsídios e para isso era importante passar à sociedade uma imagem de boa empregadora que se reflete numa perspectiva positiva quanto aos impactos sociais do programa. A massa de trabalhadores volantes que povoava o interior paulista, suas precárias condições de vida e trabalho não atestavam nem uma e nem outra coisa. Daí as motivações políticas e de formação da imagem do setor também terem contribuído para a agroindústria canavieira se propor a dedicar uma atenção especial a questão das Relações de Trabalho.

Em síntese, entre 1975 e 1985 algumas condições, gestadas pela expansão canavieira provocada pelo Programa Nacional do Alcool, atuavam no sentido de diferenciar o trabalhador agrícola da agroindústria dos demais trabalhadores rurais. Estas condições confrontavam-se com características essenciais das Relações de Trabalho Volante, predominantes na agricultura por essa época. Elas promoviam maior concentração e especialização desses trabalhadores quanto a culturas e atividades realizadas. Estimulavam vínculos mais estreitos, mais estáveis e por maior tempo entre grandes patrões e uma massa relativamente homogênea de empregados. E ainda modernizavam o gerenciamento e a técnica empregada na agricultura, o que vinha a impor ritmos, normas e processos de trabalho visando qualidade e produtividade, disciplinando o trabalhador e, ao mesmo tempo, conferindo-lhe maior atenção e dignidade.

Tudo isto iria criando um clima extremamente ambíguo durante estes dez anos nas relações entre os atores diretamente envolvidos. Empreiteiros, Trabalhadores, Gerentes, Técnicos e Empresários agroindustriais, para citar os mais importantes, iriam tomar iniciativas de avanços e recuos, de modernidade e conservação, construindo uma história de cooperação e conflito cujos saldos são difíceis de se aquilatar. Na finalização deste estudo, com seus próximos tópicos, tentaremos resgatar sumariamente as iniciativas parte a parte: de trabalhadores e empresários. Buscaremos também constatar, através de uma pesquisa empírica, quais os resultados desse processo que se concretizaram e perduraram até a atualidade na região que elegemos como foco de nossa análise.

VI. 2 - AS INICIATIVAS EMPRESARIAIS SUA EXTENSÃO E SEUS LIMITES

Os fatores de ordem técnica, econômica e de mercado que estimularam a agroindústria canavieira a revisar suas práticas de Relações de Trabalho, que relatamos no tópico anterior, por vezes nada tiveram a ver com os motivos conscientes das iniciativas efetivas levadas a efeito pelos empresários nesta área. Há uma série de intermediações ideológicas, históricas e, até mesmo específicas da cultura empresarial de um setor, que se interpõe entre o motivo real da ação empresarial e a sua justificativa mais consciente. É por isto que o sentimento predominante dos usineiros e grandes fornecedores no início da década de 80 reflete, em primeiro lugar e preponderantemente, o temor da escassez e, secundariamente, o desapontamento com a qualidade do trabalho e com a instabilidade da mão-de-obra.

Não se observa uma ação empresarial de previsão e antecipação que busca um novo patamar de competitividade através de padrões mais modernos de gestão do trabalho. Não é esta lógica empreendedora que move o capitalista usineiro, mas sim ora o paternalismo assistencial, ora uma reação a circunstâncias adversas de mercado de trabalho, que geralmente são detectadas muito depois de suas conseqüências terem ocorrido.

De certa forma, isto se deve à própria essência da Relação de Trabalho Volante que, como vimos, pressupunha um empresário distante e despreocupado com o trabalho agrícola. O comportamento deste mercado, apenas será considerado quando implicar um problema para a produção. Os empregadores de mão-de-obra, como canais de ligação com o mercado, estariam mais próximos e sensíveis às suas manifestações; é assim que, já em 1979, podiam perceber o quadro de instabilidade e desorganização que se prenunciava. Exemplo disso é o depoimento de um turmeiro da região de Campinas colhido por pesquisadores da Secretaria de Planejamento do Estado de São Paulo para estudo já citado no tópico anterior:

"Arrumo um serviço e vejo se o preço tá bom. Chamo a turma e marco o ponto. Venho buscar o pessoal no ponto de manhã. Arrumo 40, porque sempre tem uns que dão mancada. Se noutro serviço estão pagando mais eles não vão vir comigo para ganhar menos. Tem camarada que desce do caminhão hoje e vai pro outro; quando chega amanhã sobe de novo comigo. Como ninguém é registrado, nem os turmeiros, nem a turma, cada um trabalha onde quer e como quer." ⁷

(7) Secretaria da Economia e Planejamento do Governo do Estado de São Paulo, op. cit., pp. 399 e 400.

Da análise desses depoimentos, os pesquisadores concluíam pela completa desarticulação do mercado de trabalho rural por essa época, uma fase bem mais concorrencial do que nos dez anos posteriores, sem dúvida. Constatavam também a progressiva queda no padrão de qualidade do trabalho, originada, dentre outros motivos, pela competição desigual entre o mercado de trabalho industrial e o agrícola.

"(...) nem sempre os turmeiros conseguem manter turmas fixas. As diferentes oportunidades (agrícola e industrial) oferecidas pelo mercado de trabalho de regiões como a de Ribeirão Preto e Campinas, levam empreiteiros a se deslocarem a até um raio de 100 Km à busca de trabalhadores. (...) Além das possibilidades de passarem de um caminhão para outro, de uma empreitada mais vantajosa para outra, a chamada "seleção negativa" vem conduzindo os melhores trabalhadores para a indústria e agroindústria (...) Segundo intermediários e produtores entrevistados, somente ficam trabalhando como volante aqueles que não têm condições de ingressar no trabalho industrial, isto é, crianças, mulheres e velhos." ⁸

Nos primeiros contatos com a região estudada, por volta de 1981, as queixas de empresários, fornecedores e empreiteiros giravam em torno dessas mesmas constatações. Reclamava-se da precariedade da mão-de-obra. Ela tornava-se cada dia mais escassa, pouco produtiva e desqualificada para o que se exigia de seu trabalho. Dizia-se que a produtividade de corte havia se reduzido de 7 toneladas por homem/dia em 1970 para 3,5 ou 4 tons/dia em 1980. Que não era mais possível contar com o trabalhador no dia seguinte. Este, quando percebia que a tarefa estava mais difícil, a cana mais pesada, mais deitada ou mal queimada, "pulava" para outro caminhão. Absolutamente descompromissado com qualquer vínculo mais estável, ele mudava de empreiteiro e de usina na busca da melhor tarefa, o que causava sérios problemas ao planejamento de colheita.

Em alguns casos esses relatos assumiam tons depreciativos, acusando-se os trabalhadores de preguiçosos e não confiáveis. O que também é identificado pela pesquisa da Secretaria de Planejamento em 79. Nela um empreiteiro de Franca se refere à inconstância dos trabalhadores da seguinte forma:

(8) Secretaria de Economia e Planejamento do Governo do Estado de São Paulo, op. cit., pág. 400 sobre esta questão ver também R.M. Fischer, *A Política e as Políticas das Relações do Trabalho* (São Paulo: FFLCH/USP, mimeo, 1983), pp. 286 a 296.

"Só uma coisa eu vou falar para a senhora: a maioria dos pau-de-arara não é honesto não. Têm muitos que não valem nada. (...) Veja só este aí (apontando para um trabalhador), estava ganhando perto de um milhão por semana. Na semana que vem ele pode não ganhar isso e, então ele já não volta para mim. Não volta de jeito nenhum. Nem que tatú berrel! O que acontece é que o maloqueiro quer ganhar sem trabalhar. Tem camarada que chega e fica sentado na beira do carreador porque o salário tá pouco. (..)." ⁹

Outro empreiteiro, respondendo ao pesquisador sobre o porquê da agroindústria não se responsabilizar diretamente pela contratação da mão-de-obra, responde:

"Porque lidar com esses bóias-frias é a pior coisa do mundo. É pior do que uma professora que dá aula pro aluno de primeiro ano primário. Porque 90% deles não sabem ler nem escrever: é tudo analfabeto. E você vai lidar com uma pessoa que não sabe nada de tudo, então você tá sempre arruinado." ¹⁰

Independentemente da indignação que nos causam os termos usados por esse empreiteiro para referir-se a um trabalhador, devemos observar que não se trata de uma grosseria gratuita. Há, de um lado, um substrato real que a sustenta, uma vez que essa mão-de-obra era mesmo mais desqualificada e instável do que poderia se esperar dela. Mas, de outro lado, sua fala revela um forte componente ideológico que justifica a Relação de Trabalho Volante: agroindústria e trabalhador são elementos tão desiguais que jamais poderão falar a mesma linguagem, nunca poderão se entender, é preciso um decodificador intermediando permanentemente suas relações. Ao desqualificar o trabalhador o empreiteiro se qualifica, e justifica sua presença na Relação de Trabalho. Para isso lança mão de uma ideologia segregadora da mão-de-obra volante que predominava em toda a sociedade. Uma forma desvalorizadora e pejorativa de ver o trabalho e o trabalhador agrícola que, até aquele momento, mostrava-se muito eficiente para as agroindústrias, mas que passaria, a partir de então, a ser questionada. Sobre as características ideológicas das denominações que o trabalhador volante recebeu já escrevemos em trabalho anterior:

(9) Ibid., pág. 401.

(10) Ibid., pág. 401.

"Embora seja no mundo da produção que surge o trabalhador volante, como resultado inacabado de um ramo da economia brasileira considerado de segunda classe, é na esfera da ideologia que ele ganha a sua identidade. uma identidade cunhada naquilo que o diferenciava dos demais pelo insólito, pelo indigno. Do conjunto de características que poderiam qualificá-lo elegeu-se uma particularmente degradante e que estimula apenas o sentimento de comisseração: *a bóia fria*. " 11

A terminologia usual adotada para identificar o trabalho volante não é aleatória ou casual. Como também não é aleatório e casual o fato de termos restringido o máximo possível a sua utilização neste estudo. O uso da "bóia-fria" como nome apresenta o trabalhador como um ser à parte, diferente de todos os demais que vivem num mundo onde a "normalidade" é comer quente. O termo "bóia fria" integra assim um jogo simbólico onde a "subordinação ideológica é tão ou mais importante do que a subordinação econômica". É assim que:

"Do ponto de vista econômico estes trabalhadores foram destituídos de suas terras e tangidos para a vida urbana e o assalariamento. Do ponto de vista ideológico foi-lhes retirada a identidade rural e impingida uma imagem de pária urbano, que gradativamente foi absorvida, não só pelos próprios trabalhadores, como pela sociedade que os margeia." 12

Poderia se continuar questionando a forma ideológica de a sociedade estigmatizar o trabalhador volante para facilitar a ação dos mecanismos de dominação, mas esta é uma questão tangencial ao nosso trabalho. Importa assinalar que, até por absorver e reproduzir o estigma, até por ser parte ativa nesse jogo simbólico, este trabalhador só poderia ter um comportamento e uma visão descompromissada e pouco produtiva de seu trabalho. Por todos os motivos alinhados no tópico anterior isto começaria a preocupar a agroindústria da década de 80.

(11) André L. Fischer, Trabalho apresentado ao final do curso Movimentos Sociais e Mudança Social do Programa de Mestrado em Ciências Sociais da PUC/SP (1985), pág. 04.

(12) Ibid., pág. 04.

Datam de 1978 as primeiras iniciativas de aproximação com o mercado de trabalho por parte de empresas agroindustriais, das quais dispomos de informação. Na região sobre a qual incide este estudo, dos oito grandes empreendimentos existentes pelo menos três, neste ano, já registravam todos os seus trabalhadores agrícolas em carteira. Dois deles, em 1980, não admitiam mais colhedores através de grandes firmas empreiteiras, preferindo turmeiros com uma ou no máximo três turmas, na tentativa de diminuir o grau de intermediação no trato com a mão-de-obra. De todas as oito usinas, apenas duas usavam mecanização no corte, mas mesmo essas reconheciam seu caráter absolutamente experimental.

Mas seria depois de 1980 que essas intervenções ganhariam maior vulto e intensidade na região e em todo o estado. Elas foram bastante diversificadas quanto aos seus objetivos, metodologias e conteúdo específico, mas o enfoque adotado revelava a maior ou menor disposição da empresa para promover mudanças efetivas na gestão das Relações de Trabalho. Quanto a este aspecto, para fins do nosso estudo, podemos classificar as iniciativas das usinas em quatro categorias:

1. Projetos com uma perspectiva predominantemente assistencialista:

Foram projetos que simplesmente deram continuidade ou intensificaram os programas de Assistência Social que já vinham sendo implementados pelas empresas. A maioria dos empreendimentos contava com uma estrutura de Serviço Social de grandes dimensões por ser obrigada por lei a fazer aplicações compulsórias nesta área. Geralmente tinham uma visão muito limitada e paternalista da questão. Seus objetivos fundamentais referiam-se sempre a ideais humanitários, beirando a filantropia. Respeitando a tradição, em muitos casos estes programas eram coordenados por figuras femininas das famílias de usineiros, embora, mais recentemente, esta área tenha se profissionalizado bastante. De qualquer forma, esses projetos, pelo seu enfoque, não questionavam a problemática das Relações de Trabalho, limitando-se a reproduzi-las.¹³

(13) Conforme Lei de Dez/1965 as agroindústrias são obrigadas a aplicar 1% do preço líquido da cana e 2% do preço líquido do álcool e 1% do açúcar em atividades de atendimento social a seus trabalhadores industriais e agrícolas.

2. Projetos que atuavam predominantemente sobre a questão da alimentação do trabalhador rural: Quando implantados isoladamente tinham também forte cunho assistencial. Pretendiam resolver a questão do bóia-fria pelo estigma, ou fazer propaganda através dele. Os mais famosos foram chamados de Projetos Bóias-Quentes e entregavam ao trabalhador no campo marmitas aquecidas com alimentação diariamente. Existiam também modalidades intermediárias: a chamada Complementação Alimentar, através da qual se distribuíam sanduíches, sucos e, o que mais se propagou, leite de soja entre os trabalhadores.¹⁴

Embora muitas vezes realizados por profissionais competentes e bem intencionados, esses projetos, em si, tentavam resolver o problema da mão-de-obra volante pelo seu rótulo e não por suas questões mais fundamentais. Há estudos bastante sérios sobre a deficiência alimentar desta mão-de-obra, e atuar sobre ela sempre foi fundamental, mas exclusivamente fornecer o alimento ou fornecê-lo aquecido, com certeza não é o melhor caminho para isso.

Uma série de complicações práticas se interporiam a esses projetos, dentre as quais o altíssimo custo de produção e distribuição das marmitas e, até onde conhecemos, apenas os de Complementação Alimentar teriam conseguido manter alguma continuidade.¹⁵

3. Projetos que enfocavam, prioritariamente a implantação de mudanças no processo de trabalho. Visavam principalmente a otimização, da gestão, programação e controle das atividades de colheita. Neste caso predominava o enfoque técnico-produtivo. Privilegiava-se a engenharia do trabalho em seus moldes clássicos, estudando-se tempos e movimentos para prescrever uma forma ideal de colheita. Procurava-se desenvolver métodos, instrumentos e até mesmo roupas mais adequadas para um corte eficiente. Tudo isto seria prescrito posteriormente ao trabalhador que, pressupunham os técnicos, absorveriam os ensinamentos e se tornariam mais produtivos e qualificados. A maioria dessas iniciativas desprezava totalmente a questão das Relações de Trabalho, entendendo o processo e a organização da produção como algo circunscrito em si mesmo.

(14) Vide a este respeito a publicação "Os Bóias-Quentes" assinada pela equipe GAJA - Grupo de Alimentação Profissional e, não por acaso, patrocinada pela Cardápio S/C, empresa especializada no fornecimento de alimentação industrial para empresas. Este texto é um misto de relato da experiência de produção e distribuição das bóias quentes na Usina Santa Adelaide, localizada em nossa região de estudo e material promocional não explícito da própria Cardápio.

(15) Sobre pesquisas sérias a respeito da questão alimentar do trabalhador volante vide *Bóias-Frias - Uma Realidade Brasileira* - CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico ACIESP - nº. 30 - José Eduardo Dutra de Oliveira - coordenador.

Nessa linha de trabalho também atuavam técnicos experientes, e de grande competência. Apesar de orientados por uma visão estanque, que dissociava a dimensão técnica da dimensão social e humana do trabalho, alguns resultados obtidos por esses projetos foram de grande importância para as condições e a eficiência de trabalho dos colhedores. Desenvolveram-se equipamentos de segurança bastante adequados e práticos, o que não é fácil na situação e ambiente de trabalho em que ocorre o corte de cana; alguns procedimentos prescritos foram absorvidos pelos colhedores e realmente implicaram maior produtividade e ergonomia menos penosa à saúde do trabalhador; além disso, surgiram alternativas de equipamentos voltados para uma melhoria nas condições de trabalho em geral, inclusive no que se refere ao transporte do trabalhador. Entretanto, as limitações deste tipo de enfoque produziram algumas iniciativas absolutamente desastrosas e explosivas, como a proposta de corte em sete ruas por exemplo.

4. Projetos voltados para mudanças nas Relações de Trabalho. O principal objetivo desta linha de projetos era o de administrar e estimular uma transição das práticas tradicionais da relação volante, para procedimentos característicos do que se preconiza a chamada Escola de Relações Humanas nas empresas urbanas. Buscavam implantar políticas e práticas de Recursos Humanos no ambiente agrícola da usina, tratá-lo como indústria para influenciar o mercado de trabalho, e interferir diretamente na contratação, seleção e administração dos trabalhadores.¹⁶

Um primeiro passo nesse sentido seria a eliminação ou transformação da intermediação, uma vez que o empreiteiro era o grande administrador dos recursos humanos agrícolas das agroindústrias. Foram poucas as empresas das regiões de mercado de trabalho competitivo que não adotaram iniciativas nesse sentido, todas elas cautelosas e gradativas. As propostas eram variadas. A mais radical substituíam todos os intermediários por funcionários efetivos e permanentes das usinas, praticamente não admitindo para isso antigos empreiteiros. A mais comum e menos transformadora incorporava os empreiteiros ao quadro de funcionários da empresa, a eles eram impostas regras mais restritivas de seleção, fiscalização e transporte de pessoal. Algumas empresas compravam os caminhões de transporte e locavam aos empreiteiros-funcionários, que passavam a ser chamados de agenciadores. Outras, o que era bem menos frequente, passavam a responsabilizar-se diretamente pelo transporte, introduzindo furgões de alumínio, motoristas treinados e racionalizando os percursos de forma a torná-los mais curtos.

(16) Sobre este processo de adaptação da teoria, à prática e das políticas de Recursos Humanos à mão-de-obra agrícola das usinas de São Paulo vide: R.M. Fischer, *A Política e as Políticas das Relações de Trabalho* (São Paulo: FFLCH/USP, 1983), especialmente pp. 44/59.

É neste contexto que se desenvolveria em algumas usinas uma estrutura organizacional para dar conta das tarefas de administração do trabalho, antes assumidas pelos empreiteiros. A dimensão desta estrutura dependeria da estratégia da empresa e do nível de competitividade do mercado de trabalho. Algumas empresas simplesmente dotariam os ex-empreiteiros de um suporte financeiro, de informações e treinamento para corresponder às novas regras de contratação, seleção e atendimento social do trabalhador. Outras estruturariam verdadeiros postos avançados nas cidades, com espaço físico projetado exclusivamente para isso e funcionários especialmente alocados nas tarefas de administração das relações com os colhedores. A esses escritórios os trabalhadores recorriam para serem atendidos em necessidades financeiras, de saúde e sociais, para inscreverem-se em processos de recrutamento coletivo e, quando da demissão, para acertos de contas e de documentação.

Também quando não integradas a outras iniciativas de gestão e a organização do processo produtivo as ações que privilegiavam exclusivamente as Relações de Trabalho encontrariam restrições ao seu sucesso. A ação mais direta da empresa junto ao trabalhador fora do ambiente de trabalho dependia de mudanças na gestão do próprio trabalho. De nada adiantava recrutar o colhedor sem intermediários se o planejamento de colheita não fosse concebido de forma a mantê-lo empregado por um período de tempo mais prolongado durante a safra. Também não se justificava o investimento na melhor seleção e, mais raramente, no treinamento de fiscais e colhedores se a empresa não estivesse preparada para monitorar os ganhos de eficiência advindos destas iniciativas.

Assim, para que o enfoque de Recursos Humanos tivesse resultados, era preciso que se remodelassem os sistemas de gestão orientadores e controladores das atividades agrícolas, era preciso levar em conta o trabalhador como um fator de produção, o que até então não se fazia nas usinas paulistas. É interessante perceber que isto, que nada mais era do que trazer a racionalidade com que a fábrica vê a sua mão-de-obra para o campo, termina por se constituir num avanço técnico e, inclusive, social para o trabalho agrícola. Vem a se constituir, como já dissemos, num "enobrecimento" do trabalhador enquanto profissional, o que somente pode acontecer através mudanças na cultura empresarial, gerencial e organizacional das agroindústrias.

17

(17) Sobre a questão da Cultura Organizacional e de suas implicações para os processos de mudança nas empresas vide: E. Schein, *O Conceito de Cultura Organizacional* (apostila) e M.T. Fleury, R.M. Fischer *Cultura e Poder nas Organizações* (São Paulo: Atlas, 1989).

Importa ainda assinalar que havia limites bastante definidos para a ação empresarial quanto às Relações de Trabalho. Algumas restrições eram dadas a priori para os projetos de mudança como princípios consagrados, e que não poderiam ser transgredidos independentemente da linha de intervenção adotada. O primeiro deles refere-se, como já vimos, à limitação à mecanização da colheita. Para algumas regiões seria possível tecnicamente mecanizar até 70% do corte de cana, eliminando-se totalmente o trabalho sazonal. Já mencionamos as dificuldades objetivas que se impõe a isso mas, ao lado delas, deve-se apontar também outra de caráter cultural.

A cultura empresarial do setor foi formada dentro de um ambiente e de uma história de instabilidade, ou seja, momentos de crise e de crescimento se sucedem porque as empresas não têm o menor controle sobre o mercado em que atuam. A dependência do mercado externo, a posição subordinada frente aos outros setores econômicos e a dependência do Estado, vão sempre reforçando essa instabilidade. Uma situação portanto que inviabiliza o planejamento estratégico de longo prazo e coloca sempre o empresário em uma posição reativa. Ora, nestes termos ele sempre prefere contar com sócios mais fracos na relação, com quem possa compartilhar prejuízos nos momentos difíceis e guardar para si os lucros nos momentos de fartura. Além dos entraves técnicos à mecanização, é esta desigualdade que torna o trabalho manual mais eficiente do que o mecânico no corte de cana para a agroindústria. O capital investido em colheitadeiras e na reforma do canavial, além de ser um bem mais escasso e valorizado do que o trabalho humano neste país, não pode ser demitido quando as crises de mercado obrigam o empresário usineiro a restringir a sua produção, permanecem gravando sua lucratividade. Assim é preferível manter o homem, que não requer investimento e pode ser descartado sem ônus a qualquer momento.

Outra restrição importante refere-se aos limites dos sistemas de pagamento, recompensa e benefícios. A agroindústria enquanto setor acaba por exercer poder de oligopólio na demanda de mão-de-obra nas regiões em que está localizada. Um oligopsônio. Assim, o setor define previamente quanto vai pagar aos trabalhadores, e a regra estabelece que ninguém pode praticar salários superiores ao acertado. Procura-se com isso limitar a concorrência no mercado e fazer uma frente única na negociação com o trabalhador. Quando as empresas começam a investir em condições de trabalho, que se constituem em salário indireto, começam a quebrar as regras do monopólio, a assumir a concorrência de mercado. Nestas situações a grita entre os empresários mais conservadores será generalizada, acusando as empresas mais avançadas e pioneiras de desrespeitar acordos e encarecer artificialmente o valor dos salários no mercado. Chega-se, como sempre, numa solução de compromisso evitando-se a competição também quanto a condições de trabalho como transporte, assistência médica, social, etc.

Quanto ao sistema de pagamento em particular, além do respeito ao acordo, o principal aspecto com o qual as empresas não conseguem lidar é o pagamento por tarefa. Transformá-lo seria eliminar talvez a própria essência da Relação de Trabalho Volante, mas a agroindústria foge desta possibilidade "como o diabo foge da cruz", porque como vimos ela pressupõe alterações fundamentais na base técnica do trabalho que ainda não estão dadas e não parece haver vontade política empresarial de que venham a estar a curto prazo. A mecanização das atividades de colheita seria a principal delas. Por não mecanizar a agroindústria recusa-se a pagar por tempo, paga por peça, forma que lhe é favorável como elemento de pressão e como mecanismo de repassar ao trabalhador os momentos de não-trabalho dentro da própria safra.

Estes eram os enfoques, características e objetivos que predominavam nas ações empresariais de 1980 voltadas para uma rearticulação da gestão de mão-de-obra nas operações agrícolas. Por vezes, não se tratava de um projeto ou programa sistematizado, eram decisões tomadas numa certa direção e que iam se integrando ao longo do tempo no cotidiano da empresa. Noutras situações houve maior articulação, planejando-se antecipadamente o processo de mudança implementado. Algumas empresas simplesmente imitavam o que viam acontecer com aquelas que eram consideradas modelos do setor, outras tomavam a vanguarda em um ou outro tipo de iniciativa, e poucas permaneceram absolutamente indiferentes a esta questão.

As linhas de intervenção acima descritas não eram encontradas de forma pura nos projetos implementados pelas empresas. Esta categorização tem um sentido exclusivamente analítico. Para criá-la nos baseamos naquilo que era predominante nas propostas de intervenção, naquilo que transparecia como sendo os objetivos principais das metodologias, pesquisas e estratégias de intervenção propostas. A grande maioria das iniciativas empresariais mesclava, na verdade, mais de um destes enfoques, cortando verticalmente esta categorização.

Os resultados das pesquisas empíricas, que analisaremos no próximo capítulo, deverão demonstrar o que ficou como prática social consolidada desse conjunto de iniciativas na região estudada.

VI. 3 - A AÇÃO DOS TRABALHADORES - RESISTÊNCIA E COOPERAÇÃO

Os trabalhadores não seriam incorporados nesse processo de mudança de forma passiva. Sua atuação seria sempre subordinada, mas contraditória, oscilando permanentemente entre a cooperação e a resistência. É bem verdade que no perfil de comportamento deste trabalhador na região estudada, onde melhor o conhecemos, predomina a humildade e a concordância. Como já pudemos observar, a sociedade os estigmatiza de tal maneira que não deixa espaço para a auto-estima e a dignidade profissional. Ser trabalhador volante era, e ainda é, considerado vergonhoso, o que inibe a formação de uma identidade remetida ao trabalho e, por decorrência, também a possibilidade de uma reação coletiva contra a exploração predatória do trabalho. Uma situação sem dúvida confortável para os empregadores mais tradicionais e despreocupados com a eficiência do seu negócio.

É por isso que praticamente todas as formas de intervenção propostas pelas empresas vão encontrar, em geral, boa aceitação por parte dos trabalhadores. Mesmo o delicado processo de substituição da ação dos empreiteiros por práticas menos personalizadas de recrutamento, seleção, treinamento e administração dos trabalhadores acaba se introduzindo no cotidiano de trabalho com relativa facilidade. Na verdade os colhedores sentiam-se valorizados com a atenção que lhes era dada pelos programas e inovações introduzidas mesmo quando estes não lhes traziam nenhuma vantagem imediata. Relegados por muito tempo à condição de párias urbanos em seu local de moradia, considerados um mal necessário que deve ser mantido à distancia no local de trabalho, eles sentiam-se prestigiados quando viam as atividades que exerciam sendo vasculhadas, pesquisadas e transformadas pela ação dos homens da cidade e da indústria.

A cooperação acontecia também em função de conseqüências mais concretas percebidas pelos trabalhadores como positivas a partir da implantação dos programas e projetos empresariais. Como se observa nas descrições anteriores, esses projetos tiveram diferentes motivações que se imbricavam para definir metodologias e objetivos a serem atingidos, algumas mais nobres como a busca da modernidade através da racionalização e da competitividade; outras oportunistas e circunstanciais: como a propaganda política do setor e do Proálcool; ou ainda motivações mais tradicionais como o paternalismo assistencialista característico das famílias usineiras paulistas. Mas todos confluíam para a necessidade de se "valorizar e promover" o que, erroneamente, era chamado nos discursos e declarações dos representantes dos usineiros de "homem do campo". Não há como negar que, embora na maioria das vezes de forma parcial e pouco duradoura, esses projetos trariam melhorias significativas às condições de vida e trabalho dos colhedores que deles participaram.

Mas podiam-se perceber também práticas de resistência. Não como reação aos projetos de modernização, como o caso da implantação do sistema de corte em sete ruas, que ficou famoso como um dos principais "estopins" da greve de Guariba em 1984. Mas uma resistência crônica, permanente e, de certo modo, conservadora. Reprodutora e não transformadora do estado de coisas vigente nas Relações de Trabalho, ela aflorava nos momentos de desespero, em situações nas quais se exacerbavam os mecanismos de exploração ou se agudizava a precariedade das condições de existência dos trabalhadores. Sua manifestação ocorria através de movimentos anônimos, difusos, espontâneos e quase sempre individualizados ou de pequenos grupos pouco organizados.

A resistência podia ser identificada durante o trabalho, transparecendo no clima tenso que pautava a relação entre fiscais e trabalhadores. Os conflitos aconteciam com frequência e o fiscal, como representante da empresa no campo, absorvia a maior parte deles. O peso desta tarefa, e a dificuldade de enfrentá-la, refletem-se no discurso dos fiscais de turma: "é preciso levar a turma num cortado, o senhor sabe o que é lidar com 50 homens de facão na mão?" ¹⁸

O fogo no canavial era outra forma comum de demonstração de descontentamento. Trabalhadores demitidos, sentindo-se injustiçados ou, por qualquer motivo, contrariados ateiam fogo à cana para causar prejuízo à usina. Note-se que aqui, na hora do conflito, o patrão é diretamente identificado pelo empregado como a agroindústria e não o intermediário. O fato é que já em 1980 podia-se identificar uma ocorrência, relativamente constante, de incêndios em canaviais provocados por trabalhadores em conflitos, abertos ou velados, com seus empregadores.

Conhecedores de seu próprio trabalho, eles sabem o dano que a queima precoce da cana poderá causar à usina. Caso ela esteja próxima do ponto de corte poderá ainda ser aproveitada no dia seguinte, causando problemas apenas para o planejamento diário de transportes e carregamento. Caso contrário, se ela não estiver suficientemente amadurecida, toda a matéria-prima estará irremediavelmente perdida. O que é preocupante para os administradores agrícolas das usinas, uma vez que para quem domina as técnicas de queima é possível se fazer consumir rapidamente pelo fogo alguns milhares de toneladas de cana.

(18) Extraído de entrevistas realizadas na região de origem para o Relatório: *Estudos Para a Fixação da Mão-de-Obra Agrícola na Lavoura Canavieira* (São Paulo: IAP/FEA/USP, 1981).

Outros atos de sabotagem, motivados pelas mesmas causas, também aparecem nos relatos colhidos, embora aconteçam com bem menos frequência. Pneus de caminhões de transporte furados, pedras em meio à cana transportada são artifícios utilizados para uma demonstração de descontentamento surda, escondida e envergonhada.

Ainda nos anos oitenta e na região em que realizamos nossas pesquisas, pode-se detectar uma forma mais avançada e madura de manifestação da vontade dos trabalhadores: a parada da turma. Ela já denota uma relativa superação dos limites impostos pela negação de uma identidade referida ao trabalho, revelando um embrião de consciência da força da ação coletiva.

Os motivos que provocavam paradas de turmas eram os problemas de transporte: recusa de viajar em caminhão velho, quebrado, ou inseguro, as incompatibilidades com os fiscais, que geralmente estavam associadas com dificuldades da tarefa do dia: cana de corte difícil, excesso de mato, local perigoso, etc. e, principalmente, o valor da empreita: quando considerado muito baixo pelos trabalhadores era creditado a má atuação do fiscal da turma.

A questão do preço e o sistema de pagamento revelam o conflito e o verdadeiro padrão do trabalhador. Ao mesmo tempo demonstram que a exploração é social e não individualizada como o sistema de pagamento pretende fazer entender. Mas isto acontece no campo e "ao pé do eito". O sistema de pagamento por tarefa exige que o preço da cana seja decidido diariamente na lavoura. O fiscal somente tem condições de avaliar corretamente a dificuldade de corte que a cana apresenta depois de queimá-la, a partir disso, ele fixa o valor por metro a ser pago ao trabalhador. Este valor pode variar em até 50% a mais ou a menos em função das características do canavial. É nesta hora que ocorrem as paradas de turma. Elas se recusam a "pegar o eito" até que os fiscais refaçam o preço quando há divergências a respeito da dificuldade de corte estimada pelo fiscal. Para modificar o preço os fiscais de turma devem recorrer aos seus superiores hierárquicos, os fiscais gerais, o que nem sempre é possível imediatamente, podendo fazer perder todo o dia de trabalho. Instaura-se o conflito que, muitas vezes, conta com a participação do empreiteiro, que interessa-se pelo valor da tarefa uma vez que ganha uma comissão sobre ela.

As greves de Guariba tiveram seu início a partir de uma série de manifestações coletivas ocorridas no campo e nas cidades de moradia dos trabalhadores. No campo elas começaram a partir de uma sequência de paralisações parciais e por turmas, como as que nos referimos. Mas Guariba já configurava um outro momento.

A primeira greve de trabalhadores volantes do interior paulista aconteceria quando se passavam quase dez anos da implantação do Proálcool e uma série de mudanças haviam se processado na produção material e social do mundo dos canaviais. É impossível não associar o programa e seu crescimento com os movimentos grevistas que eclodiriam por esta época.

Guariba significava que os trabalhadores volantes galgavam uma etapa superior na evolução de suas consciências, na evolução da organização da resistência e da busca de seus interesses enquanto uma categoria social particular. Tratava-se portanto de um momento superior e diferenciado das Relações de Trabalho na agricultura paulista. Em trabalho de 1985 afirmávamos:

"Com a greve de Guariba o trabalhador volante, ao mesmo tempo que procura libertar-se do estigma de anomalia social, pasma a sociedade. Adquire consciência de sua identidade e faz a sociedade adquirir consciência da realidade de sua existência enquanto trabalhador. Ele se permite pensar que é proprietário de, pelo menos, parte de seu destino. É isto que confere a esse movimento particularidade e importância. Sua possibilidade de abrir caminho àqueles que dele participam e nele acreditam, um caminho do qual poderá se dispor ou não, mas que a partir de Guariba estará definitivamente à mão de quem queira trilhá-lo." ¹⁹

Longe de ser apenas mais um movimento social dentre os outros que emergiram na época em função da crise econômica e da descontenção política pela qual passava o país Guariba é, na verdade, a expressão pública de um processo de mudança que vinha se gestando há vários anos nos canaviais paulistas. Como principais atores estavam de um lado os trabalhadores volantes cortadores de cana e, de outro, os empresários do álcool e açúcar, os gerentes, os técnicos e os administradores do setor.

Não nos deteremos em fazer uma reconstituição dos episódios de Guariba ou da história dos movimentos grevistas de trabalhadores rurais no interior de São Paulo entre 1984 e 1988. Há estudos da época que fizeram isso com muita competência e entusiasmo, mostrando a força e a coragem do movimento. O que gostaríamos de registrar, para os fins que nos propomos, é como Guariba

(19) André L. Fischer, op. cit., pág. 16.

revela com clareza que , em contrapartida a uma mudança de qualidade nas formas de exploração do trabalho, ocorre uma mudança de qualidade também no comportamento, na organização e nas formas de manifestação dos trabalhadores. O que vem confirmar, mais uma vez, que, nesta fase da história da agricultura e dos movimentos sociais de São Paulo, o colhedor de cana tornava-se uma categoria social em si, completamente diferente daquilo que se praticava nas outras culturas.²⁰

Essa diferença era resultado da maneira como o trabalhador se inseria no processo produtivo, da forma como a empresa extraía novos significados de seu trabalho. Mas, o que o diferenciava também e principalmente, era como ele viria a se perceber. Tudo conspirou para que o trabalhador volante reconstituísse parte de sua identidade referenciada ao trabalho. O movimento de Guariba é a coroação desse processo de resgate que ocorre quando o trabalhador assume uma prática social que lhe é própria. Por tudo isto pode-se dizer as greves que se sucederiam entre 1984 e 1988 em São Paulo tiveram um caráter peculiar, inusitado e transformador.

Eles transformaram os volantes em assalariados da cana, o que já vinha ocorrendo para o mundo da produção e que começa a penetrar também no universo ideológico da sociedade dos canaviais.

Antes da findar a década de 80, a força dos movimentos sindicais dos trabalhadores volantes canavieiros iria arrefecer bastante. As vitórias conquistadas em 1984 e parcialmente em 85 não se repetiriam nos anos posteriores e o movimento perderia o ímpeto inicial. Contribuiriam para este refluxo, além das contradições inerentes a uma categoria de trabalhadores ainda imatura e em formação, a avassaladora crise econômica do país e a crise específica do setor que se acentuava progressivamente.

Como acontecia com todas as categorias profissionais, inclusive com aquelas mais dinâmicas e reivindicativas, a crise seria um elemento de retração, de desestímulo à mobilização e à ação sindical. Mas consolidaram-se ganhos importantes. A prática do acordo anual se instaurou com maior efetividade.

(20) Sobre as greves de trabalhadores volantes vide: Cláudio Perani, 'A Greve dos Bóias Frias em São Paulo', *Cadernos do CEAS*, nº 93, pp. 17/22, que faz uma boa descrição factual do primeiro momento em Guariba; M.C. D'Incao, *O Movimento de Guariba: o Papel Acelerador na Crise Econômica* (mimeo/sem data), uma análise bastante semelhante a que fazemos sobre os fatores motivadores das greves descrevendo também os movimentos posteriores em 1985; Vilma Barban, *O Trabalhador Rural da Agroindústria Canavieira Empresarial do Estado de São Paulo*, (mimeo, tese mestrado, FFLCH/USP), pp. 67/80, também reconstitui os movimentos abrangendo até 1985; J. F. Bertero, *'Estado, Agricultura e Agroindústria: Estudo da Base Paulista da Economia Canavieira do Brasil entre 1948 e 1990'*, (São Paulo: FFLCH/USP, 1991).

Negociou-se de forma mais digna durante todo esse período salários, condições de trabalho, sistemas de trabalho, transporte e garantia de emprego. E, mais do que isso, institucionalizou-se do ponto de vista sindical, a representação da categoria que surgia com a criação de uma entidade associativa exclusivamente voltada para os agricultores assalariados, no início de 1990, passo fundamental para um reconhecimento mais amplo de sua identidade profissional.

VII. IMPACTOS SOCIAIS DO PROÁLCOOL - OS RESULTADOS DE UMA PESQUISA EMPÍRICA

No decorrer dos primeiros capítulos deste estudo desenvolvemos uma série de análises sobre a expansão da agroindústria canavieira em São Paulo e seus impactos sobre o processo de trabalho, as Relações de Trabalho e os próprios trabalhadores agrícolas. Para isso, lançamos mão da história dos principais agentes que construíram esse processo expansionista e da teoria já formulada sobre eles. Durante este resgate procuramos demonstrar que os resultados dessa mudança apontam para uma evolução. Uma evolução efetiva e comprovada pelos fatos, mas que não se complementa, não vai às últimas consequências, permanecendo muito aquém do limite do possível para sua época.

Em diversos momentos anteriores procuramos mostrar evidências comprovadoras desta hipótese, porém sem respaldo empírico e quantitativo específico. É isto que pretendemos fazer neste capítulo: recorrer ao empírico para sustentar essas constatações.

Através dos resultados de pesquisas realizadas com trabalhadores rurais residentes na região foco de nosso estudo tentaremos comprovar essa mudança e suas formas de manifestação mais específicas. Para tanto utilizaremos prioritariamente de uma estratégia comparativa. Estabeleceremos comparações entre os resultados de dois levantamentos realizados com o mesmo tipo de população e na mesma região em épocas distintas. O primeiro foi levado a campo no início de 1980, e pode ser considerado como retrato de uma época em que os efeitos do Proálcool sobre o mercado de trabalho e o comportamento de trabalhadores e empresários ainda não eram tão intensos. O segundo levantamento foi realizado especialmente para os objetivos deste projeto em 1992, quando as ações empresariais e os movimentos dos trabalhadores já tinham se consolidado. Sabemos dos limites de se adotar o método comparativo entre duas situações históricas diferentes com base em dados obtidos através de "surveys". Porém acreditamos que esta é a única forma possível de se colher informações diretamente de sua fonte mais legítima considerando-se os objetivos deste estudo: os trabalhadores. Atores quase sempre considerados meros pacientes dos processos de mudança social, mas que em nosso trabalho constituem-se como principais interlocutores. Pela palavra deles, acreditamos poder dar vida, especificidade e qualidade ao que afirmamos até aqui sobre o processo de mudança estudado.

Para cumprir esses objetivos, os dados de pesquisa foram agrupados de forma a permitir análises referentes às seguintes questões:

- a. **O Perfil do Trabalhador:** que permite constatar diferenças quanto a características pessoais, da estrutura familiar, trajetória de vida e profissional dos entrevistados;
- b. **As Práticas, Instrumentos e Efeitos das Relações de Trabalho:** onde se comparam as formas de interação da empresa com o mercado de trabalho (contratação e recrutamento), de administração operacional do trabalho e seus efeitos sobre produtividade, sazonalidade, ganho/salário, segurança do trabalho, assistência/benefícios e sindicalização do trabalhador;
- c. **Percepções, Aspirações e Expectativas:** onde se analisa os impactos das mudanças ocorridas na forma como os trabalhadores percebem o seu trabalho, sua auto-imagem e imagem na sociedade, suas relações com o empregador, as expectativas quanto ao seu futuro profissional e de vida.

VII.1 - O PERFIL DO TRABALHADOR ASSALARIADO CANAVIEIRO

O perfil do trabalhador canavieiro regional foi analisado nas duas pesquisas a partir de informações sobre características pessoais, familiares, de trajetória ocupacional e de vida dos entrevistados. Cada um desses itens será analisado abaixo em detalhe.

TABELA VII.1.1 - CARACTERÍSTICAS PESSOAIS DOS ENTREVISTADOS - IDADE
Comparativo 1980/1992

FAIXA ETÁRIA	1 9 8 0		1 9 9 2	
	FREQ.ABS.	FREQ.REL.	FREQ.ABS.	FREQ.REL.
	(No.)	(%)	(No.)	(%) ¹
Menor de 15 ANOS	63	15,1	4	1.6
15 até 18 ANOS	111	26,5	31	12.1
18 até 25 ANOS	66	16,0	83	32.3
25 até 30 ANOS	41	9,8	37	14.4
30 até 40 ANOS	44	10,5	61	23.8
40 até 50 ANOS	45	10,8	27	10.5
50 ANOS ou mais	48	11,5	14	5.4
TOTAL	418	100.0	257	100.0

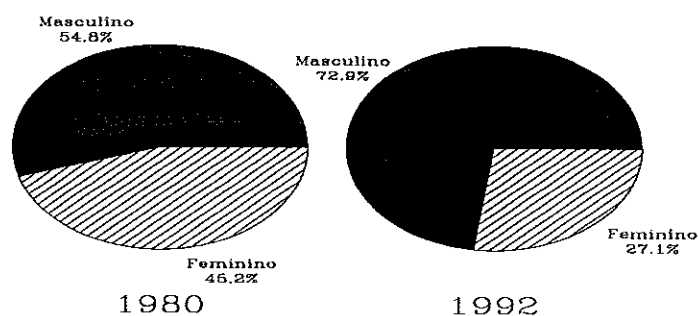
(¹) Notações utilizadas nas tabelas e gráficos:

Freq. Abs. = Frequência Absoluta

Freq. Rel. = Frequência Relativa

Missing = Não Respostas às Questões
Formuladas ou Informações Desconsideradas.

GRÁFICO VII.1.1 - CARACTERÍSTICAS PESSOAIS DOS ENTREVISTADOS - SEXO
Comparativo 1980/1992



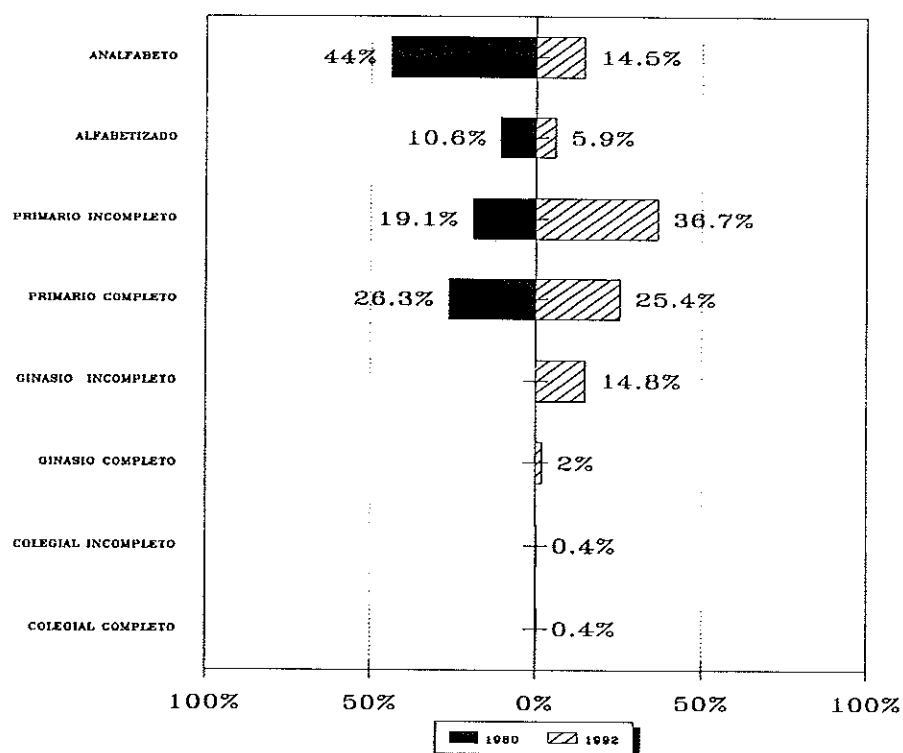
O mais novo trabalhador encontrado pelo levantamento de 1992 tinha quando entrevistado 13 anos e o mais velho 67 anos. Demonstrando como as usinas ainda empregam mão-de-obra infantil e de idade avançada no corte de cana. A idade média do colhedor fixou-se em 29 anos e a faixa etária mais frequente foi a de 18 a 25 anos, seguida da de 30 a 40 anos.

A análise comparativa dos dois períodos demonstra que houve mudanças no perfil etário e na distribuição entre sexos dessa população. Empregam-se menos crianças abaixo da idade permitida pela legislação (quinze anos), e velhos acima de cinquenta anos. Os jovens com menos de 18 anos também diminuíram consideravelmente. Tudo indica que em função de contingências de mercado e da implantação de processos mais seletivos de recrutamento de trabalhadores, ocorreu uma evolução de perfil. A maior parte da força de trabalho empregada no corte de cana na região na década de 90 apresenta atributos físicos mais compatíveis com o tipo de trabalho executado: são, na sua maioria, homens (73%) e contam entre 18 e 45 anos de idade (75%).

A mudança no perfil etário dos trabalhadores aparece de forma ainda mais acentuada quando se compara estes resultados com os da pesquisa de Conceição D'Incao na década de 70. Nela 60% dos volantes tinham mais de quarenta anos e, destes, 32% mais de 50 anos.²

No trabalho de José Gomes da Silva de 1977 a idade média da "turma firme" de dona Eloisa fixava-se em 38 anos, em nossa pesquisa esta média fixa-se em 29 anos. O que demonstra uma maior atração do mercado de trabalho urbano em 1977, deixando o trabalho no campo para os mais velhos e as crianças.³

GRÁFICO VII.1.2 - CARACTERÍSTICAS PESSOAIS DOS ENTREVISTADOS - ESCOLARIDADE - Comparativo 1980/1992



(2) D'Incao, op. cit., pág. 107.

(3) José Gomes da Silva, "A Turma Firme de Dona Eloisa", Mão-de-Obra volante na agricultura, (ANAIS do Encontro), (Botucatu/SP, 1977), pág. 119.

TABELA VII.1.2 - CARACTERÍSTICAS PESSOAIS DOS ENTREVISTADOS - ESTUDO ATUAL
Comparativo 1980/1992

	1 9 8 0		1 9 9 2	
	FREQ.ABS. (No.)	FREQ.REL. (%)	FREQ.ABS. (No.)	FREQ.REL. (%)
ESTUDA	12	3	23	10
NÃO ESTUDA	402	97	211	90
N.R/N.S	9	MISSING	23	MISSING
TOTAL	423	100.0	257	100.0

Esta mesma evolução aparece também no que se refere à escolaridade. O percentual de analfabetos caiu nestes dez anos de 43% para 14,5%, aumentando o número de trabalhadores que chegaram a ingressar no curso primário sem concluí-lo, que representava 18% em 1980 e passou para 36% do total em 1992. Embora não seja uma região comparável, vale observar que Conceição D'Incao detectava 70% de analfabetos para a Alta Sorocabana em 1973.⁴

Nossas pesquisas indicam que em 1980 nenhum colhedor havia chegado ao ginásial, em 1992, 15% da amostra conseguiu atingir este grau, mas somente 2% pode terminá-lo. Trata-se ainda de um nível de escolaridade bastante baixo, mas surpreendente para este tipo de trabalhador, principalmente quando se considera a situação retratada em 1980.

Quanto à frequência à escola não se nota nenhuma evolução. O trabalho no corte de cana, o cansaço por ele provocado, o início da longa jornada cedo pela madrugada, não favorecem um comparecimento regular às aulas. Assim, este indicador não apresenta uma alteração significativa entre 1980 e 1992. É verdade que diminuiu bastante o número de trabalhadores em idade escolar, mas o percentual de cortadores estudantes ainda não ultrapassa 10%. Estes poucos que estudam dividem-se igualmente em três grupos que cursam atualmente o primário, o ginásial e cursos de outra natureza.

(4) Conceição D'Incao, op. cit., pág. 106.

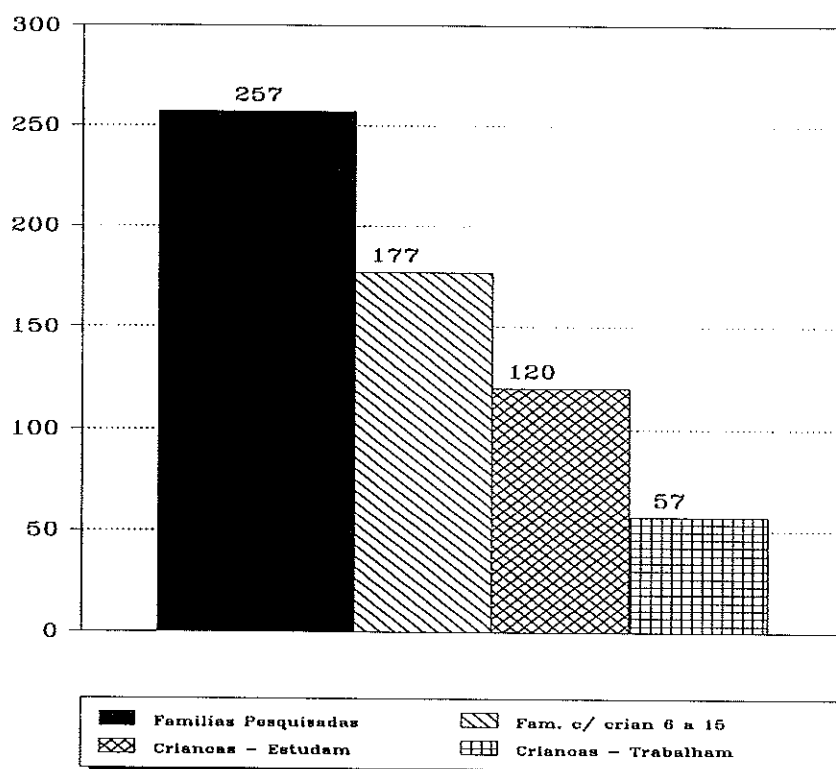
TABELA VII.1.3 - ESTRUTURA FAMILIAR DOS ENTREVISTADOS - TAMANHO DE FAMÍLIA
Comparativos 1980/1992

FAIXA ETÁRIA	1 9 8 0		1 9 9 2	
	FREQ.ABS. (No.)	FREQ.REL. (%)	FREQ.ABS. (No.)	FREQ.REL. (%)
1 PESSOA	4	1.0	9	3.5
2 PESSOAS	11	2.6	6	2.3
3 PESSOAS	36	8.6	51	19.9
4 PESSOAS	49	11.7	41	16.0
5 PESSOAS	67	16.0	54	21.1
6 PESSOAS	53	12.7	42	16.4
7 PESSOAS	44	10.5	23	9.0
8 PESSOAS	64	15.3	15	5.9
9 PESSOAS	33	7.9	4	1.6
+ DE 10 PESSOAS	54	13.7	12	4.3
TOTAL	415	100.0	257	100.0

A estrutura familiar dos colhedores de cana também sofreu alterações nos últimos dez anos. O grupo familiar diminuiu de tamanho, passando de uma **média de 6,6 membros em 1980 para 5,07 em 1992**. A distribuição de frequências da tabela acima permite demonstrar esta tendência quando se observa que as grandes famílias, com mais de seis pessoas tornaram-se bem menos frequentes, aumentando o percentual daquelas compostas por três ou quatro pessoas apenas. Embora os números não indiquem uma mudança de grande intensidade é possível dizer que se manifesta uma tendência das famílias adotarem uma estratégia de sobrevivência mais próxima dos padrões urbanos: poucos filhos para reduzir despesas e garantir a formação escolar de alguns deles. O que é diferente da estratégia detectada através de depoimentos na pesquisa anterior. Nela constatava-se que por costume, falta de hábito ou desconhecimento de métodos contraceptivos, os trabalhadores acabavam constituindo famílias numerosas. Premidos por condições extremamente precárias de subsistência, tratavam de engajar os filhos o mais cedo possível no mercado de trabalho, como forma de aumentar a renda familiar.

GRÁFICO VII.1.3 - CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO E ESCOLARIDADE DAS CRIANÇAS ENTRE 6 A 15 ANOS (Exclusivamente 1992)

Famílias com Crianças de 6 a 15 anos



A análise das condições de ocupação e escolaridade das crianças entre seis e quinze anos em 1992 confirma que a maioria das famílias vem conseguindo manter seus filhos desta idade estudando. Dos 257 entrevistados, 177, ou 69% da amostra, tinham em suas famílias crianças nesta idade. Destes, 80% mantinham os filhos matriculados e cursando escolas públicas por ocasião da pesquisa e 20% não. Em contrapartida, em 76% das famílias com crianças em idade escolar não se identificou nenhuma trabalhando e em 24% pelo menos uma delas tinha ocupação regular. Embora não se tenha dados sobre essa questão para períodos anteriores é possível constatar, de um lado uma **maior permanência das crianças na escola**, e de outro uma **frequência de trabalho infantil menor** do que a identificada em outros estudos com trabalhadores volantes.⁵

(5) Sobre a questão do trabalho infantil na agricultura vide R.S. D'Alencar, "O Menor de Catorze Anos e as Formas de Inserção como Trabalhador Agrícola", Reforma Agrária, vol. 21, n.º 2 (maio, agosto/1991), pp. 39/48; Maria H. R.

TABELA VII.1.4 - COMPARAÇÃO ENTRE MÉDIAS DE: TAMANHO DE FAMÍLIA, NÚMERO DE TRABALHADORES, TRABALHADORES NA LAVOURA E TRABALHADORES NA CANA

MÉDIA DE PESSOAS	1 9 8 0	1 9 9 2
. NA FAMÍLIA	6,6	5,07
. QUE TRABALHAM	3,7	2,50
. NA LAVOURA	---	2,12
. NA CANA-DE-AÇÚCAR	--	2,00

TABELA VII.1.5 - DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS POR NÚMERO DE PESSOAS QUE TRABALHAM NA FAMÍLIA - Comparativo 1980/1992

No. DE PESSOAS	1 9 8 0		1 9 9 2	
	FREQ.ABS. (No.)	FREQ.REL. (%)	FREQ.ABS. (No.)	FREQ.REL. (%)
1 PESSOA	32	7.8	49	19.8
2 PESSOAS	87	21.2	89	35.9
3 PESSOAS	105	25.7	62	25.0
4 PESSOAS	93	22.7	33	13.3
5 PESSOAS	64	15.6	7	2.8
6 PESSOAS	26	6.3	6	2.4
7 PESSOAS	2	0.5	2	0.8
N.R/N.S	9	MISSING	9	MISSING
TOTAL	418	100.0	257	100.0

Em geral, a metade da unidade familiar trabalha fora de casa, o que não é significativamente diferente quando se compara 1980 e 1992. Das cinco pessoas que constituem atualmente uma família média, 2,5 trabalham, quase todos na lavoura e na cana-de-açúcar. São poucos os que conseguem empregar-se em outras atividades ou culturas, **ressaltando o processo de especialização a que temos nos referido.**

A comparação por faixas demonstra que, em termos absolutos diminuíram as famílias com mais de três pessoas trabalhando, aumentando aquelas com uma ou duas o que é coerente com os resultados anteriores de diminuição do grupo familiar e indica mais uma vez que se concretiza um pouco mais a possibilidade de manter alguns membros da família fora do mercado de trabalho.

TRAJETÓRIA DE VIDA

TABELA VII.1.6 - DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS PELA CIDADE DE NASCIMENTO E LOCALIDADE EM QUE MOROU MAIS TEMPO - Comparativo 1980/1992

NATURAL DE:	1 9 8 0		1 9 9 2	
	FREQ.ABS.	FREQ.REL.	FREQ.ABS.	FREQ.REL.
	(No.)	(%)	(No.)	(%)
CIDADE REGIÃO	212	54.7	126	49.4
CIDADE SÃO PAULO	97	25.1	36	14.1
CIDADE PARANÁ	50	11.7	40	15.7
OUTROS	45	10.0	53	20.8
N.R./N.S.	14	MISSING	2	MISSING
TOTAL	418	100.0	257	100.0

MOROU MAIS TEMPO EM:	1 9 8 0		1 9 9 2	
	FREQ.ABS.	FREQ.REL.	FREQ.ABS.	FREQ.REL.
	(No.)	(%)	(No.)	(%)
CIDADE REGIÃO	260	62,4	180	71.1
CIDADE SÃO PAULO	30	7,3	19	7.5
CIDADE PARANÁ	90	21,2	29	11.5
OUTROS	39	09,1	25	9.9
N.R./N.S			4	MISSING
TOTAL	419	100.0	257	100.0

Não se observam alterações significativas na trajetória e origem dos entrevistados entre os dois períodos analisados. Em geral eles dividem-se igualmente entre os nascidos na própria região e os que migraram de outras cidades, principalmente de São Paulo ou do norte do Paraná. Aqueles que vêm de outros estados não chegam a 10% do total. Nos dois períodos também nota-se uma fixação relativamente antiga à região; em 1980 mais de 60% dos trabalhadores moraram por mais tempo em cidades da região; em 1992 este percentual se eleva para 71.1%.

TRAJETÓRIA DE TRABALHO

TABELA VII.1.7 -COMPARAÇÃO ENTRE MÉDIA DE: IDADE, TEMPO DE TRABALHO, TEMPO DE TRABALHO NA LAVOURA, TEMPO DE TRABALHO NA CANA

	<u>1 9 8 0</u> (média anos)	<u>1 9 9 2</u> (média/anos)
IDADE	20.7	29.1
TEMPO DE TRABALHO:		
- TOTAL	---	16.3
- NA LAVOURA	---	14.3
- NA CANA-DE-AÇÚCAR	5.0	9.2

O colhedor regional de 1992 já trabalhou em média 16,3 anos e tem 29,1 de idade, o que demonstra que o trabalho foi iniciado muito cedo, por volta de 13 anos de idade. A experiência profissional acontece predominantemente em atividades agrícolas, uma vez que, dos 16,3 anos médios de trabalho, 14,3 foram dedicados a este tipo de atividade. Ainda em 1992 nota-se uma diferença um pouco maior entre as médias de tempo trabalhado na lavoura e na cana-de-açúcar, sugerindo que os trabalhadores regionais empregaram-se em outras culturas além da cana em sua trajetória de trabalho. Não há parâmetros comparativos anteriores para o tempo de trabalho total e na lavoura, mas estima-se que estas médias acompanhem o que acontece com a idade dos entrevistados, sendo um pouco menores os números de 1980 em relação a 1992, trata-se sem dúvida de um trabalhador mais maduro e experiente.

A média do tempo de trabalho na cana-de-açúcar foi apurada para os dois períodos, permitindo análises comparativas. Neste caso percebe-se que os colhedores de 1992 são bem mais antigos na cultura do que os de 1980. **A expansão da monocultura não deve estar permitindo que se abram outras oportunidades de emprego** na região, assim os trabalhadores do levantamento mais recente estão, em média, com nove anos de trabalho na cana, enquanto os de 1980 ficavam em torno de cinco anos.

Nas pesquisas de 1992 foram acrescentadas duas questões referentes a trajetória de trabalho dos respondentes, uma das quais não integrava os levantamentos anteriores. Os objetivos destas perguntas eram os de confirmar a hipótese de especialização do trabalhador volante canavieiro na cultura, identificando a ocorrência de outras experiências em atividades e Relações de Trabalho diferentes da atual.

TABELA VII.1.9 -DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS POR RELAÇÃO DE TRABALHO ANTERIOR À CANA - 1992

	<u>FREQ.ABS.</u> (No.)	<u>FREQ.REL.</u> (%)
PROPRIETÁRIO	9	4.6
PARCEIRO	7	3.6
COLONO	5	2.5
SEMPRE ASSAL	172	87.3
OUTRO	4	2.0
N.R/N.S	60	MISSING
TOTAL	257	100.0

TABELA VII.1.8 -DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS POR ATIVIDADE ANTERIOR À CANA - Comparativo 1980/1992

	1 9 8 0		1 9 9 2	
	<u>FREQ.ABS.</u> (No.)	<u>FREQ.REL.</u> (%)	<u>FREQ.ABS.</u> (No.)	<u>FREQ.REL.</u> (%)
CAFÉ	62	15.0	20	8.1
CANA	155	38.0	174	70.4
OUTRAS	146	35.5	22	8.9
INDUSTRIA	12	3.0	2	0.8
IND.USINA	02	0.5	5	2.0
OUTRAS URB	33	8.0	24	9.7
N.R/N.S	08	MISSING	10	MISSING
TOTAL	418	100.0	257	100.0

Duas constatações parecem evidentes a partir dos dados acima. Em primeiro lugar, as Relações de Trabalho não assalariadas encontram-se praticamente perdidas na memória dos trabalhadores canavieiros de 1992. Quase 90% deles não teve nenhuma experiência anterior como pequeno proprietário, parceiro ou colono, tendo sempre trabalhado em regime de assalariamento. Em segundo lugar, percebe-se que de 1980 a 1992 diminuiu significativamente a diversidade de atividades e culturas em que os trabalhadores se empregaram. Em 1992, 70,4% dos pesquisados tiveram como única atividade o corte de cana em toda a sua experiência profissional, enquanto em 1980 este percentual não excedia a 38%.

Confirma-se portanto novamente que vem se manifestando uma tendência à especialização em dois sentidos: tanto quanto a Relação de Trabalho (o assalariamento), como a atividade e a cultura: a cana-de-açúcar.

Resumidamente podemos dizer que o perfil regional do trabalhador canavieiro mudou bastante nestes últimos dez anos. Ele hoje é um homem de 30 anos, mais freqüentemente casado e que teve acesso ao ensino primário, embora na maioria das vezes não o tenha terminado. Sua família sofreu uma redução de tamanho, contando em média com cinco membros. Praticamente inexistem casais sem filhos e a maior parte das crianças entre 6 e 15 anos vem conseguindo permanecer na escola, não se engajando no mercado de trabalho antes da idade legal.

A especialização dos trabalhadores na cultura de cana-de-açúcar, a diminuição da diversidade de ocupações e a predominância da relação assalariada são realidades inquestionáveis. O que se comprova pelo tempo de trabalho na cana, em 92 o dobro de 80, e pela ausência de outras experiências ocupacionais de importância. A maior fixação à cultura vem se concretizando nos últimos dez anos em função dos fatores já expostos anteriormente tais como: intensificação da monocultura, estabilidade regional dos trabalhadores, estreitamento dos vínculos entre empregadores e empregados e ampliação dos períodos de colheita da cana-de-açúcar.

VII. 2 - CARACTERÍSTICAS DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

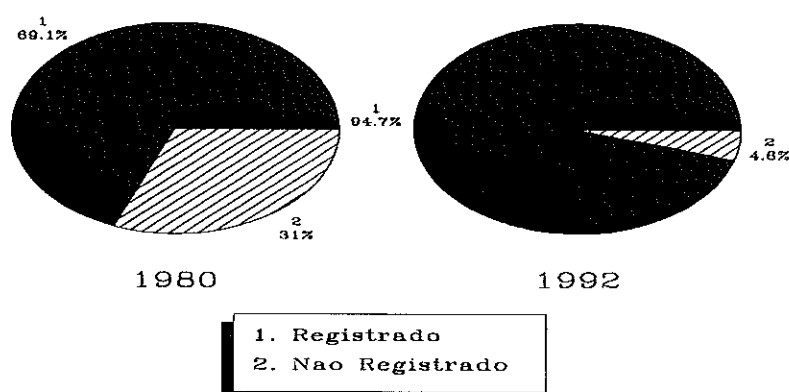
Visando identificar as alterações e a manutenção dos padrões de Relações de Trabalho, integravam as pesquisas perguntas referentes aos seguintes aspectos:

- práticas de contratação/demissão e vínculo empregatício adotadas pelas empresas;
- produtividade, sistema de pagamento e ganho dos trabalhadores;
- a administração do trabalho;
- procedimentos de administração do trabalho e concessão de benefícios.

Práticas de Contratação, Demissão e Vínculo Empregatício Adotadas pelas Usinas

A não oficialização do vínculo empregatício através do registro em carteira sempre foi identificada como uma característica marcante da Relação de Trabalho Volante tradicionalmente adotada na agricultura. Através da pesquisa com os trabalhadores buscou-se informação sobre a sua incidência na região em 1980 e 1992.

GRÁFICO VII.2.1 - DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS POR FREQUÊNCIA DE REGISTRO EM CARTEIRA - Comparativo 1980/1992



Observa-se que o registro em carteira, que era praticado já em 1980 por quase 70% dos empregadores, em 1992 se generaliza, atingindo 94% da amostra. Apenas não se verificou o registro em carteira em situações especiais ou nos casos dos poucos colhedores (2,1%) que trabalhavam em terras de fornecedores das usinas. Os trabalhadores mostraram-se também mais conscientes da necessidade do registro legal; perguntados sobre a importância da "carteira assinada" na pesquisa de 1992, 97% considerou que não trabalharia sem que o empregador cumprisse este requisito legal.

TABELA VII.2.1 -DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS PELA FORMA DE RECRUTAMENTO NA USINA ATUAL - Comparativo 1980/1992

	1 9 8 0		1 9 9 2	
	FREQ.ABS. (No.)	FREQ.REL. (%)	FREQ.ABS. (No.)	FREQ.REL. (%)
EMPREITEIRO	325	77.8	70	28.7
ESCR.USINA	---	---	131	53.7
COL/VIZINHOS	20	5.0	18	7.4
FAMÍLIA	21	5.0	18	7.4
RÁDIO	---	---	2	0.8
OUTROS	52	12.0	5	2.0
N.R/N.S	---	MISSING	13	MISSING
TOTAL	418	100.0	257	100.0

As descrições relatadas pelos trabalhadores sobre a forma como foram recrutados pelas usinas demonstram mudanças consideráveis nas práticas de recrutamento e seleção utilizadas pelas usinas. São dados que indicam que o empreiteiro vem sendo substituído em seu papel de recrutador pela ação das próprias empresas. Enquanto em 1980 ele captava 77% da mão-de-obra regional, em 1992 torna-se responsável por menos 30% dela, sobressaindo-se os escritórios das agroindústrias que em 1992 chegam a atingir 53.7% dos trabalhadores entrevistados. Estas constatações vêm confirmar a tendência de uma gestão mais direta dos colhedores por parte das agroindústrias da região nos últimos dez anos.

TABELA VII.2.2 -DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS POR MOTIVO DA ESCOLHA DA USINA ATUAL - Comparativo 1980/1992

	1 9 8 0		1 9 9 2	
	FREQ.ABS. (No.)	FREQ.REL. (%)	FREQ.ABS. (No.)	FREQ.REL. (%)
MAIS PERTO	64	16.8	38	16.8
EMPREITEIRO BOM	---	---	6	2.7
GANHA MAIS	141	37.1	62	27.4
PAGAMENTO PONTUAL		---	5	2.2
ASSISTÊNCIA MEDICA	---	---	4	1.8
SEM ALTERNATIVA	86	22.6	77	34.1
EMPRESA ORGANIZADA	---	---	16	7.1
OUTROS	89	23.5	18	7.9
N.R/N.S	38	MISSING	31	MISSING
TOTAL	418	100.0	257	100.0

Se por parte das empresas nota-se um empenho no sentido de aproximar-se do mercado de trabalho, administrando mais racionalmente sua interação com ele, o mesmo não se observa no comportamento do colhedor. Para ele o emprego e o local em que está empregado ainda é uma obra do destino sobre a qual ele não vê possibilidade de influir. Assim, em 1992 como em 1980, os trabalhadores não optam pela usina em que trabalham levando em conta critérios objetivos, mas nela estão empregados porque não há outra alternativa (22,6% e 34%, respectivamente) ou pela proximidade do local de moradia (16,8% nos dois casos).

É verdade que uma parcela expressiva dos entrevistados acredita ganhar mais na empresa que trabalha em relação às demais, entretanto não podemos considerar confiável esta informação uma vez que as agroindústrias, como já vimos, exercem poder de oligopsônio sobre o mercado, praticando preços bastante semelhantes evitando a concorrência. Ainda assim, todas elas procuram manter uma imagem de boas pagadoras. De qualquer forma a parcela de trabalhadores que valoriza o ganho certamente demonstra maior objetividade em suas decisões sobre escolha de emprego, destoando da maioria dos entrevistados das duas épocas analisadas, cujo comportamento quanto ao emprego é marcado pela passividade e pela indiferença.

Quando se pergunta aos trabalhadores o **motivo do emprego/atividade atual**, ou seja, porque estão hoje no corte de cana e não em outra atividade, observa-se também o mesmo comportamento. Não dispomos de dados para períodos anteriores, mas em 1992 prevalece o ganho (52%), demonstrando que outras alternativas de trabalho, cultura ou empregador não remunerariam o colhedor de acordo com o padrão do emprego atual. Novamente aqui o trabalhador se submete às contingências do mercado de trabalho regional, que sofre as conseqüências do total predomínio da cultura canavieira e da crise econômica, não permitindo que se abram outras oportunidades de trabalho suficientemente competitivas. Com menores percentuais (12%) surge também como motivo do emprego na cana as relações com o empregador e o fato de "gostar" desta atividade.

TABELA VII.2.3 -DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS POR MOTIVAÇÃO/EMPREGO - 1992

	<u>FREQ.ABS.</u>	<u>1 9 9 2</u>	<u>FREQ.REL.</u>
	(No.)		(%)
GANHO	118		52.0
LIBERDADE	6		2.6
SEGURANÇA	4		1.8
FAMÍLIA	18		7.9
RELs. EMPREITEIRO	29		12.8
BENF.USINA	8		3.5
SÓ TRABALHO NA SAFRA	15		6.6
GOSTA	29		12.8
N.R/N.S	30		MISSING
TOTAL	257		100.0

As práticas de demissão também apresentam diferenças importantes entre os dois levantamentos realizados. Como se sabe, a demissão acontece ao final da safra atingindo um grande número de trabalhadores em função da sazonalidade de demanda de mão-de-obra das usinas, o que é legitimado por um contrato de trabalho específico.

Os contratos de trabalho praticados na região, como em todo interior de São Paulo, entre colhedores e usinas, são ainda contratos de safra. Assim, terminado o contrato desfaz-se a relação e, teoricamente, não existe mais emprego. São contratos com validade de seis meses, prorrogáveis e que, como é conhecido, não contemplam alguns direitos básicos dos trabalhadores urbanos como o F. G. T. S. por exemplo. A vinculação ao sistema de seguridade e previdência também não assegura a estes trabalhadores os mesmos benefícios, sendo limitados o atendimento à saúde e os valores de aposentadoria. Atualmente está em regulamentação a legislação federal visando a isonomia de direitos.

De qualquer forma este é um dos traços fortes do que ainda há de tradicional nas Relações de Trabalho da agroindústria canavieira. Um contrato de trabalho temporário e uma legislação discriminadora da mão-de-obra rural que os empresários e o governo insistem em preservar e os trabalhadores canavieiros não encontram forças para modificar. As informações de pesquisa demonstram porém que há uma discrepância entre a formalidade do contrato e o que acontece em termos reais na relação entre o colhedor e seus empregadores.

GRÁFICO VII.2.2 - DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS PELO NÚMERO DE VEZES QUE DEIXOU A USINA ATUAL - Comparativo 1980/1992

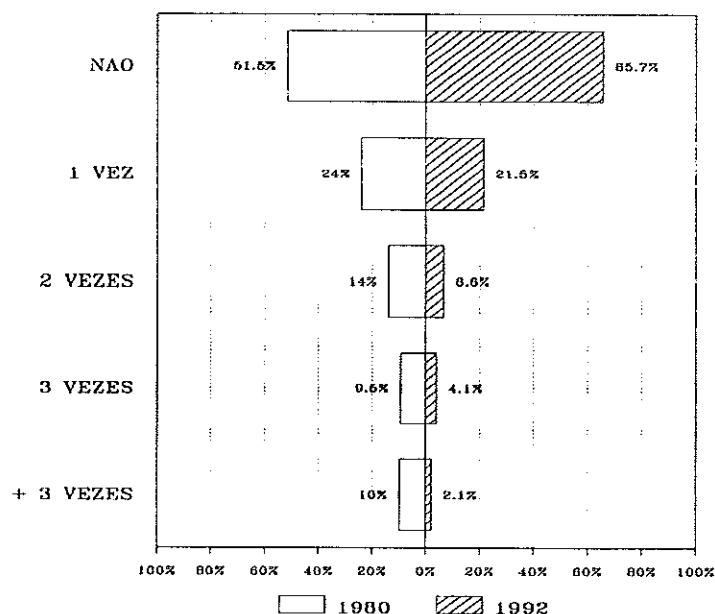


TABELA VII.2.4 - DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS PELA FORMA DE DEMISSÃO E MOTIVO - Comparativo 1980/1992

	<u>1 9 8 0</u>		<u>1 9 9 2</u>	
	<u>FREQ.ABS.</u> (No.)	<u>FREQ.REL.</u> (%)	<u>FREQ.ABS.</u> (No.)	<u>FREQ.REL.</u> (%)
DEMITIDO TOTAL	52	12.5	37	14.4
- COM TURMA	38	73.0	19	51.4
- INDIVIDUAL	14	27.0	18	48.6
PEDIU DEM. TOTAL	164	39.1	59	22.9
- TROCAR EMPREGO	142	86.6	34	57.6
- OUTROS MOTIVOS	22	13.4	25	42.4
TOTAL DEMITIDO	216	51.6	96	37.3
TOTAL NÃO DEMITIDO	202	48.4	161	62.7
TOTAL GERAL	418	100.0	257	100.0

Como indicam os dados acima, o contrato de trabalho é apenas uma expressão formal e juridicamente aceita da intermitência do vínculo de emprego; uma forma de fugir dos encargos trabalhistas e de economizar alguns meses de salários. Mas pode-se também dizer que o contrato de safra funciona como uma maneira de mascarar o fato de que o colhedor de cana já está praticamente industrializado, uma vez que seu trabalho obedece muito mais ao ritmo e à seqüência das máquinas industriais do que ao ritmo das operações agrícolas. Prova disso é que, conforme indica o n^o 19, 51,5% dos trabalhadores em 1980 e 65.7% em 1992 afirmaram que **durante todo o tempo em que estão empregados na cana-de-açúcar estiveram sempre vinculados a uma só usina**. Vale lembrar que, para 1992, o tempo médio de trabalho na cana dos entrevistados situou-se em nove anos, ou seja, os colhedores têm uma larga experiência na cultura e a maior parte dela como empregados na mesma usina.

É interessante notar que os entrevistados informaram que as demissões ocorreram na maioria das vezes por iniciativa própria do colhedor, e não da empresa. O que confirma a dificuldade que algumas empresas relataram terem encontrado quando tentaram fixar definitivamente sua mão-de-obra agrícola. Os trabalhadores recusam-se a permanecer empregados na entressafra, preferindo a demissão espontânea. Isto ocorre por dois motivos. De um lado eles contam com os direitos indenizatórios recebidos por ocasião da dispensa (férias, 13o., adicionais, etc) e de outro enfrentam o cansaço acumulado pelo esforço da safra, que induz a uma parada mais prolongada, e já se tornou parte dos hábitos e costumes dos colhedores. Os dados indicam que a demissão espontânea para a busca de outro emprego na entressafra somente acontece para um número bastante reduzido de trabalhadores.

Não se trata portanto de trabalho temporário, no sentido de transitório. O empregador permanece o mesmo, o trabalho permanece o mesmo e o trabalhador também; o que existe são interrupções, intermitência. É isto que caracteriza o regime de trabalho e emprego do trabalhador canavieiro assalariado e o diferencia dos demais trabalhadores volantes empregados na agricultura paulista. São constatações reforçadas pelas análises sobre permanência e rotatividade do trabalho descritas nas tabelas abaixo.

TABELA VII.2.5 - DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS POR ROTATIVIDADE INFORMADA NO ANO/SAFRA ANTERIOR À PESQUISA
Comparativo 1980/1992

	1 9 8 0		1 9 9 2	
	FREQ.ABS. (No.)	FREQ.REL. (%)	FREQ.ABS. (No.)	FREQ.REL. (%)
DEIXOU O TRABALHO				
NENHUMA VEZ	252	60.3	166	64.6
1 VEZ	35	8.4	40	15.6
2 VEZES	82	19.6	29	11.3
3 VEZES	25	6.0	13	5.1
MAIS DE 4 VEZES	19	4.7	9	3.6
N.R/N.S.	5	MISSING	0	MISSING
TOTAL	418	100.0	257	100.0

Em 1980 não mudaram de emprego durante todo o ano 60% dos entrevistados, mantendo-se praticamente o mesmo resultado na pesquisa de 1992. Neste último levantamento 64,6% dos entrevistados declararam não ter mudado de emprego no ano anterior, 15% mudou uma vez e 11,3 duas vezes. Para este tipo de mão-de-obra trata-se de um índice de fixação bastante alto e coerente com o que afirmamos até aqui a respeito da especialização, da permanência e estabilidade do colhedor nas atividades de corte de cana.

TABELA VII.2.6 -COMPARAÇÃO ENTRE MÉDIAS DE: TEMPO DE TRABALHO NA CANA, NA USINA E COM O EMPREITEIRO
Comparativo 1980/1992

	1 9 8 0 (média anos)	1 9 9 2 (média/anos)
TEMPO DE TRABALHO		
- NA CANA-DE-AÇÚCAR	5,0	9,2
- NA USINA	1,2	3,1
- COM EMPREITEIRO	3,0	1,0

Quando se comparam os resultados de 1980 com os de 1992 quanto ao tempo de permanência do trabalhador na mesma usina e com o mesmo empregador, observa-se que durante estes dez anos houve uma inversão. Em 1980 o colhedor tinha uma experiência média de cinco anos na cultura, mantinha-se com o mesmo empregador por três anos e na mesma usina somente por um ano. **Em 1992 a usina ocupa o espaço do empregador como vínculo mais estável da relação.** O trabalhador nela permanece por três anos, em média dos nove em que está na cana. Aqueles que ainda são intermediados por empregadores trocam mais freqüentemente de turma, o que acontece, também em média, uma vez por ano.

O Sistema de Pagamento, Produtividade e Ganho dos Trabalhadores

O Sistema de Pagamento adotado pelas agroindústrias e convalidado nos acordos trabalhistas realizados desde 1985 não sofreu reformulações significativas nos seus mecanismos de funcionamento. Ele continua sendo o principal elemento de imposição do ritmo e da produtividade de trabalho ao colhedor. O cálculo do ganho, a forma e periodicidade de pagamento fazem parte desse Sistema, determinando que grande parte de suas características permaneçam ainda bastante tradicionais.

A totalidade dos trabalhadores entrevistados nas duas épocas de pesquisa afirmou receber seu pagamento por tarefa, por ocasião da safra, e por diária nas atividades de entressafra, conforme se observa na tabela abaixo.

TABELA VII.2.7 -DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS POR CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA DE PAGAMENTO- CÁLCULO E PERIODICIDADE
Comparativo 1980/1992

	1 9 8 0		1 9 9 2	
	FREQ.ABS. (No.)	FREQ.REL. (%)	FREQ.ABS. (No.)	FREQ.REL. (%)
1. CÁLCULO DO SALÁRIO				
PELA PRODUÇÃO/DIÁRIA	397	97.5	249	98.0
POR OUTROS CRITÉRIOS	9	2.5	4	2.0
N.R/N.S	12	MISSING	4	MISSING
TOTAL	418	100.0	257	100.0
2. PERIODICIDADE DO PAGAMENTO				
DIÁRIA			0	0
SEMANAL			162	66.5
QUINZENAL			81	33.5
MENSAL				0
N.R/N.S			14	MISSING
TOTAL			257	100.0

Um grande avanço quanto ao Sistema de Pagamento ocorreu por volta de 1983, quando a maior parte das usinas passou a efetuar o pagamento diretamente ao trabalhador. Anteriormente ele era feito através do empreiteiro, que depois repassava ao colhedor descontando vales e adiantamentos. Esta intermediação provocava dúvidas sobre os valores recebidos. A honestidade dos empreiteiros era sempre colocada em questão, advindo daí o apelido de "gato". Com o cheque nominal, pago direto ao trabalhador, eliminou-se a ação do "gato" sobre o pagamento, ou as dúvidas que sobre ele pudessem pairar.

Quanto à periodicidade do recebimento do salário temos dados apenas para 1992. Tradicionalmente paga-se nas sextas-feiras, ao final de cada semana trabalhada. Sabe-se que algumas empresas tentaram ampliar este período, não tendo obtido sucesso pela forte reação negativa dos trabalhadores. As usinas pretendiam gradativamente atingir um salário mensal, o que é impossível para as condições de vida destes trabalhadores, que empenham tudo aquilo que ganham na compra de bens de subsistência para consumo imediato, geralmente antes mesmo de receber o salário semanal. De qualquer forma, em alguns casos nota-se mais recentemente uma dilatação desta periodicidade com as usinas pagando seus colhedores a cada quinze dias (30%), o que foi confirmado junto as usinas da região.

TABELA VII.2.8 - COMPARAÇÃO ENTRE MÉDIAS DE: GANHO SEMANAL DECLARADO -
Comparativo 1980/1992

	<u>1 9 8 0</u>		<u>1 9 9 2</u>	
	u.s.m.	Cr\$(*)	u.s.m.	Cr\$
GANHO SEMANAL	0.56	128.800,00	0.46	105.710,00

U.S.M.: Unidades de Salários Mínimos.

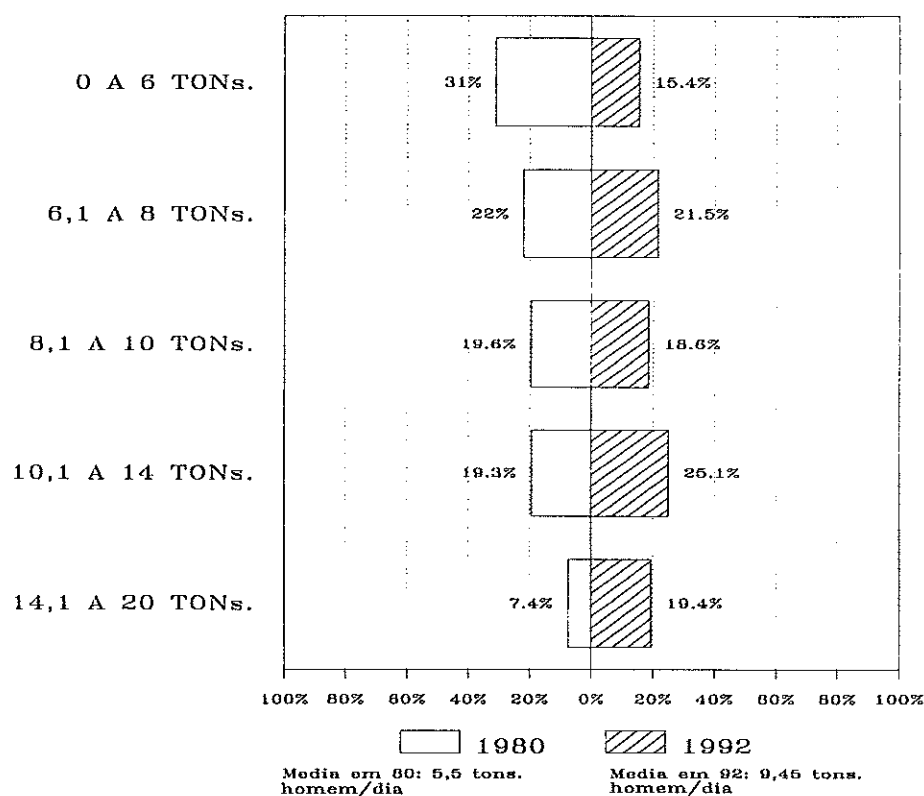
(*) Cr\$ atualizados para julho de 1992 com base na evolução do salário mínimo.

O valor médio dos salários semanais informados pelos trabalhadores entrevistados na pesquisa de 1992 foi de Cr\$ 105.710,00, o mínimo de Cr\$ 66.000,00 e o máximo de Cr\$ 350.000,00. Pagava-se pela tonelada de cana colhida segundo o acordo sindical da categoria firmado em 01/05/1992 Cr\$ 2.645,37 para cana de 18 meses, e Cr\$ 2.510,00 para as demais. Atualizado para valores de hoje (1992) com base na evolução do Salário Mínimo, o ganho semanal médio dos entrevistados em 1980 era maior do que o atual, situando-se em Cr\$ 128.000,00.

São dados declarados pelos trabalhadores durante as entrevistas e que não foram confirmados junto às usinas, estando portanto sujeitos a imprecisões características das informações quantitativas transmitidas por informação verbal. Mesmo assim, vale ressaltar duas considerações:

- Em primeiro lugar **impressiona a semelhança dos valores apurados nos dois períodos**. O que só pode demonstrar que as usinas continuam exercendo um rígido controle sobre os preços praticados neste mercado. A regra estabelecida entre as usinas parece permanecer praticamente a mesma: a manutenção de um ganho mensal por trabalhador durante a safra em torno de dois salários mínimos.
- Outro aspecto que, pelos motivos já mencionados, não pode ser validado estatisticamente, mas merece destaque, é a **redução do valor dos salários recebidos entre os dois períodos**. Aparentemente ela não é grande. O salário diminui de Cr\$ 128 mil cruzeiros para Cr\$ 105 mil semanais de 1980 para 1992. Mas quando se considera as condições limite em que sobrevive esse trabalhador, a perda de 20% de sua renda em dez anos torna-se mais do que significativa. Como agravante, deve-se observar que a produtividade do trabalho aumenta neste mesmo período substancialmente.

GRÁFICO VII.2.3 - DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS PELA PRODUÇÃO DIÁRIA DECLARADA NO CORTE DE CANA
Comparativo 1980/1992



A produtividade individual de corte é uma preocupação permanente da administração agrícola das usinas. Como vimos ela aparecia no discurso dos empresários em 1978/80 como reclamação a respeito da queda de qualidade da mão-de-obra no mercado. A maior ou menor produtividade de colheita não tem uma interferência direta nos custos da empresa, uma vez que paga-se por peça, mas onera os custos indiretos, como transporte, fiscalização, custos administrativos, etc. Além disso o baixo rendimento de corte dificulta o próprio planejamento da colheita, que torna-se menos complexo quanto menor o contingente de trabalhadores. Finalmente, a baixa produtividade implica ganhos individuais também reduzidos, ou seja, em lidar com trabalhadores no limite da insatisfação quanto as suas condições salariais.

São estas constatações que levam as usinas a empreenderem ações para elevar a produtividade de corte na década de 80. O resultado destas iniciativas evidenciam-se nos dados acima, que foram inclusive confirmados pelas usinas da região. A produtividade média por homem dia eleva-se de 5,5 toneladas para 9,45 de 1980 para 1992, um incremento sem dúvida significativo e que também pode ser observado no gráfico por faixas.

A análise agregada dos dados de produtividade e ganho revela como a Relação de Trabalho que se institui com o processo de mudança que estudamos é, ao mesmo tempo, moderna e perversa para os trabalhadores. Cresce a produtividade e não há contrapartida em termos de ganho. Ou seja, os resultados de eficiência, ou do maior esforço dos colhedores são totalmente absorvidos pelas empresas, que se aproveitam de uma situação favorável do mercado de trabalho no final da década de 80.

Estes resultados, por si só absolutamente constrangedores, indicam quais são os limites ao processo de modernização das Relações de Trabalho promovido pelas empresas. As mudanças ocorridas, apesar de reais, porque estreitaram vínculos e provocaram avanços no processo e nas Relações de Trabalho, não foram suficientes para modificar uma visão extremamente imediatista, conservadora e desprovida de qualquer perspectiva estratégica, que predomina entre os empresários a respeito do uso da mão-de-obra.

Como já nos referimos anteriormente, apesar de inovadoras para o setor, a maioria das políticas implementadas agiam muito mais como reação às contingências de mercado do que visando o seu desenvolvimento qualitativo. Os empresários percebiam a necessidade de obter ganhos de produtividade, ritmo e qualidade e a importância do trabalho humano para isso, mas recusavam-se a reconhecer nos trabalhadores interlocutores válidos para estabelecer compromissos que implicassem partilhar os resultados desse processo de desenvolvimento. Para isso eles teriam que abdicar do poder de oligopsônio, modificando completamente o Sistema de Pagamento adotado de tal forma que houvesse uma disputa real no mercado de trabalho pelo colhedor mais produtivo e que este viesse a receber, efetivamente, um salário compatível com a sua produtividade. Quando se relacionam os dados sobre ganho com os dados de produtividade referentes às duas pesquisas percebe-se que não foi isso o que ocorreu.

Frente a um mercado de trabalho menos competitivo, em função da crise econômica e da crise do setor, diante de um movimento sindical que, a partir de 1987, perdeu em muito sua capacidade de mobilização, as empresas preferiram adotar uma estratégia de arrocho salarial, depredadora e desqualificadora da sua força de trabalho.

Esse talvez seja o exemplo mais acabado do círculo vicioso que o conservadorismo empresarial termina por criar. O Sistema de Pagamento formal vincula ganho a produtividade, o sistema real é resolvido em um acordo entre as agroindústrias e imposto ao trabalhador de forma velada. As empresas ganham no curto prazo porque a mão-de-obra é farta e administra-se mais facilmente a partir de um salário médio, mas perdem ao não contribuir para a constituição de um mercado de trabalho mais produtivo, eficiente e profissionalizado. Quando um novo surto de expansão econômica estimular a demanda de braços para outras atividades mais remuneradoras, novamente teremos as queixas entre os empresários de escassez e de queda da qualidade do trabalho.

A Administração do Trabalho e a Concessão de Benefícios

Outro aspecto importante das Relações de Trabalho refere-se à administração das atividades decorrentes da interação empresa trabalhador. São elas a administração da produção, da disciplina no trabalho, do transporte e do Sistema de atendimento médico e social dos trabalhadores. Como vimos anteriormente, nas formas de trabalho tradicionalmente volantes estas responsabilidades são delegadas a terceiros, o que cria um estado de descompromisso e distanciamento entre os dois principais agentes das Relação de Trabalho.

TABELA VII.2.9 - DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS PELA IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELA ADMINISTRAÇÃO DO TRABALHO
Comparativo 1980/1992

	1 9 8 0			1 9 9 2		
	EMPREIT. FREQ. (%)	USINA FREQ (%)	TOTAL	EMPREIT. FREQ. (%)	USINA FREQ (%)	TOTAL
CONT. PROD	27.6	72.4	100	12.1	87.9	100
DISCIPLINA	36.2	63.8	100	11.2	88.8	100
PED/RECLAM	72.9	27.1	100	12.0	88.0	100
TRANSPORTE	87,6	12,4	100	47.0	53.0	100

Como é possível observar pelos dados da tabela (2ª já em 1980 as agroindústrias exerciam um controle bastante intenso sobre os trabalhadores nos aspectos relacionados com o processo de trabalho. Nesse ano funcionários identificados pelos entrevistados como representantes diretos das usinas (auxiliares de fiscais e medidores) exerciam o controle da produção diária e zelavam também pela disciplina no local de trabalho (fiscais de turma); ficava sob a responsabilidade do empreiteiro o transporte e o encaminhamento ou solução dos pedidos e reivindicações dos trabalhadores.

Em 1992 o controle das usinas se amplia. Intensifica-se ainda mais a presença da empresa no campo e ela começa a assumir também as responsabilidades não diretamente ligadas ao processo de trabalho, como o transporte e o contato para pedidos e reclamações. O mesmo processo que já abordamos reiteradas vezes neste estudo, de diminuição da influência do empreiteiro nas Relações de Trabalho, é mais uma vez identificado. Ele aparece também quando se analisa a avaliação dos entrevistados sobre a assistência e os benefícios oferecidos e os responsáveis pela sua concessão.

TABELA VII.2.10 - DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS PELA CONCESSÃO DE ASSISTÊNCIA E BENEFÍCIOS (Equipamento de Segurança, de Trabalho, Alimentação, Assistência Médica e Financeira - Comparativo 1980/1992

	1 9 8 0		1 9 9 2	
	RECEBE FREQ.REL.	NÃO RECEBE FREQ.REL.	RECEBE FREQ.REL.	NÃO RECEBE FREQ.REL.
	(%)	(%)	(%)	(%)
EQUIPAMENTO				
TRABALHO	0.0	100.0	76.8	23.2
EQUIPAMENTO				
SEGURANÇA	0.0	100.0	72.2	27.8
ASSISTÊNCIA MÉDICA	82.7	17.3	69.8	30.2
ASSISTÊNCIA				
FINANCEIRA	43.7	56.3	48.4	51.6
ALIMENTAÇÃO	0.0	100.0	26.8	73.2

TABELA VII.2.11 - DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS QUE RECEBEM BENEFÍCIOS E ASSISTÊNCIA PELA IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA CONCESSÃO (Equipamento de Segurança, de Trabalho Alimentação, Assistência Médica e Financeira) - Comparativo 1980/1992

	1 9 8 0		1 9 9 2	
	EMPREIT. FREQ. (%)	USINA FREQ (%)	EMPREIT. FREQ. (%)	USINA FREQ (%)
EQUIPAMENTO				
TRABALHO	0.0	0.0	3.6	96.4
EQUIPAMENTO				
SEGURANÇA	0.0	0.0	3.3	96.7
ASSISTÊNCIA MEDICA	7.4	92.6	2.3	97.7
ASSISTÊNCIA				
FINANCEIRA	71.6	28.4	8.5	91.5
ALIMENTAÇÃO	0.0	0.0	0,0	100.0

Quanto aos Benefícios e à Assistência prestada aos trabalhadores canavieiros há mudanças marcantes de 1980 para 1992. No primeiro período a pesquisa detectava apenas dois tipos de assistência: a médica, de responsabilidade quase que exclusiva da empresa ; e a financeira, fornecida predominantemente pelo empreiteiro. O levantamento de 1992 demonstra que hoje se pratica cinco tipos de atendimento e concessões ao trabalhador. São distribuídos equipamentos de segurança (geralmente bota, perneira e luva) e de trabalho (podão e lima), conforme informaram 72 e 76% dos entrevistados respectivamente. O fornecimento de alimentação aparece em menor proporção. Ele atinge menos de 30% dos colhedores, que recebem duas vezes ao dia complementação alimentar, geralmente composta por sanduíche e leite de soja ou suco artificial de frutas.

A concessão de Assistência Médica e a Assistência Financeira, particularmente esta última, são menos frequentes entre as usinas. É interessante observar que parece ter diminuído o número de trabalhadores para os quais é oferecido atendimento médico pelas empresas, o que talvez aconteça pela pulverização dos recursos do P.A.S. - Plano de Assistência Social, devido a maior diversidade de benefícios implantada.

Os dados referentes à identificação dos responsáveis pelo fornecimento do benefício demonstram inequivocamente que o empreiteiro perdeu totalmente o seu papel na assistência aos colhedores. As usinas parecem ter se estruturado para isso e se tornado uma referência presente e bem definida, na percepção dos trabalhadores, como a principal responsável pela concessão de benefícios e assistência. Sem dúvida, quanto a estes aspectos o setor tornou-se mais maduro e os trabalhadores mais emancipados.

TABELA VII.2.12 - DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS PELA CONCESSÃO DE REIVINDICAÇÕES SINDICAIS - Comparativo 1980/1992

	1 9 8 0		1 9 9 2	
	RECEBE FREQ.REL.	NÃO RECEBE FREQ.REL.	RECEBE FREQ.REL.	NÃO RECEBE FREQ.REL.
	(%)	(%)	(%)	(%)
INF. PREÇO .	43,9	56,1	71,0	29,0
INF. PRODUÇÃO	22,2	77,8	57,3	42,7
TRANSP. FURGÃO	12,0	88,0	30,1	69,9

Desde 1985 os acordos sindicais passaram a incluir em suas pautas exigências que não se referiam exclusivamente ao salário direto. Algumas prevaleceram e vêm sendo cumpridas pelas empresas de forma generalizada, como a distribuição de equipamentos de trabalho e de segurança por exemplo 76 e 72%, respectivamente, já analisadas no parágrafo anterior. Outras são bastante raras e mesmo questionáveis, como a instalação de barracas sanitárias nos locais de trabalho, exigida no acordo de 1986 e praticamente nunca cumprida pelos empregadores. A tabela acima compara outras três reivindicações dos trabalhadores que estiveram sempre presentes nas negociações. As duas primeiras: fornecimento de informações sobre o preço da cana antes do início da jornada e sobre a produção do dia, ao final, são particularmente importantes porque estão relacionadas com a capacidade do colhedor controlar o resultado do seu próprio trabalho. Como se observa, houve um avanço considerável no que se refere a estes dois aspectos uma vez que as usinas passaram a transmitir com maior frequência estas informações aos seus colhedores.

A análise das transformações ocorridas nas Relações de Trabalho, com base nas pesquisas empíricas realizadas com colhedores da região estudada, revela que elas aconteceram de forma desigual. As práticas de contratação e demissão modificaram-se e modernizaram-se substancialmente, o que aconteceu pela eliminação dos intermediários e conseqüente aproximação da empresa ao trabalhador. A empresa vê o mercado de trabalho de uma forma mais racional, selecionando sua mão-de-obra e buscando atrair aqueles que mais lhe interessam. O trabalhador não passou pelo mesmo processo, sendo ainda bastante subjetivo ou indiferente nas suas decisões pela empresa em que irá trabalhar.

O Sistema de Pagamento permanece inalterado, garantindo o predomínio do oligopsônio das agroindústrias no mercado. Fruto de uma visão tradicional e empresarialmente atrasada, os empreendimentos não distribuíram os resultados de eficiência obtidos durante dos últimos anos entre os trabalhadores. Este avanço, que significou uma elevação da produtividade individual do trabalho de 5,5 para 9,45 toneladas de cana por homem/dia de 1980 a 1992, não teve contrapartida no ganho do colhedor, que diminuiu neste mesmo período de 0,56 para 0,46 frações de salário mínimo por semana.

Ao invés de promover mudanças no Sistema de Preços as empresas optaram por uma perspectiva mais assistencialista, preferiram conceder um maior número de benefícios aos trabalhadores, assumindo várias funções antes exercidas pelos empreiteiros. Apesar de algumas concessões historicamente reivindicadas não terem sido atendidas, como o transporte em furgões por exemplo, deve-se reconhecer que houve avanços em favor dos trabalhadores quanto a este aspecto.

VII.3 - CARACTERÍSTICAS SUBJETIVAS DAS RELAÇÕES DE TRABALHO - AS PERCEPÇÕES, ASPIRAÇÕES E EXPECTATIVAS DO TRABALHADOR ASSALARIADO CANAVIEIRO

Neste tópico reunimos informações sobre as principais percepções, expectativas e aspirações referidas ao trabalho obtidas junto aos trabalhadores assalariados da agroindústria canavieira. Nas duas pesquisas realizadas buscava-se conhecer o universo de valores que norteavam o comportamento deste trabalhador frente ao mercado e nas demais relações com o empregador, com seus colegas e no contato com os administradores do trabalho. São questões para as quais a metodologia quantitativa é reconhecidamente limitada; apesar disso acreditamos ter atingido bastante confiabilidade nos resultados referentes aos seguintes aspectos:

- . Percepção e Aspirações Quanto ao Empregador e ao Vínculo Empregatício;
- . Percepção e Aspirações Quanto ao Tipo de Trabalho e Ganho;
- . Imagem do Trabalhador na Sociedade Local e Auto-Imagem.

Percepção e Aspirações Quanto ao Empregador e ao Vínculo Empregatício

O reconhecimento da identidade, da imagem e dos papéis de cada uma das partes talvez seja o fator mais importante de uma relação social qualquer e, em particular, no caso das Relações de Trabalho. Torna-se mesmo difícil dizer que a relação existe quando uma das partes não é claramente reconhecida pela outra. Na verdade, a própria razão de existência de cada um somente pode ser assumida integralmente quando se reconhece o motivo de ser "outra parte". Só assim existem interlocutores.

No caso da Relação de Trabalho Volante mais tradicional não é isto que acontece. As percepções de imagem das duas partes são difusas e intermediadas por circunstâncias que atuam mais no sentido de obscurecê-las do que de clarificá-las.

Neste contexto torna-se particularmente complexa a tarefa de identificar o que define a percepção de "patrão" para o colhedor. O empregador pode ser quem paga o trabalhador, quem o recruta, aquele que o transporta para o local de trabalho, ou ainda o proprietário da terra em que ele trabalha. Para o volante autêntico, das regiões policultoras e menos especializadas, pessoas diferentes podem ocupar cada uma dessas posições confundindo a identificação do responsável pelo "outro lado da relação". O que, como já afirmamos anteriormente, parece ser um dos motivos da existência desse regime de trabalho: estabelecer uma situação de total descompromisso entre as partes.

Por estes motivos, no levantamento atual e nos anteriores procurou-se tratar com muito cuidado esta questão. Perguntava-se aos trabalhadores sobre quem ele considerava ser seu patrão num momento estratégico da entrevista, de forma que nenhuma das perguntas anteriores pudesse interferir nesta resposta. Além disso, caso o entrevistado não oferecesse uma alternativa imediata, sua resposta não era contabilizada.

TABELA VII.3.1 - DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS PELA IDENTIFICAÇÃO DO PATRÃO - Comparativo 1980/1992

	1 9 8 0		1 9 9 2	
	FREQ.ABS. (No.)	FREQ.REL. (%)	FREQ.ABS. (No.)	FREQ.REL. (%)
EMPREITEIRO	301	72.9	89	37.7
FISCAL			27	11.4
CHEFE LAVOURA			24	10.2
DONO USINA	106	25.7	77	35.6
OUTRO	6	1.5	19	7.6
N.R/N.S	5	MISSING	21	MISSING
TOTAL	418	100.0	257	100.0

TABELA VII.3.2 - DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS PELA ASPIRAÇÃO COM RELAÇÃO AO PATRÃO - Comparativo 1980/1992

	1 9 8 0		1 9 9 2	
	FREQ.ABS. (No.)	FREQ.REL. (%)	FREQ.ABS. (No.)	FREQ.REL. (%)
FISCAL			24	12.4
EMPREITEIRO	165	43.8	55	28.5
CHEFE LAVOURA			14	7.2
DONO USINA	203	53.8	79	40.7
OUTRO	9	2.4	21	10.8
N.R/N.S	41	MISSING	64	MISSING
TOTAL	418	100.0	257	100.0

A percepção do empregado sobre seu empregador evoluiu substancialmente nestes últimos dez anos. A ação mais decisiva das empresas no mercado de trabalho, a absorção de algumas funções exercidas pelo empreiteiro ou sua total eliminação, bem como a especialização do trabalhador na cultura, têm tornado mais evidente ao colhedor quem é seu real "patrão". Ao aperfeiçoar os mecanismos de administração do trabalho e do trabalhador e estabelecer com ele relações mais diretas, o empresário, necessariamente, se expõe mais. Conscientemente ou não acaba assumindo compromissos antes não previstos pela Relação Volante, esta exposição faz transparecer o verdadeiro caráter na Relação de Trabalho e vai definindo mais claramente a identidade dos seus principais agentes.

É assim que, em 1980, o empreiteiro era identificado como patrão por mais de 70% dos colhedores e, em 1992, isto acontece com 37,7% apenas. A usina passa a ser percebida como principal empregadora, sendo vistos como seus principais representantes o proprietário (35%) e os chefes e fiscais de campo (10 e 11% respectivamente).

Vale ressaltar que, apesar desse avanço, ainda prevalece para mais de 37% dos entrevistados de 1992 uma identificação pouco clara do empregador. Um percentual elevado, principalmente quando se considera as mudanças já constatadas e descritas neste estudo, ocorridas nas práticas e procedimentos das usinas e nas ações coletivas de resistência e mobilização empreendidas pelos trabalhadores. Além disso, os dados acima não demonstram uma aspiração de mudança por parte daqueles que consideram-se vinculados prioritariamente ao empreiteiro. Ou seja, não há uma percepção forte de que ter a usina como patrão seja vantajoso. Tudo isto demonstra o quanto a prática social efetiva tem um reflexo indireto e retardado sobre os mecanismos culturais e de formação da consciência dos grupos sociais envolvidos.

Avaliação e Expectativas Quanto ao Futuro de Trabalho

As pesquisas realizadas anteriormente com trabalhadores agrícolas temporários demonstraram que predomina entre eles uma percepção desvalorizadora da atividade que exercem. Ela é considerada suja, cansativa e não remuneradora, além de ser mal vista pela sociedade das localidades em que residem.

Isto implica que os colhedores preferam conceber sua situação de trabalho como transitória. O trabalho agrícola é visto como uma fase passageira na vida ocupacional que, uma vez superada, levará a um futuro mais estável em outro tipo de atividade. Para analisar a manutenção ou mudança desta perspectiva, as duas pesquisas abordaram estas questões. Perguntava-se sobre a visão dos entrevistados quanto a permanência no trabalho atual e sobre sua opinião quanto ao futuro profissional dos filhos.

TABELA VII.3.3 - DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS POR PROPENSÃO A DEIXAR A CANA - Comparativo 1980/1992

	1 9 8 0		1 9 9 2	
	FREQ.ABS. (No.)	FREQ.REL. (%)	FREQ.ABS. (No.)	FREQ.REL. (%)
SIM	292	69.9	232	90.6
NÃO	126	30.1	24	9.4
N.R/N.S			1	MISSING
TOTAL	418	100.0	257	100.0

TABELA VII.3.4 - DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS POR EMPREGO/ATIVIDADE DESEJADA - Comparativo 1980/1992

	1 9 8 0		1 9 9 2	
	FREQ.ABS. (No.)	FREQ.REL. (%)	FREQ.ABS. (No.)	FREQ.REL. (%)
ATIV. INDUSTRIAIS	122	41.7	52	24.6
ATIV. INDUST. USINA	75	25.7	4	1.9
TRATORISTA			9	4.3
SITIO			2	0.9
OUTRAS URB.	55	18.8	61	28.9
OUTRAS RURAIS			22	10.4
MOTORISTA			24	11.4
OUTROS	40	13.8	12	5.7
QUALQ COISA			9	4.3
SERV. MAIS LEVE			16	7.6
N.R/N.S	126	MISSING	46	MISSING
TOTAL	418	100.0	257	100.0

TABELA VII.3.5 - DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS POR EMPREGO/ATIVIDADE DESEJADA PARA O FILHO

	1 9 9 2	
	<u>FREQ.ABS.</u> (No.)	<u>FREQ.REL.</u> (%)
ATIV. INDUSTRIAIS	107	42.6
OUTRAS ATVDs URBANAS	77	29.9
LAVOURA DE CANA	5	1.9
OUT LAVOURA	11	4.2
MOTORISTA	13	5.0
ATIV. C/ ESTUDO	19	7.4
IND.USINA	25	9.6
TOTAL	257	100.0

TABELA VII.3.6 - DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS PELA OPINIÃO SOBRE O FUTURO DOS FILHOS

	1 9 8 0		1 9 9 2	
	<u>FREQ.ABS.</u> (No.)	<u>FREQ.REL.</u> (%)	<u>FREQ.ABS.</u> (No.)	<u>FREQ.REL.</u> (%)
VAI CONSEGUIR ?				
SIM	201	48,3	156	85.7
NÃO	217	51,6	26	14.3
N.R/N.S			75	MISSING
TOTAL			257	100.0

À pergunta se o entrevistado "*gostaria de deixar o corte de cana*" houve praticamente unanimidade de respostas no levantamento de 1992. Mais de 90% dos entrevistados afirmou que aspira abandonar o trabalho atual. Em 1980, embora a propensão para deixar o trabalho tenha sido elevada, ela não foi tão grande como em 1992. O que pode levantar duas possibilidades: ou as condições de trabalho pioraram nestes dez anos, tornando-o menos atrativo; ou hoje os trabalhadores estão menos acomodados com sua ocupação e mais atentos para a possibilidade de buscar outras alternativas para a sua vida profissional.

Os principais empregos desejados pelos colhedores são as atividades industriais (25%) e outras atividades urbanas de vários tipos, como o trabalho em escritórios, no comércio ou em serviços (29%). Quanto a isto, em geral, não se observa uma mudança significativa entre os dois períodos analisados. O referencial de trabalho volta-se predominantemente para o mundo urbano e é nele que os trabalhadores colocam suas expectativas de futuro. Praticamente não há mais interesse por atividades agrícolas, seja em suas formas tradicionais: como pequenos produtores ou trabalhadores residentes, ou nas suas formas modernas: como trabalhadores assalariados. É interessante observar que mesmo o emprego em atividades da lavoura com máquinas ou no setor industrial das usinas não são mais valorizados pelos entrevistados de 1992.

O mesmo quadro se repete quando a pergunta diz respeito ao futuro profissional dos filhos. Praticamente todos gostariam de oferecer para seus filhos uma perspectiva de trabalho diferente daquela vivida por eles atualmente. Pretendem fazer com que os filhos se empreguem em indústrias(42%) ou em outras atividades urbanas (29%). A diferença de 1980 para 1992 fica por conta de que neste último levantamento a grande maioria acredita que vai realizar este projeto e no anterior não. Deve-se lembrar que essa constatação é coerente com os dados sobre estrutura familiar, que demonstram a manutenção, em 1992, de um maior número de crianças por família estudando e, portanto, desvinculadas do mercado de trabalho.

De qualquer forma, conclui-se que a desvalorização do trabalho agrícola em geral e da atividade de corte de cana em particular permanece a mesma nos dois períodos na perspectiva do próprio trabalhador. Os dados sobre como o trabalhador percebe a sua imagem nas localidades em que mora reforçam estas constatações.

TABELA VII.3.7 - DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS PELA PERCEPÇÃO DA IMAGEM DO COLHEDOR NA CIDADE

	1 9 9 2	
	FREQ.ABS.	FREQ.REL.
	(No.)	(%)
PIOR DO QUE TRAB. URBANO	126	51.4
PIOR DO QUE TRAB. RURAL	61	24.9
IGUAL AO TRAB. RURAL	28	11.4
IGUAL AO TRAB. URBANO	20	8.2
MELHOR DO QUE TRAB. RURAL	9	3.7
MELHOR DO QUE TRAB. URBANO	1	0.4
N.R./N.S	12	MISSING
TOTAL	257	100.0

Os colhedores consideram que são percebidos nos seus locais de moradia geralmente como piores que os trabalhadores urbanos(51%) e, para quase 25% deles , piores também do que os demais trabalhadores rurais. O corte de cana não transparece como um trabalho digno, não garante uma identidade socialmente aceita e minimamente valorizada, a cidade aceita os cortadores como um mal necessário. Isto expressa de um lado uma realidade, uma vez que o trabalho no corte de cana efetivamente é extenuante, agressivo e mal pago. Mas o estigma transcende a realidade dos fatos, porque com isso contribui para a subordinação social desta categoria de trabalhadores.

Mas, a absorção deste estigma através de uma auto-imagem desqualificadora e de uma visão transitória da situação de trabalho, funciona também como um mecanismo de defesa, que o próprio trabalhador incorpora e reproduz. Um mecanismo que é, ao mesmo tempo, de resistência passiva e de conservação do regime de super-exploração a que ele está submetido.

Ao conceber seu trabalho como não definitivo, o trabalhador recusa-se a admitir suas reais condições de existência. Abdica, com isso, de assumir coletivamente a luta pela sua melhoria, desqualificando-se enquanto grupo social. As soluções para o futuro passam a ter sentido apenas no plano individual, como fuga da atual situação de trabalho, o que sabemos, na maioria das vezes, não se concretiza.

Assim, muito mais do que o Sistema de Pagamento por tarefa, como querem alguns autores, é uma auto-imagem desqualificadora e desvalorizadora do trabalho agrícola que acaba sendo o principal fator de desagregação entre os trabalhadores assalariados rurais. Não permitindo que eles adquiram consciência de sua real identidade e dela tomem partido para mudar suas condições de existência.

Comportamento Sindical e Sindicalização

Por tudo que foi dito acima percebe-se que não existem condições para que prospere um movimento sindical forte e atuante nessa região. O perfil do colhedor sugere um comportamento mais apático do que receptivo à participação nos sindicatos. Isto já foi detectado por pesquisas anteriores e pelo contato direto com a região, sendo, talvez, uma característica bastante própria do trabalhador regional, não podendo portanto ser extrapolada para outras áreas canavieiras do estado. Os acontecimentos de Guariba em 1984, por exemplo, tiveram poucos reflexos na região, tendo ocasionado apenas a parada de algumas turmas que não afetaram significativamente a produção das maiores usinas. Exceção feita àquelas localizadas nas cidades de Jau e Barra Bonita, onde a greve propagou-se com um pouco mais de intensidade. As tabelas abaixo reúnem dados e informações dos levantamentos realizados sobre a vida sindical dos colhedores.

TABELA VII.3.8 - DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS SOBRE FILIAÇÃO SINDICAL - Comparativo 1980/1992

	1 9 8 0		1 9 9 2	
	FREQ.ABS. (No.)	FREQ.REL. (%)	FREQ.ABS. (No.)	FREQ.REL. (%)
SIM	52	13.5	124	51.7
NÃO	332	86.6	116	48.3
N.R/N.S	27	MISSING	17	MISSING
TOTAL	410	100.0	257	100.0

TABELA VII.3.9 - DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS POR CONHECIMENTO DO ACORDO SINDICAL - Comparativo 1980/1992

	1 9 8 0		1 9 9 2	
	FREQ.ABS. (No.)	FREQ.REL. (%)	FREQ.ABS. (No.)	FREQ.REL. (%)
CONHECE 1 CLÁUSULA	--	--	15	7.2
SABE QUE EXISTE	52	13.5	16	7.7
DESCONHECE	332	86.5	178	85.2
N.R/N.S	26	MISSING	48	MISSING
TOTAL	410	100.0	257	100.0

As informações colhidas entre os participantes das duas pesquisas indicam um acentuado avanço no nível de filiação sindical entre 1980 e 1992. No primeiro período apenas 13% dos trabalhadores estavam regularmente sindicalizados e a segunda pesquisa detectou 51% associados. Consideramos porém que estes números devam ser analisados com reserva porque talvez não reflitam a realidade. Os trabalhadores têm a contribuição sindical anual obrigatória descontada em seus envelopes de pagamento anualmente e podem estar confundindo-a com a filiação sindical espontânea, tornando pouco confiáveis os resultados da pesquisa quanto a este aspecto.

Mais realistas são as informações sobre o conhecimento da atividade sindical voltada para a categoria. Perguntados sobre o acordo firmado com os empregadores este ano, 85% não sabiam de sua existência, 7% conheciam pelo menos uma de suas cláusulas, e outros 7% foram informados do acordo mas nada sabiam dizer sobre ele. Talvez seja pela falta de informação e contato com a vida sindical que as avaliações dos trabalhadores sobre os sindicatos varie tanto, não permitindo conclusões e inferências a respeito.

Em resumo, os dados sobre o caráter subjetivo das Relações de Trabalho retratam um colhedor aparentemente indiferente quanto à forma como se definem as decisões sobre o seu cotidiano de trabalho. Ele procura ao máximo não se confundir com seu trabalho. Alguns tentam esconder a atividade que exercem. Durante a realização da pesquisa foi comum o trabalhador, reconhecidamente canavieiro, negar quando abordado pelo entrevistador sobre seu verdadeiro trabalho, fato que ocorria principalmente entre os mais jovens. A negação envergonhada de uma identidade voltada para o trabalho de corte de cana é sem dúvida a principal característica do comportamento do colhedor regional, inibindo uma postura mais reivindicativa e atuante, seja no mercado, seja no local de trabalho, seja no movimento sindical. Neste aspecto não parece ter havido evolução substancial, evidenciando o lado conservador do processo de mudança destes últimos anos.

VII.4 - AVALIAÇÃO DE MUDANÇAS NAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

Neste tópico busca-se identificar as mudanças ocorridas nas condições de trabalho do trabalhador agrícola canavieiro no período e região abrangidos pelo estudo. As pesquisas realizadas não estão cercadas do rigor metodológico necessário para um estudo de qualidade de vida no trabalho. Não sendo esta portanto nossa pretensão. Procura-se apenas levantar alguns indícios a respeito das principais tendências de alteração e, principalmente, a opinião do colhedor sobre elas. Este tema para efeito de descrição sistematizada de resultados foi dividido nos seguintes aspectos: o ganho recebido e desejado e a ocorrência de acidentes de trabalho.

TABELA VII.4.1 - DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS PELO SALÁRIO SEMANAL DECLARADO - Comparativo 1980/1992

	1 9 8 0		1 9 9 2	
	FREQ.ABS. (No.)	FREQ.REL. (%)	FREQ.ABS. (No.)	FREQ.REL. (%)
(Cr\$)*				
A. ATÉ 55.000	32	7.7	29	11,7
B. DE 55.001 A 82.000	63	15.0	66	26,7
C. DE 82.001 A 110.000	129	30.9	64	25,9
D. DE 110.001 A 135.000	86	20.6	37	14,9
E. DE 135.001 A 165.000	67	16.0	29	11,8
F. 165.000 E MAIS	41	9.8	23	9,4
TOTAL	418	100.0	248	100,0

(*) Valores atualizados para cruzeiros de julho de 1992 com base na evolução do salário mínimo no período.

TABELA VII.4.2 - DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS POR MOTIVO DA AVALIAÇÃO DO GANHO

	1 9 9 2	
	FREQ.ABS. (No.)	FREQ.REL. (%)
GANHA MENOS PORQUE		
. SALÁRIO ERA MAIOR	26	12.7
. OS PREÇOS SUBIRAM MUITO	119	58.0
TOTAL GANHA MENOS	137	70.7
GANHA MAIS PORQUE		
. SALÁRIO É MAIOR	30	14.6
. HOJE TRABALHA MAIS	9	4.4
TOTAL GANHA MAIS	39	20.0
NÃO MUDOU PORQUE		
. SEMPRE FOI RUIM	8	3.9
. OUTROS	13	6.3
. N.R/N.S	52	MISSING
TOTAL GERAL	257	100.0

Como já tivemos oportunidade de constatar anteriormente, houve uma nítida redução nos salários do trabalhador agrícola canavieiro nestes últimos dez anos. Mesmo atualizando-se os valores de 1980 por unidades de salários mínimos, indicador sabidamente deficitário em relação aos demais, observa-se que as faixas de maior ganho (D, E, e F na tabela No. 4.1) perderam importância percentual para as de menores salários. (A, B e C na mesma tabela). Em termos médios esta defasagem implicou uma diferença de aproximadamente Cr\$ 23.000,00 por semana, ou seja 21,9% do total recebido em 1992 pelo colhedor.

Os entrevistados percebem esta diferença. Mais de 70% deles avalia suas condições salariais atuais negativamente, afirmando que hoje ganha menos do que há dez anos. Mas o motivo da diminuição não é tão claro: a maioria dos trabalhadores (58%) considera que a alta dos preços é responsável pela desvalorização do salário e não a prática de valores mais baixos pelas empresas no mercado.

TABELA VII.4.3 - COMPARAÇÃO ENTRE MÉDIAS DE: GANHO SEMANAL DECLARADO E DESEJADO - Comparativo 1980/1992

	1 9 9 2			
	u.s.m.	Cr\$	u.s.m.	Cr\$
GANHO RECEBIDO ^(*)	0,56	128.800,00	0,46	105.710,00
GANHO DESEJADO	1,20	276.000,00	1,13	259.799,00
DIFERENÇA (R-D)	0,64	147.200,00	0,67	154.100,00

(*) salário semanal médio declarado pelo trabalhador.

U.S.M.: Unidades de Salários Mínimos.

Perguntados sobre quanto seria necessário para viverem bem os colhedores mostraram-se bastante realistas em suas aspirações. Gostariam de estar ganhando Cr\$ 259 mil por semana, duas vezes e meia o que recebem hoje. É interessante observar que as expectativas salariais dos trabalhadores parecem ter se ajustado à redução real do seu ganho. Em 1980 eles aspiravam receber 1,20 salários mínimos, em 1992 o salário desejado diminuiu para 1,13 salários mínimos.



TABELA VII.4.4 - DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS PELO NÚMERO DE ACIDENTES DE TRABALHO - Comparativo 1980/1992

	1 9 8 0		1 9 9 2	
	<u>FREQ.ABS.</u> (No.)	<u>FREQ.REL.</u> (%)	<u>FREQ.ABS.</u> (No.)	<u>FREQ.REL.</u> (%)
UMA VEZ	106	67.6	52	44.1
2 VEZES	29	18.6	35	29.7
3 VEZES	14	9.0	11	9.3
4 VEZES	6	3.4	6	4.2
5 VEZES	2	1.4	2	1.7
MAIS DE 6 VEZES			13	11.0
N.R/N.S	8	MISSING	26	MISSING
TOTAL COM ACIDENTES	157	39.1	120	51.9
TOTAL SEM ACIDENTES	253	62.9	111	48.1
TOTAL GERAL	410	100.0	257	100.0

TABELA VII.4.5 - DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS PELO LOCAL DE ATENDIMENTO DO ÚLTIMO ACIDENTE DE TRABALHO - Comparativo 1980/1992

	1 9 8 0		1 9 9 2	
	<u>FREQ.ABS.</u> (No.)	<u>FREQ.REL.</u> (%)	<u>FREQ.ABS.</u> (No.)	<u>FREQ.REL.</u> (%)
NO CAMPO	70	16.8	17	14.4
HOSP.PUBL	90	21.7	75	63.6
AMB.USINA	131	31.5	18	15.3
OUTROS	119	28.7	2	1.7
NÃO RECEBEU	--	--	6	5.1
N.R/N.S	--	--	139	MISSING
TOTAL	410	100.0	257	100.0

Os números relativos à segurança no trabalho demonstram que o uso mais disseminado de equipamentos de proteção não vem conseguindo diminuir a ocorrência de acidentes. A pesquisa anterior detectou 38,3% trabalhadores que já haviam se acidentado em atividades de corte de cana; em 1992 este percentual se eleva para 51,9% . Aumenta também a frequência e a gravidade declarada pelo entrevistado dos acidentes. Sendo mais constantes os trabalhadores que sofreram mais de um acidente em 1992. Além disso, a última tabela desta série demonstra que as empresas vêm repassando para o poder público a responsabilidade por atender os acidentados, ou seja, os recursos do Estado acabam sendo utilizados para sanar os problemas causados pelo trabalho no corte de cana.

Esta é mais uma das constatações constrangedoras deste estudo. Demonstra-se outra vez que a modernização das Relações de Trabalho acontece preservando-se interesses bastante definidos e circunscritos. Moderniza-se o que significa maior lucratividade e segurança de investimento do capital num prazo curto e imediato. O que não se inclui nestes critérios é mantido, ainda que implique riscos para a saúde e a integridade física dos trabalhadores, um "elemento" teoricamente essencial para que todo o processo aconteça. Uma situação injusta mas facilmente sustentável numa realidade em que a pobreza faz parte do cotidiano e, em função dela, os trabalhadores são vistos como peças facilmente intercambiáveis. No caso da agroindústria canavieira esta facilidade torna-se ainda maior, uma vez que uma das partes da relação subordina-se como vimos pela indiferença, pela passividade e apatia.

GRÁFICO VII.4.1 - DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS PELA AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO - 1992

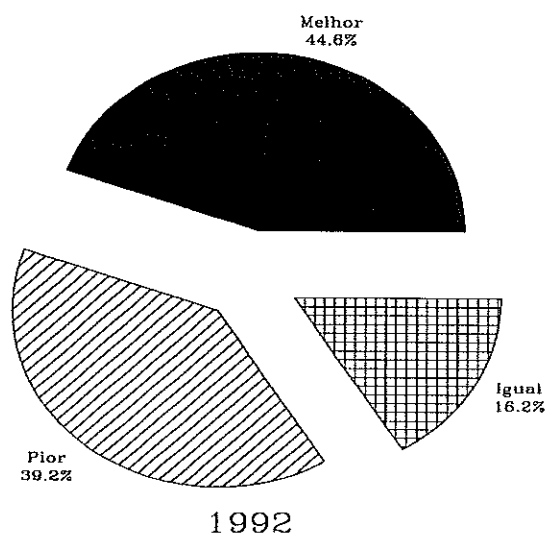
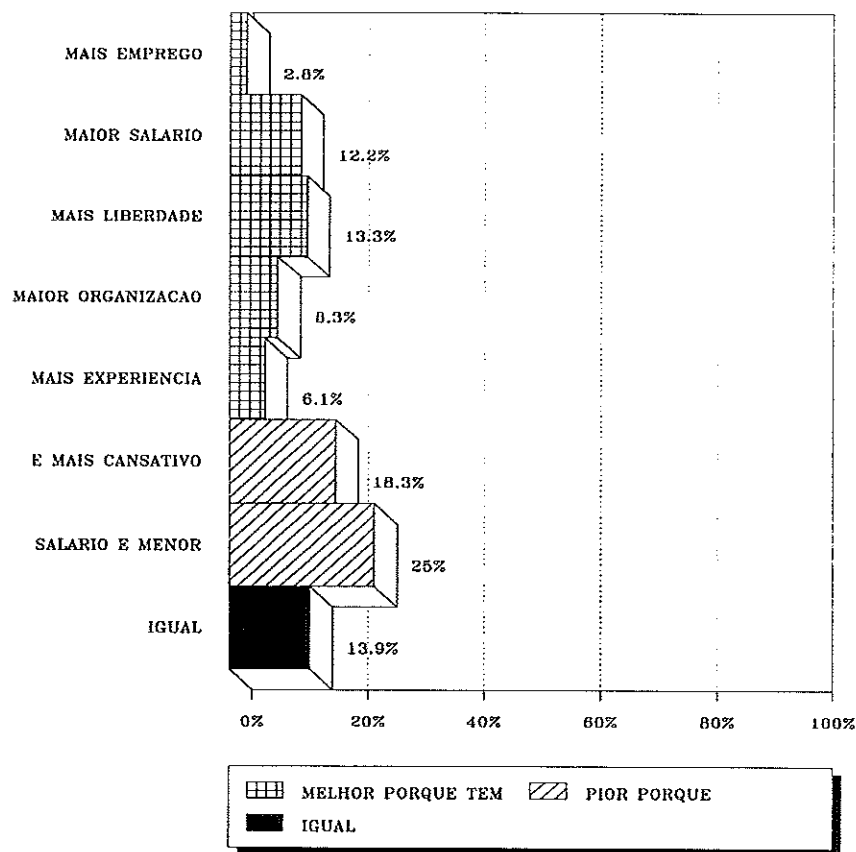


GRÁFICO VII.4.2 - DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS PELA JUSTIFICATIVA DA AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO - Comparativo 1980/1992

Considera as Condições de Trabalho Hoje:



Apesar disso os trabalhadores não são totalmente críticos com relação às mudanças ocorridas nas condições de trabalho nos últimos dez anos. Daqueles entrevistados em 1992, 44,6% consideram as condições atuais melhores e 39,2% piores do que as vivenciadas no passado. Os motivos alegados para justificar a melhoria são a liberdade e o salário, que teria se elevado. O sentimento de viver condições de trabalho mais desfavoráveis estaria vinculado a fatores bem mais objetivos, como a qualidade do trabalho, considerado sujo, inseguro e, principalmente cansativo, e, contraditoriamente, o ganho, que teria se reduzido significativamente nos anos recentes.

VIII. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maior parte das conclusões e inferências deste estudo foram sendo incorporadas em cada um dos seus capítulos, quando nos referíamos aos seus temas específicos. Por esse motivo, nesta breve finalização nos limitamos a sumariar as principais constatações da pesquisa empírica realizada e tecer algumas considerações genéricas sobre o percurso teórico empreendido.

Acreditamos ter sido possível demonstrar que a agroindústria canavieira foi um efetivo agente de mudança no interior paulista nos períodos estudados. A região, a localidade e seus cenários sofreram modificações substanciais em função deste empreendimento e sua forma particular de ir dominando os espaços e as gentes ao seu redor. Isto acontece mais lentamente entre 1950 e 1975, como analisaram outros autores que procuramos resgatar nos primeiros capítulos deste texto. A partir de então, em função do Programa Nacional do Alcool este movimento se acelera, alcançando maior intensidade entre 1980 e 1985.

Nossos principais focos de atenção, o trabalhador agrícola e suas relações com a empresa, sofreram os impactos e reagiram a estas mudanças de formas diversas nesses dois períodos. Até a década de 70 a agroindústria acompanharia e estimularia um movimento comum a toda agricultura paulista: a transformação do colono em trabalhador assalariado volante. Já as modificações dos anos 80 operaram num sentido diferente. Foram criando condições para que surgisse nesta cultura uma nova categoria de trabalhadores, um trabalhador especializado, concentrado e mais profissionalizado: o assalariado canavieiro.

Analisando-se os resultados das pesquisas realizadas com esses trabalhadores pode-se identificar, neste último período, a ação de forças propulsoras e limitadoras do processo de transformação. Assim aspectos da Relação de Trabalho Volante, gerada a partir da desagregação do colonato, permaneceram e outros sofreram uma profunda, porém não definitiva, transformação.

Mudou a forma de contratação dos trabalhadores, mudou o grau de controle que se exerce sobre eles dentro e fora do trabalho, mudaram as expectativas das empresas quanto ao resultado de seu trabalho. Na verdade, o processo de trabalho e o seu resultado - o desempenho objetivamente medido em toneladas de cana cortadas por dia - mudou consideravelmente. Em função disso seu perfil hoje é outro. Sua estrutura familiar é mais extensa. Seu trabalho é mais estável e produtivo. A percepção do patrão tornou-se mais real e direta. Admitindo-se

todos os riscos das comparações fáceis poderíamos dizer que as forças de mudança geraram **um perfil e uma forma de pensar mais próximos do que seria esperado de um trabalhador urbano industrial.**

Mas algumas coisas não mudaram e **mantêm-se ainda como rurais e agrícolas.** Permanece a interrupção do trabalho ao final da safra, forçada pela empresa através da demissão ou pelos reduzidos salários na entressafra, que fazem compensar muito mais ao trabalhador demitir-se e receber suas verbas indenizatórias, do que manter-se empregado. Um vínculo que se interrompe formalmente, mas que na prática se renova a cada ano, reforçando no trabalhador uma falsa idéia de transitoriedade da sua situação de vida e de trabalho. Permanece o Sistema de Pagamento por tarefa que disfarça e confere significados difusos para o assalariamento. Permanece uma base técnica primária, uma mecanização incompleta do processo produtivo que determina muito de todas as características retrógradas das Relações de Trabalho que acabam prevalecendo.

Permanece enfim tudo aquilo que preserva e intensifica a exploração, descartando-se o que se constitui obstáculo à ela. Esta é a singularidade do processo de modernização das Relações de Trabalho na Agroindústria Canavieira. Como resultados cresce a produtividade do trabalho mas diminuem os salários; aumenta a estabilidade de emprego, mantendo-se a intermitência; aperfeiçoam-se os equipamentos utilizados, mas aumenta o número de acidentes no trabalho.

Em síntese, podemos dizer que, por serem os agentes privilegiados desta relação, atuando nela com maior consciência de seus interesses, os empresários da agroindústria modernizam-se adotando do padrão industrial de Relações de Trabalho aquilo que melhor viabiliza sua reafirmação enquanto categoria social. Uma categoria social forte e coesa na manutenção de suas formas de reprodução mais tradicionais, mas fraca e impotente quando chamada a cumprir o papel de agente de mudança e modernização empresarial. No exercício desta fraqueza, mas também diante da fragilidade de seu interlocutor, colaborador e opositor: os trabalhadores, os empresários não ousam romper barreiras definitivas no que se refere às Relações de Trabalho. Não transpõem os limites que, se suplantados, não permitiriam o retorno a padrões antigos nos momentos de crise do setor, quais sejam: a mecanização intensiva, o assalariamento pleno e direto, a disputa livre da mão-de-obra no mercado de trabalho, a preocupação e o controle efetivos da qualidade e da eficiência do trabalho agrícola aplicado ao corte de cana.

Ressaltamos de forma recorrente e com insistência, em vários momentos deste trabalho, o caráter ambíguo e contraditório do processo de mudança estudado. Nestes últimos parágrafos devemos dizer que esta certeza permanece e se confirma. Ele é ambíguo porque pode ser tomado em mais de um sentido; encaminhado em mais de uma direção. Ele é contraditório porque estes sentidos e caminhos podem ser opostos; não compatíveis entre si.

A ambiguidade e a contradição estão presentes no comportamento do empresário usineiro. Ele moderniza tecnologicamente e organizacionalmente seu empreendimento mas, ao mesmo tempo, não pode demonstrar-se mais competitivo e eficiente temendo a reação do Estado que arbitra os preços e os subsídios de seus produtos. É ambíguo e contraditório também o comportamento dos trabalhadores. Os quais percebem que estão submetidos a condições de trabalho pioradas e resistem passivamente a isso, mas são incapazes de organizarem-se na defesa dos seus interesses porque não assumem sua identidade. Ela é tida como transitória o que inviabiliza um projeto político que lhes seja próprio. Desta forma, não existe um espaço de atuação e influência nos processos de mudança. Como se percebe, embora em níveis qualitativamente diferentes, ambos os atores afirmam e, ao mesmo tempo, negam a sua autonomia.

Ao término deste trabalho devemos reconhecer que não foi possível analisar e descrever a totalidade dos processos que movimentaram a transformação das Relações de Trabalho na agroindústria canavieira no período estudado. Acreditamos porém que pudemos evidenciar, com relativa segurança, as características mais essenciais daquilo que prevalece como produto final deste processo de mudança. A identificação dos seus motivos mais específicos extrapola, em muito, o escopo proposto para este estudo, embora alguns indícios apareçam em algumas passagens circunstanciais. Este talvez seja um tema que mereça as atenções de um novo esforço de pesquisa onde, sem dúvida, o papel do Estado deverá ganhar destaque especial.

BIBLIOGRAFIA

- . Antuniassi, Maria H.R. "O trabalhador Mirim e a Modernização da Agricultura Paulista". *Cadernos CERU* (Centro de Estudos Rurais e Urbanos), nº 15 (1981).
 - . Barban, J. A. e Barros, F. R. "Breve Histórico dos Conflitos Trabalhistas no Meio Agrário Paulista 1870-1985". *Informações Econômicas*, nº (agosto/1986), pp. 25/31.
 - . Barban, Vilma. *O Trabalhador Rural da Agroindústria Canavieira Empresarial do Estado de São Paulo*. São Paulo: FFLCH/USP, 1989.
 - . Beiguelman, Paula. *A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro - Aspectos Políticos*. São Paulo: Pioneira, 1978.
 - . Bertero, José Flávio. *Estado, Agricultura e Agroindústria: Um Estudo da Base Paulista da Economia Canavieira do Brasil entre 1948 e 1990*. São Paulo: FFLCH/USP, 1991.
 - . Blay, E. A. *Eu não tenho onde morar: Vilas Operárias na cidade de São Paulo*. São Paulo: Editora Nobel, 1985.
 - . Brandt, Vinícius Caldeira. "De Colono a Bóia Fria: Transformações na Agricultura e Contribuição com o Mercado na Alta Sorocabana de Assis". *Estudos CEBRAP*, nº 19.
 - . Brasil, CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico ACIESP. *Bóias Frias - Uma Realidade Brasileira*. Coordenado por José Eduardo Dutra de Oliveira.
 - . Brasil. Fundação IBGE. *Censo Industrial: 1970*. Rio de Janeiro: Departamento de Divulgação Estatística, 1970.
-

-
- . _____. *Censo Industrial: 1980*. Rio de Janeiro. Departamento de Divulgação Estatística, 1980.
- . Campino, A. C. et al. *Programas de Alimentação do Trabalhador: uma avaliação*. São Paulo: IPE/USP, 1983.
- . Carli, Gileno de. *Drama do Açúcar*. Rio de Janeiro: Pangetti, 1941.
- . Chitto, Alexandre. "Lençóis Paulistas a Boca do Sertão". Edição Especial de *O Eco* (1980).
- . D'Alencar, R. S. "O Menor de Catorze Anos e as Formas de Inserção como Trabalhador Agrícola". *Reforma Agrária*, Vol. 21, nº. (maio, agosto/1991), pp. 39/48.
- . D'Incao, Maria da Conceição. *O Bóia Fria, Acumulação e Miséria*. São Paulo: Vozes, 1979.
- . _____. *O Movimento de Guariba: O Papel Acelerador na Crise Econômica*. São Paulo: mimeo, sem data.
- . Dean, Warren. *Rio Claro Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura - 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- . Finstersbusch, K. e Wolf, C.P. *Methodology of Social Impact Assesment*. New York: MacGraw-Hill, 1977.
- . Fischer, André Luíz e Fleury, Maria Tereza. *Avaliação da Lei 6297 de Formação Profissional*. São Paulo: mimeo, 1990.
- . Fischer, Rosa Maria. *A Política e as Políticas das Relações de Trabalho*. São Paulo: FFLCH/USP, mimeo, 1983.
- . Fleury, Maria Tereza e Fischer, Rosa Maria. *Cultura e Poder nas Organizações*. São Paulo: Atlas, 1989.
-

-
- . Freitas, Gilberto Passos de. "O município e o Bóia-Fria". *Anais da III Reunião Anual sobre Mão-de-Obra Volante na Agricultura*. Botucatu: UNESP, 1977.
- . Gnaccarini, José César. *Estado, Ideologia e Ação Empresarial na Agroindústria Açucareira no Estado de São Paulo*. São Paulo: FFLCH/USP, 1972.
- . _____. *Latifúndio e Proletariado no Brasil*. São Paulo: Editora Polis, 1980.
- . Goldmann, Lucien. *Ciências Humanas e Filosofia*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.
- . Gonzales, Elbio N. e Bastos, Maria. "O Trabalho Volante na Agricultura Brasileira". *Capital e Trabalho no Campo*. Organizado por Jaime Pinsky. São Paulo: Hucitec/UNICAMP, 1979.
- . Governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Economia e Planejamento. "Trabalho Volante na Agricultura Paulista". *Série Estudos e Pesquisas*, nº 25 (1978).
- . Guimarães, Alberto Passos. *Quatro Séculos de Latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- . Homem de Mello, Fernando e Fonseca, Eduardo Giannetti da. *Proálcool, Energia e Transportes*. São Paulo: Pioneira, 1981.
- . Ianni, Otávio. "A Classe Operária vai ao Campo". *Cadernos CEBRAP*, nº (1976).
- . Instituto de Administração. *Estudos para a Fixação da Mão-de-Obra na Lavoura Canavieira*. São Paulo: IAA/FEA/USP, 1981.
- . Instituto do Açúcar e do Alcool. *Gerência Industrial em Destilarias de Alcool*. Piracicaba: IAA/PLANALSUCAR, 1984.
-

-
- . Kautsky, Karl. *A Questão Agrária*. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
- . Kageyama, Ângela. "Alguns Efeitos Sociais da Modernização Agrícola em São Paulo". *Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola*. Compilado por George Martine. São Paulo: Caetés, 1987.
- . Lênin, N. *El Desarrollo del Capitalismo em Russia: Proceso de la Formación del Mercado Interior para la Gran Industria*. Moscou: Progreso, 1981.
- . Luxemburgo, Rosa de. *A Acumulação do Capital*. São Paulo: Nova Cultura, 1985.
- . Manoel, A. *Política Agrícola, Eficiência e Concentração na Agricultura Brasileira: Um Estudo do Setor Canavieiro Paulista*. São Paulo: FEA/USP, 1985.
- . Martine, George et al. *O Novo Padrão Agrícola Brasileiro: Do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais*. Mimeo, 1987.
- . Martins, José de Souza. *Capitalismo e Tradicionalismo*. São Paulo: Editora Pioneira de Ciências Sociais, 1975.
- . Marx, Karl. *O Capital - Livro 1*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1970.
- . Ministério da Indústria e Comércio e Banco Mundial. Instituto de Administração - FEA/USP. *Impactos Sociais do Proálcool*, São Paulo, 1982.
- . Muller, Geraldo. *O Complexo Agroindustrial Brasileiro*. São Paulo: FGV, mimeo, 1981.
- . Oliveira, Francisco. *Elegia para uma Re(l)igião*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- . Perani, Cláudio. "A Greve dos Bóias Frias em São Paulo". *Cadernos do CEAS*, nº 93.
-

-
- . Pereira, Waldemir e outros. *Estatística para as Ciências Sociais*. São Paulo: Editora Saraiva, 1980.
- . Petrone, Maria Thereza. *A Lavoura Canavieira em São Paulo*. São Paulo: Difel, 1968.
- . Prado Júnior, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- . Sallum Júnior, Brasília. *Capitalismo e Cafeicultura no Oeste Paulista 1888-1930*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1978.
- . Santos, Zuleima A. Pires de Souza. *Adoção Tecnológica na Agricultura Paulista*. São Paulo: IPE/USP, 1984.
- . São Paulo, Conselho Estadual de Energia. *Pesquisa de Mercado do Alcool de Cana Produzido no Estado de São Paulo*. São Paulo, 1987.
- . Schein, E. O Conceito de Cultura Organizacional. (apostila)
- . Silva, José Gomes da. "A Turma Firme de Dona Eloísa". *Anais da III Reunião Anual sobre Mão-de-Obra Volante na Agricultura*. Botucatu: UNESP, 1977.
- . Silva, José Graziano. *Progresso Técnico e Relações do Trabalho na Agricultura*. São Paulo: Hucitec/UNICAMP, 1981.
- . Silva, R. A. da. *Contribuições à Teoria da Localização Industrial*. São Paulo: Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas/Universidade de São Paulo, 1965.
- . Silva, Sérgio. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa Omega, 1976.
- . Sorj, Bernardo. *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira*. São Paulo: Zahar, 1980.
-

. Szmrecsányi, Tamás. *O Planejamento do Estado e a Agroindústria Açucareira Paulista*. Piracicaba: mimeo, 1972.
